

# ANGOLA

## PEQUENA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL



**100 LUZ**



### **Ficha Técnica**

Título: Angola: Pequena Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: Raul Jorge

Tema da capa: Aldeia de Mandele (Calandula, Malanje)

Capa: João Branco | 100LUZ

Design: João Branco | 100LUZ

Edição: 100LUZ | editora@100luz.pt | www.100LUZ.pt

Castro Verde - Alentejo (Portugal)

1ª edição: 2018

Impressão: 100LUZ \ ULZAMA Digital

ISBN: 978-989-8448-33-0

Depósito Legal: 448519/18

Apoio: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua  
Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (CENTROP)

# ANGOLA

## PEQUENA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Coordenação  
**Raul Jorge**

1ª edição

**100 LUZ**



## Dedicatória

*Aos colegas Fernando Oliveira Baptista e Carlos Cabral, mentores e  
impulsionadores do PAPDAR*



# INDICE

## 9 - INTRODUÇÃO

Raul Fernandes Jorge

## 19 - PEQUEÑA AGRICULTURA Y VÍAS DE SALIDA DE LA POBREZA RURAL: el caso de África subsahariana

Eladio Arnalte Alegre

## 39 - AGRICULTURA FAMILIAR EM ANGOLA - visão do IDA

Miguel Pereira

## 53 - O PERCURSO DA AGRICULTURA EM ANGOLA DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Henrique Alves Primo

## 71 - COMUNIDADES RURAIS E ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ANGOLA

José Ferragolo da Veiga

## 99 - CAMPONESES, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Práticas e atitudes no cultivo da mandioca em Malanje, Angola

Maria João Canadas



**135 - REFLEXÕES EM TORNO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NO CONTEXTO MUNDIAL E DA CPLP. A coexistência da  
agricultura familiar e dos grandes projectos agrícolas e  
industriais**

José Paulo Pimentel de Castro Coelho

**153 - A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO  
RURAL**

Augusto Manuel Correia

**177 - ANGOLA - AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL:  
UM ESBOÇO DE FONTES DE INFORMAÇÃO**

Joaquim Cabral Rolo

# INTRODUÇÃO

Raul Fernandes Jorge\*

Este livro que agora se publica é um resultado do Projeto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural – PAPDAR, desenvolvido entre 2008 e 2014 na província de Malanje, numa parceria entre o IDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola (MINADER<sup>1</sup>) e o CENTROP – Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento, do Instituto Superior de Agronomia (ISA), com financiamento do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento<sup>2</sup>.

O projeto encerrou as suas atividades com um Seminário que teve lugar no ISA em 23 de outubro de 2014, sobre o tema que dá o título a este livro, e do qual resultou a maioria dos textos que agora se publicam.

O PAPDAR tinha como objetivo global “contribuir para dar à população camponesa um lugar adequado no desenho e execução das políticas públicas de Angola, nomeadamente através da formação de técnicos, da divulgação e ensaio de metodologias de intervenção e de acompanhamento de avaliação, e ainda da reflexão sobre temas relevantes para o desenvolvimento rural”. Desta forma pretendia-se que as ações que viessem a ser desenvolvidas “tivessem um desenho adequado nos planos económico, tecnológico, das questões do género e da sustentabilidade ambiental e institucional”. Procurava-se também

---

\* - Coordenador do Projeto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola – PAPDAR, entre 2011 e 2014. ISA/UL

1 - Mais tarde MINADERP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e, atualmente, MINAGRI - Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

2 - Atualmente Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.

“contribuir para que as políticas fossem executadas por um corpo técnico sensibilizado à questão camponesa”.

Os principais resultados esperados eram o reforço das estruturas e competências do MINADER para ações junto da população camponesa e a introdução de temas e metodologias que se ajustassem às necessidades de intervenção junto destas populações no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) em preparação.

O projeto desdobrava-se em cinco objetivos específicos a que correspondiam os seguintes eixos de atividade:

- I. organizar um sistema de acompanhamento e monitorização do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural - PEDR de modo a melhorar a sua execução e a permitir uma avaliação das ações desenvolvidas;
- II. definir e operacionalizar a aplicação de variáveis relativas a temas a considerar numa política de desenvolvimento rural e que deviam nortear tanto as orientações gerais, nomeadamente o futuro PNDR, como as intervenções locais;
- III. acompanhar a nível local, em três comunas da Província de Malanje, a intervenção do PEDR;
- IV. realizar ações de formação;
- V. contribuir para a elaboração das políticas destinadas às famílias camponesas.

As alterações entretanto introduzidas, ainda que de forma nem sempre explícita, no lugar da agricultura camponesa nas políticas agrícolas angolanas e as consequentes mudanças estratégicas a nível do próprio PEDR, programa cuja execução o PAPDAR se propunha apoiar, introduziram a necessidade de reformular a configuração destes eixos de ação do projeto, nomeadamente ajustando as tarefas programadas por forma a contemplar as novas necessidades entretanto identificadas.

Ainda que sem pôr em causa os objetivos centrais do Projeto, esta reorientação estratégica das políticas e a evolução da própria realidade socioeconómica das comunidades acompanhadas pelo PAPDAR vieram alterar a importância relativa daqueles eixos.

As alterações mais significativas nas atividades do PAPDAR situaram-se especificamente ao nível do Eixo III. Com efeito, o acentuar da vertente modernizadora do PEDR, acompanhando a evolução socioeconómica do meio rural, e a criação dos “Planos Municipais de Desenvolvimento Rural” como novos instrumentos da política pública de desenvolvimento local, vieram conferir

a este eixo de ação do Projeto uma relevância e oportunidade acrescidas. Neste entendimento, foi decidido aprofundar, desenvolver e diversificar as atividades que integravam este eixo, designadamente através: (i) da realização de um inquérito mais aprofundado à amostra das famílias assim como a uma zona definida pela equipa angolana como “marginal” e (ii) do acompanhamento de experiências que se revelaram de grande importância no processo de desenvolvimento das comunidades camponesas.

Referimo-nos, neste último ponto, ao acompanhamento da difusão da tração animal; das experiências da utilização do trator; da introdução de moinhos de mandioca; de associações e cooperativas; e de experiências de comercialização e de acesso ao crédito. Foi ainda decidido proceder à identificação de temas a desenvolver ao nível dos sistemas de produção tendo em vista a melhoria das condições de vida e de produção das famílias camponesas. Com base nos itinerários técnicos das culturas mais importantes e do modo como se conjugam na unidade de produção familiar procedeu-se à identificação dos pontos onde poderia haver uma intervenção do IDA.

Ao nível deste Eixo III, é de destacar a experiência de introdução de moinhos de mandioca em nove aldeias dos três municípios. O protocolo estabelecido com as comunidades para este efeito e o modelo de funcionamento e gestão adotados permitiram uma monitorização eficaz desta experiência que foi acolhida com entusiasmo pelas populações e considerada como modelo inovador a aplicar em novas iniciativas deste tipo.

Ainda ao nível deste mesmo Eixo do Projeto, foram também feitos assinaláveis progressos com a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local para o município de Cacusó, quer em termos do diagnóstico, através da auscultação das populações residentes nas aldeias, quer da preparação de uma completa base cartográfica deste município que constituiu um importante suporte do próprio plano. Neste âmbito, procedeu-se ao levantamento dos processos de pedido de concessão de terra no município, fator condicionante do planeamento municipal e com fortes implicações no desenvolvimento da agricultura camponesa.

Por fim, quanto ao Eixo V que em concreto visava contribuir para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), refira-se que o decorrer do Projeto bem como o evoluir da situação agrícola e institucional de Angola conduziram a reformular esta atividade em torno do debate sobre o modelo agrícola e rural de Angola e sobre a formulação e aplicação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Ao longo dos sete anos de execução do PAPDAR foi possível conhecer melhor a realidade das populações camponesas de Malanje, identificar as questões que se colocam ao desenvolvimento rural em Angola e recolher ensinamentos sobre os caminhos possíveis para as populações que permanecem camponesas.

Nestes anos encontramos uma população camponesa que, apesar da sua história conturbada e de alguma diversidade étnica dentro da etnia Mbundu, se caracteriza por uma relativa homogeneidade. Trata-se de uma população jovem (46% têm menos de 15 anos e 63% estão abaixo dos 25), vivendo em famílias nucleares, com grande enraizamento local, que trabalha sobretudo nas lavras (que ocupam 89% do trabalho familiar), configurando uma economia muito débil onde escasseiam outras formas de sobrevivência económica (as outras atividades ocupam apenas 9% do trabalho da família e o trabalho fora apenas 2%). O nível de analfabetismo é elevado, sobretudo nas mulheres e nos mais velhos, e as famílias são maioritariamente pobres, mas com alguma diferenciação: 49% das famílias inquiridas tinham um rendimento por pessoa/dia inferior a 1,08 USD, 32% entre 1,08 e 2,15 USD e 19% superior a 2,15 USD<sup>3</sup>. As comunidades são relativamente autónomas em relação à sociedade englobante tendo as autoridades tradicionais como seus mediadores com o exterior.

As economias familiares mostram uma considerável relação com o mercado. Embora, em muitos casos, o peso do autoconsumo seja muito relevante, as famílias estão inseridas no mercado tanto ao nível da produção como do consumo, não podendo as suas atividades classificar-se, propriamente, como de agricultura de subsistência: 96% das famílias inquiridas vendem no mercado pelo menos um bem ou serviço; 77% pelo menos dois; 56% pelo menos três; 40% pelo menos quatro e 28% vende cinco ou mais. A grande diversidade de mercados e de locais de venda (a aldeia, a cidade de Malanje, Luanda, a beira da estrada, a sede da comuna e outros locais) com preços e condições de acesso muito díspares, promove a diferenciação de rendimentos e exige diferentes capacidades de organização e disponibilidade financeira.

Todas as famílias produzem mandioca, cultura alimentar destes territórios que ocupa um lugar de peso no produto, nas vendas e na alimentação, embora com variações significativas na região. Os sistemas produtivos são muito dependentes da natureza, dado o baixo nível de utilização de meios de produção, mas a diversificação já existe nos campos angolanos. Há situações, ainda, cujo primeiro objetivo é a segurança alimentar das famílias camponesas, enquanto noutras o problema central do agricultor é já o apoio técnico ao

3 - Valores indicados pelo Banco Mundial em 2008 para o limiar de pobreza extrema (1,08 USD por dia) e limiar de pobreza (2,15 USD por dia).

aumento da capacidade produtiva e à melhoria da produtividade. Dada a falta de sementes com qualidade e a incapacidade do mercado assegurar, em condições favoráveis de preço, o abastecimento de fertilizantes e instrumentos de trabalho, como ferramentas e utensílios de inovação tecnológica, registou-se uma particular preocupação com estes fatores de produção, a justificar, em muitas situações ainda, a distribuição destes pelo Estado.

Face à reduzida base tecnológica da grande maioria dos camponeses de Malanje, evidenciou-se a necessidade de intensificar a produção e o domínio sobre as dificuldades do meio natural. Existe a expectativa das famílias alargarem as suas áreas de cultivo recorrendo ao trabalho do trator (com o apoio do Estado ou por aluguer), o que obrigará a um ajustamento dos sistemas de produção, devido à disponibilidade do trabalho familiar. Constatam-se as dificuldades de investimento produtivo para a maioria das famílias, para as quais os efeitos favoráveis aparecem demasiado distantes e obrigam a agravar as condições de vida quotidiana. Neste domínio também, confirmou-se o papel determinante que cabe ao Estado, através de medidas que vão ao encontro das expectativas dos camponeses e que considerem o contexto local em que são aplicadas.

Os resultados desta parceria entre o IDA/MINADER e o CENTROP/ISA, focada na problemática do desenvolvimento rural das populações camponesas de Angola, foram sendo vertidos nos inúmeros relatórios do PAPDAR ou divulgados através das publicações e iniciativas realizadas pela equipa do projeto ao longo dos sete anos da sua execução. Em anexo, e a título ilustrativo, apresenta-se uma lista dos textos e publicações produzidos que melhor documentam a realidade estudada nas suas múltiplas vertentes. Das iniciativas públicas do PAPDAR há a referir, para além do Seminário final, em finais de 2014, dois momentos em que foram apresentados e postos a debate os primeiros resultados do projeto, um em Onga-Zanga e outro em Malanje, ambos realizados em março de 2012. Foram duas importantes oportunidades para discutir com os atores locais a realidade da agricultura camponesa em Angola e as políticas que lhe são destinadas.

Quanto aos oito artigos que se reúnem neste livro, uns derivam de comunicações apresentadas no Seminário de outubro de 2014 e outros tiveram origem em anteriores atividades do Projeto. Na sua maioria datam de 2015, à exceção do último, cuja primeira versão foi elaborada em 2012, como instrumento de apoio à “organização e tratamento de informação”, no quadro da atividade “organização de um sistema de acompanhamento e monitorização do PEDR”. Dada a demora na sua publicação, todos apresentam, por conseguinte,

um desfasamento temporal mais ou menos acentuado. Ainda assim, estamos convictos de que a atualidade dos temas tratados e das abordagens propostas pelos seus autores garantem o interesse da sua publicação, por constituírem importantes contributos para o debate sobre a agricultura e o desenvolvimento rural em Angola e na África subsariana.

No primeiro artigo, “Pequena Agricultura y Vías de Salida da la Pobreza Rural: el Caso de África Subsahariana”, Eladio Arnalte revê algumas das questões em jogo no tabuleiro africano, com particular atenção à dinâmica e às possibilidades da pequena agricultura, numa região que, em sua opinião, se configura como o principal “campo de jogo” a nível mundial onde se dirimem os desafios que afetam o meio rural, entre a pobreza persistente e a necessidade de incrementar a produção agrícola, para “alimentar o planeta”. Partindo do esquema das “vias de saída” da pobreza rural, geralmente aceites na literatura, e das suas relações com os processos de diferenciação social na agricultura, foca-se na África Subsariana para aprofundar, em particular, as possibilidades e limitações que a chamada “via agrícola” oferece para o crescimento e consolidação da pequena agricultura no continente. Conclui com uma reflexão sobre a “variante africana” do processo de diferenciação das estruturas agrárias na qual, ao contrário do que sucede na Europa, os agricultores modernizados que controlam progressivamente a produção agrícola não procedem da ascensão de determinados estratos de pequenos agricultores mas são constituídos maioritariamente por “novos atores” que se introduzem no negócio agrário, enquanto a massa de pequenos agricultores se mantém empobrecida e com poucas expectativas de dinamismo interno.

No artigo “Agricultura familiar em Angola - Visão do IDA”, Miguel Pereira começa por apresentar a agricultura familiar como base da agricultura angolana – pelo seu peso ao nível do produto e do emprego, mas também pela sua importância enquanto responsável pela ocupação e manutenção do vasto território rural de Angola –, para fazer em seguida uma caracterização geral deste tipo de agricultura no país, apoiada em estatísticas nacionais e provinciais, e referir o apoio institucional que o sector tem merecido da parte do Governo angolano. Neste ponto, descreve os diversos programas e projetos que têm sido dirigidos aos agricultores familiares desde o fim do conflito armado, da iniciativa do Ministério da Agricultura, ou com recurso a financiamento externo e com o IDA como entidade de supervisão. A finalizar, perspetiva o desenvolvimento da agricultura familiar angolana segundo quatro pilares: organização comunitária; sistemas de financiamento; aumento de produção e produtividade e mercados e serviços de escoamento.

Em “O percurso da agricultura em Angola depois da independência”, Henrique Alves Primo faz uma breve história da agricultura angolana desde 1975 até aos dias de hoje, situando a evolução deste sector no contexto económico, social e político que o país viveu nestas últimas décadas.

Desde o período do conflito armado que provocou a desestruturação do sistema de produção e de comercialização agrícola, originando uma escassez acentuada de bens alimentares, ao período de economia centralizada – cujo objetivo era implementar um modo de produção socialista onde predominava a propriedade estatal –, até ao regresso à economia de mercado que se seguiu ao fim da guerra em 2002, o autor refere as sucessivas reformas a que a agricultura foi sujeita e o papel que lhe foi atribuído no desenvolvimento de Angola, assim como os apoios e políticas que lhe foram dirigidos ao longo destes 40 anos da história recente.

O artigo de José Ferragolo da Veiga, “Comunidades rurais e organização dos produtores agrícolas familiares em Angola”, parte da realidade observada nas Províncias de Malange e Kuanza Sul, no âmbito do PAPDAR, e de um protocolo assinado com o Instituto Nacional do Café de Angola, para retirar algumas conclusões sobre a origem, funções e formas de organização dos produtores agrícolas familiares em Angola.

Realçando a forte dinâmica e a grande profusão de organizações – grupos, associações e cooperativas – o autor identifica as suas diferentes origens, externa e interna, analisa as funções que procuram desempenhar e reflete sobre as formas organizativas que se estão a consolidar nas duas Províncias, num ambiente institucional que lhes é favorável, mas que ao mesmo tempo levanta alguns obstáculos ao seu desenvolvimento e consolidação.

No seu artigo “Camponeses, tecnologia e inovação em Malanje”, Maria João Canadas tece 2 notas conclusivas. A primeira, em torno dos objetivos da mudança técnica e das vias ou modelos apontados para os atingir, e a segunda, do nível local de análise da adoção de inovações e do enquadramento institucional e político da mudança técnica.

Segundo a autora, a análise das práticas e atitudes dos camponeses inquiridos em Malanje permite apoiar a necessidade de adaptar objetivos e vias da mudança técnica à diversidade dos contextos locais e regionais. No seu texto conclui ser urgente, em contextos como o estudado, não restringir o objetivo da mudança técnica ao aumento da produtividade da terra, privilegiando até a melhoria da produtividade e condições de trabalho, ao arrefecimento da discussão dominante. Quanto às vias técnicas para concretizar estes objetivos, a autora afirma ser patente o desajuste das propostas mais generalistas relativamente



às circunstâncias das aldeias e dos camponeses inquiridos. Conforme defende, a via de adaptação dos sistemas tradicionais, com minimização do recurso a factores externos, assim como a via de modernização com factores industriais deparam-se, uma e outra, com obstáculos e não dispensam um adequado enquadramento organizacional, institucional e de políticas públicas.

Relativamente à adoção de inovações, Maria João Canadas põe em evidência a importância da análise ao nível local como um complemento imprescindível na identificação de fatores que condicionam as perceções e práticas das famílias. Também a este nível, os arranjos organizacionais, as instituições e as políticas, tidos por fatores exteriores no modelo da transferência tecnológica, surgem como centrais nos casos de inovação analisados, tanto pela sua presença como pela sua ausência.

O artigo de José Pimentel de Castro Coelho consta de duas partes. Na primeira – “Reflexões em torno da agricultura familiar no contexto mundial e da CPLP” – o autor reflete sobre o papel histórico e singular da agricultura no mundo, base e motor para o crescimento e a transformação de muitos países ditos, hoje, desenvolvidos; aponta a crise da agricultura moderna e os seus impactes na agricultura familiar, como fonte essencial da fome e da pobreza crescente que afeta cerca de metade da população mundial, e lista as razões de preocupação com o futuro e as soluções para a saída desta crise; termina destacando as principais considerações do relatório final da consulta eletrónica realizada em 2013 sobre “Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional na CPLP”, iniciativa do “Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional”.

Na segunda parte – “Testemunho sobre a coexistência da agricultura familiar e dos grandes projetos agrícolas e industriais” – defende, a partir da sua própria experiência, que não só é possível como é mesmo desejável a coexistência da agricultura familiar e dos grandes projetos agrícolas industriais. Na sua opinião, as vantagens que ambos transportam para o mundo rural são, ou podem ser, complementares e sinérgicas e o problema não assenta, na sua coexistência, mas sim no tratamento e dimensão atribuídos a cada uma delas, pelo que recomenda que a instalação dos grandes projetos agrícolas industriais em regiões de agricultura familiar seja feita duma forma gradual e monitorizada, de forma a poder verificar se os seus impactes são económica, social e ambientalmente positivos, justos, equitativos e sustentáveis.

Por sua vez, Augusto Manuel Correia, no artigo “A cooperação internacional e o desenvolvimento rural”, perspetiva o futuro da cooperação e, em particular, da cooperação agrícola, num momento em que a agricultura, ainda que sob o

chapéu da segurança alimentar ou do direito à alimentação, recuperou um lugar central nas estratégias da cooperação internacional. Antes, porém, de lançar o seu olhar sobre o futuro, o autor recorda as sucessivas fases por que passou a cooperação internacional até à atualidade, desde meados do Séc. XX, quando deu os primeiros passos. Colocando um foco especial na agricultura, analisa a perda de importância da ajuda internacional ao sector agrícola nos últimos anos, refere os esforços feitos para contrariar esta tendência e enuncia as razões pelas quais se deve reforçar o apoio ao sector agrícola nos países mais pobres e os fatores de sucesso desse apoio. A terminar esta primeira parte faz uma especial referência ao caso português.

Na segunda parte do texto o autor desenvolve então o seu exercício prospetivo, discutindo em detalhe temas como o financiamento, os mecanismos da cooperação e outros aspetos transversais que podem constituir estrangimentos das atividades de cooperação e da cooperação agrária.

No artigo “Angola – agricultura e desenvolvimento rural: um esboço de fontes de informação”, Joaquim Cabral Rolo desenvolve, como foi dito antes, a tarefa da “organização e tratamento de informação”, no quadro do estabelecimento de um sistema de acompanhamento e monitorização do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), atividade do PAPDAR. Face à importância inquestionável da informação e às lacunas que reconhecidamente persistem, o autor dedica-se à indagação das fontes que coadjuvem a perceção, por um lado, do enquadramento do sector agrorural e, em particular, do sector camponês, na economia angolana e, por outro, dos vetores relevantes a reter nas políticas públicas, em especial nas de desenvolvimento rural. Neste exercício elegem-se como roteiros fundamentais de pesquisa: a economia e o seu contexto geográfico; a questão de género; as tecnologias; e o meio físico/recursos naturais. E assumem-se as escalas de referência territorial nacional e regional/local, no caso: a província e o município-comuna. Tomando a Web, na data de elaboração do texto, como o espaço determinante de pesquisa, este trabalho constitui um contributo valioso para a sistematização de fontes que venham a suprir as deficiências e lacunas de informação referidas.

Finalmente, no Anexo a este livro listam-se alguns dos mais relevantes relatórios técnicos do Projeto que podem ser consultados online.

Por opção dos seus autores, para além da Introdução, apenas os textos de José Ferragolo da Veiga e de Joaquim Cabral Rolo seguem o novo Acordo Ortográfico.

Com a publicação deste livro encerra-se definitivamente o PAPDAR. É, pois, o momento para agradecer a todos os que, ao longo deste Projeto, contribuíram de alguma forma para o seu sucesso.

Em primeiro lugar às equipas angolana e portuguesa do PAPDAR, à Direção do IDA e aos seus técnicos, a nível central, de Malanje e das Estações de Desenvolvimento Agrário. De entre todos, permito-me destacar três nomes: o Engenheiro João Ferreira Neto, pelo papel decisivo que desempenhou na origem do Projeto, o Engenheiro Henrique Alves Primo e o Técnico do IDA de Malanje, Ilídio Catarina da Silva, parceiros essenciais na ajuda do conhecimento da realidade camponesa de Angola e sempre disponíveis para o acompanhamento das visitas a Malanje.

Um agradecimento especial ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, pelo apoio financeiro e pela forma sempre disponível como os seus dirigentes acolheram as alterações introduzidas no plano inicialmente protocolado e contribuíram para ultrapassar as dificuldades próprias de um projeto desta natureza.

Agradeço aos participantes nos seminários e aos autores dos textos que agora se publicam, bem como a Alexandra Guillemín Neves pelo apoio na organização do Seminário de encerramento e na elaboração e conclusão deste livro. Um agradecimento ainda a Miguel da Silva Pereira, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, pelo tratamento da informação cartográfica do município de Cacusó. Finalmente às populações camponesas de Malanje pela hospitalidade com que sempre nos acolheram e pelo seu empenho nas atividades do Projeto, sem o qual não teria sido possível alcançar com êxito os objetivos a que nos propusemos.

Por razões meramente circunstanciais, assumi a partir de 2011 a coordenação do PAPDAR. Porém, desde a conceção até ao encerramento deste, os colegas Fernando Oliveira Baptista, coordenador até àquela data, e Carlos Cabral – aos quais dedico este livro – foram, sem dúvida, os seus esteios fundamentais. Pelo muito que com eles aprendi sobre os camponeses e a pequena agricultura angolana ao longo destes anos – nas muitas vistas às aldeias de Malanje, nos debates e reuniões com os técnicos e os camponeses e em todas as atividades do Projeto – aqui lhes deixo o meu profundo agradecimento.

# PEQUEÑA AGRICULTURA Y VÍAS DE SALIDA DE LA POBREZA RURAL: el caso de África subsahariana

Eladio Arnalte Alegre\*

## 1 - INTRODUCCIÓN

El establecimiento en el año 2000 de la lucha contra la pobreza como el primero de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) planteados por Naciones Unidas, situó definitivamente el tema de la pobreza en una posición destacada en la agenda política internacional. En la agenda académica el tema ya estaba siendo tratado ampliamente durante las dos décadas anteriores. En particular durante los años noventa se intensifican los intentos de medir la incidencia de la pobreza, estableciendo como referencia las "líneas internacionales de pobreza". El Banco Mundial fue muy activo en la promoción de estos análisis y de la realización de encuestas que permitieran conocer la situación de las familias en relación a esas líneas, en buena medida como parte de su estrategia de defensa ante las críticas surgidas por los efectos de las políticas de ajuste estructural, promovidas por el Banco y adaptadas de forma generalizada en los países en desarrollo a partir de mediados de los 80 (Oya y Sender, 2007).

Aunque implícitamente muchos de los análisis sobre la pobreza hacen referencia a la pobreza rural, la cuantificación de la incidencia y características específicas de la pobreza en las zonas rurales deriva fundamentalmente de los trabajos e informes del Fondo Internacional para el Desarrollo

---

\* - Professor da Universitat Politècnica de València

Agrario. En su “Informe sobre la Pobreza Rural” de 2011 señala que de los 1.400 millones de personas que en 2005 vivían en el mundo en situación de extrema pobreza (con menos de 1,25 dólares per cápita al día), 1.000 millones residían en zonas rurales. La incidencia de la pobreza extrema se estaba reduciendo en el conjunto de la población rural de los países en desarrollo (de afectar al 54% de la población de esos países en 1988 había caído hasta el 35% en 2008), pero con diferencias importantes entre las regiones y países del mundo en el ritmo de esa reducción, especialmente lento en África subsahariana donde más del 60% de la población rural continuaba situándose en 2008 por debajo de esa línea de pobreza extrema (FIDA, 2010).

Otro hecho impactó en la problemática del medio rural en los países en desarrollo a finales de la pasada década, el espectacular alza de los precios agrícolas en los mercados internacionales que se desencadena en 2007-2008, rompiendo de forma abrupta con las tendencias anteriores. Ese crecimiento de los precios incide también sobre los niveles de pobreza (aunque más en la población urbana de esos países) pero sobre todo reaviva un viejo debate, la necesidad de incrementar la producción agrícola mundial para “alimentar al planeta”. En los países en desarrollo las expectativas de desarrollo de la agricultura también se abren, pero con muchos interrogantes, en particular el que plantea quién puede protagonizar el proceso, la población local o las inversiones externas.

Para dirimir esos diversos desafíos que afectan al medio rural, África Subsahariana se está configurando como el principal “campo de juego” a nivel mundial. Por una parte, en la lucha contra la pobreza, es la única región del mundo en desarrollo donde no se ha cumplido el objetivo del milenio de reducir a la mitad en 2015 los niveles de incidencia de la pobreza extrema existentes en 1990 (Naciones Unidas, 2015). Los débiles ritmos de reducción de esa incidencia, junto al crecimiento demográfico que se mantiene en la región, hacen prever que en los próximos años continúe incrementándose el volumen de población africana que vive bajo la línea de pobreza extrema.

Por otra parte, la renovada atención a la producción agrícola también ha hecho volver la mirada hacia África subsahariana. Tras el fracaso en los años 70 y 80 de la “revolución verde” que alcanzó éxitos apreciables en otras regiones del mundo en desarrollo, se habla de una nueva revolución verde específica para África. Algunas estimaciones también apuntan a África subsahariana como la región del mundo con mayores posibilidades de incrementar la superficie agrícola cultivada y, de hecho, los nuevos acuerdos

para el cultivo de tierras por parte de inversores ‘globales’ (el conocido “land grabbing”), desencadenados a partir de la alteración de los mercados agrarios en 2007-2008, también están concentrados mayoritariamente en África.

En este trabajo vamos a revisar brevemente algunas de las cuestiones en juego en ese tablero africano, con particular atención a la dinámica y posibilidades que allí presentan los “pequeños agricultores”<sup>4</sup>. Presentamos en primer lugar el esquema de las “vías de salida” de la pobreza rural, consolidado en la literatura como un guion de análisis a nivel “micro” útil para evaluar la situación y dinámica de las familias rurales. Consideramos después las relaciones entre la naturaleza de esas “vías” de salida y los procesos de diferenciación social en agricultura. En el epígrafe 4 nos introducimos ya en el análisis específico para África subsahariana, profundizando en particular sobre las posibilidades y limitaciones que la denominada “vía agrícola” ofrece para el crecimiento y consolidación de la pequeña agricultura en el continente. Tras una más breve referencia a las vías “no agrícolas” de salida de la pobreza rural (menos desarrolladas en África que en otras regiones del mundo en desarrollo), concluimos con una referencia a las peculiares “variantes africanas” del proceso de diferenciación de las estructuras agrarias que estarían emergiendo en el continente de acuerdo con la bibliografía revisada.

## 2 - EL ESQUEMA DE LAS “VÍAS DE SALIDA” DE LA POBREZA RURAL

El análisis de las estrategias de obtención de rentas por parte de las familias rurales, apoyado en la creciente disponibilidad de datos procedentes de Encuestas de Hogares en los países en desarrollo, permite una tipificación de las distintas orientaciones o especializaciones de esas familias en una u otra fuente de renta, especializaciones que pueden ser asociadas con diferentes “vías de salida” de la pobreza.

---

4 - Utilizamos este término como más aproximado al de “smallholders”, término inglés generalizado en la literatura. En el caso de África subsahariana estos pequeños agricultores encajan mayoritariamente en la definición de “campesinos” aceptada en la literatura (ver Baptista, 2013: 8-9), pero no en la de “agricultores familiares”, tal como precisa también este autor.

Durante los últimos años se han difundido análisis en estos términos referidos a las distintas regiones del mundo en desarrollo. Como ejemplos podemos señalar el trabajo de De Janvry y Sadoulet (2000) con datos para Nicaragua y México; los de Anyanwu (2005) para Nigeria y de Marchetta (2008) para Ghana; o el de Fuwa (2007) para Filipinas. También se han publicado análisis comparativos con datos de varios países en desarrollo (Winters *et al.*, 2009). Pero sin duda, lo que más difusión ha dado al esquema de las “vías de salida” ha sido su utilización por el Banco Mundial en su Informe de 2008 sobre el Desarrollo Mundial dedicado al tema “Agricultura para el Desarrollo”. El esquema de las “vías” constituye uno de los elementos centrales de la estructura y de la línea argumental del Informe (World Bank, 2007).

El soporte básico de estos análisis, las Encuestas de Hogares, han recibido críticas en la literatura por la calidad de los datos que proporcionan. Klein (2009: 45), tras revisar las metodologías y cuestionarios de esas Encuestas en nueve países latinoamericanos, concluye que en la mayoría de casos reflejan mal, normalmente subestimándolos, los trabajos estacionales o temporeros y los ingresos de ellos derivados, trabajos que constituyen un elemento importante de la realidad rural de esos países. Oya y Sender (2007: 92-93) hacen referencia, para África subsahariana, a la multitud de problemas asociados a la recogida de datos en las encuestas y a las extrapolaciones realizadas para estimar indicadores de pobreza, lo que cuestiona, sobre todo, la fiabilidad de las comparaciones intertemporales y entre países. Sin embargo, Winters *et al.* (2009) defienden la validez de comparaciones como la que presentan, apoyada en la base de datos RIGA que proporciona datos a partir de encuestas realizadas con metodologías similares en 15 países distribuidos en las distintas regiones del mundo en desarrollo<sup>5</sup>.

Las “vías de salida” de la pobreza rural que, a partir de estos análisis, identifica el Informe del Banco Mundial (WDR 08) y son generalmente aceptadas en la literatura son estas:

- La “vía agrícola”, consistente en el desarrollo de las explotaciones de pequeños agricultores o campesinos. El WDR 08 pone especialmente

---

5 - La base de datos RIGA (*rural income generating activities*) ha sido creada dentro de un proyecto conjunto FAO-Banco Mundial para desarrollar bases de datos comparables sobre las rentas y sus componentes en una serie de países en desarrollo ([http://www.fao.org/es/ESA/riga/index\\_en.htm](http://www.fao.org/es/ESA/riga/index_en.htm)).

el acento en su acceso e integración en los mercados y apunta asimismo la progresiva adquisición de ciertos rasgos empresariales por parte de esas explotaciones.

- El empleo rural fuera de las explotaciones, bien como asalariados agrícolas, bien empleados en la economía rural no agrícola, como asalariados o por cuenta propia.
- La “vía migratoria”, que se traduce en la desaparición del escenario rural de una serie de hogares, pero puede también provocar (cuando la migración es temporal o de sólo algún miembro del hogar) un flujo de remesas o transferencias hacia las familias de los emigrantes que mantienen la residencia rural.

Solamente en algunos trabajos (De Janvry y Sadoulet, 2000) se apunta otra vía, una “vía asistida” apoyada en transferencias públicas de diverso tipo que pueden ayudar, en determinadas circunstancias, a escapar de las situaciones de pobreza.

La cuantificación de las fuentes de renta de los hogares rurales permite comprobar si están o no especializados en algún tipo de rentas, clasificando así a los hogares como “orientados” hacia una u otra de aquellas vías de salida. La Tabla 1 muestra esa tipificación a partir de unos primeros resultados de la base RIGA, ofrecidos en el Informe 2008 del Banco Mundial.



TABLA 1. Tipificación de hogares rurales según su estrategia de obtención de rentas.

País	Año	Orientados a la producción agrícola			Orientados al mercado de trabajo	Orientados a la migración	Diversificados	Total	
		Orientados al mercado	Orientados al autoconsumo	Total					
(Porcentaje de hogares rurales en cada grupo)									
Países basados en la agricultura	Nigeria	2004	11	60	71	14	1	14	100
	Madagascar	2001	-	-	54	18	2	26	100
	Ghana	1998	13	41	54	24	3	19	100
	Malawi	2004	20	14	34	24	3	39	100
	Nepal	1996	17	8	25	29	4	42	100
	Nicaragua	2001	18	4	21	45	0	33	100
	Vietnam	1998	38	4	41	18	1	39	100
	Pakistán	2001	29	2	31	34	8	28	100
	Albania	2005	9	10	19	15	10	56	100
	Indonesia	2000	-	-	16	37	12	36	100
Países en transformación	Guatemala	2000	4	7	11	47	3	39	100
	Bangladesh	2000	4	2	6	40	6	48	100
	Panamá	2003	1	5	6	50	6	37	100
	Ecuador	1998	14	11	25	53	2	19	100
Países urbanizados	Bulgaria	2001	4	1	5	12	37	46	100

Fuente: World Bank (2007): *World Development Report 2008: Agriculture for Development*. Table 3.2, Página 76.

Nota: Los hogares se consideran orientados a su explotación agrícola, al mercado de trabajo o a la emigración si más del 75% de sus rentas procede, respectivamente, de la producción agrícola, de salarios (o autoempleo no agrícola), o de transferencias. Si ninguna de esas fuentes supone más del 75% de sus rentas, se consideran hogares diversificados. Dentro de los orientados hacia su explotación agrícola, se consideran orientados al mercado cuando venden más de la mitad de su producción agrícola y se consideran orientados hacia autoconsumo en caso contrario.

La Tabla agrupa los datos disponibles en las tres categorías generales de países en desarrollo que utiliza el Informe. Destaca sobre todo el fuerte peso en la mayoría de países de los hogares no especializados o “diversificados”, en los que ninguno de los tipos de renta considerados llega a suponer el 75% del total. En los países africanos se aprecia un predominio de los ingresos procedentes de la explotación agrícola, con una parte apreciable de la producción destinada al autoconsumo. En los países “en transformación”, especialmente en los latinoamericanos incluidos en esa categoría, un alto porcentaje de hogares rurales basan sus ingresos en el empleo fuera de la explotación. La estimación del peso de los “orientados a la emigración” (más del 75% de sus ingresos procede de transferencias) lógicamente subestima el peso de esa “vía de salida” al no contabilizar las familias que han emigrado de forma definitiva.

### 3 - LA NATURALEZA DE LAS VÍAS DE SALIDA Y LOS PROCESOS DE DIFERENCIACIÓN

En el debate surgido a partir de la publicación del Informe del Banco Mundial, un primer desacuerdo se ha planteado en torno a la naturaleza de esas distintas vías de salida de la pobreza rural. Tanto el Informe como otros textos posteriores que adoptan este esquema (Winters *et al.*, 2009; Valdés *et al.*, 2009), contemplan esas distintas vías como una serie de oportunidades abiertas para los hogares rurales, como un “portafolio” de fuentes de rentas entre las cuales escogen y definen su estrategia. El Informe reconoce las dificultades o limitaciones que algunos hogares tienen para poder acceder a una u otra de esas fuentes de rentas, pero de su lectura se deduce en conjunto una visión muy positiva de las posibilidades que se ofrecen a esos hogares rurales, visión que en algunos pasajes llega a ser un canto a las oportunidades abiertas que están emergiendo en el mundo rural. Se destacan así las oportunidades de integración de los agricultores en “amplias cadenas de valor que los vinculan con los consumidores”, la coexistencia (aparentemente sin conflictos) entre la agricultura de pequeños agricultores y “una agricultura comercial intensiva en trabajo”, o las posibilidades de “mercados laborales eficaces y justos” en las zonas rurales (World Bank, 2007: 8).

Desde otras posiciones que podemos denominar críticas, lo que se afirma es que esa heterogeneidad de situaciones sociales que describe el Informe es resultado del clásico proceso de diferenciación social del campesinado,

determinado por dinámicas estructurales y por relaciones de poder, que no pueden ser presentadas simplemente como el resultado de “elecciones individuales”, de conductas de la población rural “adaptando racionalmente sus opciones de medios de vida y estrategias a sus dotaciones de recursos y sus limitaciones, para lograr una mayor eficiencia” (Amanor, 2009: 248 y 256; Oya, 2009: 234). Ese proceso de diferenciación es el que estaría permitiendo ahora en los países en desarrollo (como hizo en su día en los países desarrollados) el crecimiento de algunas explotaciones agrícolas que se insertan en el mercado y poco a poco adquieren rasgos empresariales, mientras el resto de explotaciones campesinas, o bien desaparecen (y sus titulares emigran), o bien se mantienen como unidades de subsistencia mientras los hogares intentan sobrevivir con los ingresos que pueden obtener en empleos externos dentro de las zonas rurales. Es decir, los excluidos del crecimiento agrícola se ven forzados, en definitiva, a adoptar alguna de las otras vías de salida de la pobreza.

El interrogante abierto y las dudas razonables se plantean acerca de si el crecimiento no agrícola será capaz en los países en desarrollo –como lo fue en los países desarrollados- de ‘sacar’ de la pobreza a esa población rural a la que no puede ocupar ni proporcionar rentas la agricultura. Las opiniones son mayoritariamente pesimistas a este respecto. Valdés *et al.* (2009: 9) señalan que “la mayoría de los países menos desarrollados no van a tener en un próximo futuro el lujo de un rápido crecimiento no agrícola, bien sea rural o urbano”. Baptista (2013: 29-30 y 136) apunta que la estructura económica de estos países y el marco actual de la economía mundial hacen que “el modelo de ajuste de la población agrícola (que han experimentado los países industrializados) no tenga condiciones para desarrollarse”. Con esas perspectivas sigue siendo por tanto necesario explorar al máximo las posibilidades de la vía agrícola, es decir las condiciones en las que aquel proceso de diferenciación puede permitir mantener con rentas suficientes al mayor volumen de pequeños agricultores.

## 4 - ÁFRICA SUBSAHARIANA Y EL ESQUEMA DE LAS “VÍAS DE SALIDA”

En el caso de África subsahariana, las perspectivas en relación a un crecimiento no agrícola con capacidad para resolver los problemas de los pobres rurales (el interrogante con el que concluíamos el epígrafe anterior) son particularmente desfavorables.

En la Tabla 1 ya observamos como los datos correspondientes a los países africanos mostraban unos hogares rurales mayoritariamente “orientados” hacia la agricultura, es decir con un claro predominio de las rentas derivadas de su explotación agrícola en el total de sus ingresos (mucho más definido que en los países no africanos), posiblemente como consecuencia de la falta de oportunidades de obtención de otras rentas.

Otros análisis comparativos entre países confirman esas conclusiones. Winters *et al.* (2009: 1440), utilizando también la base de datos RIGA, encuentran un nivel de importancia de las rentas producto de actividades rurales no agrarias sensiblemente inferior en África (23% de las rentas rurales totales) que en las otras regiones del mundo en desarrollo (41% en Asia, 52% en Latinoamérica, 66% en el este de Europa). Referencias específicas para África (Oya y Santamaría, 2007: 149) apuntan niveles de incidencia algo más elevados y un creciente peso de las rentas no agrarias en el medio rural africano.

También hay acuerdo en señalar que los niveles de participación de los hogares rurales en actividades fuera de su explotación (78% como media en los países africanos analizados, según los mismos datos de Winters *et al.*) son bastante más elevados que la importancia de las rentas. Todo apunta a que existen complejas formas de subsistencia a las que recurren las familias rurales, como migraciones temporales o empleos diversos normalmente informales, en general con escasa capacidad de proporcionarles rentas.

Pese a las referencias a esa diversificación y posibles vías alternativas para la población rural, la atención de la literatura sigue mayoritariamente concentrada en analizar las posibilidades de la agricultura africana y su papel en la ‘salida’ de la pobreza de la población rural. También nosotros vamos a tratar con más detenimiento esa “vía agrícola”.

#### 4.1 - La “vía agrícola”: Limitaciones y posibilidades de la pequeña agricultura en África subsahariana

En el análisis de las posibilidades de desarrollo de las pequeñas explotaciones, buena parte de los trabajos (siguiendo el modelo del WDR 08) se centran en su acceso e inserción en los mercados. Pero también es necesario considerar (y así lo hace parte de la literatura) el acceso y la disponibilidad de tierra para esos pequeños agricultores, así como su relación con los mercados de factores de producción y el acceso a unas u otras tecnologías. Hacemos

aquí una breve referencia a esos diversos aspectos en torno a la “vía agrícola” en África subsahariana.

a) El acceso a la tierra

La advertencia sobre el error que supone hablar de forma genérica de la agricultura africana como si fuera un todo homogéneo (Oya y Santamaría, 2007: 137) es particularmente pertinente cuando nos referimos a la disponibilidad de tierra agrícola. Un lugar común en los discursos es que la tierra no es un recurso limitante del desarrollo agrario africano. Algunas cuantificaciones también señalan que más de la mitad de la tierra disponible para expandir el cultivo agrícola en el mundo está en África subsahariana.

Sin embargo, trabajos recientes cuestionan esa tesis, señalando que esa tierra potencialmente cultivable está concentrada en 7 u 8 países, mientras que muchos otros países africanos sostienen elevadas densidades de población sobre reducidas áreas de cultivo. Jayne *et al.* (2014) concluyen que 82% de la población rural africana reside en regiones con solamente 20% de las tierras agrícolas del continente.

A la hora de evaluar las disponibilidades reales de tierra para un posible crecimiento de las pequeñas explotaciones, actualmente habrá también que descontar las tierras adquiridas u ocupadas a través del conocido “land grabbing”, los acuerdos (de arrendamiento, ocupación temporal o compra) por parte de grandes corporaciones o entidades comerciales que se han producido a partir de las alteraciones de los mercados agrarios desencadenadas en 2007. Estimaciones recientes (Schoneveld, 2014) cifran en 23 millones de hectáreas las tierras adquiridas en África subsahariana por grandes entidades, un 90% de las mismas con accionariado mayoritariamente extranjero, superficie que supone un 10% de la superficie agrícola de la región<sup>6</sup>.

En la revisión que realizan Jayne *et al.* (2014) ponen de manifiesto otro fenómeno que también limita las tierras disponibles para las explotaciones de pequeños agricultores. Se trata del rápido crecimiento reciente,

---

6 - Existen otras situaciones de apropiación de tierras, sin la dimensión internacional recogida en los estudios y estadísticas sobre “land grabbing”, pero que también reducen la tierra disponible para las pequeñas explotaciones. Es el caso referido por Baptista (2013: 77) sobre las concesiones de tierras por parte del Gobierno en la provincia de Malange (Angola). Jayne *et al.* (2014: 10) también hacen referencia a situaciones del mismo tipo (adquisiciones o concesiones de tierras a élites políticas) en Kenia y en Malawi.

documentado en Kenia, Zambia y Ghana, de explotaciones de tamaño medio (entre 5 y 20 hectáreas en el caso de Zambia; incluye explotaciones de mayor dimensión, siempre por debajo de 100 hectáreas, en los otros casos). Son mayoritariamente adquiridas por población urbana, con capitales obtenidos en empleos no agrarios.

El conjunto de estos elementos se traduce en un incremento de la competencia por la tierra. Su disponibilidad constituye ya una limitación real para muchas comunidades campesinas en las cuáles, además, la población continúa creciendo (en la mayoría de países la “transición demográfica” solamente está iniciada) e incrementando la presión sobre la tierra. El resultado es la continuada reducción del tamaño medio de las explotaciones, especialmente acusado en los países con menores disponibilidades de tierra y dentro de los estratos de pequeñas explotaciones.

b) Acceso a tecnologías y sostenibilidad

La conocida imagen de un sector de pequeñas explotaciones caracterizado en África subsahariana por la utilización generalizada de tecnologías muy básicas, con escaso capital y reducido acceso a los mercados de insumos que les permitiría incrementar la productividad de la tierra (Oya y Santamaría, 2007: 141), sigue siendo válida de acuerdo con estudios recientes, como el de Baptista (2013) en la provincia angoleña de Malange. Son pequeños agricultores cuyo reducido nivel tecnológico les hace depender mucho de las condiciones naturales, a diferencia de los agricultores familiares modernizados predominantes en otras regiones del mundo.

El reciente monográfico de la revista “Food Policy” al que el trabajo de Jayne *et al.* (2014) sirve de introducción, incluye una serie de artículos que analizan, por una parte, cómo las limitaciones de disponibilidad de tierra son una realidad en muchos sistemas agrarios africanos y, por otra, cuáles son las respuestas de la población ante esas limitaciones. En particular profundizan en el análisis de las formas de intensificación del cultivo que se están produciendo allí donde la población sigue creciendo y generando situaciones de elevada presión sobre la tierra. Observan cómo los rendimientos crecen con esa presión, pero sólo hasta ciertos límites. Esos incrementos de productividad derivan fundamentalmente de un cultivo más continuado de las tierras existentes, con la consecuente reducción de barbechos. Sin embargo, el uso de fertilizantes crece pero a ritmo lento y apenas se incrementa la superficie regada.

Esas formas de intensificación están conduciendo a una degradación de los suelos constatada en muchas regiones, lo que también reduce la respuesta al uso de fertilizantes inorgánicos cuando son utilizados. Los autores abogan por un planteamiento integral sobre los problemas de fertilidad del suelo, especialmente en esas áreas densamente pobladas, problemas que no pueden ser abordados de forma individual por los agricultores en sus pequeñas parcelas.

El contrapunto de esa visión que da cuenta de cómo se estaría produciendo en la agricultura africana un proceso de intensificación “no sostenible” lo están poniendo trabajos como el de Pretty *et al.* (2011). Recopila una serie de experiencias concretas desarrolladas en varios países africanos (nuevos cultivos y variedades, formas de cultivo y conservación de suelos, tratamiento integrado de plagas,...) que en conjunto abren vías para una “intensificación sostenible”. Los autores también apuntan propuestas sobre cómo difundir esas prácticas entre los millones de pequeños productores africanos.

c) *El acceso de los pequeños agricultores a los mercados*

Otro de los tópicos frecuentes al hablar de la agricultura africana es la importancia de una agricultura “de subsistencia”, con escasas relaciones con el mercado, al que únicamente destinaría algunos excedentes de producción. Los datos y análisis recientes (Oya y Santamaría, 2007: 144; Baptista, 2013) muestran por el contrario unos pequeños agricultores o campesinos que tienen una frecuente y generalizada relación con los mercados de productos agrarios, si bien es cierto que los porcentajes de producción propia dedicada al autoconsumo son considerables en muchos casos. Como concluye Baptista (2013: 96), “la cuestión no es, por lo tanto, articular los campesinos con el mercado puesto que ya están, de hecho, insertos en él”, tanto a nivel de consumo como de producción.

No es pues necesaria ninguna estrategia para desbloquear la relación de las familias rurales con los mercados. Lo que es necesario es facilitar su acceso a los mismos, pues en ocasiones sus condiciones, tanto físicas (la distancia a mercados lejanos con malas infraestructuras de transporte) como otras derivadas de las características de los mercados, excluyen a muchos pequeños agricultores.

Las características de los mercados a los que se enfrentan los agricultores africanos están cambiando como consecuencia de las profundas transformaciones que está experimentando el sistema agroalimentario global,

progresivamente dominado por grandes cadenas comerciales. La acusada concentración empresarial en los sectores de transformación y distribución comercial supone una considerable reducción del poder de negociación de los pequeños agricultores, bien manifiesta en todos los países en desarrollo. De ahí se deducen las ventajas, reconocidas en toda la literatura, de la agrupación de los agricultores en organizaciones o cooperativas que pueden aminorar los problemas de escala que tienen para enfrentarse a los otros eslabones de la cadena alimentaria y reforzar también su capacidad de negociación. Junto a los problemas de escala (materializados, por ejemplo, en la exigencia por parte de los compradores de aportar un volumen mínimo de producto), otros de los handicaps de los pequeños agricultores para integrarse con éxito en las modernas cadenas comerciales derivan de su falta de capital (necesario para cubrir determinados costes fijos asociados al acceso a esos 'modernos' mercados, como alcanzar determinados estándares de calidad u otros requerimientos) así como de su falta de experiencia comercial o su escasa capacidad empresarial (Valdés *et al.*, 2009: 9-10).

En un país africano donde la denominada "revolución de los supermercados" ha irrumpido con fuerza desde finales de los años 90, Kenia, los análisis muestran que esos supermercados son abastecidos de frutas y hortalizas frescas fundamentalmente por explotaciones de tamaño medio. Identifican determinados umbrales de "capital" (entendido en sentido amplio, incluyendo riego, transporte, también capacidad de organización y marketing) que excluye a los más pequeños. Los beneficios para éstos aparecen fundamentalmente vía mercado de trabajo, ante la creciente demanda de asalariados por parte de aquellas explotaciones comerciales de tamaño medio que abastecen los supermercados (Neven *et al.*, 2009).

Unas conclusiones similares son las obtenidas por Maertens y Swinnen (2009), analizando en este caso el sector de hortalizas para exportación desarrollado en Senegal. El endurecimiento de los estándares de calidad requeridos en esos mercados conduce a que la producción en grandes fincas vaya desplazando progresivamente a la producción de pequeños agricultores bajo contrato. Los autores insisten, también en este caso, que los principales efectos sobre los hogares rurales pobres del desarrollo de esos mercados de exportación se produce vía mercado de trabajo.

Estas experiencias africanas, coincidentes con las registradas en países en desarrollo de otras regiones del mundo, ponen de manifiesto la limitada participación de los pequeños agricultores en las modernas cadenas comerciales que progresivamente dominan los mercados y, en consecuencia,



la “estrechez” de esta vía de salida de la pobreza rural. No hay que olvidar, sin embargo, las posibilidades que puede abrir la agrupación y organización conjunta de esos pequeños agricultores para el acceso a los mercados.

## 4.2 - El empleo rural fuera de las explotaciones

Los análisis sobre esta “vía de salida” de la pobreza rural diferencian el trabajo como asalariados agrícolas dentro del conjunto de esos empleos externos. En África subsahariana el empleo asalariado agrícola solamente alcanza importancia en áreas próximas a grandes explotaciones en los países que han mantenido el modelo de ocupación del suelo de la época colonial, o en aquellos enclaves donde se está desarrollando una agricultura comercial, como los de Senegal o Kenia a los que hemos hecho referencia más arriba. Las cifras de encuestas y censos oficiales dan un peso muy reducido a este tipo de empleos en la gran mayoría de países africanos (menos del 10% del empleo total en agricultura, World Bank, 2007: 205), atribuido en parte a que este tipo de empleo, cuando existe, tiene carácter ocasional o estacional y está muy mal recogido por esas fuentes de datos. En cualquier caso, la realidad es el escaso desarrollo del mercado de trabajo agrícola en la mayoría de áreas rurales africanas. Por el contrario, sí que son frecuentes las migraciones estacionales desde esas regiones hacia otras de agricultura comercial donde las necesidades de trabajo se concentran en determinados periodos.

En cuanto al empleo no agrario en zonas rurales, existe consenso en la literatura al señalar que, en el caso de África subsahariana, está fundamentalmente determinado por “push factors”, es decir, por la incapacidad de obtener rentas suficientes en las explotaciones que empuja a la población rural a la búsqueda de empleos que les proporcionen rentas complementarias. Se trata de empleos muy diversos, como artesanía de diversos tipos, elaboración de productos alimenticios, la recolección de productos naturales en los bosques o la producción de leña y carbón. Son en general ocupaciones que no requieren calificaciones especiales ni tienen “barreras de entrada” (necesidades de capital) importantes, pero también proporcionan bajas remuneraciones, lo que limita su papel como “vías de salida” de la pobreza (Jayne *et al.*, 2014; Marchetta, 2008).

El análisis de este tipo de empleos como forma de adaptación a las limitaciones de la agricultura en áreas de elevada densidad de población no ofrece resultados muy prometedores. Por el contrario, Headey y Jayne (2014: 26) encuentran relaciones negativas estadísticamente significativas, a nivel

local, entre densidades de población y niveles salariales.

Sin embargo, otros estudios sí que identifican incrementos de renta en los hogares que realizan actividades no agrícolas, posiblemente como consecuencia de que incluyen empleos mejor remunerados y para los que existen “barreras de entrada” que excluyen a los más pobres o con menores niveles educativos (Marchetta, 2008, para el Norte de Ghana). Lo cual apunta la heterogeneidad de los empleos incluidos en ese “sector” y la necesidad de diferenciarlos para poder evaluar su impacto en la lucha contra la pobreza.

### 4.3 - La vía de la emigración

La difusión del fenómeno migratorio y su creciente impacto económico en los países en desarrollo es hoy un hecho plenamente asentado. Wiggins y Hazell (2008: 2) refieren las conclusiones de una revisión de literatura sobre migraciones en países en desarrollo, que cifra en una media del 25% el número de hogares que tienen al menos un miembro que ha migrado en el pasado o tiene ahora ese status. También para el conjunto de países en desarrollo, las estimaciones apuntan que el volumen actual de transferencias internacionales hechas por los emigrantes hacia sus países de origen supera al importe de las ayudas al desarrollo que reciben esos países. En los países africanos el volumen de transferencias recibidas también ha crecido en los últimos años, pero mantiene un peso moderado en el conjunto de sus economías. Destacan Senegal y Togo, donde las transferencias representan 10% de su Producto Interior Bruto (PIB), seguidas de Kenia, Nigeria y Uganda, con pesos en torno al 5%, con datos siempre referidos a las transferencias “formales”, sin contabilizar por tanto el considerable volumen de transferencias no registradas en las estadísticas oficiales (Headey y Jayne, 2014: 28).

Las estimaciones del peso relativo de esas remesas o transferencias en las rentas de la población rural son todavía menos precisas. Wiggins y Hazell apuntan una estimación global para el conjunto de África que sitúa en 6% de la renta rural el peso del total de remesas de emigrantes (nacionales e internacionales) y de transferencias públicas, aunque advierten de la escasamente estandarizada medición de estas fuentes de renta. Señalan también la importancia sensiblemente superior de las remesas en los casos de algunas economías mineras del sur de África (citan específicamente el caso de Namibia) donde pueden llegar a suponer la mitad de la renta total (2008: 2-4).

Las relaciones entre la recepción de remesas y los niveles de pobreza de

la población rural son también analizadas en diversos trabajos. El trabajo de Valdés *et al.* (2009: 35, 112-figure 15), con datos de la base RIGA, encuentra correlaciones positivas entre la recepción de remesas por parte de los hogares y sus niveles de consumo en 14 de los 15 países analizados, tres de ellos africanos (Ghana, Malawi y Nigeria).

Menos terminantes (y más escasos) son los análisis que intentan evaluar si las remesas, más allá del efecto de sostenimiento de rentas que evidentemente producen, tienen efectos positivos sobre el nivel de inversión en las zonas rurales que pudiera estimular su crecimiento a más largo plazo. Wiggins y Hazell (2008: 15) citan la existencia de algunos linkages positivos en este sentido, en particular a través del estímulo al sector de la construcción en algunas zonas rurales receptoras de remesas. Sin embargo, otros estudios (referidos a Latinoamérica) apoyándose en el análisis de la utilización de las remesas, son menos optimistas sobre esas relaciones entre su recepción y el desarrollo futuro de las zonas rurales.

También faltan para el caso africano análisis que contrasten la hipótesis planteada por De Grammont (2009) sobre el medio rural mexicano. Señala este autor que ese medio rural se está configurando progresivamente como la base para migraciones, temporales pero de larga duración en ocasiones, hacia mercados de trabajo lejanos e inestables. Las familias mantienen su residencia rural, pero con una escasa o nula actividad agrícola, con las remesas como su fuente principal de renta. El medio rural de los países en desarrollo asume así la función de reproducir y mantener una mano de obra disponible para ser utilizada de forma flexible por la economía global.

## 5 - UNA REFLEXIÓN FINAL

Para concluir apuntamos simplemente una reflexión acerca de la forma en que el proceso de diferenciación social del campesinado se está desarrollando en África subsahariana, de acuerdo con la información que aportan algunos de los trabajos revisados. Como más arriba señalamos, ese proceso de diferenciación es el que subyace a la heterogeneidad social que muestran los datos de una población rural africana con distintas estrategias de obtención de rentas, orientada hacia una u otra vía de salida de la pobreza.

Oya y Santamaría (2007: 143, 148) han precisado el panorama general observable en varios países africanos. Señalan la evidencia de un proceso

de diferenciación dentro de las unidades de producción de pequeña escala, entre una minoría (entre 10% y un tercio según países) de explotaciones que “gradualmente se van tornando capitalistas” (mayor escala de producción, comercialización, empleo de mano de obra extrafamiliar) y, en el otro extremo, la más numerosa “clase de agricultores” cada vez más dependientes de trabajos e ingresos externos para asegurar su reproducción social. Apuntan también más adelante como los efectos de las políticas de ajuste estructural aplicadas a partir de los años 80 han acelerado los procesos de “creciente polarización y diferenciación entre agricultores”, acentuando la marginación de los menos viables que contrasta con la aparición de “una clase semicapitalista de granjeros (autóctonos) más prósperos, con negocios en el comercio y el transporte, que han aprovechado muchas de las oportunidades presentadas por la liberalización y privatización”.

Sobre este panorama hay que añadir la información que proporcionan los estudios sobre la emergencia reciente de “explotaciones de tamaño medio”. El análisis específico para Zambia es bastante explícito al detallar que las “explotaciones emergentes” (entre 5 y 20 hectáreas) se han formado por la adquisición de tierras por asalariados urbanos o por rurales “relativamente privilegiados”, mientras que no encuentran evidencias para mantener la hipótesis de que esas explotaciones procedan de un proceso de acumulación por agricultores que antes cultivaban menos de 5 hectáreas (Sitko y Jayne, 2014). El análisis para Kenia apunta un perfil similar de los agricultores “de tamaño medio”, mientras solamente en el caso de Ghana una parte significativa de esas explotaciones se ha formado por el crecimiento de otras de menor dimensión (Jayne *et al.*, 2014: 10)<sup>7</sup>.

Si los análisis empíricos confirman la generalización de este tipo de procesos, estaríamos ante una peculiar “variante africana” de los procesos de diferenciación en agricultura. Los agricultores modernizados que controlan progresivamente la producción agrícola no proceden (como en los casos europeos) de la ascensión de determinados estratos de pequeños agricultores, sino que están constituidos mayoritariamente por “nuevos actores” que se introducen en el negocio agrario, mientras la masa de pequeños agricultores se mantiene empobrecida y con pocas expectativas de dinamismo interno.

---

7 - En los tres países considerados (Zambia, Kenia y Ghana) el volumen de tierra controlada por estas “explotaciones de tamaño medio” es superior al de las grandes explotaciones de propietarios extranjeros o nacionales, las derivadas del conocido y analizado “land grabbing” (Jayne *et al.*, 2014: 10).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amanor, K.S. (2009): "Global Food Chains, African Smallholders and World Bank Governance", *Journal of Agrarian Change*, 9 (2): 247-262.
- Anyanwu, J.C. (2005): "Rural Poverty in Nigeria: Profile, Determinants and Exit Paths", *African Development Review*, 17(3): 435-460.
- Baptista, F.O. (2013): *O destino camponês*, 100LUZ editora.
- De Grammont, H. (2009): "México. Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural" en *FAO: Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, Oficina regional para América Latina y el Caribe: 225-263.
- De Janvry, A. y Sadoulet, E. (2000): "Rural poverty in Latin America. Determinants and exit paths", *Food Policy*, 25: 389-409.
- FIDA (2010): *Informe sobre la pobreza rural 2011*, Roma.
- Fuwa, N. (2007): "Pathways Out of Rural Poverty: A Case Study in Socio-economic mobility in the Rural Philippines", *Cambridge Journal of Economics*, 31(1): 123-144.
- Headey, D. and Jayne, T.S. (2014): "Adaptation to land constraints: Is Africa different?", *Food Policy*, 48: 18-33.
- Jayne, T.S., Chamberlin, J. and Headey, D. (2014): "Land pressures, the evolution of farming systems, and development strategies in Africa: A synthesis", *Food Policy*, 48: 1-17.
- Klein, E. (2009): "Condicionantes laborales de la pobreza rural en América Latina" en *FAO: Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, Oficina regional para América Latina y el Caribe: 15-64.
- Maertens, M. y Swinnen, J.F.M. (2009): "Trade, Standards, and Poverty: Evidence from Senegal", *World Development* 37(1): 161-178.
- Marchetta, F. (2008): "Migration and non-farm activities as income diversification strategies: the case of Northern Ghana", *Working Paper n° 16/2008*, Dipartimento di Scienze Economiche, Università degli Studi di Firenze.
- Naciones Unidas (2015): *Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe de 2015*.
- Neven, D., Makokha, M., Reardon, T. and Wang, H. (2008): "Kenyan supermarkets, emerging middle-class horticultural farmers, and employment impacts on the rural poor", *World Development*, 37 (11): 1802-1811.
- Oya, C. (2009): "Introduction to a Symposium on the World Development Report 2008: Agriculture for Development?", *Journal of Agrarian Change*, 9 (2): 231-234.
- Oya, C. y Santamaría, A. (2007): "Desarrollo agrícola, transformaciones agrarias y agro-pesimismo en África", en Oya, C. y Santamaría, A. (eds): *Economía política del desarrollo en África*, Akal: 133-159.
- Oya, C. y Sender, J.B. (2007): "Pobreza y empleo en África Subsahariana: mitos y realidades" en Oya, C. y Santamaría, A. (eds): *Economía política del desarrollo en África*, Akal: 85-108.

Pequeña agricultura y vías de salida de la pobreza rural:  
el caso de África subsariana

- Pretty, J., Toulmin, C. and Williams, S. (2011): "Sustainable intensification in African agriculture", *International Journal of Agriculture Sustainability*, 9(1): 5-24.
- Schoneveld, G. (2014): "The geographic and sectoral patterns of large-scale farmland investments in sub-Saharan Africa", *Food Policy*, 48: 34-50.
- Sitko, N. and Jayne, T.S. (2014): "Structural transformation or elite land capture? The growth of "emergent" farmers in Zambia", *Food Policy*, 48: 194-202.
- Valdés, A., Foster, W. *et al.* (2009) : « A Profile of the Rural Poor », Background Paper for IFAD Rural Poverty Report 2010 (<http://www.ifad.org/rural/rpr2010/>)
- Wiggins, S. y Hazell, P. (2008): "Access to rural non-farm employment and enterprise development", Background Paper for IFAD Rural Poverty Report 2010, version 2-0 31 Mar 08 (<http://www.ifad.org/rural/rpr2010/>)
- Winters, P., Davis, B., Carletto, G., Covarrubias, K., Qifones, E., Zezza, A., Azzari, C. y Stamoulis, K. (2009): "Assets, Activities and Rural Income Generation: Evidence from a Multicountry Analysis", *World Development*, 37(9): 1435-1452.
- World Bank (2007): *World Development Report 2008. Agriculture for Development*.



# AGRICULTURA FAMILIAR EM ANGOLA

## visão do IDA

Miguel Pereira\*

### A AGRICULTURA FAMILIAR, BASE DA AGRICULTURA ANGOLANA

A agricultura familiar constituiu sempre o centro da agricultura angolana. Mesmo recuando ao período pré-independência, eram as famílias que maioritariamente trabalhavam a terra, que produziam os alimentos, relegando para segundo plano uma agricultura empresarial ligada a uma lógica colonial de uso intensivo de mão-de-obra e de abastecimento à metrópole de culturas de rendimento<sup>8</sup>.

Dados recentemente publicados<sup>9</sup> evidenciam o peso da produção familiar nas principais culturas alimentares no final do período colonial (1972). Assim, no caso do milho (95%), feijão (96%) e mandioca (100%), podemos constatar a elevada proporção da produção familiar no total produzido. No caso do número de explorações, estavam recenseadas 1.067.230 explorações familiares, enquanto as empresariais se contavam em aproximadamente 6.500.

Com o período de independência e, especialmente, os longos anos de guerra civil, muita da população rural encontrou refúgio nas cidades. Os campos foram abandonados, a produção baixou para níveis que resvalaram

---

\* - Diretor Adjunto do IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola

8 - Café, algodão, sisal, etc.

9 - Neves, Alexandra Guillemín; Agricultura Tradicional em Angola anos 60; 100 Luz; Lisboa; 2012



para a fome e pobreza. Técnicas, infra-estruturas e materiais agrícolas foram-se perdendo, conhecimentos não foram aplicados, alguns ficando mesmo esquecidos. As cinturas urbanas das cidades, Luanda em particular, aumentaram consideravelmente até à situação que hoje conhecemos<sup>10</sup>. Os resultados preliminares do CENSO 2014<sup>11</sup> mostram hoje uma população angolana maioritariamente urbana (62,3%).

Com a paz alcançada em 2002 e a estabilidade social que naturalmente chegou, Angola procurou retomar a sua vocação agrícola. Desde essa altura foi claro que, para reduzir a pobreza, garantir a auto-suficiência alimentar e diminuir as importações, teria de existir uma forte aposta na agricultura. Mais ainda, tendo em conta a necessidade de diversificar a economia essencialmente dependente das receitas petrolíferas, havia que olhar para fora das fronteiras nacionais, traçando caminhos para a exportação de produtos agrícolas. E para isso, a agricultura familiar teria de ser parte integrante deste processo. Não só pela sua importância ao nível produtivo e de receitas, mas também porque a agricultura familiar oferece condições únicas de sustentabilidade a nível social, ambiental e territorial.

Muitos angolanos são agricultores familiares, actividade que contribui assim para o emprego de milhões de pessoas. Estas estão ocupadas e fixas num território que reconhecem como seu. Como sabemos, grande parte do território angolano é rural e são as populações, os agricultores familiares, os responsáveis pelo seu povoamento e sua manutenção para as gerações futuras. Estimam-se cerca de 35 milhões de hectares de solos aráveis com 47 bacias hidrográficas<sup>12</sup> que asseguram um potencial de irrigação considerável. A vastidão do território nacional, em particular a sua extensa faixa fronteiriça terrestre, necessita de uma ocupação territorial efectiva, evitando a desertificação, contribuindo para a unidade territorial.

É assim claro que o contributo da agricultura familiar em Angola, e mesmo numa perspectiva global, vai muito para além da sua produção.

---

10 - Luanda, com os seus 6 milhões de habitantes é hoje a terceira cidade lusófona mais populosa, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro.

11 - Resultados Preliminares - Recenseamento Geral Da População E Habitação – 2014, INE, Luanda

12 - Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2013-2017; MINAGRI; 2012

## A AGRICULTURA FAMILIAR EM ANGOLA

Para que entendamos o que é a agricultura familiar e o que dela se entende em Angola, esta é, resumidamente, uma agricultura onde o chefe de família toma as decisões e os trabalhadores são, na sua maioria, membros do agregado familiar.

O contributo dos agricultores familiares é fundamental para a produção agrícola, representando a quase totalidade da produção das culturas alimentares, como podemos ver no quadro seguinte.

Quadro 1. Produção e proporções da produção agrícola familiar (ano agrícola 2012/2013)

	Agricultura Familiar (tons)	Agricultura Familiar (%)
Cereais	1.324.500	79,2
Raízes e Tubérculos	16.762.784	91,7
Leguminosas	463.939	90,3

Fonte: Campanha Agrícola, Resultados 2012, 2013; MINAGRI

Actualmente, no contexto angolano e de uma forma simplificada, podemos caracterizar 4 grupos distintos de agricultores familiares:

- De subsistência
- De subsistência mas com produção de excedentes para a comercialização
- De vocação pastorícia, complementada por outras produções agrícolas
- De orientação maioritária para o mercado

Um trabalho recente<sup>13</sup>, focado em dois municípios da Província do Huambo<sup>14</sup>, apontava igualmente 4 tipos distintos de explorações agrícolas familiares.

13 - Diagnóstico Agrário Territorial da Província do Huambo; Projecto TERRA – GCP/ANG/045/SPA

14 - Bailundo e Caála.

- Pequenas propriedades familiares de subsistência
  - Superfície Agrícola Útil (SAU) entre os 0 e 2 hectares, mão-de-obra entre 1,5 a 5 membros da família, fortes limitações de capital para investimento.
- Pequenas propriedades familiares estáveis
  - SAU entre os 2 e 5 hectares, mão-de-obra entre 3 a 5 membros da família, ocasional disponibilidade de capital para investimento.
- Médias propriedades familiares com empregados
  - SAU entre os 5 e 10 hectares, mão-de-obra entre 3 a 5 membros da família e utilização de mão-de-obra externa, disponibilidade de capital para investimento.
- Grandes propriedades familiares “comerciais”
  - SAU superior a 10 hectares, mão-de-obra entre 3 a 5 membros da família e utilização de mão-de-obra externa, disponibilidade de capital para investimento, com utilização de tracção animal e por vezes mecânica (tractor).

Apesar de estar circunscrito a uma área reduzida tendo em conta o território nacional, podemos, com alguma reserva, generalizar estes tipos de explorações familiares para o resto do País. A sua proporção variará conforme a região ou Província.

Podemos, de um modo simplificado, apontar 5 regiões agrícolas distintas em Angola<sup>15</sup>:

- Região Litoral Norte - Economia de sequeiro, tendo como principais culturas a mandioca e o milho (Cabinda, Zaire, Luanda, Bengo e Kwanza Sul)
- Região Norte - Predomínio da cultura da mandioca, complementada pelas plantações de café e palma (Uíge, Bengo, Kwanza Norte e Malange)

---

15 - Para uma caracterização mais detalhada, aconselhamos uma consulta a “Características Mesológicas de Angola” de A. Castanheira Diniz. O autor, nesta publicação, divide o território angolano em 36 zonas agrícolas.



Quadro 2. População rural e população de Angola em 2014

Províncias	População rural (a)	População (b)	a/b (%)
Cabinda	141.252	688.285	20,52%
Zaire	148.023	567.225	26,10%
Uíge	874.665	1.426.354	61,32%
Luanda	165.698	6.542.944	2,53%
Cuanza Norte	144.979	427.971	33,88%
Cuanza Sul	1.108.745	1.793.787	61,81%
Malanje	435.737	968.135	45,01%
Lunda Norte	294.205	799.950	36,78%
Benguela	757.982	2.036.662	37,22%
Huambo	1.010.850	1.896.147	53,31%
Bié	751.201	1.338.923	56,10%
Moxico	329.487	727.594	45,28%
Quando Cubango	221.830	510.369	43,46%
Namibe	162.445	471.613	34,44%
Huíla	1.573.018	2.354.398	66,81%
Cunene	763.117	965.288	79,06%
Lunda Sul	115.512	516.077	22,38%
Bengo	201.657	351.579	57,36%
TOTAL	9.200.403	24.383.301	37,73%

Fonte: Resultados Preliminares - Recenseamento Geral Da População  
E Habitação - 2014

Esta população trabalha a terra, na sua grande maioria, manualmente. A tracção animal tem alguma expressão, em particular no Planalto Central, enquanto a mecânica apresenta valores residuais.

Quadro 3. Mobilização de terras na Campanha Agrícola 2012/2013

	2012/13	(%)
Manual	2.593.020	68,70%
Tracção Animal	1.100.633	29,16%
Mecanizada	80.526	2,13%
Total	3.774.179	100%

Fonte: Relatório da Campanha Agrícola 2012-13; IDA

A ligação com o mercado varia essencialmente conforme a dimensão económica das explorações. Os agricultores familiares, embora se diferenciem em métodos, técnicas e produtos, produzem primeiro para o consumo da respectiva unidade familiar. Só depois e se existir, o excedente é ligado ao mercado chegando posteriormente ao consumidor final.

O trabalho diário com os agricultores familiares mostra-nos que estes excedentes começam a ser mais frequentes, em maior quantidade e valor, sendo necessária uma articulação mais eficaz com o mercado para que estes continuem a aumentar.

## A AGRICULTURA FAMILIAR: APOIO INSTITUCIONAL

O desenvolvimento da agricultura familiar é um designio nacional amplamente reconhecido pelos diversos intervenientes no sector. O caminho a traçar para alcançar os objectivos preconizados e assumidos pelo actual Executivo, expressos no Plano de Desenvolvimento 2013-2017 e no Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2013-2017, passa inevitavelmente pela agricultura familiar, produtores e comunidades rurais de todo o País.

Para isso conta com o trabalho das Instituições Governamentais, em particular de vários Ministérios que de uma forma mais ou menos directa, têm um papel a desempenhar no sector.

O Ministério da Agricultura (MINAGRI), através dos seus vários Institutos e Direcções, leva até aos agricultores familiares, nas suas lavras, apoio

técnico e factores de produção para que possam desenvolver a sua actividade da melhor forma possível.

Entre eles, o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) apoia a agricultura familiar incentivando a sua produção e consequentemente a melhoria das condições socioeconómicas dessas famílias, estando presente em todas as Províncias de Angola, em 128 municípios, através de 131 Estações de Desenvolvimento Agrário (EDAs).

Programas e medidas são desenhados e levados à prática, para que os agricultores, e em particular os agricultores familiares, possam ver as suas culturas crescer e os seus produtos no mercado. Vários estão neste momento ao serviço da agricultura familiar.

O Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), da responsabilidade do IDA, é dirigido aos agricultores familiares, tendo como objectivo a redução da pobreza e a integração efectiva das comunidades rurais no desenvolvimento económico e social do País. Durante os primeiros cinco anos da sua implementação (2005-10), os resultados alcançados foram significativos ao nível da disponibilização e acesso aos factores de produção como sementes, fertilizantes e instrumentos de trabalho. De salientar também os investimentos efectuados em quase todo o País com a construção, reabilitação e apetrechamento de EDAs, residências e infra-estruturas de apoio à produção, bem como a distribuição de meios de transporte (veículos e motorizadas) aos técnicos, que assim permitiram um maior acompanhamento das acções junto das comunidades rurais<sup>16</sup>.

Desde essa altura até hoje, o programa continua. Cerca de 1.5 milhões de famílias são anualmente assistidas pelo IDA, onde é dada grande importância à transferência de tecnologias (tracção animal, semeadores-adubadores, pequenas unidades de processamento, etc.) e à introdução das boas práticas agrícolas.

---

16 - Para mais pormenores, recomenda-se a consulta do “Relatório Da Avaliação Do Programa De Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR)” de agosto de 2012.

Quadro 4. Distribuição provincial do número famílias assistidas em 2013/14

Províncias	Número de famílias
Bengo	38 700
Benguela	17 150
Bié	110 675
Cabinda	5 197
Cunene	14 500
Huambo	99 533
Huíla	75 500
Cuando Cubango	14 700
Kuanza Norte	30 000
Kuanza Sul	70 000
Luanda	8 554
Lunda Norte	15 000
Lunda Sul	23 000
Malange	64 996
Moxico	17 842
Namibe	8 600
Uíge	95 800
Zaire	20 308
TOTAL	730 055

Fonte: Preparação da Campanha Agrícola 2013-14, IDA

Para além do PEDR, o IDA está igualmente envolvido nos Programas de Promoção das Campanhas Agrícolas e Programa Nacional de Produção de Sementes<sup>17</sup>.

O primeiro, que envolve todos os Institutos sob a tutela do MINAGRI, tem como objectivo contribuir para o aumento da produção e produtividade dos agricultores familiares assistidos no âmbito do PEDR, com o fornecimento

<sup>17</sup> - Juntamente com o Serviço Nacional de Sementes (SENSE).



de insumos agrícolas (sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de trabalhos, pequenos equipamentos), no que diz respeito à acção do IDA.

Relativamente ao Programa Nacional de Produção de Sementes destina-se à criação de condições institucionais teórico-práticas, sociais e materiais com vista à criação de um sistema de produção de sementes de qualidade e distribuição aos produtores de sementes de alta qualidade.

Com recurso a financiamento externo e com o IDA como entidade de supervisão existem actualmente três projectos em curso: MOSAP, Bom-Jesus e Calenga e Projecto de Desenvolvimento de Arroz em Angola, que apoiam directamente a agricultura familiar.

O Projecto de Agricultura Familiar Orientado para o Mercado (MOSAP)<sup>18</sup> pretende aumentar a produção agrícola através da prestação de melhores serviços e apoio em termos de investimento para os pequenos produtores rurais nas comunidades e Municípios das Províncias alvo (Malange, Huambo e Bié). Possui três componentes: Reforço de Capacidades, Apoio ao Investimento Agrícola e Gestão do Projecto. Neste momento cerca de 50.000 agricultores familiares estão abrangidos nas várias actividades do Projecto.

O Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Bom Jesus Calenga tem como objectivo a garantia da segurança alimentar, através do aumento sustentável da produção agrícola e da renda das famílias beneficiárias do Projecto. A sua área de actuação é nas Províncias de Luanda (comuna do Bom Jesus) e no Huambo (comuna da Calenga). Para além da gestão do Projecto, tem três outras componentes: Desenvolvimento da Infra-estrutura Rural, Desenvolvimento Agrícola e Capacitação envolvendo neste momento cerca de 11.000 agricultores familiares.

O Projecto de Desenvolvimento do Arroz tem como objectivo o aumento da produção de arroz nas Províncias do Bié e do Huambo, através da melhoria da tecnologia de cultivo, envolvendo para além do IDA, o Instituto de Investigação Agrária e a Direcção Nacional de Engenharia Rural.

O crédito agrícola é uma medida essencial para o desenvolvimento da agricultura. Sabemos que as famílias camponesas têm uma grande carência de capital e que, sem este, não poderão adquirir os factores de produção que necessitam. Assim, através do Programa de Crédito Agrícola, e especificamente o Crédito Agrícola de Campanha<sup>19</sup>, os agricultores

18 - A sigla vem do inglês, "Market Orientated Smallholder Agricultural Project".

19 - Este programa inclui ainda o Crédito Agrícola de Investimento, o qual não será aqui abordado.

familiares têm a oportunidade de suprir as suas necessidades no mercado, reembolsando os credores na altura das suas colheitas. A primeira fase do Programa de Crédito Agrícola de Campanha envolveu um montante de USD 150 M, envolvendo quase 100.000 beneficiários. Está agora prevista uma segunda com um envelope financeiro de USD 140 M e condições de pagamento beneficiadas, relativamente à fase anterior.

Para além destes, outros programas do MINAGRI procuram apoiar os agricultores familiares, nomeadamente: a Implantação de Perímetros Irrigados, Programa de Formação de Quadros, Programa de Investigação Agrária, Instalação de Pólos Agro-industriais, Programa de Desenvolvimento Rural e o Programa de Desminagem, são alguns exemplos.

A juntar a estes temos ainda Programas de outros Ministérios e instituições governamentais:

PAPAGRO<sup>20</sup> (Ministério do Comércio) - pretende assegurar uma aquisição regular de excedentes das explorações agrícolas familiares e de outros produtores, garantindo assim o abastecimento dos principais centros de consumo. De igual forma, pretende também a disponibilização regular e permanente de bens essenciais e mercadorias às comunidades rurais.

PROFIR<sup>21</sup> (Ministério da Indústria) – visa mobilizar e valorizar as capacidades empreendedoras que as comunidades rurais detêm e promover o empreendedorismo e a geração de rendimentos através do fomento de microempresas industriais familiares. Prevê-se a sua implementação, numa fase inicial, em três Províncias: Malange, Cuanza Sul e Huíla.

Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (Casa Civil do Presidente da República<sup>22</sup>) - pretende reduzir os índices de pobreza, em particular nos meios rurais através de acções integradas a vários níveis.

## AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Pelo atrás exposto é claro que o futuro da agricultura angolana passará inevitavelmente pelo papel que a agricultura familiar nela representar, ou

---

20 - Programa De Aquisição dos Produtos Agro-Pecuários

21 - Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural

22 - A Casa Civil do Presidente da República tem por objecto a assistência, assessoria e apoio técnico directo e imediato ao Presidente da República no exercício das suas funções.

seja, o sucesso de uma está ligado ao da outra. E deste sucesso resultará a redução da pobreza não só das comunidades rurais, mas de Angola no seu todo.

Quatro pilares deverão sustentar o desenvolvimento da agricultura familiar:

- Organização comunitária
- Sistemas de financiamento
- Aumento de produção e produtividade
- Mercados e serviços de escoamento

Organização comunitária – A organização das comunidades rurais angolanas é condição indispensável para o seu desenvolvimento. Qualquer apoio público só poderá ser efectivo se existirem comunidades organizadas que o possam receber e não produtores dispersos e atomizados. A promoção e o reforço da organização comunitária são condições essenciais para o desenvolvimento agrícola angolano. Esta promoção terá de ser acompanhada por acções de capacitação em gestão de cooperativas, contabilidade básica e gestão de inventário para que as associações e cooperativas possam ser efectivas, autónomas e progressivamente sustentáveis.

Sistemas de financiamento – A capacidade de investimento é extremamente reduzida no meio rural, em particular junto dos agricultores familiares. Acções que fomentem o crédito de campanha<sup>23</sup> junto das comunidades rurais, a disseminação dos seguros agrícolas, em particular dos seguros de campanha, que permitam pagar o crédito em situações adversas e a introdução de subsídios, terão de ser implementados no meio rural.

Aumento de produção e produtividade – A produtividade das culturas em Angola é regra geral muito baixa, mesmo comparando com outros países africanos<sup>24</sup>. A mobilização dos solos é ainda feita, na sua grande maioria, manualmente, o que limita tanto a área semeada como a produtividade. De facto, dos 35 milhões de hectares de solo arável referidos anteriormente,

---

23 - E em menor escala, o de investimento.

24 - Como exemplo podemos apontar produtividades obtidas na campanha 2012/13 de 803 kg/ha para o milho, de 13.982 kg/ha para a mandioca e de 334 kg/ha para o feijão.

menos de 5.7 milhões de hectares foram semeados<sup>25</sup>. A tracção animal e mecânica tem uma expressão diminuta no total da área mobilizada e o seu fomento é essencial para o aumento da produção e produtividade.

Para além da mobilização, a correcção de solos através da calagem assume grande importância, em particular nos solos do Planalto Central, onde anos de cultura intensiva do milho foram desgastando a fertilidade natural dos solos. A calagem dos solos terá de ser adequadamente difundida em extensas áreas para aumentar os resultados produtivos.

Também o acesso a insumos a preços acessíveis, em particular de fertilizantes e sementes melhoradas, é ainda um constrangimento para a actividade dos agricultores familiares. Mas para que estes e outros insumos possam ser aplicados da forma mais correcta, é necessária uma capacitação constante e abrangente dos técnicos para que assim possam prestar os serviços de assistência técnica nas comunidades rurais, juntamente com a introdução de novas tecnologias de produção e novas variedades. Esta capacitação terá de ser, obviamente, transversal.

Mercados e serviços de escoamento – Sem comercialização não haverá dinamização da produção dos agricultores familiares. Esta resulta na recompensa efectiva do seu trabalho. Para que se processe será necessária a promoção de mercados rurais, feiras e outros canais de escoamento que ofereçam uma remuneração justa ao produtor. Deverá também ser disponibilizada informação fidedigna e actualizada sobre os preços de mercado, para que os agricultores possam tomar a sua decisão de venda no melhor momento e ao melhor preço. Para além disso, medidas como o estabelecimento de Preços Mínimos de Referência e a constituição de uma Reserva Alimentar, possibilitarão uma remuneração estável ao produtor que assim poderá continuar a sua actividade e, se para isso houver condições, expandi-la.

Estes pilares farão parte de um plano mais abrangente que envolverá vários Ministérios e que aponte uma estratégia e os resultados a obter no seu decurso: um Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar para concepção e implementação no curto prazo.

O momento presente é de oportunidades. O aumento da procura a nível mundial e as potencialidades do meio rural angolano oferecem oportunidades únicas. As oscilações do mercado petrolífero e a dependência das suas receitas no Orçamento Geral do Estado, implicam uma diversificação

---

25 - Resultados da Campanha Agrícola 2012/2013; MINAGRI.

económica que passa necessariamente pela agricultura e nesta, pela agricultura familiar. Novos desafios como as alterações climáticas, escassez e carestia dos fertilizantes químicos terão de ser enfrentados para que se possa chegar a uma agricultura familiar competitiva e sustentável.

Com as comunidades rurais, com o apoio de todos os intervenientes directos e indirectos no sector, com as muitas lições aprendidas – tais como as que resultaram do PAPDAR<sup>26</sup>, em que o IDA e o IPAD estiveram envolvidos e de que este livro é mais um resultado visível do muito que foi alcançado – sentimos que estamos no caminho certo para que a nossa agricultura familiar seja uma agricultura de futuro em Angola.

---

26 - Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural.

## O PERCURSO DA AGRICULTURA EM ANGOLA DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Henrique Alves Primo\*

Antes da independência, em 1975, o desenvolvimento económico e social de Angola assentava, em grande medida, no sector agrícola, em particular na produção de café.

Até àquela data, Angola foi um exportador líquido de alimentos, nomeadamente de milho. O petróleo, que representava em 1973 cerca de 30% das receitas totais da exportação, passou, a partir da independência, a ser a principal e quase única fonte de receitas. Actualmente contribui com mais de 50% do PIB.

Quando foi proclamada a independência de Angola em 11 de novembro de 1975, o país já estava em guerra civil entre o MPLA e os outros Movimentos de Libertação (FNLA, UNITA e outros)<sup>27</sup>. A insegurança levou ao êxodo das populações, sobretudo as do interior e das áreas rurais, que se deslocaram para zonas urbanas e para o exterior do país. Calcula-se que em 1975 tenham saído de Angola aproximadamente 400.000 pessoas<sup>28</sup> (Ferreira, 1985) onde, de entre outros, constavam proprietários, gestores de empresas, técnicos especializados e funcionários públicos

---

\* - Coordenador do PAPDAR pela parte angolana (IDA – MINADER)

27 - Criou-se uma aliança entre as forças políticas que foram expulsas de Luanda pelas tropas do MPLA constituída pelo exército do actual Congo Democrático (na altura Zaire), o ELP, Fação Chipenda e outras forças políticas surgidas sobretudo no pós-25 de abril.

28 - Foram chamados na altura retornados porque eram maioritariamente cidadãos portugueses que retornavam a Portugal.

qualificados. No campo, para além do Estado, controlado pelo MPLA – que enfrentava uma situação de guerra quase generalizada e sem dispor de um aparelho administrativo minimamente capaz –, restaram duas realidades: os trabalhadores das fazendas que lá se haviam mantido e a grande massa de camponeses (Rela, 1992).

Essa situação provocou a desestruturação do sistema de produção e de comercialização agrícola originando uma escassez acentuada de bens alimentares que levou, a partir de 1975/76, à importação massiva de alimentos.

A situação do sector agro-pecuário em 1975 era a seguinte (Neto, 2011):

- Abandono de 80% das explorações agrícolas e pecuárias;
- Baixa de produção e de produtividade em todas as culturas;
- Perda total das produções de algodão, sisal, arroz e diminuição para cerca de 1/5 da colheita de café;
- Falta de abastecimento para o campo no que se refere a bens de consumo e meios de produção;
- Paralisação de quase todas as máquinas agrícolas por falta de técnicos, combustível e orientação;
- Resultados quase nulos das incipientes tentativas de formação de cooperativas no campo;
- Ausência de circuitos de comercialização em muitas regiões e dificuldades significativas de escoamento de produtos, noutras regiões.

Em 1976 o Comité Central do MPLA oficializou a opção para “a edificação de um Estado de democracia popular e a construção das bases materiais e técnicas do socialismo” na República Popular de Angola.

À luz desta opção, no sector agrícola pretendia-se acabar com o modo de produção capitalista baseado na afectação privada da terra e caracterizado por um sector empresarial que ocupava as melhores terras e onde as grandes propriedades produziam fundamentalmente bens destinados à exportação, contrastando com um sector tradicional povoado pelos camponeses relegados a terras marginais e dispendo de limitados meios de produção, vivendo em regime de quase subsistência (Neto, 2011).

O objectivo era implementar um modo de produção socialista onde predominava a propriedade estatal, com empresas públicas praticando uma agricultura moderna e mecanizada e um sector camponês onde se massificaria a produção colectiva com a formação de cooperativas e associações, através

das quais as suas práticas agrícolas seriam modernizadas.

A Lei 3/76, proclamada em 1976, deu cobertura legal às nacionalizações e confiscos que se generalizaram a todas as actividades económicas não petrolíferas e resultou – com a nacionalização da terra e das empresas agrícolas de produção, distribuição, comercialização e transformação – num total controlo estatal da agricultura.

As nacionalizações e apropriações foram levadas a cabo sem provocar grandes convulsões sociais nem violência, transmitindo a sensação de ser a “coisa mais natural” dadas as circunstâncias. Na realidade não houve grandes contestações, sobretudo porque as propriedades estavam na sua maioria abandonadas com os seus donos fora do país e o Estado garantiu pleno emprego aos trabalhadores das empresas nacionalizadas. Há quem considere, como Relá (1992), que “a nacionalização ou o confisco das empresas não foi uma opção determinada por qualquer aspecto ideológico<sup>29</sup> na generalidade dos casos, mas um impulso circunstancial determinado pelos acontecimentos”.

Em 1977, no seu primeiro congresso, o MPLA é transformado em Partido Político, passando a designar-se MPLA-PT (MPLA- Partido do Trabalho) e adopta formalmente o marxismo-leninismo como sua linha de orientação política e económica. Deste congresso saíram as principais linhas do novo regime.

De acordo com estas linhas foram aprovados os estatutos dos Órgãos de Planificação e das Unidades Económicas Estatais (UEE)<sup>30</sup>, que se constituíram nos instrumentos de base da política económica e de desenvolvimento. Adoptou-se um modelo de economia centralizada onde “o plano tornou-se instrumento de direcção e de controlo da economia. Os planos anuais e plurianuais passaram a constituir um documento com força de lei e neles se reflectiam a política económica e os objectivos a curto e médio prazo. O plano concentrou a afetação dos recursos da economia, definia a distribuição da produção, estabelecia os preços e os salários, priorizava os investimentos, entre outros aspectos” (Mosca, 1996)<sup>31</sup>.

29 - Seguiram-se outras acções como a nacionalização do património religioso (escolas, rádio...), comércio, etc.

30 - Decreto 62/77 de 14 de Julho e Lei 17/77 de 15 de Setembro. Esta última deu cunho legal à criação das unidades estatais de produção (AUPs, Complexos, empresas de serviços, etc.)

31 - Apesar de esta referência de Mosca estar indexada ao caso moçambicano, a descrição aplica-se ao sistema angolano, inspirado nos mesmos princípios político-ideológicos.



Neste mesmo congresso a agricultura foi considerada como a base do desenvolvimento económico-social e a indústria como o sector decisivo. A agricultura foi definida como a base, porque na altura estimava-se que 85% da população vivia da agricultura e em meio rural e que esta era a principal fornecedora de bens essenciais à subsistência humana. A indústria foi definida como o sector decisivo pelos elevados ritmos de crescimento que poderia proporcionar, já que esta serviria a agricultura: a jusante, valorizando os seus produtos, e a montante, fornecendo factores e meios de produção (Costa, 2006).

As principais tarefas acometidas à agricultura foram:

- Produção de alimentos para a satisfação das necessidades da população e de produtos para a exportação;
- Fornecimento de matéria-prima à indústria agro-alimentar e têxtil.

A meta era obter os níveis de 1973, considerado o ano de maior produção do período colonial.

A estrutura do sector agro-pecuário passou a ser constituída pelas fazendas abandonadas<sup>32</sup> – entretanto nacionalizadas e/ou confiscadas (sector estatal) –, pelas explorações agrícolas e pecuárias dos camponeses (sector camponês) e por pequenas propriedades privadas residuais (chamado o sector capitalista). Todas elas enquadradas e assistidas por um sector público/institucional com uma nova estruturação administrativa e tutelando empresas estatais para a produção agro-pecuária e prestação de serviços de logística e assistência técnica.

## O SECTOR ESTATAL

O sector estatal de produção era constituído por Agrupamentos de Unidades de Produção (AUPs)<sup>33</sup>; Unidades de Produção (UPs)<sup>34</sup>; Complexos Agrários;<sup>35</sup>

32 - Estimadas em 80% das existentes no período colonial segundo Neto (2011).

33 - AUPs: consistiam num conjunto de unidades estatais que, pela sua proximidade geográfica e complementaridade produtiva ou pelo seu passado, aconselhavam uma estrutura de controlo e apoio comum. Tratava-se de um grupo de antigas fazendas coloniais com uma direcção centralizada e com vista a rentabilizar a força de trabalho e a capacidade técnica e mecânica de cada unidade.

34 - UPs: unidades de produção de grande extensão compostas por várias subunidades e funcionando com autonomia financeira e jurídica próprias.

35 - Os Complexos agrários e agro-industriais compreendiam as regiões que detinham

Empresas Territoriais do Café e Empresas de Extracção de Produtos Florestais.

Em 1980 este sector, sem considerar a cultura do café, era composto por: 69 AUPs; 7 Complexos Agrários (Kwanza Bengo, Camabatela, Cela, Matala, Cavaco, Missombo e Kamuvi) e 10 empresas regionais, que perfaziam no conjunto 350 unidades de produção, estas resultando muitas vezes da junção de mais de uma antiga empresa colonial capitalista (MPLA, 1980). A maior composição deste sector estava no café com 1.630 empresas (cerca de 90% das existentes no período colonial).

As principais características comuns do sector estatal eram:

- A permanência dos sistemas de produção herdados, com aumento do factor capital, principalmente da mecanização;
- A introdução de uma assistência técnica estrangeira, em alguns casos massiva, geralmente proveniente dos países socialistas à luz dos acordos de cooperação intergovernamentais;
- As empresas possuíam um financiamento público “leve”, tanto para as despesas de campanha como para os investimentos<sup>36</sup>.

Este modelo era inspirado nos modelos aplicados nos países socialistas e eram semelhantes para o sector estatal ao sovkoze<sup>37</sup> (Mosca, 1996) e aos complexos agro-industriais existentes nesses países.

---

um determinado nível de organização da produção e capacidade de gestão, existência de infra-estruturas directa ou indirectamente produtivas, existência de equipamento que permitisse a transformação dos produtos colhidos. Estas estruturas englobavam as fazendas estatais e cooperativas agro-pecuárias às quais deveria estar associada em princípio, uma unidade de transformação agro-industrial (leite, queijo, descasque de arroz, óleo, sabão).

36 - Embora Mosca tenha feito esta afirmação e outras citadas neste texto para o caso de Moçambique, em Angola verificou-se situação semelhante. Segundo Mosca, citando Konai (1981), a expressão financiamento leve, significa que os volumes financeiros eram concedidos a taxas de juros baixas ou negativas e que os planos de produção material e os investimentos possuíam, regra geral, financiamento assegurado. Isto é, a moeda não era para as empresas públicas um bem escasso. Ela estava automaticamente assegurada com a aprovação do plano material.

37 - *Sovkoze* são fazendas modelo pertencentes ao Governo, que as explora directamente. A sua principal finalidade é aperfeiçoar e desenvolver métodos e técnicas de cultivo para orientar o *kolkhoze*.

## O SECTOR CAMPONÊS

Os camponeses sempre ocuparam uma posição central na produção agrícola do país. Em 1973, eram responsáveis por 70-80% da comercialização do milho, trigo e feijão, da quase totalidade da mandioca e amendoim, de 70% da batata e carne de bovino e suíno, 50% do arroz, 38% do tabaco, 28% do café e 21% do algodão (MPLA, 1980: 97).

Com o êxodo massivo dos empresários agrícolas em 1975, os produtores que ficaram na zona rural eram quase exclusivamente os camponeses. A reprodução dos seus sistemas de produção podia estar praticamente garantida pelos recursos naturais e pelos seus saberes e tecnologias (agricultura camponesa) e, por conseguinte, estavam mais adaptados às condições existentes para a produção agrícola do que a agricultura empresarial.

Estes factos tornavam os camponeses um sector incontornável. No entanto, para o MPLA, havia neste sector um fraco desenvolvimento das forças produtivas, pelo que era preciso mudar as relações de produção. Orientou por isso o enquadramento dos camponeses em cooperativas agrícolas do tipo socialista, em que o processo de modernização da sua agricultura e o estabelecimento de novas relações de produção, baseados na produção colectiva, seriam mais eficientes<sup>38</sup>.

O cooperativismo foi considerado a segunda prioridade enquanto forma de produção agrícola, após o sector estatal. Este modelo era semelhante aos *Kolkhoze*, da então União Soviética (Neto, 2011)<sup>39</sup>.

O objectivo do associativismo a médio prazo era (CIDAC, 1980):

- Transformação das relações de produção na agricultura;
- Aperfeiçoamento das técnicas agrícolas;
- Educação ideológica das massas camponesas;
- Aumento da produção e da produtividade.

Numa fase inicial o interesse pela adesão ao cooperativismo foi grande, simplesmente porque foi prometido aos camponeses que aderissem às

---

38 - As novas relações de produção implicavam alterações para além da produção também no sistema de uso da terra e no circuito de distribuição.

39 - *Kolkhoze*: colectivização de todas as práticas agro-pecuárias, através da verticalização colectiva de toda a cadeia (produção, transformação, venda). Trata-se de uma associação na produção e não de produtores.

cooperativas e associações, o fornecimento de sementes melhoradas, fertilizantes e maquinaria agrícola de tecnologia simples, bem como a instalação local de lojas para a compra da produção agrícola e a venda de bens de consumo.

A associação fazia-se através de um campo colectivo, onde cada membro trabalhava dois a três dias por semana, o chamado bloco cultural<sup>40</sup>. O bloco cultural era uma área contígua onde os associados tinham uma parcela com a mesma dimensão e onde todos tinham que semear/plantar a mesma cultura. Havia camponeses que não estavam filiados em cooperativas/associações, e mesmo os que aderiram ao movimento cooperativo, mantinham as suas lavras individuais, onde praticavam as suas culturas de acordo com os seus sistemas de produção.

### SECTOR PRIVADO

A orientação política do país era hostil a este sector, considerado um resíduo do sistema capitalista que deveria ser eliminado. Para além da hostilidade política, este sector não recebia apoios do Estado a menos que vendesse a este a sua produção.

O sector privado era constituído por alguns fazendeiros estrangeiros que permaneceram no país e angolanos que, exceptuando os criadores de gado, possuíam áreas de reduzida dimensão.

Em 1979, estima-se que estas propriedades eram de pequena e média dimensão e rondavam as três centenas. Uma boa parte delas (cerca de 155) eram fazendas cafeícolas com uma área de plantação de 43.600 hectares no seu conjunto. Também havia propriedades que produziam hortofrutícolas (no Vale do Cavaco-Benguela e na Matala-Huíla), sisal (Benguela) e se dedicavam à avicultura, suinicultura e, embora em número restrito, à bovinicultura (Huíla e Kuanza Sul), geralmente em localidades menos afectadas pela guerra (MPLA, 1980).

Logo após a independência a produção agro-pecuária foi diminuindo acentuadamente (figura 1 e quadro 1) em relação a 1973, e a guerra que se agudizava dificultava imenso as trocas entre o campo e a cidade.

---

40 - Até hoje existem esses blocos culturais, mas as parcelas já não são todas iguais, em muitos casos a associação passou a ser feita entre produtores.

## Angola: Pequena Agricultura e Desenvolvimento Rural

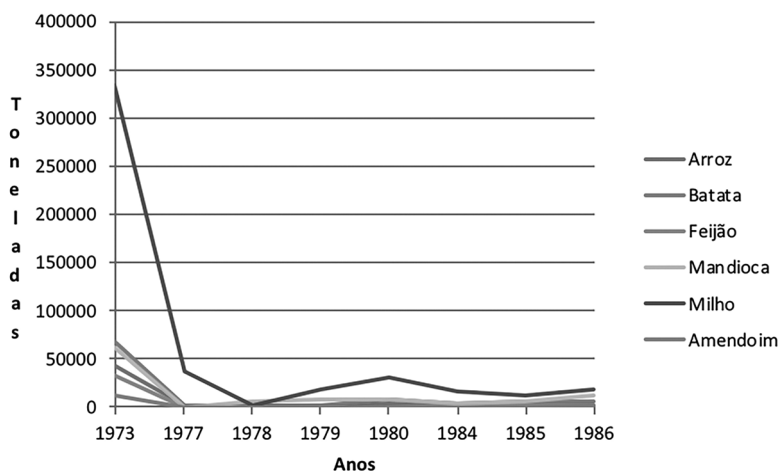


Figura 1 - Evolução da comercialização de produtos agrícolas entre 1973-1986 (ton.)<sup>41</sup>

Fonte: MPLA, 1980 e Neto, 2008

As quedas de produção logo no ano de 1977 (dois anos após a independência) são acentuadas. No milho, a drástica queda de produção pode ser também explicada, para além da guerra, pelo facto de se tratar de uma cultura de exportação, que deixou de ser exportada, o que desestimulou bastante a sua produção (pelo menos empresarial).

Quadro 1- Valores da comercialização de produtos agrícolas entre 1973-1986 (ton.)

Anos	Produção (ton.)					
	Arroz	Batata	Feijão	Mandioca	Milho	Amendoim
1973	42820,0	68500,0	33000,0	61800,0	333780,0	12970,0
1977	847,9	1477,3	812,4	9,7	37913,9	165,0
1978	1437,9	2192,7	679,1	6811,3	2739,8	575,1
1979	762,7	2240,0	761,9	7712,2	18699,9	500,9
1980	3205,0	8793,0	693,0	8452,0	30840,0	282,0
1984	1735,0	3336,0	1169,0	4164,0	16343,0	213,0
1985	285,0	5309,0	2398,0	5522,0	11935,0	210,0
1986	772,0	5260,0	2452,0	11937,0	18166,0	1688,0

Fonte: MPLA, 1980 e Neto, 2008

41 - A produção era medida pelo volume da comercialização feita pelo Estado.

Em 1980 o MPLA, no seu congresso extraordinário, reconheceu o fracasso da recuperação económica e o aumento da agressividade e insegurança provocadas pela situação militar existente no país e orientou, em consequência, a economia para o apoio à guerra.

O diagnóstico da situação agrícola e rural em 1980 era o seguinte:

- i) devido à quase inexistente comercialização nas áreas rurais – compra de produtos aos camponeses e fornecimento de outros bens e meios de produção agrícolas (principalmente instrumentos de trabalho, sementes e adubos) que estes não produziam – houve uma endogeneização dos sistemas de produção e a produção camponesa orientou-se para o autoconsumo;
- ii) as áreas ocupadas com a cultura do café começaram a ser reconvertidas para a produção de alimentos (mandioca e outras culturas anuais) e fez-se sentir uma acentuada redução na adesão ao cooperativismo, optando-se pela produção em lavras individuais;
- iii) as empresas estatais apresentavam prejuízos avultados que chegavam a ser cinco vezes superiores às receitas e as cooperativas e associações de camponeses apresentavam baixos níveis de produção;
- iv) elevada carência alimentar, sendo necessário recorrer à ajuda alimentar do Programa das Nações Unidas para a Alimentação (PAM) e a outros doadores; e
- v) redução acentuada do PIB (o PIB per capita passou de 1.086 USD em 1974 para 537 USD em 1987, ou seja, uma quebra média anual de 5,7%).

Como resultado deste diagnóstico, as empresas estatais começaram a ser redimensionadas e privatizadas e o sector camponês foi revalorizado, nomeadamente através da criação por parte do Governo, em 1982, das EDA - Estações de Desenvolvimento Agrário e das BT - Brigadas Técnicas de Café), tendo como principal objectivo prestar apoio logístico e assistência técnica aos camponeses e pequenos produtores. Mais tarde, em 1989, foram também criados o IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário e o INCA - Instituto Nacional de Café, estruturas tuteladas pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria de Estado do Café e que passaram a enquadrar as EDAs e as BTs, respetivamente.

Estes institutos públicos dispunham de autonomia jurídica e financeira, o que permitia uma maior eficácia e flexibilidade no tratamento das questões atinentes ao desenvolvimento agrícola e rural.

Em 1987, perante a falência interna do modelo de economia centralizada, e pressionado também por fatores externos como a queda do preço do petróleo no mercado internacional, a perestroika e a necessidade de crédito financeiro internacional, o Governo viria a criar o SEF - Programa de Saneamento Económico e Financeiro. Este programa tinha como objetivo corrigir os desequilíbrios internos e externos, reestruturar o sistema financeiro e relançar a economia. O SEF marcava, assim, o fim do modelo socialista de economia centralizada e o regresso à economia de mercado.

No entanto, por falta de vontade política e dada a permanência da guerra, só nos anos 90, com a assinatura dos acordos de paz de 1991 e as primeiras eleições gerais de 1992, é que as reformas começaram a ser consolidadas, nomeadamente através de uma série de programas – monitorizados quer pelo Banco Mundial quer pelo Fundo Monetário Internacional – que visavam o ajustamento macroeconómico e a transição efectiva para a economia de mercado.

Dentro destas reformas, destacam-se: a aprovação, em 1992, da primeira lei de terras (lei 21C/92) após a independência, com o objetivo de legitimar e regular a concessão para exploração agropecuária por parte de privados e preservar os direitos sobre a terra das comunidades rurais; e a criação das primeiras instituições e fundos para a concessão de crédito. Destes, são de salientar: CAP- Caixa de Crédito Agropecuária e Pescas (1992-2001); FADEPA- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal (1992); FADA- Fundo de Desenvolvimento Agrário (1992); FAS - Fundo de Apoio Social (1994); FAEN- Fundo de Apoio ao Empresariado Nacional (1995) e FDES- Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (1999).

Após as eleições de 1992, a guerra civil retornou com maior agressividade e foram “suspensas” as reformas por período indefinido. Os programas em execução foram substituídos por acções de emergência. Estas acções restringiam-se à distribuição às comunidades rurais, muitas delas deslocadas e vivendo nos centros urbanos, de ajuda alimentar e instrumentos agrícolas por parte de ONGs e outras organizações da sociedade civil.

Para Neto (2011), “A crise político-militar que se seguiu às primeiras eleições legislativas e presidenciais, realizadas em Setembro de 1992, provocou um êxodo rural maior do que o verificado durante os anos anteriores. A instabilidade no meio rural tornou impraticável a conceção de qualquer política de apoio às comunidades agrícolas e rurais, bem como ao incipiente empresariado agrícola que no entanto começava a surgir. Nesse período assiste-se a movimentos migratórios da população muito

intensos, quer para os países vizinhos (refugiados) quer para zonas de maior segurança (deslocados).”

A década de noventa é conhecida como o período dos “programas de emergência”, em que as ações do Governo, das agências internacionais e das ONGs, estiveram voltadas para a ajuda humanitária às populações, principalmente nas zonas rurais do interior do país.

Os principais projectos de grande dimensão executados por essas entidades foram: PARPA - Programa de Apoio à Reabilitação da Produção Agrícola; PMR - Programa de Microrealizações; PAR - Programa de Apoio à Reconstrução; FAS - Fundo de Apoio Social e PRC - Programa de Reabilitação Comunitária. Estes programas e projectos eram financiados maioritariamente pelo Banco Mundial, pela União Europeia e por doadores internacionais e depois executados por ONGs. Os projectos executados eram de reabilitação/construção de pequenas infraestruturas sociais (postos médicos, escolas) e de produção agrícola de curta duração (as ONGs executavam projectos de produção agrícola de curta duração, faziam a distribuição de meios de produção e forneciam ajuda alimentar).

As actividades agrícolas apoiadas pelo Governo - distribuição de terras, fornecimento de sementes, instrumentos agrícolas, pequenos equipamentos e, em alguns, casos financiamentos - circunscreveram-se às “cinturas verdes”<sup>42</sup> das periferias dos grandes centros urbanos, onde se produziam principalmente hortofrutícolas.

Foi o período em que surgiram inúmeras ONGs internacionais e em que começaram a aparecer ONGs nacionais, das quais se destaca a ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. A maior parte das ONGs, principalmente as internacionais, desapareceram depois do acordo de paz de 2002 quando deixaram de ser financiados os programas de emergência.

As ONGs assumiram um papel importante nas operações de emergência e reabilitação não só porque dispunham por vezes de recursos financeiros e humanos superiores aos do Governo mas, também, dado à sua maior mobilidade. A maior parte das ajudas financeiras e de outros recursos internacionais eram canalizados para as ONGs e outras organizações da sociedade civil.

Esta situação arrastou-se até 2002, altura em que foi assinado um novo acordo de paz entre o Governo e a UNITA. No fim da guerra identificou-

---

42 - Nestas Cinturas Verdes a agricultura era feita por pequenos agricultores e camponeses (muitos deles deslocados), em áreas de pequena dimensão, muitas vezes com o recurso à irrigação.



se a pobreza como o maior problema. A pobreza atingia cerca de 68% da população – ao nível da população urbana representava 57% dos agregados familiares, chegando a atingir os 94% das famílias a residir em meio rural –, havendo 28% de indivíduos e 15% dos agregados familiares, em situação de pobreza extrema ou indigência (MINPLAN, 2004).

O estado de pobreza era total e a sua caracterização enquadrava-se bem na óptica de Sen (2000) onde, para além da perda dos rendimentos e haveres, havia também um delicado estado de saúde da população, uma acentuada subnutrição, iliteracia generalizada e outras carências.

Como factores de empobrecimento, para além da instabilidade político-militar provocada pela guerra, acrescentava-se a introdução de elementos de perturbação na definição e condução da política económica – elementos esses ampliados durante a transição para a economia de mercado (MINPLAN, 2004) –, uma excessiva intervenção do estado na economia bem como a falta de vontade política para implementar as medidas preconizadas.

Entre 2003/04 foi elaborada a ECP - Estratégia de Combate à Pobreza que passou a constituir a base para a elaboração dos novos programas de desenvolvimento. Nestes programas, os de agricultura e desenvolvimento rural eram uma das prioridades.

Dos principais programas/projectos dirigidos à agricultura familiar destacaram-se:

- i) PEDR - Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (2005-2010) cujos objectivos eram: contribuir para a redução da pobreza e para a integração efectiva das comunidades rurais no desenvolvimento económico e social do país;
- ii) PAN - Projecto Aldeia Nova (2003-2011) tendo como principal preocupação a reinserção social de ex-militares, desmobilizados no âmbito dos acordos de paz de 1991 e 2002. O PAN estava enquadrado nos programas de reconciliação nacional e reconstrução económica e social que se tornaram prioritários para o país no pós-guerra;
- iii) Projecto Amboim - Projecto Piloto para a Reabilitação de Plantações de Café Abandonadas (2007-2012) com o objectivo de reabilitar plantações cafeeícolas abandonadas no Amboim e inserir na actividade cafeeícolas famílias deslocadas de guerra e soldados desmobilizados.

Para projectos de carácter empresarial constituíram-se sociedades anónimas com forte participação do Estado, quer a nível de capital como de

investimentos e gestão, destacando-se a:

- i) GESTERRA, SA (Gestão de Terras Aráveis) criada em 2004 para a gestão de terras aráveis que constituem reserva estratégica do Estado e de projectos agro-industriais, tendo como objectivos: produzir e garantir a segurança e auto-suficiência alimentar do país; produção de alimentos em grande escala; ajudar a melhorar as condições de vida das populações e criar empregos; exportação da produção excedente para o mercado internacional e capacitação de produtores rurais com técnicas modernas (GESTERRA, 2013);
- ii) SOPIR, SA (Sociedade de Desenvolvimento dos Perímetros Irrigados) criada em 2005 para a gestão e supervisão dos perímetros irrigados, mediante a celebração de contractos de exploração a firmar com operadores económicos nacionais e estrangeiros, visando a produção intensiva de bens agro-pecuários e agro-industriais. A SOPIR faz parte, desde a sua constituição, das sociedades de perímetros irrigados: da Matala (SODEMAT), com 82,5% do capital; da Sogangelas (Chíbia), com 86% (estas duas sociedades situam-se na província da Huila) e da Caxitorega (Bengo) com 82,5% (ANGOP, 2013).
- iii) SODEPAC, SA (Sociedade de Desenvolvimento Agro-industrial de Capanda, criada em 2006). Possui uma área de 411.000 ha estendida pelos municípios de Cacuso, Malanje e Kangandala, na província de Malanje. Desta área, 270.000 ha estão destinados à produção em regime de sequeiro, 18.000 ha para o perímetro irrigado, 70.000 ha constituem a reserva ambiental e 10.000 ha serão destinados ao reassentamento da população (ANGOP,2013).

Actualmente estas sociedades ainda continuam dependentes do Estado para o pagamento de salários do pessoal, manutenção das infraestruturas e realização de investimentos.

Em 2006, com a criação do Pólo Agro-industrial de Capanda, o Governo mostrou uma tendência para o reconhecimento da importância do desenvolvimento da agricultura empresarial. A criação deste Pólo fazia parte de uma estratégia que visava a modernização acelerada da agricultura. Para além da produção agrícola e industrial, pretendia-se que o Pólo servisse de modelo para outros que viriam a ser criados no país. No Orçamento Geral do

Estado (OGE) para 2008 foram inscritos para este Pólo cerca de 30 milhões de dólares, o que representava na altura 13% do PIB da Agricultura.

Ainda na mesma senda da modernização e da aposta na agricultura empresarial, no programa para o biénio 2008/09 foi prevista a instalação e conclusão de vários projectos de regadio, com um valor inscrito no OGE de 85 milhões de dólares (quase 37% do PIB), nomeadamente: Caxito (Bengo), Ganjelas (Huila), Caála/Bom Jesus, Matumbo (WaKu Kungo), Luena (Moxico), Humpata (Huila), Bitá/Kikuxi/Benfica (Luanda), Matala (Huila); Kapuepa (Lunda Sul), entre outros (CEIC, 2008).

A partir das primeiras eleições gerais em 2008 o Governo começou a elaborar programas cuja duração era a do mandato eleitoral, chamados Programas Nacionais de Desenvolvimento (PND). Foram elaborados o PND 2009-2013 cujo objectivo era: “crescimento com diversificação, combatendo a fome e a miséria e diminuindo a pobreza” e o PND 2013-2017 cujo objectivo é “aumentar a qualidade de vida dos angolanos de Cabinda ao Cunene, transformando a riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real tangível aos angolanos”.

## CONCLUSÕES

No sistema socialista (1975-1990) o principal factor de fracasso das políticas e dos programas para a agricultura camponesa – a mais expressiva, quer no número de pessoas que envolve (cerca de 50% da população)<sup>43</sup> quer em volume de produção (cerca de 80% da produção total agrícola) – foi a procura pelo progresso imediato, não tendo em conta o referencial cultural e socio-económico das comunidades rurais, ou seja os saberes locais, a capacidade destas absorverem as inovações e se estas faziam sequer parte das suas escolhas. O objectivo era modernizar a agricultura mediante a introdução de tecnologia capaz de aumentar de forma significativa a produção agrícola e o rendimento das famílias camponesas.

Mesmo com o fim da guerra e na lógica da modernização através de indução de tecnologia e assistência técnica, os aumentos de produção (aumento de área cultivada) e produtividade (rendimento por hectare) na agricultura camponesa foram nulos ou inexpressivos (quadros 2 e 3).

---

43 - O Censo populacional realizado em 2014 refere que a percentagem da população rural é apenas de 37,7%, pelo que o exposto deverá ser encarado com reservas. No entanto, a percentagem de 50% é a que está referida nas publicações anteriores a este censo.

## O percurso da agricultura em Angola depois da independência

Quadro 2 Comparação entre a área semeada no tempo colonial (1971) e a área média semeada nas campanhas 2005/06 a 2009/10

Período	Área semeada (ha)				
	Milho	Arroz	Feijão	Mandioca	Amendoim
Tempo colonial	1.146.482,5	34.254,0	141.362,6	625.651,3	35.470,3
PEDR	1.146.765,0	11.327,0	859,8	648.436,0	297.327,4

Fonte: Elaboração própria

A área semeada no período colonial para o milho e a mandioca são semelhantes. As discrepâncias maiores estão nas áreas do feijão e do amendoim. A área do amendoim aumentou mais do que 7 vezes e a do feijão diminuiu drasticamente, com uma área semeada a equivaler 0,6% face a 1971.

Quadro 3 Comparação entre rendimentos por hectare no tempo colonial (1971) e nas campanhas agrícolas com o PEDR

Período	Produtividade(ton/ha)			
	Milho	Arroz	Feijão	Amendoim
Tempo colonial	0,45	0,90	0,40	0,60
PEDR	0,64	0,48	0,40	0,42

Fonte: Elaboração própria

O único rendimento superior, mas não significativamente, é na cultura do milho. Esta constância ao nível dos rendimentos por hectare (muito baixos) ao longo de 39 anos (de 1971 a 2010), sugere que quer os investimentos na agricultura familiar quer a metodologia de abordagem não foram muito diferenciadas nos dois períodos.

Após 2002, a agricultura camponesa e o desenvolvimento rural começaram por ter uma abordagem sectorial, destacando-se o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural executado pelo IDA (PEDR 2005-2010) do Ministério da Agricultura. Embora existindo uma nova abordagem integrada, que tem por base o município, no Programa Municipal de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMDRCP 2008) e dada a existência também de outros pequenos projectos nesta direcção, continua a haver uma falta de coordenação que resulte num programa nacional de desenvolvimento agrícola e rural

monitorado e inclusivo, com objectivos exequíveis e mensuráveis, ao qual se deveriam ajustar as políticas agrícolas. A ausência de uma visão holística do desenvolvimento, quer entre sectores, quer no interior do próprio sector (agricultura) tem levado a investimentos em projectos desfasados e de viabilidade questionável.

Com o regresso à economia de mercado, particularmente a partir de 2002 e com o fim da guerra, apesar do reconhecimento claro da importância económica e social da agricultura camponesa como enunciado na Estratégia 2025 e noutros documentos reitores da política agrícola angolana, “o Governo procura assentar a produção agro-pecuária ainda em vários projectos empresariais públicos de larga escala, todos, ou quase, com financiamento e assistência técnica externa, de empresas chinesas, espanholas/argentinas e israelitas” (CEIC, 2013). Estes projectos são bastante dispendiosos e pouco eficazes, com elevados custos de produção (o que não torna a sua produção competitiva em relação aos produtos importados) e operacionalidade (exigência de infra-estruturas que no país ainda são escassas e pouco eficazes), e reduzida criação efectiva de emprego (exigindo mão-de-obra qualificada).

Quadro 4- Peso da Agricultura no Orçamento de Estado ao longo dos anos

Peso da Agricultura no OGE	Anos						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Mil Milhões de Kwanzas	147,5	174,7	68,8	67,4	53,3	73,3	41,9
% OGE total	4,5	4,1	2,0	1,4	1,2	1,1	0,6

Fonte: CEIC, 2013

A consequente redução das dotações orçamentais para a agricultura (quadro 4) e o facto da execução dos investimentos neste sector nunca ultrapassar os 50%, parecem confirmar as análises de alguns estudiosos que questionam a vontade política de diversificar a economia e o papel do sector agrícola nesta diversificação (CEIC, 2013).

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGOP (2013). SODEPAC aposta no desenvolvimento agrícola do país. Angola Press.
- CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, (2013). Relatório Económico de Angola 2013. Luanda 408 p.
- CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, (2008). Relatório Económico de Angola 2008. Luanda 225 p.
- CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (1980). Política Agrícola e Participação Camponesa na República Popular de Angola (Cadernos).
- COSTA, E.L.F. (2006). Reflexão Sumária Sobre A Agricultura Empresarial em Angola. Lisboa, pp 106.
- FERREIRA, E. de Sousa (1985), "A Lógica da Consolidação da Economia de Mercado em Angola, 1930-1974". *Análise Social*, vol. XXI, nº 85, pp. 83-110.
- GESTERRA (2013). História. Disponível em <http://www.gesterra-angola.com> (acesso em 12/09/2013).
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (2004). Estratégia de Combate à Pobreza. Luanda.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (2007), Angola Um País de Futuro: Sustentabilidade, Equidade, Modernidade. Estratégia Nacional de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025), Luanda (Volumes I, II e III).
- MOSCA, J. (1996). A Evolução da Agricultura Moçambicana no Período pós-Independência. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, pp 57.
- MPLA (1980). Reflexão sobre a experiência da República Popular de Angola no Domínio da Agricultura. Departamento de Agricultura e Pescas do comité Central. Luanda, pp 106.
- NETO, J.F.C. (2008). Angola: agriculturas e alimentação. Lisboa, 329 p.
- NETO, J.F.C. (2011). História Agrária de Angola depois da Independência: cronologia das várias fases. Texto policopiado. Uíge, 21 p.
- RELA, J.M.Z. (1992). "Angola entre o Presente e o Futuro". Colecção estudos sobre África nº 6. Sociedade e Desenvolvimento Rural. Lisboa, pp 98.
- SEN, Amartya (2000), Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, 416 p.



# COMUNIDADES RURAIS E ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ANGOLA

José Ferragolo da Veiga\*

## 1 - INTRODUÇÃO

Contrariamente à aparente imobilidade e isolamento que por vezes podem transmitir, as comunidades rurais estão em constante mudança na interação com o contexto social, económico e político em que estão integradas. As suas normas e regras, práticas sociais, relações internas de poder e o seu próprio espaço (territorialidade) são alvo de permanente disputa e pressões internas e externas<sup>44</sup>.

Também as formas de ação individual e coletiva, práticas de cooperação e ajuda mútua e formas de organização comunitária, ou de certos grupos sociais, em particular dos produtores agrícolas familiares, são permanentemente ajustadas ao funcionamento das comunidades rurais e às suas dinâmicas sociais e económicas.

A organização é o instrumento que facilita a ação coletiva permitindo atingir objetivos partilhados e a coordenação interna que reforça o poder de negociação face ao exterior<sup>45</sup>.

É importante começar então por fazer referência a duas formas básicas de organização social, a organização comunitária (comunidade) e a associação

\* - Técnico superior da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

44 - Woods (2011: 162-199)

45 - Bosc *et al.* (2014: 145)



(sociedade). São duas formas de organização social que não são alternativas, nem são características a primeira do meio rural e a segunda do meio urbano, mas que podem coexistir ambas nos meios rurais e urbanos e articular-se de forma dinâmica, tornando a análise das situações concretas mais exigente e complexa.

A organização comunitária baseia-se em relações sociais de proximidade, conhecimento e laços afetivos fortes e sentimentos de pertença à comunidade e ao seu espaço (territorialidade). A associação (sociedade) baseia-se por sua vez em relações sociais mais impessoais, em opções individuais de defesa de interesses para atingir objetivos precisos<sup>46</sup>. Globalidade versus especialização de funções<sup>47</sup>.

Em Angola, apesar dos choques externos a que têm sido submetidas, as comunidades rurais mantêm-se em geral com uma organização forte, constituída por autoridades tradicionais hierarquizadas a três níveis, regedor (ou soba grande), soba e sekulu, e desempenham funções importantes a nível da observância de normas e regras sociais, da resolução de conflitos, da definição dos limites e administração do território, da gestão e distribuição da terra e outros recursos naturais e da representação e negociação com o exterior<sup>48</sup>.

A organização dos produtores agrícolas familiares angolanos nessas comunidades rurais foi-se modificando e adaptando aos novos contextos, evoluindo de formas de organização e práticas de cooperação e ajuda mútua tradicionais, viradas para o interior da comunidade, para novas formas de organização, de natureza radicalmente diferente, destinadas a organizar as relações com o exterior. Novas estruturas de interface concebidas como um “meio para facilitar, acelerar ou melhorar a integração no mercado e na sociedade global”<sup>49</sup>

Estas novas formas são recentes, por vezes ainda se confundem com a comunidade, na organização e função de interface com o exterior, ou, no lado oposto, com o prolongamento de poderes institucionais exteriores, do Estado, do movimento associativo e cooperativo nacional, das igrejas ou de outras organizações civis nacionais ou internacionais (ONG).

Mesmo os casos mais consolidados, que representam já uma emancipação em relação às comunidades e aos poderes institucionais externos, e que

46 - Woods (2011: 164)

47 - Campos (1999: 27)

48 - Pacheco (2002: 6), Baptista (2013: 94)

49 - Rondot et Collion (2001: 2).

resultaram da adesão livre e contratual de produtores agrícolas familiares, são ainda formas de organização transitórias<sup>50</sup> que estão a evoluir na interação entre a sua própria dinâmica e as mudanças em curso no contexto social, económico e político nacional e internacional.

O presente artigo centra-se na análise das organizações de produtores agrícolas familiares em Angola tomando como base o conhecimento adquirido com a execução do Projeto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola<sup>51</sup>, executado na Província de Malange, e com a implementação de um protocolo assinado com o Instituto Nacional do Café de Angola (INCA) que permitiu o estudo do setor, nas províncias produtoras de café<sup>52</sup>.

A realidade observada na Província de Malange nas várias visitas efetuadas foi aprofundada com o acompanhamento direto, durante a campanha agrícola 2010/2011, de três cooperativas de produtores familiares, selecionadas de acordo com informações obtidas a nível da província quanto à sua especificidade própria e relevância a nível local e provincial.

No setor do café foi analisada em particular a experiência em curso com a execução do Projeto Experimental de Reabilitação de Lavouras de Café Abandonadas em Pequenas Unidades de Produção Familiar (Projeto Amboim) no Município de Amboim, Província de Kuanza Sul.

Trata-se assim de um artigo exploratório uma vez que o campo de observação foi limitado, as mudanças estão a ocorrer a um ritmo muito acelerado e os dados estatísticos disponíveis a nível nacional são escassos e de credibilidade discutível.

O texto está dividido em cinco pontos incluindo esta introdução. O ponto dois foca a dinâmica atual do movimento associativo e cooperativo em Angola.

---

50 - Bosc *et al.* (2002: 58). Estes autores realçam, para o caso geral da África Subsariana, que as novas organizações não seguem um modelo de organização definido *a priori* mas que vão assumindo funções e estabelecendo relações com os outros atores em função das mudanças no contexto envolvente.

51 - Projeto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola, financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e executado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Angola (IDA) e pelo Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (CENTROP) do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, de 2007 a 2014.

52 - Protocolo assinado entre o Instituto Nacional do Café de Angola (INCA) e o Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (CENTROP) do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. No âmbito deste protocolo foi publicado o livro de Baptista *et al.* (2012), O Café em Angola, um panorama socioeconómico.

O ponto três reflete sobre a origem das organizações de produtores agrícolas familiares. O ponto quarto procura referenciar as formas de organização que estão em consolidação. E, finalmente, o ponto cinco apresenta algumas conclusões que foi possível retirar da análise e observação realizadas.

## 2 - A DINÂMICA ATUAL DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E COOPERATIVO

O movimento associativo e cooperativo dos produtores agrícolas familiares caracteriza-se em Angola por uma forte dinâmica e uma grande profusão de organizações – grupos, associações e cooperativas - como resultado consolidado de um processo histórico que se iniciou há quatro décadas.

Neste período houve fases de forte dinâmica associativa e fases de estagnação ou mesmo de retrocesso com mudanças profundas nas opções políticas e intervenções do Estado, na estabilidade/instabilidade política e social, na intervenção das Igrejas e organizações civis nacionais e internacionais (ONG) e nas estratégias das comunidades rurais e dos produtores agrícolas familiares<sup>53</sup>.

A partir de 2002, com os acordos de paz (Entendimento de Luena) o contexto social, económico e político tornou-se mais favorável e o movimento associativo e cooperativo ganhou nova dinâmica reativando, reconvertendo e criando novas organizações.

O Quadro 1 apresenta a evolução das organizações de produtores familiares a nível da base de 2004 a 2014 com referência também ao ano intermédio de 2009, segundo os dados estatísticos da UNACA – Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas de Angola que são os únicos conhecidos e publicitados.

---

53 - Uma breve história sobre o movimento associativo e cooperativo em Angola até 2004 pode ser consultada em Morais e Pacheco (1991), Morais *et al.* (2004: 8 a 16), IDA (2004: 23), Pacheco (2006).

Quadro 1 – Evolução das organizações de produtores agrícolas familiares em Angola

Ano	Nº de organizações		
	Total	Associações	Cooperativas
2004	4.601	4.483	118
2009	8.672	6.833	1.839
2014	10.777	8.662	2.115

Ano	Nº de membros		
	Total	Associações	Cooperativas
2004	583.820	-	-
2009	844.445	595.084	249.361
2014	993.531	718.325	275.206

Ano	Nº de membros por organização		
	Total	Associações	Cooperativas
2004	127	-	-
2009	97	87	136
2014	92	83	130

Fonte: UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola<sup>54</sup>

Nos últimos dez anos, 2004 a 2014, o número de organizações de produtores agrícolas familiares mais do que duplicou, aumentou de 4.601 para 10.777 o que corresponde à constituição de 618 organizações em média por ano. Este crescimento foi mais significativo, em termos relativos, nas cooperativas (crescimento de 1.692%, 200 novas cooperativas por ano) dos que nas associações (crescimento de 93%, 418 novas associações por ano), muito embora em termos absolutos as associações registem valores muito superiores.

Nesse decénio, o primeiro quinquénio 2004 a 2009 foi o mais dinâmico, registou uma taxa de crescimento mais elevada, 88,5%, que se atenuou no

54 - Os dados estatísticos têm todos origem na UNACA – Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola, apesar dos de 2004 terem sido retirados de *Morais et al.* (2004) e os de 2014 do sítio na Internet da OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa e de uma notícia da ANGOP de 13/06/2014.

segundo quinquénio, 2009 a 2014, mantendo-se no entanto uma taxa de crescimento de 24%.

Também o crescimento em número de produtores associados foi muito elevado nos últimos dez anos passando de 583.820 para 993.531 membros, taxa de crescimento de 70%, mas inferior ao crescimento do número de organizações, o que se traduziu por uma diminuição do número de membros por organização, embora pouco expressiva. Em 2014 as associações tinham em média 83 membros, dos quais 43 (51,8%) eram mulheres, e as cooperativas 130, dos quais 65 (50%) eram mulheres.

As cooperativas eram em média maiores que as associações e as mulheres estavam mais representadas nas associações do que nas cooperativas, muito embora se registe um certo equilíbrio médio na representação por sexo, no total as mulheres representam 51,7% e os homens 48,3%<sup>55</sup>.

Quanto às organizações de grau superior o movimento estruturou-se até ao nível nacional e ligações internacionais. É formado por 157 uniões de âmbito municipal, 18 federações de âmbito provincial, cobertura total, e uma confederação de âmbito nacional, a UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola, que mantém por sua vez ligações a nível internacional, nomeadamente à PROPAC – Plataforma Regional das Organizações de Camponeses da África Central e à OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa.

A maioria das organizações a nível da base, como se constatou nas Províncias de Malange e Kuanza Sul, mantem um carácter informal, são muito débeis dos pontos de vista social, económico e financeiro, estão ainda a definir ou a tentar consolidar o seu objeto, apresentam dificuldades no seu funcionamento interno e na relação com o exterior, mas a dinâmica é clara pela grandeza dos números referidos e pelo crescimento imprimido ao movimento.

Por sua vez as uniões, federações e a Confederação procuram clarificar a sua natureza e dos seus membros, afirmar a sua legitimidade, reforçar o

---

55 - Em 2014, dos 993.531 membros das organizações de produtores familiares, 513.550 eram mulheres e 479.981 homens. Dos 718.325 membros das associações 376.340 eram mulheres e 341.985 homens e dos 275.206 membros das cooperativas 137.210 eram mulheres e 137.996 homens, segundo os dados da UNACA, retirados do sítio na Internet da OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa e de uma notícia da ANGOP de 13/06/2014.

seu enraizamento social e defesa efetiva dos interesses dos seus membros e, por esta via, aumentar também a sua representatividade.

Apesar do uso corrente das duas denominações, associação e cooperativa, há a nível oficial (Estado e UNACA) uma opção clara pela forma cooperativa. A conceção historicamente dominante é a de que ambas são cooperativas, mas a denominada associação de camponeses era uma cooperativa de nível inferior, fase embrionária de uma futura cooperativa de nível superior.

Segundo Pacheco (2006: 6) esta conceção surgiu em 1976 com a aprovação de dois modelos de estatutos, que nunca chegaram a ser transformados em ato legislativo, mas que se têm mantido até ao presente com algumas adaptações e ajustamentos. Os dois modelos de estatutos estabeleciam dois tipos de organização cooperativa: a cooperativa do 1º grau - cooperativa de serviços que deveria dar resposta às necessidades materiais dos seus membros, enquanto produtores individuais, também designada por associação de camponeses; e, a cooperativa do 2º grau - cooperativa de produção que integrava os produtores individuais numa "lavra" coletiva.

Como as cooperativas de produção coletiva não se conseguiram afirmar o respetivo critério de graduação cooperativa foi perdendo importância. Logo em 1986 todas as organizações de produtores agrícolas foram reclassificadas pelo Estado<sup>56</sup> em cooperativas de serviços, podendo designar-se também por associações de camponeses.

Atualmente, no discurso oficial do PEDR – Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural<sup>57</sup> as associações de camponeses são cooperativas de serviços e as duas denominações são utilizadas indistintamente.

Há, portanto, uma opção oficial clara pela forma cooperativa, com um modelo único, uma cooperativa constituída por produtores agrícolas familiares, com funções económicas nas áreas do aprovisionamento de inputs e comercialização de produtos, e funções de representação e defesa de interesses (poder de negociação face ao exterior). Cooperativa de serviços para se distinguir das cooperativas de produção coletiva.

As organizações de base que não se enquadram neste conceito de

---

56 - A reclassificação das organizações foi feita pela Comissão de Apoio à Cooperativização Agrícola criada em 1986 e que mais tarde (1990) viria a dar origem à UNACA - União Nacional dos Camponeses Angolanos. Em 1990 existiam 2.140 associações de camponeses (cooperativas de serviços) com 205.970 associados. Vide Moraes e Pacheco (1991) e IDA (2004).

57 - IDA (2004: 40)

cooperativa de serviços devem ser apoiadas para clarificar as suas funções, integrando, entretanto, um universo informal de organizações de nível ou grau inferior de organização. Esta visão parece repor os dois modelos que refere Pacheco (2006: 6), mas agora com outro critério, não a produção coletiva, mas os serviços definidos no modelo oficial.

As organizações que estão no nível ou grau inferior de organização, que se podem denominar associações ou cooperativas, não deixam, no entanto, de ser úteis, na visão instrumental do Estado, da UNACA e das Igrejas e ONG, uma vez que facilitam a implementação de ações e políticas de apoio aos produtores agrícolas familiares e o enquadramento desses produtores no prolongamento dos seus poderes institucionais.

Contudo, o facto de se definirem dois níveis ou graus de organização, um superior e outro inferior, conduz a um discurso corrente que questiona permanentemente o primeiro e desvaloriza o segundo, com prejuízo evidente para ambos.

Na realidade há experiências em curso em Angola, que foi possível conhecer nas Províncias de Malange e Kuanza Sul, apoiados por projetos e/ou organizações civis nacionais e internacionais (ONG) que procuram introduzir outras formas de organização utilizando a forma jurídica de associação mais simples na sua estrutura e funcionamento que a cooperativa<sup>58</sup>. Em termos jurídicos, na legislação angolana, há uma distinção clara entre associação (Lei das Associações, Lei nº 14/1991, de 11 de maio) e cooperativa (legislação vária).

Estas experiências procuram dar um uso funcional distinto às duas formas de organização jurídica, associação e cooperativa, sem hierarquias, optando pela forma que melhor se adegue aos objetivos das comunidades rurais e dos produtores agrícolas familiares, mantendo as suas especificidades jurídicas e funcionais próprias, a associação mais virada para atividades socioprofissionais e a cooperativa para atividades socioeconómicas.

Nas situações mais estruturadas as duas formas estão articuladas no seu funcionamento, a associação a nível de aldeia, de menor dimensão social com funções sociais e técnicas, e a cooperativa a um nível mais agregado, de maior dimensão social e com funções económicas.

No projeto Amboim o facto do modelo organizativo ter sido construído ao

---

58 - A ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, organização não-governamental angolana constituída em 1990, está a procurar por em prática no Município de Calandula um modelo organizativo a partir da forma jurídica de associação.

longo da execução do projeto, de forma participada e adaptada à realidade local, com o apoio da CLUSA International, abriu espaço também para um uso funcional distinto das duas formas de organização, como se analisará nos pontos seguintes.

### 3 - ORIGEM DAS ORGANIZAÇÕES DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS FAMILIARES

A origem das organizações dos produtores familiares é essencialmente externa, promovida pelo Estado, com diferentes opções políticas ao longo do tempo, pela UNACA – Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola, pelas igrejas e organizações civis nacionais e internacionais (ONG), mas também interna pela tomada de consciência das comunidades e dos produtores agrícolas familiares de que se estiverem organizadas em associações e/ou cooperativas mais facilmente receberão os apoios externos.

Nestas relações com o exterior as comunidades rurais e a sua organização comunitária, as autoridades tradicionais, adaptaram-se ou anteciparam mesmo as ideias recebidas do exterior, mobilizando os produtores agrícolas familiares e promovendo elas próprias a constituição de associações e cooperativas.

Contudo, dada a forma desequilibrada como se têm estabelecido essas relações com o exterior, o funcionamento, intensidade e continuidade das atividades dessas associações e cooperativas ficam numa situação de quase completa dependência, fazendo oscilar períodos de maior atividade com períodos de relativo adormecimento em que os próprios órgãos sociais, eleitos ou nomeados, deixam de reunir.

Novos sinais do exterior são apreendidos com rapidez e caso sejam ou pareçam positivos ou negativos assim as associações e cooperativas se reativam ou desativam, se mantêm com a denominação de associação ou se passam a denominar cooperativas sem que no essencial se verifique uma mudança muito profunda em termos funcionais.

Em muitos casos as associações e cooperativas distinguem-se pouco da organização comunitária, todos os membros da comunidade são membros da associação ou cooperativa, esta é única a nível de aldeia ou a um nível mais agregado de um grupo de aldeias (regedoria), e as normas e regras adotadas são as comunitárias. Os órgãos sociais resumem-se ao órgão



diretivo, que é eleito ou nomeado, e os outros não existem ou não reúnem.

O Estado, por sua vez, tem assumido em geral uma visão instrumental organizando os produtores agrícolas familiares para implementar diversas ações de apoio, facilitar o seu enquadramento e executar as políticas públicas. Muitas das ações de apoio, situam-se ainda ao nível da organização da produção e do consumo das famílias, dadas as situações de baixos rendimentos e descapitalização das famílias e a desorganização das redes e circuitos comerciais.

O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural através do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e da Empresa Nacional de Mecanização Agrícola (Mecanagro EP) tem vindo a intervir no sentido de colmatar falhas de mercado, assumindo diretamente a distribuição de equipamentos, ferramentas e inputs (sementes, plantas, fertilizantes, pesticidas) e a prestação de serviços de máquinas e outros serviços.

O principal instrumento foi, durante o período em análise, o Programa de Extensão e de Desenvolvimento Rural (PEDR) da responsabilidade do IDA e das suas estruturas locais, a nível de município, as Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA).

O PEDR traçou metas ambiciosas para a criação e reforço das associações de camponeses (entendidas como cooperativas de serviços) como condição essencial para poder atingir os seus três objetivos específicos de “organização da produção das comunidades rurais”, “aumento da produção e da produtividade das empresas agrícolas familiares” e “melhoria das condições sociais”. Estabeleceu como meta “organizar e tornar funcionais” 4.000 cooperativas e “organizar como modelo” 1.200 cooperativas no 5º ano de execução do Programa<sup>59</sup>.

As associações de camponeses (cooperativas) foram chamadas no âmbito do PEDR a desempenhar funções de organização das famílias: listar as famílias a integrar na associação e a beneficiar da distribuição pública; proceder ao levantamento das necessidades e acompanhar a campanha agrícola em articulação com os extensionistas da EDA, acompanhar a introdução da tração animal, mobilizar as famílias para a preparação de novas terras e organizar a distribuição das parcelas de terra pelas famílias no caso de ser possível dispor de “bloco cultural”<sup>60</sup>.

59 - IDA (2004, Anexo C)

60 - Os “blocos culturais” foram introduzidos em 1983 como alternativa aos “campos coletivos” com os objetivos de alargar as áreas agrícolas das famílias e concentrar meios e serviços de apoio públicos nessas áreas, aumentando deste modo a produção mercantil. Apesar do “bloco cultural” estar dividido em parcelas individuais,

O papel das associações e cooperativas ficou assim muito limitado, o foco principal estava colocado na produção, o que levou mesmo a criar um lugar no Conselho de Direção das associações com a designação de Chefe da Produção, mas parte importante dos serviços a criar eram assegurados pelo Estado, a título de crédito de campanha<sup>61</sup> (distribuição de equipamentos, ferramentas e inputs) ou a preços inferiores aos do mercado (serviço de máquinas pela Mecanagro EP).

Apenas a nível da comercialização dos produtos o espaço parecia estar livre mas, dados os grandes desequilíbrios no poder de negociação face ao exterior, a ausência de meios logísticos (transporte, armazenagem, distribuição), dificuldades de acesso ao crédito e o insuficiente apoio por parte do Estado, as dificuldades das associações e cooperativas tornaram-se intransponíveis, nos casos observados na Província de Malange<sup>62</sup>.

O PEDR previa um conjunto de atividades de apoio à criação ou reforço das associações de camponeses (cooperativas de serviços) mas parte substancial desse apoio era de natureza técnica: elaboração de um quadro de referência metodológico, formação de quadros e dirigentes, apoio na legalização das cooperativas, acompanhamento no planeamento e gestão. Mesmo o apoio referido como instalação de sistemas de comercialização e de aprovisionamento consistia em grande parte num apoio à negociação com o exterior e à criação de instalações próprias para armazenagem e gestão de mercadorias através de microprojectos<sup>63</sup>. O IDA e as EDA municipais não chegaram a criar capacidade para prestar todo este tipo de apoio técnico.

A nível do setor do café, tutelado pelo INCA – Instituto Nacional do Café de Angola, com a execução do projeto Amboim, projeto de muito menor dimensão, a situação foi muito diferente como se descreve mais à frente.

O movimento associativo e cooperativo, confederado na UNACA – Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola, é aqui considerado como externo em relação às organizações de base dada a forma como se constituiu a UNACA e se

---

o facto de as parcelas serem contíguas facilita a introdução da tração mecânica ou animal. Morais e Pacheco (1991: 41).

61 - A distribuição pelo IDA de equipamentos, ferramentas e *inputs* era feita a título de crédito de campanha, mas na prática assemelhava-se mais a donativos, dado o elevado grau de incumprimento nos reembolsos.

62 - Baptista (2013: 62) cita um caso de uma experiência malsucedida, analisado por Helena Pinto, Associação de camponeses de Deia – Experiência em torno da comercialização 2007/2008, que com outro tipo de apoio poderia ter tido outro resultado.

63 - IDA (2004: 39-41)

estruturou o movimento.

A UNACA surgiu com natureza pública em 1990, com a designação de União Nacional dos Camponeses Angolanos, para apoiar e estruturar as associações e cooperativas, após a realização de uma Conferência Constitutiva precedida da eleição a nível de município e província de Secretariados no ano de 1989. Em 1992 realizou um Congresso extraordinário, reformulou os estatutos e transformou-se numa instituição da sociedade civil, passando a designar-se por União Nacional das Associações de Camponeses Angolanos. Em 2005 realizou uma Assembleia Geral Constituinte e transformou-se numa Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola. Os Secretariados transformaram-se, depois de 2005, em Federações e Uniões a nível provincial e municipal<sup>64</sup>.

Neste processo evolutivo criou-se uma ambiguidade, que se vem mantendo, sobre a natureza dos membros da UNACA e das Federações e Uniões. Há ainda pessoas singulares<sup>65</sup> como membros e a ocupar lugares nos órgãos sociais, sem pertencerem a uma organização de base, como se constatou na Província de Malange, quando as designações adotadas, confederação, federações e uniões, são normalmente utilizadas para organizações cooperativas de grau superior (3º e 2º grau) constituídas por cooperativas de grau inferior (2º e 1º grau).

A UNACA estruturou o movimento associativo e cooperativo integrando as federações e uniões na sua organização central/nacional como representações/delegações provinciais e municipais, numa lógica de cobertura geográfica. Estas últimas são vulgarmente designadas apenas por UNACA, UNACA-Federação, UNACA-União, e não pelas suas próprias denominações.

A nível da base a UNACA exerce uma forte pressão sobre os produtores familiares para criarem novas organizações que, uma vez criadas, passam a ser por si tuteladas, continuando a pressão para que adotem a forma cooperativa, modelo oficial de cooperativa de serviços.

As Igrejas ou de outras organizações civis nacionais ou internacionais (ONG) promovem também a criação de organizações de produtores de forma isolada ou integrada em programas e projetos com financiamentos vários. Um seguem o padrão oficial enquanto outras procuram formas mais inovadoras e adaptadas ao contexto local como é o caso da ação da ADRA

---

64 - Informação obtida diretamente junto da UNACA.

65 - Pacheco (2006). A própria UNACA na apresentação como membro da OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa no sítio na Internet desta última refere que tem 993.501 membros.

na província de Malange<sup>66</sup>.

Nos casos acompanhados e estudados foi possível reunir alguma da diversidade existente na origem das organizações de produtores.

As três cooperativas acompanhadas na Província de Malange constituíram-se em datas recentes 2006, 2007 e 2008 por influência externa ou por adaptação ou antecipação de ideias recebidas do exterior por parte das autoridades tradicionais e resultaram da fusão de associações que já existiam a nível de aldeia. Com a constituição das cooperativas as associações então existentes, em número de quatro ou cinco em cada caso, extinguiram-se, ou deixaram apenas de funcionar, e as suas funções passaram a ser exercidas ao nível mais agregado pelas cooperativas.

Num dos casos a ideia, impulso, pressão externa partiu do movimento associativo e cooperativo (UNACA-Federação provincial e União municipal) em articulação com o Estado (IDA/PEDR), noutro caso de uma ONG angolana, a Velha Guarda de Malange, em diálogo com as autoridades tradicionais locais, e no terceiro caso das próprias autoridades tradicionais locais.

As motivações gerais que levaram à constituição das cooperativas são muito semelhantes, fortalecer a organização comunitária e dos produtores agrícolas familiares para aumentar o seu poder de negociação face ao exterior e ganhar dimensão social e económica para facilitar a introdução de novas tecnologias e aceder ao mercado de bens e serviços.

Em termos específicos a UNACA e o Estado promoveram a constituição da cooperativa seguindo a visão oficial como a via para a sua legalização e forma de acesso ao crédito e a outros bens e serviços. A ONG privilegiou a visão técnica, ganhar escala para a introdução da mecanização e novas técnicas produtivas, não estando muito preocupada com a legalização da cooperativa. As autoridades tradicionais, anteciparam as ideias recebidas do exterior, procurando simplesmente a forma de poder aceder ao crédito e a outros bens e serviços do exterior.

No caso do Projeto Amboim Projeto Experimental de Reabilitação de Lavouras de Café Abandonadas em Pequenas Unidades de Produção Familiar promovido pelo Instituto Nacional do Café de Angola (INCA) no Município de Amboim, Província de Kuanza Sul a criação e reforço das organizações de produtores foi promovida pela direção do projeto, com a assessoria da CLUSA International.

Antes do início do projeto, 2007, existiam já na sua área de intervenção 30 associações de produtores constituídas nos anos 1982/3 que chegaram

---

66 - Pacheco (2006)

a desenvolver atividades ligadas à produção e comercialização de café, mas que mantinham uma natureza informal e estavam praticamente inativas. Apresentavam-se, no entanto, como interlocutores da comunidade de base, as aldeias, perante as entidades exteriores. Estavam muito ligadas à comunidade e às autoridades tradicionais sendo os seus membros os chefes de família aí residentes que se quotizavam para fazer face a algumas despesas coletivas.

Com o apoio do Projeto Amboim foram reforçadas estas 30 associações e constituídas mais 71 novas associações, totalizando 101 associações de produtores.

A um nível inferior, com os membros das associações, foram criados “grupos solidários” para facilitar o acesso dos produtores familiares ao crédito, com a apresentação de garantia solidária. Cada associação tutelava 4 a 5 grupos solidários.

A um nível mais agregado, associando os membros de várias associações, o projeto promoveu a constituição de 13 cooperativas de produtores, mantendo-se as associações em funcionamento com funções distintas mas complementares.

Finalmente, o projeto promoveu a constituição da CESACOOA – Centro de Serviços Agrários das Cooperativas de Amboim, como uma união de cooperativas, à qual aderiram as 13 cooperativas criadas no âmbito do projeto.

Para atingir os objetivos do projeto considerava-se de grande importância a organização dos produtores e reconhecia-se que nenhuma outra entidade podia desempenhar as funções de comercialização do café, valorização da produção com o processamento pós-colheita, divulgação de informações sobre o mercado do café e representação dos produtores nas relações com o exterior, em particular junto das instituições de crédito, com a mesma legitimidade.

O modelo organizativo a implementar não estava, no entanto, completamente desenvolvido no documento inicial do projeto pelo que foi construído ao longo da sua execução de forma participada e adaptada às condições locais. Chegou-se deste modo a uma estrutura organizativa que integra três formas associativas a nível da base – grupos solidários, associações e cooperativas – para diferentes fins que se complementam entre si. Cada produtor é membro de um grupo solidário de uma associação e de uma cooperativa.

As cooperativas de base (1º grau) seguiram depois a sua integração em cooperativas de grau superior, união, a CESACOOA, que por sua vez se integrou na UNACA-Federação e, por essa via, na UNACA-Confederação e ligação a organizações internacionais.

## 4 - FORMAS ORGANIZATIVAS EM CONSOLIDAÇÃO

As formas organizativas a nível da base que estão a adquirir personalidade jurídica estão a fazê-lo apenas sob forma cooperativa, por opção oficial como se vem referindo.

Sobre o universo informal de grupos, associações e cooperativas é exercida uma forte pressão por parte do Estado, da UNACA e de algumas igrejas e ONG para que essas organizações de base se legalizem como cooperativas, com o incentivo de assim poderem aceder ao crédito e a outros bens e serviços.

Para tal é prestado apoio pela UNACA e ONG às organizações dos produtores agrícolas familiares na preparação dos estatutos e na sua legalização como cooperativas. Este apoio parece estar a ser demasiado expedito a nível dos produtores agrícolas familiares, não lhe dando tempo suficiente para compreenderem o que é uma cooperativa, como funciona, de que órgãos sociais dispõe e com que competências, e demasiado complexo e moroso no processo de legalização. Esta morosidade tem levado a que os referidos incentivos, em termos de acesso ao crédito, tenham sido concedidos, pelo Estado ou com o aval da UNACA ou de uma ONG, em muitos casos, ainda antes de concluído esse processo de legalização.

Todo o processo de legalização das cooperativas tem sofrido avanços e recuos com casos malsucedidos de organizações que se licenciam e que não têm depois capacidade para responder aquilo que lhes é pedido, ou quase exigido, gerando frustrações de ambas as partes, de quem ajuda e de quem é ajudado.

A análise das condições, níveis de organização, de cada organização para se legalizar e do seu nível de organização torna-se assim mais exigente e os insucessos, a par das novas constituições, exigem uma atualização permanente e um tipo de cadastro, feito pela UNACA, com suporte do Estado, que está patente nas estatísticas divulgadas<sup>67</sup>, que não deixa no entanto de ser alvo de críticas por parte dos outros intervenientes, incluindo do próprio Estado.

A forma jurídica de associação parece estar a chocar com um contexto institucional desfavorável à sua legalização como tal. Muito embora o direito

---

67 - Segundo notícia divulgada pela ANGOP de 12 de maio de 2015 – Angola: UNACA-Confederação recadastra cooperativas do Zaire e Cunene. A UNACA terá em curso um processo de recadastramento e licenciamento das cooperativas agrícolas a nível nacional que visa a identificação do nível de organização das cooperativas e que se destina, neste caso, à constituição de um banco de crédito agrícola pela UNACA-Confederação em parceria com o Executivo.

à livre associação, consignado no artigo 24º da Lei Constitucional e regulamentado na Lei das Associações (Lei nº 14/1991, de 11 de maio), faculte às associações a obtenção de personalidade jurídica com um mínimo de formalidades. As organizações que o poderiam fazer mantem-se num estatuto informal.

A consolidação das formas organizativas não se obtém no entanto apenas com a sua legalização, consideram-se em consolidação as formas organizativas que representem uma emancipação em relação à organização comunitária e aos poderes institucionais externos, como formas autónomas, e que revelem viabilidade social e/ou económica. No caso das associações, mais vocacionadas para atividades socioprofissionais, ter objetivos claros e viabilidade social. No caso das cooperativas, mais vocacionadas para a atividade económica, ter objetivos claros e um “plano económico” (plano de negócios) com viabilidade social, técnica, económica e financeira.

Na Província de Malange a realidade observada das associações e cooperativas revela ainda, em geral, uma fraca emancipação em relação à comunidade e uma forte dependência do Estado. Tornou-se difícil a seleção das associações e cooperativas a acompanhar, na campanha agrícola 2010/2011 uma vez que os seus objetos e os “planos económicos” estavam pouco consolidados.

No caso do Projeto Amboim no Município de Amboim na Província de Kuanza Sul a situação é diferente, encontrando-se formas organizativas em consolidação com relações de maior independência face às comunidades e ao Estado. Não são alheios a este facto as condições mais vantajosas das famílias em termos de rendimentos e capital e o tipo de relação e apoio que estabeleceram e receberam do projeto Amboim.

#### 4.1 - Formas organizativas em consolidação na Província de Malange

Nos três casos acompanhados na Província de Malange houve uma mudança de denominação, de associação para cooperativa, associada a uma maior escala geográfica e social. Passou-se da associação a nível de aldeia para a cooperativa a nível de regedoria (agrupamento de aldeias, quatro a cinco) ou mesmo, em projeto num dos casos, para o nível da Comuna (unidade administrativa mais pequena).

Apesar desta mudança não se verificaram grandes alterações qualitativas no nível de organização interna, nos objetivos gerais, e nas funções e modo de funcionamento. As cooperativas mantinham um estatuto informal e a sua organização interna estava numa fase muito embrionária, apesar da mais antiga já ter cinco anos, com uma participação dos membros pouco efetiva ou mesmo nula. O facto de manterem ainda um estatuto informal, não impediu no entanto a duas delas, que o solicitaram, de ter acesso ao crédito com o aval da UNACA num caso e de uma ONG noutro caso.

Os órgãos sociais não estavam todos constituídos ou, no caso em que isso acontecia não reuniam. As Direções, eleitas uma única vez no início da formação das cooperativas, eram os órgãos mais importantes na tomada de decisões que depois comunicavam em “reuniões gerais” aos associados. Num dos casos as decisões nem sequer eram tomadas pela Direção mas sim por um Vice-presidente da Assembleia Geral em concertação com as autoridades tradicionais e com a ONG que lhe prestava apoio. As assembleias-gerais e os conselhos fiscais não estavam a exercer as suas competências como órgãos sociais.

Em termos operacionais o problema principal que as três cooperativas procuravam resolver era o aumento da área cultivada pelas famílias com recurso à tração mecânica, a par de outros problemas a que atribuíram menor importância, aprovisionamento de fatores, que continuava a ser assegurado pelo IDA/PEDR, comercialização de produtos, aquisição de equipamentos (incluindo o regadio), armazenagem e transporte coletivos, como projetos futuros. O acesso ao crédito surgia como o fator crítico dados o baixo rendimento e a descapitalização das famílias.

Apesar da atividade principal das três cooperativas ser semelhante, organização das famílias e da produção agrícola em áreas novas, conquistadas aos maxindes<sup>68</sup>, conjugando o trabalho manual das famílias com o serviço de máquinas agrícolas, adquirido ao exterior, na preparação das terras para as culturas agrícolas, a ideia de cooperativa era diferente, o que se refletia na sua composição, organização interna e nas opções estratégicas quanto ao seu funcionamento.

Em termos estratégicos cada cooperativa traçou uma estratégia diferente para as novas áreas, blocos culturais<sup>69</sup> ou “lavras” das cooperativas<sup>70</sup>: 1º

68 - Terrenos virgens ou em pousio prolongado.

69 - Moraes e Pacheco (1991: 41).

70 - Também designada por “lavra” da associação quando a denominação da organização é associação, Baptista (2013: 68-69).



caso - dividir as áreas obtidas pelas famílias em parcelas individuais; 2º caso – explorar as novas áreas em produção coletiva e mobilizar as famílias para as operações manuais; 3º caso – estratégia mista, dividir parte das áreas obtidas pelas famílias e manter outra parte em produção coletiva.

No primeiro caso, a cooperativa começou por associar apenas mulheres, em número de sessenta, e dedicou-se à produção de sementes (batata, milho, amendoim e feijão) que vendeu ao Governo Provincial. Beneficiou do apoio do IDA e obteve um crédito bancário com o aval da UNACA. No segundo ano o IDA deixou de fornecer sementes para multiplicar e a atividade foi inviabilizada.

A cooperativa mudou então de estratégia e atividade, alargou a sua base social, integrou o Núcleo de Jovens de Kambonga e passou a admitir a entrada de homens como associados, chegando aos 600 associados (68% são mulheres). Iniciou então a mobilização das famílias para a preparação manual de áreas novas conjugada, sempre que possível, com a aquisição de serviços de máquinas à Mecanagro EP. Passadas três campanhas (2008/2011) a cooperativa conseguiu 119 novos hectares de terra que distribuiu na totalidade por 100 famílias.

A ideia de cooperativa, que não se tornou ainda operativa, parece estar mais próxima de uma organização de desenvolvimento comunitário já que procura associar o maior número possível de famílias da Comuna onde tem a sede e integrar, nos seus órgãos sociais, dirigentes de organismos públicos locais. O Diretor da EDA/IDA já integra o Conselho Fiscal e a Direção tinha intenção de convidar a Administradora da Comuna para Presidente da Assembleia-Geral.

Mas a simples atividade de preparação e distribuição de novas terras em parcelas individuais pelas famílias apresenta não só as dificuldades decorrentes da penosidade das operações manuais e da aquisição do serviço de máquinas, nem sempre possível, mas também a da própria disponibilidade de terras para ir reproduzindo a atividade. Esta expansão para novas áreas encontrará certamente limites a breve trecho<sup>71</sup>.

A cooperativa tem vindo a alargar a sua influência para novas comunidades e áreas agrícolas<sup>72</sup>, aumentando o número de famílias, mas apenas conseguiu u dar resposta até à data da observação (2011) a um sexto dos associados, 500 famílias estavam a aguardar a sua oportunidade e começavam a dar sinais de

71 - Ver Baptista (2013: 78).

72 - Este alargamento para novas comunidades rurais e novas áreas tem obrigado a cooperativa a negociações com as *autoridades tradicionais* respetivas consideradas pela Direção como muito difíceis, para obter a permissão de utilização das novas terras.

desmotivação, patentes no não pagamento das quotas.

Por outro lado, o facto de as terras serem distribuídas pelas famílias a título gracioso não permitiu gerar receitas, para além das quotas e joias dos associados, o que criou naturalmente dificuldades no reembolso do crédito obtido.

No segundo caso, a cooperativa nasceu do estabelecimento de uma relação entre as autoridades tradicionais e uma ONG de Malange que colocou à disposição da nova organização meios humanos especializados (chefe de produção e operador de máquinas) e meios materiais (trator com charrua e atrelado) que lhe permitiram iniciar a preparação de novas terras para as culturas de mandioca e milho em exploração coletiva. Não foram distribuídas parcelas individuais às famílias.

A cooperativa procurou integrar todas as famílias que residem nas aldeias que integram a sua área social (nível de regedoria) tendo o seu número de associados (chefes de família) crescido de 174 para 235, crescimento explicado pelo regresso de novas famílias da cidade.

Passadas três campanhas (2008/2011) a cooperativa detém 34 hectares em produção coletiva, estando 26 hectares cultivados com mandioca que estavam a entrar em fase de colheita. Na primeira campanha foram cultivados 16 hectares de mandioca em consociação com milho. A produção de milho foi transformada e comercializada pela ONG o que permitiu criar uma receita financeira que foi em parte distribuída pelas famílias. Na segunda campanha foram cultivados mais 10 hectares de mandioca. E, na terceira campanha foram cultivados 8 hectares de milho, cuja produção foi irrisória dadas as insuficiências na aplicação de adubos e as falhas nas operações manuais de sacha.

Os associados mostraram sinais de desmotivação ao não realizarem as sachs no tempo oportuno. Para ultrapassar esta dificuldade de mobilização das famílias as autoridades tradicionais e a ONG dividiram a área cultivada em quatro parcelas, correspondentes às quatro aldeias (e associações) que integraram a cooperativa e responsabilizaram os associados (comunidade) de cada aldeia pelas operações culturais na respetiva parcela.

A ideia de cooperativa, que não se tornou também operativa verificando-se uma dependência total da ONG, é a de uma cooperativa de produção que remunera o trabalho prestado pelos associados/trabalhadores distribuindo os resultados financeiros que forem obtidos, contribuindo assim para a melhoria dos rendimentos das famílias. Uma vez que as culturas realizadas são mecanizadas os associados apenas são chamados em períodos de

ponta de trabalhos agrícolas que têm que ser realizados manualmente.

Contudo, o grande desequilíbrio entre a área cultivada e o número de associados, 0,145 hectares por associado, tornou a remuneração do trabalho praticamente irrisória, não sendo assim alternativa a outras possibilidades de trabalho na ou fora da exploração agrícola familiar, daí uma explicação para a desmotivação das famílias.

É interessante verificar também como aumentaram as dificuldades de mobilização à medida que a organização de base se afastou do nível de aldeia. A responsabilização dos associados (comunidade) de cada aldeia por uma parcela respetiva parece procurar de novo essa proximidade.

No terceiro caso, a cooperativa iniciou a sua atividade na campanha de 2007/2008 quando beneficiou da preparação mecânica de 40 hectares de novas terras com o apoio do IDA e da Mekanagro EP, tendo acedido também ao crédito com a mediação da ADRA.

A Direção da cooperativa distribuiu então 28 hectares em parcelas individuais pelas 84 famílias associadas (cada família recebeu 0,33 hectares) e manteve em exploração coletiva 12 hectares que cultivou com mandioca. Na segunda campanha o IDA/EDA forneceu sementes de hortícolas que a cooperativa semeou coletivamente em 6 talhões de 10x12 metros o que lhe permitiu uma receita monetária. Na terceira campanha apenas manteve os 12 hectares de mandioca e na quarta campanha (2010/2011) colheu 5 hectares de mandioca.

O facto de não ter continuado a beneficiar do apoio do serviço de máquinas do IDA e da Mekanagro EP para a obtenção de novas terras desmotivou os associados o que levou a Direção da cooperativa a distribuir os 7 hectares cultivados com mandioca pelas 76 famílias que se mantinham como associadas.

A ideia de cooperativa parecia neste caso mais fácil de se poder tornar operativa uma vez que o número de associados é muito menor que nos casos anteriores, o que facilita a sua gestão, mas o foco quase exclusivo no acesso a novas áreas e a falta de apoio do Estado conduziram à desmotivação dos seus membros.

Colocam-se neste caso as mesmas questões que foram colocadas nos dois casos anteriores, porque se trata de uma situação mista de ambos, não assumem no entanto a mesma importância dada a sua menor dimensão social e económica.

## 4.2 - Formas organizativas em consolidação na Província de Kuanza Sul, Município de Amboim

O modelo organizativo que se foi implementando progressivamente com a execução do projeto Amboim assenta em três formas organizativas com natureza, estrutura e funções diferentes, mas que estão articuladas entre si, grupos solidários, associações e cooperativas.

Os grupos solidários facilitam o acesso ao crédito bancário aos seus membros a título individual através de uma responsabilidade solidária. São grupos pequenos, com cinco a dez membros, que se formalizam com uma simples ata de constituição reconhecida pelo Notário.

As associações, já existentes ou que se constituíram de novo, são organizações de base, a nível de aldeia, com cerca de 50 membros (valor médio), dimensão social que facilita a participação e a gestão democrática. De entre as diversas funções que vêm desempenhando com vantagem destacam-se a função técnica e a função de interface (intermediação) com o Estado, com os bancos comerciais, com o mercado e a sociedade em geral.

Na função técnica, bem manifesta na criação a nível dos órgãos de direção de um cargo de Chefe de Produção, as associações vão-se assumindo cada vez mais como parceiras dos extensionistas e investigadores do INCA na criação e disseminação de boas práticas e inovações na cultura do café, responsabilizaram-se pelos campos de demonstração e integraram, mais recentemente, as “escolas de campo para agricultores”<sup>73</sup>.

Na função de interface, exercem uma intermediação financeira entre os produtores e os bancos comerciais a nível do levantamento das necessidades, concessão e reembolso do crédito. Participam na organização dos grupos solidários e os Chefes de Produção coordenam os chefes dos grupos solidários, estabelecendo uma articulação frutuosa entre as duas formas organizativas.

Com o Estado, para além da parceria a nível da função técnica, participam no levantamento das necessidades e na distribuição (INCA e IDA) dos inputs e ferramentas promovida pelos institutos INCA e IDA do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, à semelhança das associações e cooperativas de Malange. A nível da comercialização têm estabelecido contactos com os compradores e organizado a concentração de produtos (café, bananas)<sup>74</sup> para facilitar o encontro entre produtores e comerciantes.

73 - Metodologia divulgada pela FAO.

74 - Produtos que os comerciantes vão procurar no local e para os quais é possível

As cooperativas são o produto propriamente dito do projeto, constituíram-se a um nível social mais agregado por forma a poderem desempenhar funções na área da comercialização do café, podendo ou não incluir o processamento pós-colheita e o descasque do café, aumentando o seu poder de negociação e garantindo a sua viabilidade técnica, económica e financeira.

As cooperativas têm cerca de 380 produtores, também membros de 8 associações, em termos médios, mas as diferenças são grandes. A maior cooperativa associa 1.400 membros de 24 associações e a mais pequena associa 68 membros de 3 associações.

A articulação entre as associações e as cooperativas é frutuosa para ambas as formas de organização, compatibilizando as suas atividades por forma a atingir objetivos partilhados, dando assim resposta às necessidades dos produtores e das comunidades rurais. Na ótica das associações as cooperativas potenciam a sua ação prestando-lhe serviços e permitindo-lhe alcançar objetivos económicos que lhe faltam por natureza. Na ótica das cooperativas as associações propiciam-lhe uma gestão mais democrática e de proximidade com os produtores e asseguram-lhe alguns serviços de proximidade.

Das três formas organizativas que integram o modelo organizativo que veio a ser implementado pelo projeto, deixando de parte os grupos solidários<sup>75</sup>, a forma associação parece ser a que está mais consolidada, apesar de manter um estatuto informal, dado o seu enraizamento nas comunidades rurais e a sua menor dimensão social.

O número muito elevado de associações e a sua pequena dimensão económica levou o projeto a propor a criação das cooperativas a uma maior escala social e económica o que as afastou das comunidades locais, mas como as associações se mantiveram em funcionamento, ao contrário do que ocorreu nos três casos observados na Província de Malange, a proximidade com as comunidades ficou de certa forma assegurada e as associações facilitam a gestão democrática das cooperativas.

A CLUSA internacional apoiou as cooperativas juridicamente na preparação dos estatutos e na sua legalização e pôs em prática um plano continuado de capacitação e reforço da capacidade de gestão e desempenho das organizações, quer ao nível interno de definição do seu objeto e plano de negócios, quer ao nível externo das relações com o exterior. A nível interno

---

fazer lotes coletivos, para os restantes cada família procura coloca-los nos mercados urbanos, segundo informação fornecida por uma associação.

75 - Para maior detalhe sobre os grupos solidários ver Canga (2006).

analisou de forma participada as duas funções principais, comercialização de produtos agrícolas, com destaque para o café, e aprovisionamento de inputs, propondo boas práticas de funcionamento e diferentes estratégias para a comercialização do café. Nas relações com o exterior propiciou a realização de vários encontros com todas as partes interessadas na fileira do café.

O projeto procurou também dotar as cooperativas com alguns meios logísticos, construções e equipamentos (armazéns, máquinas agrícolas e meios de transporte) que designou por “centros de serviços”, para facilitar o arranque das cooperativas, tendo em conta a descapitalização das famílias e as dificuldades de recurso ao crédito bancário.

Não foi imposta uma dimensão semelhante pelo que as cooperativas que se constituíram apresentam uma relativa heterogeneidade em termos de dimensão social e escala económica e têm diferentes dinâmicas. Uma das cooperativas está já a conseguir obter sucesso no aprovisionamento de inputs e comercialização do café, as outras estão ainda em fase de arranque com menor ou maior dificuldade em por em prática a sua função económica.

O modelo de organização em que os membros de um grupo de associações de base de pequena dimensão se associam para constituir uma cooperativa que lhes permita ganhar escala para o exercício de funções económicas, com maior poder de negociação, mantendo as duas formas de organização funções distintas mas complementares, parece estar a resultar muito bem. O crescimento da cooperativa não só não prejudica o crescimento das associações como o facilita. Contudo, as associações mantêm-se muito atentas e críticas em relação ao desempenho (dificuldades de arranque) das cooperativas e aos apoios do Estado de que estas carecem para se afirmar.

Já o modelo no nível seguinte em que um grupo de cooperativas do 1º grau se junta para criar uma união, cooperativa do 2º grau, como forma de ganhar escala económica e prestar serviços às cooperativas do 1º grau e aos seus membros, tem sido adotado em muitos países do mundo com resultados diferentes. O crescimento da união pode entrar em conflito com o crescimento das cooperativas suas associadas com efeitos negativos para o crescimento da própria união ou de alguma ou algumas das cooperativas do 1º grau.

No caso do projeto Amboim a grande heterogeneidade entre as treze cooperativas do 1º grau que constituem a CESACOOPA pode gerar tensões em termos das estratégias de crescimento, o que pode já ocorrer com a cooperativa de maior dimensão que está numa fase de organização mais avançada que as restantes.

## 5 - CONCLUSÕES

A partir da realidade observada nas Províncias de Malange e Kuanza Sul (Município de Amboim) é possível retirar algumas conclusões sobre as organizações de produtores familiares em Angola, a sua origem, funções e formas de organização em consolidação.

Em primeiro lugar, a forte dinâmica do movimento associativo e cooperativo, a partir de 2002, na reativação, reconversão e criação de novas organizações que levou a que existam hoje mais de dez mil e setecentas organizações e quase um milhão de produtores agrícolas familiares associados. Este universo, divulgado pela UNACA, poderá não cobrir toda a realidade.

Em segundo lugar, uma origem essencialmente externa mas também interna por adaptação ou antecipação, que criou uma importante variedade de novas formas de organização dos produtores agrícolas familiares, umas mais consolidadas outras menos, que estão a evoluir na interação entre a sua própria dinâmica e das comunidades que as integram e as mudanças em curso no contexto social, económico e político nacional e internacional.

A grande maioria está ainda numa fase embrionária de organização (como associação de membros) e mantém um estatuto informal que as limita nas relações contratuais com o exterior, mas não as impede de desempenhar certas funções em benefício dos seus associados e das comunidades rurais, ainda que numa relação de grande dependência face ao exterior.

Em terceiro lugar, a opção do Estado pela forma cooperativa, não em si mesma mas pelo facto de ser exclusiva, de excluir outras formas de organização, tem vindo a conduzir a avanços e recuos que mantém o movimento associativo e cooperativo sob constante escrutínio e lançam, de certa forma o descrédito sobre o movimento e em particular sobre a parte que encontra maiores dificuldades ou não consegue mesmo adaptar-se à forma cooperativa eleita.

A realidade é hoje mais complexa que o simples modelo oficial de cooperativa de serviços pelo que tentar enquadrar tudo dentro deste modelo parece constrangedor já que menospreza as outras formas de organização eventualmente mais simples e melhor adaptadas a certas funções e aos contextos das comunidades rurais.

As dificuldades de muitas organizações para se adaptarem ao modelo e desempenharem as funções de cooperativa de serviços são inúmeras, pelo grande desequilíbrio do poder de negociação face ao exterior, falta

de meios logísticos, dificuldades no acesso ao crédito, intervenção do Estado no mercado dos inputs e prestação de serviços, falta de apoio técnico e de formação por parte do Estado. O projeto Amboim procurou um modelo organizativo e uma estratégia de apoio diferentes que permitissem ultrapassar estas dificuldades.

Em quarto lugar, o facto de mesmo com as dificuldades descritas se ter vindo a consolidar ao longo dos anos uma forma de organização a nível de aldeia, distinta da cooperativa de serviços, que se encontra bem enraizada nas comunidades locais, nas instituições e cultura locais. Trata-se de uma organização que partilha com as autoridades tradicionais a função de interface com o exterior, com vantagem reconhecida no acesso aos meios de produção e articulação com o mercado<sup>76</sup>. Estas organizações são em geral de pequena dimensão social, o que facilita a participação e a gestão democrática, e, na maioria dos casos, não desempenham funções económicas, ou se as desempenham são a um nível muito residual.

Apesar da boa adaptação que estão a revelar, não veem reconhecidos os seus esforços, numa situação de baixos rendimentos e descapitalização das famílias, de desorganização das redes e circuitos comerciais, de falta de apoios materiais e imateriais e são objeto de fortes pressões externas por parte do Estado e da UNACA para se transformarem no modelo único de cooperativa de serviços, para o qual não se sentem capacitadas. Os produtores agrícolas familiares têm os seus próprios circuitos de comercialização e não estão dispostos a delegar essa competência nas cooperativas sem terem a certeza absoluta que essa solução coletiva é vantajosa<sup>77</sup>.

Um novo modelo observado consistiu na constituição e legalização de cooperativas a partir de grupos destas organizações de aldeia, para aumentar a sua escala económica, que pode assentar na sua extinção, como nos casos observados na Província de Malange, ou procurar uma articulação frutuosa entre as duas formas de organização, como no caso do projeto Amboim. Nos casos da Província de Malange as cooperativas correm riscos de, ao afastarem-se das comunidades rurais e dos produtores, repetir experiências malsucedidas no continente africano de “cooperativas sem cooperadores”<sup>78</sup>. No caso do projeto Amboim as organizações de base

76 - Baptista (2013: 93).

77 - Baptista (2013: 57-62)

78 - Cooperativas em que os produtores agrícolas familiares raramente são envolvidos à partida e são excluídos dos processos de decisão e controlo. Bosc *et al.* (2002:



(associações) parecem ser as formas mais consolidadas e as que garantem que, em caso de insucesso das cooperativas, outros modelos organizativos podem surgir.

Em quinto lugar, merece destaque o aumento da área cultivada que se colocou de forma distinta na Província de Malange e no projeto Amboim.

Na província de Malange as três cooperativas acompanhadas concentraram-se na obtenção de novas áreas agrícolas, obtidas com recurso a trabalho manual e a meios mecânicos deixando de fora do seu âmbito as áreas, culturas e produções que as famílias já detinham, antes de formadas as cooperativas. Não existindo esta articulação que permitiria dar coerência ao processo, permitindo conciliar o trabalho nas explorações agrícolas familiares com o trabalho nas novas áreas (cooperativas), poder-se-á assim questionar se se trata de uma necessidade realmente sentida pelas famílias ou se é uma necessidade influenciada/induzida pelo exterior?<sup>79</sup> A questão é complexa e as razões e motivações podem ser várias<sup>80</sup>. A natureza pública desta atividade parece no entanto exigir uma maior planificação e acompanhamento por parte do Estado, sob pena de todo o processo se tornar muito desigual e, eventualmente, precário.

No projeto Amboim o aumento de área, a reabilitar ou renovar, e sua distribuição pelas famílias estavam definidos como objetivos, metas e procedimentos e a execução procurou cumprir o projetado.

Finalmente, resta concluir que as organizações de produtores agrícolas familiares carecem de o ambiente institucional que clarifique o quadro legal no caso das cooperativas (a nova Lei das Cooperativas em aprovação pode ser o instrumento que falta para a reorganização do setor cooperativo) e reconheça outras formas de organização não cooperativas, como é o caso da forma associação regulamentada na Lei das Associações. Parece faltar também um quadro coerente e continuado de políticas públicas, programas e projetos de apoio às organizações de produtores familiares.

---

285-286)

79 - Posição defendida no documento do PEDR, IDA (2004: VI).

80 - Ver Baptista (2013: 47-100)

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, Fernando Oliveira *et al.* (2012), O Café em Angola, um panorama socioeconómico, Castro Verde, 100 LUZ.
- Baptista, Fernando Oliveira (2013), O Destino Camponês, Castro Verde, 100 LUZ.
- Bijman *et al.* (2012), Support for Farmer's Cooperatives, Final Report, <http://www.wageningenur.nl/en/show/Support-for-Farmers-Cooperatives.htm>
- Bosc, Pierre-Marie, Jacques Berthomé, Bruno Losh et Marie-Rose Mercoiret, (2002), Le Grand Saut des Organisations de Producteurs Agricoles Africaines. De la protection sous tutelle à la mondialisation, RECMA - Revue Internationale de L'Economie Sociale, nº 285, pp.47-62.
- Bosc, Pierre-Marie, Marc Piraux et Michel Dulcire (2014), Contribuer à l'innovation, aux politiques et à la démocratie locale, in Sourisseau, Jean-Michel (ed.) *Agricultures familiales et mondes à venir*, Versailles, Éditions Quae.
- Campos, António dos Santos (1999), Associações Agrícolas, um Guia Prático, Lisboa, DGDR – Direção Geral de Desenvolvimento Rural (2.ª edição).
- Canga, Afonso Pedro (2006), Cooperativas e Desenvolvimento Local, comunicação apresentada ao VII Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa – Seminário “As Cooperativas no Futuro de Angola”, Luanda.
- Dugué, M. J., D. Pesche et J. F. Le Cop (2012), Appuyer les organisations de producteurs, Versailles, Éditions Quae, CTA, Presses agronomiques de Gembloux.
- IDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário / Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola (2004), Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural - PEDR (2004-2008), GEPROC, Luanda.
- Morais, Júlio e Fernando Pacheco (1991), Diagnóstico das Associações de Camponeses em Angola: Províncias da Huíla, Huambo e Malanje, Luanda, ACORD e ADRA.
- Morais, Júlio, Antonieta Coelho e Miguel Pereira (2004), Manual para a Cooperativização Agrícola, IDA/Programa de Microrealizações PMR III GEPROC, Luanda.
- Fernando, Pacheco (2002), Autoridades tradicionais e estruturas locais de poder em Angola: aspetos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica, Comunicação apresentada no Ciclo de Palestras sobre Descentralização e o Quadro Autárquico em Angola, organizado pela Fundação Friedrich Ebert, Luanda
- Pacheco, Fernando (2006), Desenvolvimento cooperativo em Angola: políticas de apoio no período pós-independência, texto policopiado, 13 p.
- Rondot, Pierre et Marie-Hélène Collion (2001), Organisations paysannes: leur contribution au renforcement des capacités rurales et à la réduction de la pauvreté, Département Développement Rural, Washington, DC USA
- Woods, Michael (2011), *Rural*, Routledge, Taylor & Francis Group, London.



# CAMPONESES, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PRÁTICAS E ATITUDES NO CULTIVO DA MANDIOCA EM MALANJE, ANGOLA

Maria João Canadas\*

*“[...] a questão das políticas públicas em relação ao sector camponês. Que modelo tecnológico se procura difundir e contribuir para consolidar? Qual o modelo fundiário a consolidar para cada família?”*

(Baptista, 2013, Terras de Mandioca: a economia de camponeses de Malanje, em O destino camponês, 100Luz)

## INTRODUÇÃO

Ao invocar o papel que as políticas públicas têm ou podem ter no percurso e destino dos camponeses, Baptista (2013) interroga-se quanto ao modelo tecnológico que essas políticas procuram difundir e contribuir para consolidar. Essa questão é relevante em Angola onde os camponeses, frequentemente em situação de pobreza, praticam uma agricultura dita rudimentar e constituem uma parte substancial da população (IDA, 2004).

As considerações que se apresentam têm como desafio o debate em torno dos modelos tecnológicos e da adopção de inovações técnicas, e baseiam-se num estudo de caso de camponeses de Malanje, realizado no âmbito do projecto PAPDAR, em que se caracterizaram os seus sistemas de cultivo, sistemas de

---

\* - Professora do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

produção e atitudes face à inovação<sup>81</sup>.

No texto que se segue começa-se (1.) por clarificar os termos do debate em torno dos modelos técnicos, seus objectivos de produção, e processos de inovação relacionados. Segue-se, em 2., a caracterização dos sistemas de produção agrícolas e sistemas de cultivo de camponeses de Malanje e, em 3., das suas atitudes e práticas em face de inovações como o tractor, a tracção animal, os adubos e o moinho. A discussão dos resultados obtidos em cada um destes dois últimos pontos, antecede as breves notas conclusivas com que se termina<sup>82</sup>.

A metodologia seguida na recolha de informação para a caracterização de práticas e atitudes incluiu: a aplicação de 380 questionários repartidos por dois inquéritos, o primeiro dirigido à análise da economia das famílias e do seu sistema de produção (179 inquiridos) e o segundo dirigido às atitudes perante a inovação (201 inquiridos); o acompanhamento ao longo de um ano agrícola de uma amostra de cinco explorações/famílias para registo e reconstituição dos sistemas de cultivo; e os registos de um ano de actividade dos moinhos instalados no âmbito do PAPDAR<sup>83</sup>.

## 1 - CAMPONESES, MUDANÇA TÉCNICA E INOVAÇÃO

A partir da década de 1980, o reconhecimento da pegada ambiental do modelo químico-mecânico, tal como aplicado nos países desenvolvidos ou na sua variante de revolução verde nos países em desenvolvimento, levou a questionar os objectivos produtivistas e de intensificação da produção agrícola (Bonny e Daucé, 1989; Brown, 2005).

Com a tomada de consciência dos limites à expansão da área cultivada, em conjugação com a necessidade de aumento da produção alimentar, com previsões de acréscimo da população mundial para 9 200 milhões em 2050, regressa o

---

81 - O meu agradecimento ao Raul Jorge por me ter confiado a elaboração deste texto, ao Carlos Cabral pela introdução à leitura dos sistemas de cultura de camponeses de Malanje, e a Fernando Baptista pelo desbravar da economia desses camponeses que permitiu enquadrar o objectivo do texto. A todos os que integraram a visita de terreno de Maio de 2012, o meu reconhecimento pela partilha duma experiência inolvidável.

82 - Contou-se com o apoio de Alexandra Neves no apuramento dos Quadros 4 a 6, e de Helena Pinto e Pedro Rio para a elaboração das Figuras 1 e 2. O meu agradecimento estende-se à Ana Silva pelo empenho na organização do texto.

83 - Para uma descrição mais detalhada dos dois inquéritos realizados, do acompanhamento, e do registo da actividade dos moinhos, veja-se respectivamente, Baptista (2013), Pinto e Rio (2011a) e Pinto e Rio (2011b).

propósito de intensificação da agricultura, em particular, do aumento da produção na área agrícola existente (Godfray, 2013; Garnett *et al.*, 2013; Jayne *et al.*, 2014). Essa é também a tônica do debate sobre a mudança técnica a promover em África a sul do Sahara (ASS) (Sanchez *et al.*, 2006; Rai *et al.*, 2011; Dugué *et al.*, 2012; Pretty *et al.*, 2012; Tiftonell e Giller, 2013; Vanlauwe *et al.*, 2014; Kassie *et al.*, 2015).

## 1.1 - Intensificação sustentável: um consenso aparente

Surge assim, na agricultura, a noção de intensificação sustentável, que se pode definir como a maximização da produção primária por unidade de superfície sem comprometer a aptidão do sistema a manter a sua própria capacidade de produção (Bonny, 2011; Rai *et al.*, 2011; Garnett *et al.*, 2013). Aparentemente mais consensual que outras noções surgidas anteriormente apenas porque, tal como a própria sustentabilidade (Veiga, 2005), exprime um objectivo, mas não especifica o modo de o atingir, e que técnicas devem ser utilizadas (Garrett *et al.*, 2013).

Quando se olha mais de perto, as técnicas propostas variam consideravelmente e o mesmo se pode mesmo dizer até do objectivo. Começando por este, lembra-se o debate entre land sparing e land sharing, nomeadamente em contextos com importantes valores naturais onde a terra arável se expande em detrimento da floresta: discute-se a opção entre intensificação agrícola numas áreas poupando outras ou, pelo contrário, o alargamento duma agricultura pouco intensificada compatível com a preservação ambiental e conservação da biodiversidade (Green *et al.*, 2005; Tschamtkke *et al.*, 2012).

Quanto às técnicas e aos referenciais em que se organizam, invocam-se três propostas com a sustentabilidade como propósito, mas diferindo na sua operacionalização. Nas duas primeiras, esse propósito consegue-se, respectivamente, com a preservação dos sistemas de produção tradicionais, e com a adaptação dos sistemas modernizados a requisitos de maior eficácia na utilização dos inputs.

A agro-ecologia apresenta-se como um distinto paradigma científico-tecnológico em que se promove uma visão holística, pelo estudo do ecossistema, em contraponto ao reducionismo da engenharia genética (Altieri, 2002; Vanloqueren e Baret, 2009). A fertilidade do solo, a produtividade e a protecção de culturas dependem das interacções ecológicas e sinergias, em sistemas de produção diversificados, e do enriquecimento do solo com matéria orgânica de origem vegetal e animal (Haverkort e Reijntjes, 2007; Altieri e Toledo, 2011). Postula-se o não uso (ou contenção no uso) de recursos não renováveis, como pesticidas e

fertilizantes químicos, e tende a associar-se a sustentabilidade à limitação dos inputs externos (Reintjes *et al.*, 1992; Tripp, 2006a e 2006b; Fitzpatrick, 2015).

A industrialização da agricultura, com utilização mais eficiente de inputs e consequente redução de impactes ambientais, tal como descrita por Bonny e Daucé (1998), surge ainda como a principal referência implícita em documento do Banco Mundial (2008). Considerável destaque é nele conferido às novas biotecnologias de primeira e segunda geração, de que são exemplo, respectivamente, o cultivo de tecidos vegetais para a micropropagação e a transferência de embriões, e a utilização da genómica na obtenção de informação dos genes com vista a melhorar uma dada característica, como no caso dos organismos geneticamente modificados. Não obstante, não se deixa de mencionar a importância das abordagens agro-ecológicas destinadas a “reduzir o uso de factores não renováveis, especialmente químicos agrícolas”.

A intensificação sustentável da produção agrícola, uma proposta com a chancela da FAO e dirigida à exploração de pequena escala, reivindica uma abordagem ecossistémica baseada no contributo da natureza para o crescimento dos cultivos – matéria orgânica do solo, regulação do caudal de água, polinização e depredação natural das pragas – e, não obstante, propõe aplicar factores industriais no momento preciso e na quantidade adequada (Rai *et al.*, 2011). Embora colocando uma grande ênfase na agro-ecologia, não rejeita os contributos das tecnologias de informação ou mesmo da engenharia genética, ainda que minimize a referência a esta última. Neste particular vai ao encontro da avaliação levada a cabo pelo IAASTD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development) que recomenda maior suporte às abordagens agroecológicas, consideradas com um grande potencial para a agricultura mundial, sendo o papel da engenharia genética o único elemento de controvérsia, escamoteado na declaração final (McIntyre *et al.*, 2008; Godfray *et al.*, 2011).

## 1.2 - A mudança tecnológica e a adopção de inovações

Várias são as abordagens da inovação agrícola propostas ao longo dos últimos 50 anos, quase todas coexistindo ainda actualmente (Klerx *et al.*, 2012). Estas abordagens articulam-se amiúde com distintos modelos técnicos e perspectivas antagónicas sobre o desenvolvimento, designadamente a modernização e a via endógena (Arnalte, 2009; Baptista, 2013).

No modelo de transferência tecnológica e teoria da difusão de inovações, predominantes até à década de 1970, as inovações são produzidas nos centros

de pesquisa, que as transferem aos extensionistas, que por seu turno as divulgam junto dos agricultores, encarados como meros receptores. Considera-se que a difusão das inovações ocorre através da comunicação entre redes de familiares, vizinhos ou amigos, e a não adopção é resultado de uma atitude mais retardatária ou mesmo avessa à mudança explicável pelos atributos do agricultor (Feder *et al.*, 1985). O contexto institucional e político é considerado um factor exterior à análise, e a inovação vem de fora, em conformidade com os pressupostos das teorias do desenvolvimento pela modernização e a industrialização da agricultura.

De entre as abordagens que se opõem a esta visão linear, menção particular é devida a Chambers e seus discípulos que substituem a perspectiva da difusão pelo modelo “o camponês em primeiro”. Evidenciando o contraste entre as condições biofísicas, económicas e sociais entre, por um lado, estações de pesquisa, e agricultores ricos em recursos e, por outro lado, os camponeses pobres, consideram que a não adopção se explica pelo desajustamento da inovação às condições mais complexas e desfavoráveis destes últimos (Chambers e Ghildyal, 1985; Chambers *et al.*, 1989). Sublinham que as prioridades de investigação devem ser estabelecidas atendendo às necessidades e problemas locais, diagnosticados no contexto e na percepção dos camponeses. Com a redução da dependência em factores externos pretendem uma maior incrustação social e, sobretudo, a minimização de danos ambientais (Reijntjes *et al.*, 1992; Haverkort e Reijntjes, 2007). A valorização da tradição, e dos saberes locais, pretendendo tirar partido dos recursos territoriais, biológicos, humanos e sociais, confere-lhes alguma sintonia com a via do desenvolvimento endógeno (Chambers, 1994).

Nas duas últimas décadas, toma forma o quadro de análise dos sistemas de inovação agrícola, que encara o desenvolvimento da ciência e tecnologia como incrustado num contexto social, político, económico e agro-ecológico, historicamente definido, e no qual a mudança institucional é considerada uma condição para a inovação (Hall *et al.*, 2001; Sumberg, 2005; Klerkx *et al.*, 2012). Os agricultores, rotulados de pioneiros ou retardatários na abordagem da difusão de inovações, de experimentadores e vanguarda na do “camponês em primeiro”, passam a ser tidos por parceiros simultaneamente capazes de inovar e de expressar procura de inovação. Enquanto a chave do sucesso na primeira abordagem residia na mudança de comportamento do agricultor, e na segunda resultava do seu empoderamento, nesta última perspectiva prende-se com a mudança institucional e a capacidade de inovação (Klerkx *et al.*, 2012).

Experimentadores ou parceiros, cabe à análise dos sistemas de produção agrícola, nas suas variantes francófona ou anglo-saxónica (Cochet, 2012), um papel relevante no acompanhamento da tomada de decisão dos agricultores para



“conceber e operar as mudanças técnicas e organizativas mais adaptadas aos seus meios e aos seus objectivos, em contextos económicos e ecológicos cada vez mais restritivos” (Ferraton e Touzard, 2009:8).

## 2 - CAMPONESES E TECNOLOGIA. Práticas agrícolas em Malanje

Muitos dos traços de caracterização dos sistemas de produção e de cultivo observados em Malanje correspondem à ideia de uma agricultura tradicional: pequena dimensão, policultura, complexidade das consociações, trabalho manual, auto-suficiência. Apontam também para algumas limitações à sua reprodução: exiguidade da área cultivada por família, elevada intensidade no uso do solo e elevada carga de trabalho.

### 2.1. Sistemas de produção em terras de mandioca

O Inquérito às Famílias permite uma caracterização geral dos sistemas de produção camponeses na zona, e a sua comparação com dados disponíveis para o período colonial admite, com cautela, estabelecer algumas hipóteses quanto ao sentido de mudança desses sistemas. Essa cautela deverá ser maior no caso das variáveis área total e cultivada por agregado, por onde se começa, e para as quais só foi possível obter informação fidedigna para duas das quatro comunas abrangidas pelo inquérito (Soqueco, Cota, Muquixi e Quirima) (Baptista, 2013).

Exiguidade das áreas cultivadas por cada agregado, constitui um primeiro elemento de caracterização. As famílias inquiridas nas comunas do Cota e de Quirima (80 inquiridos) têm em média uma superfície total de 3,21 ha, da qual estão em cultivo 0,69 ha (Quadro 2). Restringindo às famílias que utilizam exclusivamente trabalho manual, a grande maioria, estas áreas reduzem-se e, a média da área cultivada é de 0,30 ha em Quirima e 0,53 ha na comuna do Cota (Baptista, 2013).

Arrisca-se falar numa aparente redução da área cultivada face aos valores registados nas décadas de 1960-70, sem que a área disponível para cada família apresente a mesma evolução. Para o final do período colonial admitia-se que a redução da dimensão média da exploração agrícola tradicional de 4,12 ha para 2,5 ha, entre 1963/64 e 1970/71, tinha sido pressionada, entre outros factores, “pela ocupação empresarial” (Ponte *et al.*, 1973). Actualmente, apesar da demarcação de inúmeras concessões na proximidade das aldeias (Pereira, 2014), o seu não aproveitamento impede de encontrar aqui um factor de redução da área cultivada

por agregado<sup>84</sup>. Na sua maioria as famílias têm hoje uma relação permanente com as terras que utilizam, transmitindo-as entre gerações (Baptista, 2013).

Quadro 1 – Sistema de produção e agregados domésticos, em dois períodos

	Anos (1963-64) 1970-71 (a)	Anos 2009 / 2010
Superfície total e cultivada por exploração (hectare)	(4,12 ha) 2,5 ha total e 1,8 ha em cultivo	3,21 ha total e 0,69 ha em cultivo (b)
Culturas e pecuária (% dos inquiridos que cultivam ou criam)	(100%) 99% mandioca 0,88 bovinos/ família; 53% caprinos	100% mandioca; 2% bovinos, 48% caprinos, 10% suínos, e 1% ovinos
Energia utilizada (% dos inquiridos que usam)	18% tracção animal 3% tracção mecânica	3% tracção animal; 6% tracção mecânica
Relação com o mercado dos produtos (% das vendas)	45% da produção total 43% da mandioca 71% do feijão	45% da produção total 36% da mandioca 61% do feijão
Relação com o mercado dos meios de produção (% dos inquiridos)	0% utilizam adubos químicos	7% utilizam adubos químicos 53% não adquire qualquer meio
Renovação e exploração da fertilidade (duração dos pousios)	1,4 anos (c)	3,7 a 4,9 anos (b)
Dimensão média dos agregados domésticos (n°)	5,1 pessoas	4,2 pessoas
Organização social do trabalho (% dos que trabalham fora da exploração)	21% dos chefes de família	5% dos activos

Fonte: Elaborado com base em Ponte (1973) e Neves (2012) para o primeiro período e Zona Agrícola 13/14, e Inquérito às Famílias (N= 179 inquiridos), em Baptista (2013), para o segundo período.

Notas: (a) os valores entre parêntesis referem-se a 1963-64; (b) comunas do Cota e de Quirima; (c) considerando que em 1970/71 é de 1,8 ha a superfície média de mandioca por exploração que a pratica e é de 2,5 ha a superfície total da exploração na mesma data (Ponte *et al.*, 1973:84).

84 - No município de Cacuso foram recenseadas 201 concessões de terra, cuja área ascende a 48% da área do município, com uma área média de 1.427 ha, 41 ha de mínima e máximo de 22.900 ha (cinco no escalão de mais de 8.500 ha) (Pereira, 2014).

A agricultura que praticam é dominada pela mandioca que todos os agregados cultivam, podendo-se até admitir o reforço desse domínio. Em 2009, a mandioca ascendia a 74% do produto bruto das actividades da família (agrícolas e outras) (Baptista, 2013), enquanto em 1970/71 constituía 44% da composição média, em valor, da produção (Neves, 2012). Na primeira data, a mandioca constitui 88% do valor da alimentação que as famílias retiram da sua actividade (oscilando entre 93% na comuna do Cota e 77% em Quirima), o que representa um acréscimo relativamente aos 64% registados em 1970/71.

O gado assume bastante menor expressão que os cultivos e os bovinos estão hoje quase ausentes. Não obstante, em 1970-71, o número médio de cabeças pelo total de explorações camponesas era de 0,88 para os bovinos, 2,6 para os caprinos, 0,52 para os suínos e 0,22 para os ovinos. Entre 1963-64 e aquela data, o número de bovinos aumentou em mais de 50% e duplicou o efectivo de caprinos e de suínos (Ponte *et al.*, 1973; Neves, 2012).

No Inquérito às Famílias, todos os agregados são detentores de enxada, sendo de 2,6 o número médio das mesmas. O machado, a catana, o pilão e a peneira são ainda instrumentos que caracterizam a tecnologia agrícola desta população camponesa: 93,3% dos inquiridos tem pelo menos uma enxada e um machado e/ou uma catana. Em 179 inquiridos, 3% recorrem à tracção animal e 6% à tracção mecânica, sendo que a maioria pratica em exclusivo uma agricultura de enxada. Admite-se a redução da utilização de tracção animal, com maior retorno ao trabalho manual, contrariando o que se passou noutros contextos em África, apesar de estarmos perante pousios que se consideram curtos (Sumberg, 2003; Vall *et al.*, 2012)<sup>85</sup>.

O uso do tractor não ocorre nas lavras que as famílias tradicionalmente cultivam, mas sim na lavra da associação, que depois é repartida de modo igualitário entre as famílias ou consoante a área preparada que cada uma estiver disposta a pagar. Isto é, o recurso à tracção mecânica pressupõe que “em cada comunidade, para além da terra normalmente utilizada pelas famílias, haja áreas disponíveis que permitam a entrada do tractor” (Baptista, 2013:75).

Em Malanje, a mandioca está longe de ser uma cultura só de auto-subsistência, destinada exclusivamente ao autoconsumo, ainda que este seja maioritário. A parte da produção total de mandioca que é vendida é de 36%,

---

85 - Vall *et al.* (2012) referem para o Oeste do Burkina Faso, para os anos 1990, que 60 a 70% das explorações camponesas cultivavam manualmente, 30 a 40% com tracção animal e 0,2 a 0,5% com tractor. Vinte anos depois 84% utilizavam tracção animal, 2% tractor e só 14% cultivavam manualmente.

valor não muito distante dos 43% avaliados para o final do período colonial. No total das 179 explorações inquiridas em 2009, 86% vendem bombó.

No seu conjunto quase metade da produção agrícola é vendida, evidenciando a integração no mercado dos produtos. As famílias estão inseridas no mercado, tanto ao nível da produção como do consumo, na medida em que, entre outras despesas, adquirem produtos alimentares, de vestuário e calçado ou energia e equipamentos domésticos (Baptista, 2013). Quanto à relação com o mercado dos meios de trabalho, pelo contrário, pode dizer-se que é quase total a ausência de ligação ao mercado dos camponeses inquiridos.

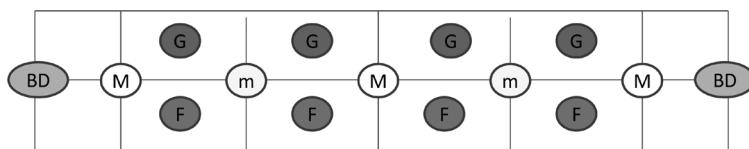
No que respeita à diferenciação no seio da comunidade, constata-se que cerca de metade dos agregados estão abaixo do limiar de pobreza extrema ( $\leq 1,08$ USD por pessoa/dia), um terço entre este e o limiar de pobreza, e menos de um quinto acima do limiar de pobreza ( $> 2,15$  USD por pessoa/dia) (Baptista, 2013). Quanto aos factores desta diferenciação, não se encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento dos agregados (rendimento per capita) e as variáveis utilizadas para exprimir as diferenças de tecnologia e meios de produção. Não dispondo de informação da área cultivada para todos os agregados, conclui-se naquela análise que, de qualquer modo, a terra, avaliada pelas proporções da área estabilizada, herdada e em cultura, marca uma diferenciação estrutural. A dimensão da família e a fase do ciclo de vida (relação entre o número total de elementos da família e o número de activos) associam-se também significativamente à diferenciação de rendimentos.

## 2.2 - Sistemas de cultura e itinerários técnicos no cultivo da mandioca

Tendo a mandioca como principal produto agrícola, o seu cultivo é hegemónico, ocorrendo em praticamente todas as lavras. A excepção surge nas “nacas” irrigadas, na proximidade dos cursos de água, onde se cultivam hortícolas, e nos talhões junto às habitações onde se mantêm alguns pés de fruteiras (bananeiras, abacateiros, mangueiras, e ainda mamoeiros, laranjeiras, limoeiros e ananaseiros) e se faz a horta. Fora destas situações, a mandioca impõe-se, por norma consociada com culturas como feijão, milho, ginguba, abóbora, inhame, ou quiabo, entre outras. O número de espécies consociadas pode chegar a cinco, denotando uma complexidade maior do que é reconhecido para o cultivo da mandioca no país e noutras partes do continente africano (Isabiriyé *et al.*, 2007; Fermont *et al.*, 2009; Muondo, 2012). Ocupando

diferentes posições nos camalhões, localmente designados de mibangas, as espécies consociadas semeiam-se ou plantam-se em compassos, modos e momentos específicos (Figura 1).

Figura 1 – Consociações praticadas. Representação de uma mibanga Cacuso



Legenda: BD – batata doce; F – feijão; G – ginguba (amendoim); M – mandioca;  
m - milho

Fonte: Acompanhamento 2010/11, em Pinto e Rio (2011a).

Às consociações acresce a diversidade das variedades para uma mesma espécie, na definição da complexidade dos sistemas de cultivo. Numa só lavra, e até numa única linha, misturam-se variedades. A título de exemplo, foi indicado pelos agricultores “acompanhados” o cultivo das seguintes variedades de mandioca, na designação dos próprios: Maria Diakota, Rico, Kalawenda, Kitanda, Otto, Quinzela, Chico Diakombe e Mata Capim.

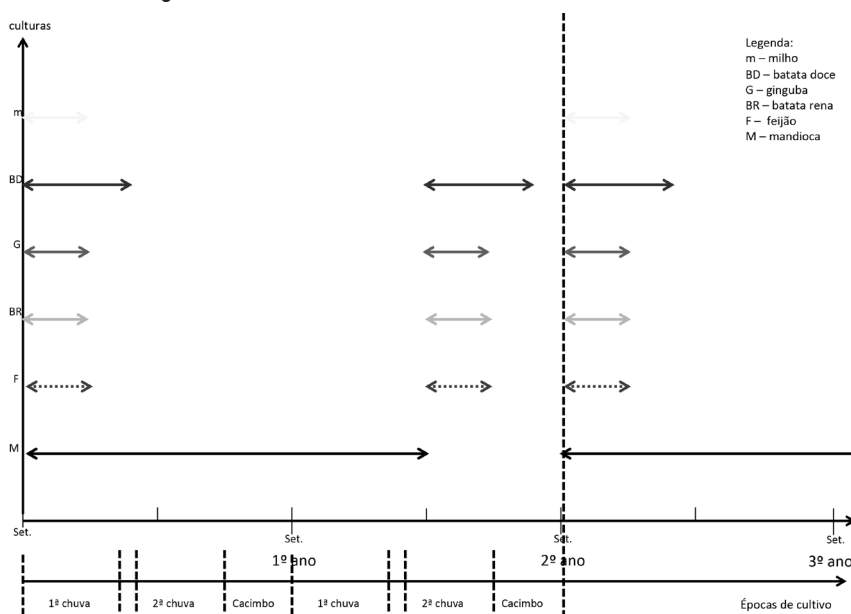
Englobando variedades doces e amargas são-lhes conferidas pelos camponeses atributos distintos em termos de precocidade, de capacidade de conservação no solo e de resistência a doenças e pragas. A Rico, por exemplo, é tida como uma variedade de retorno rápido, que está pronta a ser colhida ao fim de 18 meses e que apodrece facilmente se excedido o tempo oportuno (Pinto e Rio, 2011a). Outro agregado, pelo contrário, gosta de variedades amargas como a Chico Diakombe, por ser mais resistente ao ataque de pragas, à deterioração no solo e ter mais venda na sua zona. Considera ainda que as variedades doces crescem mais na horizontal que em altura, dificultando as sachas. Optando em cada contexto agronómico em conformidade com a sua classificação das variedades, aquando da preparação das hastes de propagação da cultura, seleccionam ainda os espécimes de maior rendimento e melhor estado sanitário.

A Figura 2 ilustra uma sucessão-tipo com a instalação duma consociação de mandioca com várias culturas de ciclo curto (em terrenos de maxinde) na primeira época de chuvas. As primeiras colheitas (de feijão, milho ou ginguba) ocorrem a partir de janeiro ou fevereiro. A colheita das raízes comestíveis da mandioca prolonga-se por um período variável, frequentemente desde os dezoito meses até aos dois anos. No segundo ano, a lavra fica com o aspecto de abandonada, mas

vai-se continuando a colher a mandioca, até por volta dos 18 meses, altura em que se pode proceder à plantação / sementeira de uma consociação de culturas de ciclo curto na segunda época de chuvas. Segue-se novamente um novo ciclo de cultivo da mandioca consociada em anos consecutivos na mesma parcela, ou um período de pousio de duração variável.

A instalação da mandioca e culturas consociadas é antecedida pelas operações de limpeza e preparação do terreno para a plantação ou sementeira. Essa preparação inicia-se com a limpeza e queima, no caso dos terrenos em pousio curto, há menos de 10 anos, antecedida pela queimada e destronca ou derruba quando aquele período foi já excedido. No caso dos terrenos em pousio longo (maxinde), inicia-se com a queimada. Esta corresponde ao processo tradicional de eliminar vegetação arbórea ou arbustiva de maior porte, ateando fogo na futura lavra, a que se segue a destrona ou derruba com o uso de catana ou machado para eliminar troncos que persistam. Segundo Ponte (1973) a queimada é “um instrumento de auxílio à derruba”, “queima porque não pode derrubar ou arrancar mais depressa e também porque, se derrubasse ou arrancasse simplesmente, não poderia empregar nessa operação os braços necessários ao esforço exigido: os grupos, as unidades de trabalho e produção são exíguos”. Em terrenos em pousio curto (kavuzza) procede-se à limpeza e queima. A limpeza consiste na remoção dos restos culturais e do capim que eventualmente subsistam no terreno a cultivar. Este material é removido, amontoado e queimado.

Figura 2 – Calendário do sistema e da sucessão de culturas



Fonte: Acompanhamento 2010/11, em Pinto e Rio (2011a).

Seguem-se as cavas ou lambamento (incorporação no solo dos restos culturais queimados) e a armação do terreno em camalhões ou mibangas, com recurso à enxada, europeia ou tradicional. A plantação da mandioca pode ocorrer em simultâneo à armação dos camalhões. As sachas são asseguradas ao longo do ciclo cultural, em número variável. As colheitas das culturas consociadas com a mandioca, podem iniciar-se em janeiro e prolongar-se ao longo do ano agrícola. Da comparação dos calendários mensais de trabalho para os agregados acompanhados, resulta que a maioria do trabalho de cultivo se regista no período que se estende de outubro a março, ocorrendo as maiores necessidades entre setembro e dezembro, com um pico novamente em março. A não diferibilidade das tarefas contribui para aumentar a dimensão do grupo de trabalho, nas sachas, e também nalgumas das colheitas<sup>86</sup>.

No seu conjunto, e sabendo que o tempo de colheita da mandioca não foi aqui considerado, ressalta a elevada intensidade em trabalho da agricultura praticada, com valores que oscilam entre cerca de 130 a 70 dias de trabalho por hectare (Quadros 2 e 3)<sup>87</sup>. Dado que dependendo do destino ser a venda ou o autoconsumo colhe-se, respectivamente, a oito na mibanga ou seleccionando as plantas arrancadas, e dado o afastamento de muitas parcelas à aldeia, o tempo total de colheita da mandioca pode ser muito superior ao tempo de trabalho efectivo reportado para outros contextos, da ordem das 50 horas/ha (Neweke, 2002; Neweke, 2004).

O diferencial de intensidade entre o cultivo manual e com tracção animal ou mecânica, de cerca de 130 para 80 a 70 dias/ha (sem colheita de mandioca), deve-se à utilização da tracção na limpeza, cavas, armação das mibangas e ao uso da carroça ou de motorizada nos transportes. Dada a fraca representação da tracção animal ou mecânica no Inquérito às Famílias, o seu uso não contribui significativamente para diferenciar o rendimento familiar per capita (Baptista, 2013). No cultivo manual das lavras, o dominante, atingem-se assim valores que facilmente excedem 150 dias / ha, apoiando o desmentido do cultivo da mandioca como pouco exigente em trabalho (Neweke, 2004; Fermont *et al.*, 2009).

---

86 - A influência da oportunidade de realização das sachas no rendimento da mandioca é atestada em Fermont *et al.* (2009), Curran e Cook (2009) ou Silva *et al.* (2012).

87 - O quinto caso acompanhado, corresponde a um agregado com 1,3 ha de área cultivada, recurso a tracção mecânica em parte dessa área, um total de 89 dias de trabalho no ano agrícola e uma intensidade em trabalho de 68 dias/ha.

### 2.3 - Carga de trabalho, intensidade de uso da terra e riscos

Na perspectiva da mão-de-obra evidencia-se a elevada carga de trabalho a que estão sujeitos sobretudo o chefe de exploração e seu cônjuge, em quem recai a maioria do trabalho nas lavras. Refira-se que, no Inquérito às Famílias, os agregados têm em média 2,4 activos, dos quais apenas 1,9 trabalham em exclusivo nas lavras (Baptista, 2013), com pirâmides etárias que se contraem nos escalões correspondentes aos jovens adultos, e nos cinco casos acompanhados, a parte do casal varia entre 100% e 66% do tempo de trabalho registado para as lavras (Quadros 2 e 3). O pequeno grupo familiar activo só nalguns casos é complementado pela entreajuda ou trabalho assalariado. No inquérito, apenas 18% dos agregados se entreajudam (um terço dos quais mobilizando menos de 10 dias no ano) e só 17% contratam jornaleiros, em mais de metade dos casos menos de 5 dias por ano (Baptista, 2013).

Concorrem para a carga elevada, a sazonalidade da distribuição anual do labor (nos meses de maior labuta, o casal chega a dedicar às lavras todos os dias úteis do mês), e o esforço requerido por tarefas como a destronca, a cava e as sachas. Acresce, sobretudo para as mulheres, as tarefas quotidianas de pilar a mandioca, cartar água, recolher e transportar lenha (MADR, 2004; Klaveren *et al.*, 2009; Tchikanha, 2011).

Elevada carga de trabalho tem sido também constatada noutros contextos, em particular no caso das mulheres, que desenvolvem a maioria do trabalho agrícola (FAO, 2011; Ringhofer *et al.*, 2014). Factores como êxodo rural, nomeadamente em período de guerra, e doenças, como a SIDA, são referidos como estando na origem de situações de escassez e enfraquecimento da força-de-trabalho (Mabuza *et al.*, 2013). Esta situação tende a pôr em causa a via de intensificação da agricultura pelo trabalho (Tripp, 2006b; Bernstein, 2014). Além disso, num contexto onde a diferenciação do rendimento per capita dos agregados está associada ao rácio entre consumidores e activos, como no caso em estudo (Baptista, 2013), técnicas mais intensivas em trabalho poderiam acentuar essa diferenciação.



Quadro 2 – Divisão do trabalho por operações culturais no cultivo com recurso exclusivo a trabalho manual. Nº de dias de trabalho

Operações culturais	Agricultor 5 (0,96 ha)		Agricultor 3 (0,84 ha)		
	Chefe de exploração	Cônjuge	Chefe de exploração	Cônjuge	Kixikila
Destronca, limpeza, queima	20	12	21	8	8
Cava e armação	12	12	8	7	0
Plantação / sementeira	16	14	5	17	0
Sachas	12	10	10	13	0
Colheitas (sem mandioca)	9	8	0	15	0
Total	69	56	44	60	8
% na exploração	55	45	39	54	7
Total / hectare	130		133		

Fonte: Acompanhamento 2010/11, em Pinto e Rio (2011a).

Quadro 3 – Divisão do trabalho por operações culturais no cultivo com recurso a tracção animal. Nº de dias de trabalho

Operações culturais	Agricultor 2 (1,64 ha)			Agricultor 1 (2,48 ha)		
	Chefe de exploração	Cônjuge e filhas	Assalariados	Chefe de exploração	Cônjuge	Kixikila
Destronca, limpeza, queima	9	2,5	0	12	4	12
Cava e armação	2,5	2,5	22	30	2	30
Plantação / sementeira	16	25	0	0	12	0
Sachas	6	26	0	0	6	0
Colheitas (sem mandioca)	2	24	5	0	7	0
Total	35	80	27	42	31	42
% na exploração	25	56	19	38	28	38
Total / hectare	87			46 (a)		

Fonte: Acompanhamento 2010/11, em Pinto e Rio (2011a).

Nota: (a) inclui 2 ha em que só fez preparação do terreno.

A elevada carga de trabalho surge como hipótese de peso para explicar a exiguidade e até eventual redução da área cultivada por agregado camponês. Quanto à exiguidade, este predicado impõe-se no contexto em causa tendo em conta os níveis de pobreza constatados e a ausência de oportunidades de trabalho remunerado fora da agricultura. Quanto à redução, contraria-se a leitura geral feita para a ASS, onde a mesma tem sido atribuída ao acréscimo da densidade rural e da pressão sobre a terra, nas regiões ditas com escassez da mesma, ou a problemas institucionais no acesso à terra e açambarcamento por grandes domínios, nas regiões ditas abundantes em terra (Hazell *et al.*, 2010; Lowder *et al.*, 2014; Jayne *et al.*, 2014). Podendo Malanje ser incluída neste último grupo de regiões (Unruh, 2012), o actual não aproveitamento das concessões demarcadas na proximidade das aldeias, impede que de momento surja daí competição pelo uso da terra.

Atendendo ao rácio entre superfície total e cultivada média por família chega-se a valores de duração média dos pousios de 3,7 a 4,9 anos nas comunas do Cota e Quirima, e de 1,4 anos em 1963-64 para a Província de Malanje. Em qualquer dos casos, e comparativamente à agricultura dita itinerante por uns (DPSA, 1959; Lima, 1970; Ponte *et al.*, 1973), ou de pousios longos por outros (Pacheco, 1991), é inegável um acentuado encurtamento dos pousios. Pousios curtos, cultivo da mesma parcela em anos consecutivos, elevado número de culturas consociadas, permitem falar em elevada intensidade de uso do solo (Ehui e Polson, 1993; Christiansen *et al.*, 1995; Sumberg, 1998).

Quanto ao reforço do domínio da mandioca no sistema produtivo, tendência também verificada noutros contextos na ASS, reforçam-se alguns argumentos em detrimento de outros (Nweke *et al.*, 2002; Nweke, 2004; Isabiriye, 2007; Fermont *et al.*, 2008, 2009 e 2010). Tendo em conta que os níveis de integração no mercado dos produtos são idênticos no final do período colonial e 40 anos depois, rejeita-se a hipótese do reforço da mandioca se dever à viragem das economias camponesas malanginas para o autoconsumo. Descartada a ideia da mandioca como degradadora da qualidade do solo, apoia-se o argumento da minimização de riscos ambientais como impulsionador do reforço (Hillocks, 2002; Nweke *et al.*, 2002), adicionado dos não menos importantes riscos económicos e sociais. Concorrem para o apego à cultura, a resistência a situações de stress ecológico, e a possibilidade de armazenamento no solo. Com efeito, parte da mandioca é vendida e a receita obtida pode ser muito variável dependendo do momento, local e modo de comercialização<sup>88</sup>.

88 - No âmbito dos riscos sociais, Curran e Cook (2009) referem a capacidade da mandioca suportar a redução dos pousios necessária para manter os direitos de usufruto sobre a terra em Madagáscar.

Exiguidade das áreas cultivadas por família, forte intensidade do uso do solo, e elevada carga de trabalho são aspectos a ter em conta na opção a privilegiar para a mudança técnica e que parecem conduzir os camponeses, no balanço do concretizável a curto prazo, a procurar alargar as suas áreas cultivadas e a reduzir a penosidade do seu trabalho. Isso mesmo é o que se pode inferir das atitudes favoráveis à mecanização com o tractor, como do sucesso da adopção do moinho para a moagem da mandioca, abordados no próximo ponto.

### 3 - CAMPONESES E INOVAÇÃO TÉCNICA: ATITUDES E CONTEXTOS

Apesar do debate em torno da intensificação sustentável centrar a atenção no aumento de rendimento das culturas, a exiguidade das áreas cultivadas pelas famílias camponesas de Malanje, condicionada pelas suas disponibilidades em trabalho manual, traz à colação a questão das técnicas ditas poupadoras de trabalho, designadamente tracção animal e/ou tracção mecânica. Assim sendo, a caracterização da atitude dos camponeses em relação à inovação incidiu sobre estas técnicas e sobre as que permitem aumentar os rendimentos da terra, como a fertilização e as sementes melhoradas ou seleccionadas<sup>89</sup>.

#### 3.1 - Tractores, bovinos e adubos

Ainda que sejam poucas as aldeias e os camponeses que à data do inquérito recorriam à tracção mecânica, quando interpelados em relação às suas preferências de tracção animal e mecânica, ou trabalho manual, manifestaram-se maioritariamente pela tracção mecânica, situação que aliás é também reportada noutros contextos (Mabuza *et al.*, 2013). Na avaliação comparada das três modalidades, o trabalho manual sai claramente perdedor. A tracção mecânica, pelo contrário, é encarada como a que permite menos tempo de trabalho, menos duro e, embora sujeita a maior risco, também

---

89 - O Inquérito à Inovação abrangeu três das quatro comunas incluídas no Inquérito às Famílias (Soqueco, Cota e Muquixi) e ainda as comunas de Kalandula e Caxinga.

mais produção. À tracção animal é atribuída uma posição intermédia em todas as vertentes analisadas, duração, penosidade, produção e risco. Em geral, sobressai a vontade de encontrar alternativas ao trabalho manual, correndo mais riscos para obter maior produção e melhores condições de trabalho (Baptista, 2013).

No Quadro 4, considerando o total dos inquiridos, podemos descortinar alguns dos fundamentos daquela avaliação. Há unanimidade em reconhecer que a mecanização da derruba facilita em muito o trabalho, por isso todos alimentam a expectativa de poder beneficiar da sua utilização. Pelo contrário, a grande maioria percepçiona a tracção animal como ocasionando maiores exigências em termos de destronca manual (93% dos inquiridos), e menor perfeição do trabalho (camalhões mais pequenos). Há inquiridos, uma minoria muito embora, que duvidam mesmo da não competição pela água entre as pessoas e o gado (30%), e que este compense os cuidados de trato que requer (35%).

Continuando no Quadro 4, mas distribuindo agora os inquiridos de acordo com a sua situação face ao uso actual ou passado das tracções animal e mecânica, constata-se que o cepticismo em relação às vantagens da tracção animal não é extensível aos que com ela já contactaram. Com efeito, embora lhe reconheçam (por comparação ao trabalho manual) maiores exigências na destronca manual, prévia à lavoura com o gado, são unânimes em achar que o gado compensa o labor que dá, não compete com o homem pela água e, na preparação do solo, permite um trabalho tão perfeito quanto a enxada ou o tractor.

Não obstante, os esforços levados a cabo pelas associações, nos últimos anos, para difundir a tracção animal, não tem sido grande o seu sucesso e a sua adopção só ocorreu “nos casos em que havia uma memória e persistia o saber do trabalho com os animais” (Baptista, 2013). De acordo com este autor, a preferência pela motomecanização tem que ser analisada à luz da história agrária desde o tempo colonial, quando marcava a diferença entre a agricultura empresarial e a camponesa. Embora símbolo do domínio colonial, o tractor era também a referência técnica a expandir, reforçada nos primeiros anos da independência, e alicerçada nos dias de hoje no modelo de aproveitamento que é a lavra da associação.

Quadro 4 – Avaliação da tracção animal e mecânica, para o total dos inquiridos e por situação perante o uso da tracção animal ou mecânica.

Porcentagem dos inquiridos que concordam com as afirmações seguintes	Total N=201	Situação perante o uso da tracção animal ou mecânica			
		Sem tracção N= 104	Com tracção animal N=17	Com tracção mecânica N=80	
Com o tractor o trabalho é mais fácil pois é feita a derruba pelas máquinas	100	100	94	100	
Na aldeia, de há muito que estamos à espera de poder beneficiar do tractor e das máquinas	100	100	94	100	
Para a tracção animal a terra exige uma destronca manual mais perfeita do que para o trabalho manual	93	100	82	85	
Com a tracção animal, para além do trabalho das lavras a aldeia passava também a dispor de meios próprios para o transporte de produtos e de pessoas	90	91	100	86	
A tracção animal podia também contribuir para começar a haver rebanhos de gado na aldeia	88	88	100	85	
O trabalho com tracção animal é menos perfeito (camalhões mais pequenos na cultura da mandioca) do que o trabalho	com o tractor	77	82	12	84
	manual	76	80	12	85
Na aldeia, o gado não compete com os homens no consumo de água	70	66	100	68	
O trabalho que o gado dá (pasto, sanidade, etc.) compensa as vantagens que traz	65	63	100	60	
Na aldeia, há uma tradição de tracção animal (ou pelo menos vontade de a utilizar)	57	56	100	49	
Com a tracção animal a aldeia só dependia de si e não tinha de vir um tractor de fora	47	46	94	39	
A tracção animal é (podia ser) mais importante para o transporte de produtos e/ou pessoas do que para o trabalho das lavras	25	28	0	26	

Fonte: Inquérito à Inovação, N = 201

Na ausência de gado graúdo e de qualquer notícia da prática da aplicação de estrume (ou outro tipo de aproveitamento dos dejectos dos animais), as questões do Inquérito à Inovação recaíram precisamente nos adubos e sementes, alvo das políticas de distribuição do Estado. No final do período colonial era referida a ausência das práticas de fertilização (nem mesmo orgânica, “mesmo só com estrumes de curral”) (DPESA, 1959), num contexto de reduzida fertilidade, e “fácil degradação dos solos” (Lima, 1970).

Passando à adopção dos fertilizantes químicos, constata-se no inquérito que, dos 201 entrevistados, apenas 6 os utilizavam. As razões invocadas para a não utilização por parte da restante maioria prendem-se sobretudo com a não disponibilidade de adubo (não ter sido distribuído e/ou não estar à venda), e não ter capacidade financeira para os comprar (Quadro 5). Os saberes (não sei utilizar, tenho receio) e a rotina (hábito) vêm a seguir, mas são bem menos relevantes (84 no total de 1ª e 2ª razões).

Quadro 5 – Razões da não utilização de adubos

Nº de inquiridos segundo o item seleccionado	Primeira razão	Segunda razão
Porque não foram distribuídos adubos	36	72
Porque não há à venda no mercado	22	7
Porque não foram distribuídos adubos e não há à venda no mercado	17	3
Não tenho dinheiro para os comprar, embora reconheça que seria bom poder fazê-lo	36	17
Não tenho hábito	28	1
Não sei utilizar	49	11
O seu custo não é compensado pelos aumentos de produção	2	1
O solo das lavras já é fértil	2	
Outras	3	
Não respostas	6	58
Total	201	201

Fonte: Inquérito à Inovação, N = 201

É patente nas entrevistas o reconhecimento pelos camponeses das carências de fertilidade dos solos que cultivam, e a expectativa positiva que têm dos acréscimos de produção na sequência da utilização dos adubos.

A não disponibilidade no mercado, ou a ausência da sua distribuição pela extensão rural, são lamentos repetidos no caso das sementes de batata rena, de feijão, e de hortícolas.

### 3.2 - Equipamento próprio e de terceiros. Gestão comunitária e privada

Apesar da vontade geral de encontrar alternativa ao trabalho manual, em particular pela mecanização da lavoura, o seu recurso é limitado, excedendo contudo em muito o uso da tracção animal. Sendo a tracção uma inovação não divisível, sobretudo a mecânica, relativamente à qual se coloca uma questão de economias de escala, a abordagem das condições necessárias à sua adopção impõe averiguar a possibilidade de utilização individualizada ou partilhada, isto é, a internalização ou a externalização da tracção.

No caso da tracção animal, em 1970-71, dominava a externalização: apenas 10% das explorações do Planalto de Malanje que recorriam a tracção animal o faziam tão só com tracção própria; nas restantes ou era só de terceiros, ou combinava tracção de terceiros e própria (Neves, 2012). No Inquérito às Famílias, em 2009, o uso individualizado parece ter ganho terreno nas práticas dos poucos, 6% dos inquiridos, que recorrem à tracção animal, 60% fazem-no por aluguer e 40% como proprietários dos animais. No Inquérito à Inovação, a atitude dos inquiridos que utilizam ou já utilizaram a tracção animal revela o interesse no seu uso individualizado: “ter crédito para comprar uma junta de bois com os quais pudesse trabalhar” é a opção eleita (Quadro 6). Os restantes inquiridos, pelo contrário, carecendo da experiência e dos saberes do maneio do gado, encaram como desejável o recurso externalizado à tracção animal, sobretudo através do uso em comum de junta de bois da aldeia, sem serem proprietários dos animais, e acarretarem os encargos e riscos correspondentes.

Quadro 6 – Solução preferida, no futuro, para aceder à tracção animal e/ou mecânica, para o total dos inquiridos e por situação perante o uso da tracção

Número de respostas dos inquiridos que concordam com as afirmações seguintes	Total dos inquiridos N = 201	Situação perante o uso da tracção animal ou mecânica		
		Sem tracção N=104	Com tracção animal N=17	Com tracção mecânica N=80
Ter crédito para pagar os trabalhos feitos com o tractor	103	63	0	37
Pagar a um privado para ter terra trabalhada por um tractor	86	40	2	44
Haver na aldeia bois (tracção animal) a que pudesse recorrer para lavar as suas terras (eventualmente pagando também ao operador de gado e/ou à Associação)	59	43	0	16
Ter crédito para comprar uma junta de bois com os quais pudesse trabalhar	39	8	12	7
Pagar a um privado para ter terra trabalhada por tracção animal	9	0	2	8
Não pagar, nem o aluguer de tractor nem a tracção animal e fazer o trabalho manualmente com a família, esperando, no entanto, poder beneficiar, uma vez por outra, da tracção animal e/ou mecânica sem encargos para si	44	24	0	20
Outra	13	4	6	3

Fonte: Inquérito à Inovação, N = 201.



No caso da tracção mecânica, porque mobiliza equipamentos cujo limiar de rentabilidade em muito ultrapassa a exiguidade das áreas próprias cultivadas pelas famílias camponesas, a questão que até agora se colocou na sua forma de utilização prende-se com a natureza do detentor do equipamento: Estado, associação, ou operador privado. No Inquérito à Inovação, a distribuição dos 80 camponeses que utilizam a tracção mecânica por tipo de prestador do serviço, é a seguinte: empresa pública, 35; cooperativa, 30; privados, 15<sup>90</sup>. No caso do Estado o serviço do tractor ocorre usualmente sem encargos para os camponeses.

Passando ao que os inquiridos encaram como a modalidade preferida para aceder no futuro à tracção mecânica, a opção depende também da sua actual situação (Quadro 6). Para os que não usam nem usaram tracção animal e/ou mecânica, destaca-se a opção “ter crédito para pagar os trabalhos feitos com o tractor”, condição que está associada à contratação do serviço de mecanização às associações (Pinto e Rio, 2012). Quanto aos inquiridos que já recorrem à tracção mecânica, a opção recai em primeiro na contratação de um alugador privado e só em segundo no recurso à associação.

O conjunto dos inquiridos recusa a situação hoje dominante, em que o uso da tracção mecânica promovido pela empresa pública ou pela associação é sem encargos mas de acesso irregular, procurando assim uma maior garantia de uso, mesmo que com encargos e eventual recurso a crédito na contratação de privados.

O sucesso e as limitações à gestão associativa ou privada de equipamentos estão também bem patentes no exemplo da introdução dos moinhos mecânicos. Foram distribuídos nove moinhos motorizados para moagem de bombó, no âmbito do PAPDAR, cuja equipa fomentou a constituição de outras tantas associações para elaboração do respectivo regulamento de utilização. Previa-se a utilização do moinho pela aldeia que o recebia e se responsabiliza pelo mesmo (674 famílias previstas) e pelas aldeias satélite (1633 famílias) (Quadro 7).

Para cada moinho constitui-se uma comissão de gestão, composta por 3 pessoas (coordenadora, tesoureira e operador), em que as mulheres deveriam estar em maioria, proporção que raramente se observou nem mesmo de início. Salvo raras excepções, estas comissões foram integradas maioritariamente por pessoas da família do soba, ficando desde logo muito ligadas às autoridades tradicionais (Baptista, 2013).

---

90 - No Inquérito às Famílias em 179 inquiridos havia 10 que utilizam tracção mecânica, um por aluguer e nove através da associação.

Camponeses, tecnologia e inovação. Práticas e atitudes no cultivo da mandioca em Malanje, Angola

Quadro 7 – Volume de actividade, afluência ao moinho e balanço financeiro nos primeiros onze meses de actividade (2010/2011)

Comuna	Aldeia	Nº de famílias		Nº médio mensal de utilizadores	Volume de mandioca moída (litros)	Receitas	
		na aldeia principal	nas aldeias satélite			Bruta total (Kz)	Relativa ao reembolso (%) (b)
Muquixi	Bento Sardinha	29	138	349	86280	300000	100,0
	Mutumbua	42	457	149	75440	300006	100,0
	Muquixe	112	208	331	42440	240100	80,0
Cota	Manuel Kubindama	36	237	226	36530	197186	65,7
	Mandele	219	248	171	29020	154000	51,3
	N'Gola M'Bandi (a)	86	84	92	19290	125900	42,0
Soqueco	Holeca (a)	70	117	169	13610	97250	32,4
	Caiombo	23	38	60	8720	68610	22,9
	Catenda do Céu (a)	57	106	18	6660	40520	13,5
Total		674	1633	1566	317990	1523572	

Fonte: Registo da actividade dos moinhos, em Pinto e Rio (2011b).

Notas: (a) Não há registo de quantidades para 1 mês em N'Gola, 2 meses em Catenda, 4 em Holeca; (b) receita em proporção do reembolso integral do equipamento = 0,5 da receita bruta / 150 mil Kz.

O sucesso da adopção dos moinhos é revelado pelo volume de mandioca moído no seu primeiro ano de actividade, mais de 300 mil litros, a elevada adesão por parte da generalidade das famílias das aldeias envolvidas (numa média mensal de mais de 1500 utilizadores nos nove moinhos), e a apreciação positiva pelos beneficiários da qualidade da fuba obtida na generalidade dos moinhos (Pinto e Rio, 2011b).

O volume de receitas, resultantes da remuneração do serviço de moagem paga pelos utilizadores (Quadro 7), esteve dependente daquela remuneração unitária, do número de aderentes, da quantidade de mandioca para moer

entregue por cada, e do preço de mercado da fuba. Assim sendo, a existência de mercado para escoamento do produto pode ser encarada como factor de sucesso da acção colectiva no uso do moinho. Depois de descontado 50% para reembolso do equipamento ao IDA e 35% para os salários dos três membros da comissão de gestão, aquele volume permitiu ainda cobrir os gastos com consumíveis e reparações, entretanto surgidas, e obter um saldo de funcionamento positivo em todas as unidades.

Os benefícios decorrentes da utilização do moinho, com destaque para a possibilidade de afectação do trabalho feminino a tarefas das lavras ou outras actividades da família, facultaram também esse sucesso. Com a mecanização alterou-se o lugar da moagem na divisão sexual do trabalho, passando a tarefa a ser desempenhada por homens, os operadores do moinho<sup>91</sup>.

Não obstante, o desempenho foi bastante variável entre as nove unidades moageiras. Separam-se três grupos que coincidem com as três comunas onde essas unidades foram instaladas. Nas unidades da comuna de Muquixi, logo ao fim do primeiro ano de actividade, as receitas geradas permitiam efectuar o reembolso do equipamento ou ficar próximo desse valor. Isso deveu-se, no caso de Bento Sardinha, à elevada afluência de utilizadores, fomentada por uma estratégia da sua captação de aldeias vizinhas, ou no caso do moinho de Mutumbua, às maiores quantidades entregues por cada utilizador. No extremo oposto estão os moinhos do Soqueco, com destaque para o de Catenda, cuja afluência não ultrapassou em média um terço das famílias da aldeia onde o moinho foi instalado.

As diferenças entre aquelas comunas são consideráveis no que respeita à economia das famílias e à inovação: em Muquixi metade do valor das vendas tem a ver com outras actividades da família e o recurso a tracção é irrelevante; no Cota, a mandioca representa 80% do valor das vendas e há algum recurso a tracção animal e a tracção mecânica; no Soqueco, quando há uso de tracção, esta é mecânica, e metade do valor das vendas deve-se à mandioca e um quinto a outras actividades da família (Inquéritos às famílias e à inovação em Baptista, 2013).

Com mais fácil paralelo ao sucesso diferenciado dos moinhos, ao cabo dum ano de actividade, refira-se a coesão social na comunidade apreciada pelo peso da entreatajuda no trabalho agrícola, que é máximo na comuna de Muquixi, onde envolve 36% dos agregados inquiridos, mínimo no Soqueco

---

91 - Situação semelhante é reportada noutros contextos com a adopção da mecanização de tarefas de processamento da mandioca (Neweke, 2004; Curran e Cook, 2009; NGI, 2009; Abdoulaye *et al.*, 2014).

(4%), e intermédio no Cota (com 26%). Factor de sucesso ou apenas sua consequência refira-se ainda a distinta capacidade de resolução de conflitos na gestão colectiva da moagem. Nas unidades moageiras que observaram maior sucesso, os conflitos entre a comunidade e a comissão de gestão ou no seio desta, foram ultrapassados pela intervenção do soba, em articulação com os técnicos do IDA; intervenção que não se mostrou eficaz nas unidades de menor sucesso, onde a comunidade contestou os salários recebidos pela comissão de gestão (Holeca), ou a imposição pelo soba do pagamento do serviço de moagem só em dinheiro (Catenda do Céu).

Independentemente do nível de sucesso, a evolução, os conflitos e as reivindicações surgidas, dão visibilidade às variantes da gestão associativa do moinho. Na mais participativa, o serviço de moagem é pago em géneros ou dinheiro, os membros da comissão recebem em função da receita e o saldo de funcionamento permanece na associação. Noutra variante, o operador e restantes membros auferem um salário fixo (reivindicado pelo operador de um dos moinhos), o serviço de moagem é pago exclusivamente em dinheiro (aconteceu numa das aldeias por imposição do soba), e o soba assume directamente a gestão do moinho.

### 3.3 - Práticas e representações. Camponeses e instituições

A opção entre tracção animal e mecânica separa os partidários de diferentes caminhos para a mudança tecnológica. Para os proponentes de uma solução mais endógena e ecológica, a escolha recai usualmente na primeira, independente de energia fóssil, dos mercados de factores de produção industrial, e da simplificação dos sistemas de cultura (Pritchard, 2010; Rai *et al.*, 2012; Cerutti *et al.*, 2014). Esta opção facultaria ainda a integração culturas-pecuária, que permite a valorização do estrume animal, e acumula já um abundante debate no contexto da ASS (Landais e Lhoste, 1990; Sumberg, 1998 e 2003; Christiaensen *et al.* 1995).

Em Malanje, à ausência de tradição no uso do gado para o trabalho agrícola no período colonial (a média de cabeças de bovinos do sector tradicional era de 0,88 em 1971, mas dessas apenas 0,3% eram bois de trabalho, Ponte *et al.*, 1973) junta-se a redução sofrida pelo efectivo bovino desde então. Fazendo fé na associação estabelecida noutros contextos, entre preferência pela tracção animal e maior número de animais de tracção detidos pelo agregado (Ehui e Polson, 1993; Mabuza *et al.*, 2013), aquela redução

não favorece o uso da tracção animal, cujo fomento imporá primeiro o da criação do gado.

Assim, a independência face ao exterior, argumento central nos modelos que postulam a minimização de inputs externos, não parece ser valorizada pela maioria dos agricultores inquiridos, nas suas percepções como nas suas práticas. O carácter não industrial da inovação está também longe de favorecer uma expansão mais espontânea da mesma, como começa a ser reconhecido (Tripp, 2006b; Bernstein, 2014).

Outro argumento esgrimido na defesa de diferentes modelos técnicos prende-se com a escala ou dimensão. A defesa da pequena produção leva a propugnar a tracção animal, enquanto o apoio aos benefícios da modernização renovada conduz a destacar as vantagens da grande dimensão (Hazell *et al.*, 2010; Jayne *et al.*, 2010; Wiggins *et al.*, 2010; Deininger e Byerlee, 2012; German *et al.*, 2013; Deininger *et al.*, 2014).

Efectivamente, o exemplo da adopção dos moinhos mecânicos mostra como a eficiência económica no uso dos equipamentos beneficia com o incremento da escala da sua utilização. Contudo, evidencia também que esse aumento pode resultar do uso não individualizado ou externalização do equipamento, ao nível de uma ou mais comunidades de aldeia. O sucesso da utilização de cariz comunitário-associativo mostra como é possível ultrapassar obstáculos à acção colectiva com arranjos organizacionais, como regras de acesso, formas de remuneração do serviço e modos de articulação entre extensão pública, associações e autoridades tradicionais devidamente consensualizados (CAPRI, 2010; Van Rijn *et al.*, 2012). Quanto à alternativa entre oferta associativa ou privada do serviço de moagem, admite-se que o maior nível de monetarização e exigência de rentabilidade da segunda, mais referida na bibliografia (Neweke, 2004; Curran e Cook, 2009; Abdoulaye *et al.*, 2014), conduza a uma maior diferenciação da comunidade aldeã no acesso ao serviço comparativamente à versão associativo-comunitária, mesmo na sua variante de gestão mais centralizada pelo soba.

O sucesso da introdução do moinho para a transformação da mandioca, como a difícil expansão da mecanização com o tractor em Malanje, em que as condicionantes maiores parecem estar do lado da oferta do serviço por parte de associações e operadores privados, mostram a ausência de relação determinística entre modelo tecnológico e de exploração agrícola.

A terceira vertente da discussão, nesta abordagem dos camponeses e inovação técnica, e em que se caracterizaram processos de adopção com menos sucesso ou com mais sucesso, pelo menos no curto prazo, prende-

se com a natureza dos factores que favorecem a adopção e sua unidade de análise.

Reconhece-se hoje que a adopção de inovações é um processo complexo dependente de uma multitude de factores (Knowler e Bradshaw, 2007; Bandiera e Rasul, 2006; Cunguara e Darnhofer, 2011; Kassie *et al.*, 2015; Meijer *et al.*, 2015). Daí que a análise dos sistemas de produção e cultivo praticados, da economia das famílias, da sua carga de trabalho e da intensidade no uso do solo, destinou-se a evidenciar condicionantes à adopção e a diagnosticar necessidades corroboradas pela percepção dos próprios em relação às inovações. Caracterizaram-se ainda arranjos de governação do processo colectivo de adopção e suas implicações em comunidades mais ou menos tradicionais, mas internamente diferenciadas.

Ausência de disponibilidade monetária, de crédito ou simplesmente de mercado local dos meios de produção são ainda condicionantes destacadas na leitura das percepções dos camponeses como justificação para a baixa adopção da tracção animal, mecânica e dos adubos. A primeira, ausência de disponibilidade financeira, é a mais invocada do lado dos proponentes da minimização do uso de recursos externos na agricultura, para justificar a opção por inovações mais endógenas (Altieri e Toledo, 2011; Bernstein, 2014). A ausência de mercados para os bens e serviços (de produtos agrícolas, sementes, adubos, mecanização, reparação de equipamentos, peças de substituição), é uma condicionante frequentemente escamoteada pelos partidários da modernização. Enquadra-se aqui a proposta do Banco Mundial (2008) que aponta a integração nos mercados dos produtos e dos factores como forma de aumentar os rendimentos e assegurar a saída da pobreza, ao mesmo tempo que os pequenos agricultores se transformam em empresários agrícolas (Arnalte, 2009). Como salienta Baptista (2013), contudo, a questão não é a articulação dos camponeses com os mercados, “estes é que não existem, como o mercado de trabalho rural, ou funcionam de modo a excluir a população camponesa”, como é o caso do mercado dos produtos.

Ou seja, o contexto institucional e político, tido por factor exterior no modelo da transferência tecnológica, surge como um factor central na medida em que a lenta progressão da tracção mecânica não ocorre pela resistência dos camponeses, bem pelo contrário, parece mais resultar da ausência de oferta de serviços de mecanização, pelo vazio de enquadramento que assegure peças e pneus, reparação e manutenção, e infra-estruturas como estradas onde os mesmos possam circular.

## CONCLUSÕES

Seguindo a estrutura do texto até aqui apresentado, tecem-se algumas notas conclusivas, em primeiro, em torno dos objectivos da mudança técnica e das vias ou modelos apontados para os atingir, e por fim, do nível local de análise da adopção de inovações, e do enquadramento institucional e político da mudança técnica.

A análise das práticas e atitudes dos camponeses inquiridos em Malanje permite apoiar a necessidade de adaptar objectivos e vias (modelos) da mudança técnica à diversidade dos contextos locais e regionais (Vanlauwe *et al.*, 2014). Num contexto onde a dimensão da exploração agrícola camponesa é exígua e aparenta ter decrescido, sem que a pressão sobre a terra se faça ainda sentir, evidenciou-se a elevada carga de trabalho de uma força-de-trabalho depauperada como factor limitante da expansão agrícola. O acréscimo da produtividade da terra, face à elevada intensidade de uso do solo actualmente praticada, está dependente de inovações não disponíveis a curto prazo, como melhoria das variedades locais, das condições de fertilidade do solo, do controle de doenças e pragas (Nasser e Ortiz, 2010; Bull *et al.*, 2010). Ao adoptar a intensificação sustentável como objectivo urge, em contextos como o estudado, não o restringir ao aumento da produtividade da terra, privilegiando até a melhoria da produtividade e condições de trabalho, ao arrepio da discussão hoje dominante, mesmo para a ASS (Kassie *et al.*, 2015).

Quanto às vias técnicas para concretizar estes objectivos é patente o desajuste de algumas das propostas mais generalistas relativamente às circunstâncias das aldeias e dos camponeses inquiridos. A via de adaptação dos sistemas tradicionais, com minimização do recurso a factores externos, depara-se com obstáculos como os relacionados com a adopção da tracção animal e fertilização orgânica. A via de modernização com factores industriais recolhe uma atitude positiva no que respeita à adopção da mecanização de tarefas como a preparação do solo na lavra da associação ou moagem mecânica no moinho associativo, sem grandes alterações dos sistemas de cultivo praticados, mas ainda assim, nem sempre com sucesso garantido. Uma e outra deparam-se com a necessidade de um adequado enquadramento organizacional, institucional e de políticas públicas. Enquanto o factor escala não é limitante da adopção do uso, já a privatização da prestação do serviço tenderá a aumentar a diferenciação no acesso a esse uso.

Os estudos da adopção de inovações tendem a privilegiar o camponês ou a família camponesa como unidade de análise em detrimento do local. A excepção pode residir no estudo de inovações relacionadas com a gestão da água ou a protecção de plantas, consideradas logo à partida mais dependentes da acção colectiva local (CAPRI, 2010). No estudo de caso apresentado, embora se tenham analisado práticas e atitudes tomando a família camponesa como unidade de inquérito e análise, evidenciou-se também a importância do nível local para perceber o sucesso ou insucesso de inovações como a preparação mecânica da terra ou a moagem mecânica da mandioca. A análise ao nível local afigura-se com efeito um complemento imprescindível na identificação de factores que condicionam as percepções e práticas das famílias como a sua acção colectiva, e se relacionam com a história agrária, os saberes e os sistemas de governança locais. Essa importância é acrescida em contextos em que as comunidades de aldeia ou aldeias têm níveis variados de autonomia à sociedade englobante, estruturas de poder mais ou menos tradicionais e variados níveis de diferenciação interna.

Os arranjos organizacionais, as instituições e as políticas, tidos por factores exteriores no modelo da transferência tecnológica, surgem como centrais nos casos de inovação analisados, tanto pela sua presença como pela sua ausência. Regras de uso, formas de remuneração do uso, modos de articulação entre extensão pública, associações e autoridades tradicionais, e mercados para o escoamento dos produtos têm um papel fundamental no processo de adopção dos moinhos. A atitude positiva dos camponeses à tracção mecânica esbarra com a ausência de oferta (pública, associativa ou privada) de serviços de mecanização, pelo vazio de enquadramento que assegure mão-de-obra qualificada, peças e pneus para reparação e manutenção, e estradas para circulação dos equipamentos. O Estado, os serviços públicos locais e as associações têm ainda um papel insubstituível na criação de condições para o escoamento da produção, e remuneração da actividade camponesa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdoulaye T., Abass A., Maziya-Dixon B., Tarawali G., Okechukwu R., Rusike J., Alene A., Manyong V., Ayedun B. (2014), Awareness and adoption of improved cassava varieties and processing technologies in Nigeria, *Journal of Development and Agricultural Economics* 6(2):67-75.
- Altieri, M. (2002), Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments, *Agriculture, Ecosystems & Environment* 93:1-20.
- Altieri, M., Toledo, V. (2011), The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants, *The Journal of Peasant Studies* 38 (3):587-612.
- Arnalte, E. (2009), Agricultura para el desarrollo: el debate en torno al Informe 2008 del Banco Mundial, *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros* 224:125-149.
- Banco Mundial (2008), Agricultura para el desarrollo. *Informe sobre o desarrollo mundial 2008*, Washington, Banco Mundial
- Bandiera, O., Rasul, I. (2006), Social networks and technology adoption in Northern Mozambique, *The Economic Journal* 116:869-902.
- Baptista, F. (2013), *Destino camponês*, Castro Verde, 100LUZ.
- Bernstein, H. (2014), Food sovereignty via “the peasant way”: a sceptical view, *The Journal of Peasant Studies* 41(6):1031-1063.
- Bonny, S. (2011), *L’agriculture écologiquement intensive : nature et défis*, *Cahiers Agricultures* 20:451-462.
- Bonny, S., Daucé, P. (1989), Les nouvelles technologies en agriculture: une approche technique et économique, *Cahiers d’Économie et Sociologies Rurales* 13:6-33.
- Brown, L. (2004), *Outgrowing the earth: the food security challenge in an age of falling water tables and rising temperatures*, New York, Earth Policy Institute.
- Bull, S., Ndunguru, J., Gruissem, W., Beeching, J., Vaucherchuren, H. (2011), *Cassava: constraints to production and the transfer of biotechnology to African Laboratories*, *Plant Cell Rep* 30:779-787.
- CAPRI (2010), *Resources, rights and cooperation: a sourcebook on property rights and collective action for sustainable development*, Washington, *CGIAR Program on collective action and property rights* (CAPRI).
- Cerutti, A., Calvo, A., Bruun, S. (2014), Comparison of the environmental performance of light mechanization and animal traction using a modular LCA approach, *Journal of Cleaner Production* 64:396-403.
- Chambers, R. (1994), The origins and practice of participatory rural appraisal, *World Development* 22 (7):953-969.
- Chambers, R., Gildyal, B. (1985), Agricultural research for resource-poor farmers: *the farmer –first-and-last model*, *Agricultural Administration* 20:1-30.
- Chambers, R., Pacey, A., Thrupp, L. (edit.) (1989), *Farmer first: farmer innovation and agricultural research*, London, Intermediate Technology Publications.

- Christiansen, L., Tollens, E., Ezedinma, C. (1995), *Development patterns under population pressure: agricultural development and the cassava-livestock interaction in smallholder farming systems in Sub-Saharan Africa*, *Agricultural Systems* 48:51-72.
- Cochet, H. (2012), *The système agraire concept in francophone peasant studies*, *Geoforum* 43: 128-136.
- Cunguara, B., Darnhofer, I. (2011), *Assessing the impact of improved agricultural technologies on household income in rural Mozambique*, *Food Policy* 36:378-390.
- Curran, S. e Cook, J. (2009), *Gender and cropping: cassava in Sub-Saharan Africa*, University of Washington.
- Deininger, K., Hilhorst, T., Songwe, V. (2014), *Identifying and addressing land governance constraints to support intensification and land market operation: Evidence from 10 African countries*, *Food Policy* 48: 76-87.
- Deininger, K., Byerlee, D. (2012), *The rise of large farms in land abundant countries; do they have a future?*, *World Development* 40(1): 701-714.
- DPSA (1959), Estabilização da agricultura itinerante em Angola, in *Actividade Económica de Angola*, 53/54, 11p.
- Dugué, P., Vayssieres, J., Chia, E., Ouedraogo, S., Havard, M., Coulibaly, D., Nacro, H., Sissoko, F., Sangare, M., Vall, E. (2012), *L'intensification écologique: réflexions pour la mise en pratique de ce concept dans les zones de savane d'Afrique de l'Ouest*, *Actes du séminaire ASAP*, Bobo-Dioulasso, Burkina Faso.
- Ehui, S., Polson, R. (1993), *A review of the economic and ecological constraints on animal draft cultivation in Sub-Saharan Africa*, *Soil & Tillage Research* 27: 195-210.
- FAO (2011), *The State of Food and Agriculture. Women in Agriculture: Closing the Gender Gap for Development*, Rome, Food and Agriculture Organization.
- Feder, G., Just, R., Zilberman, D. (1985), *Adoption of agricultural innovation in developing countries*, Washington, The World Bank.
- Fermont, A., Babirye, A., Obiero, H., Abele, S., Giller, K. (2010), *False beliefs on the socioeconomic drivers of cassava cropping*, *Agronomy for Sustainable Development* 30: 433-444.
- Fermont, A., Asten, P., Tittonell, P., van-Wijk, M., Giller, K. (2009), *Closing the cassava yield gap: an analysis from smallholder farms in East Africa*, *Field Crops Research* 112: 24-36.
- Fermont, A., Asten, P. e Giller, K. (2008), *Increasing land pressure in East Africa: the changing role of cassava and consequences for sustainability of farming systems*, *Agriculture, Ecosystems and Environment* 128: 239-250.
- Ferraton, N., Touzard, I. (2009), *Comprendre l'agriculture familiale: diagnostic des systèmes de production*, Wageningen, CTA/ Editions Quae / Presses Agronomiques de Gembloux.
- Fitzpatrick, I. (2015), *From the roots up: how agroecology can feed Africa*, London, *Global Justice Now*.

- Garnett, T., Appleby, C., Balmford, I., Bateman, T., Bloomer, P., Burlingame, B., Dawkins, M., Fraser, D., Herrero, M., Hoffman, I., Smith, P., Thornton, P., Toulmin, C., Vermeulen, S., Godfray, H. (2013), Sustainable intensification in *agriculture: premises and policies*, *Science* 341: 33-34.
- German, L., Schoneveld, G., Mwangi, E. (2013), *Contemporary processes of large-scale land acquisition in Sub-Saharan Africa: legal deficiency or elite capture of the rule of law?*, *World Development* 48: 1-18.
- Godfray, C. (2013), O desafio de alimentar nove milhões de pessoas em 2050, in Santos, J. Lima et al. (coord.), *O futuro da alimentação, ambiente, saúde e economia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Godfray, C., Crute, I., Haddad, L., Lawrence, D., Muir, J., Pretty, J., Robinson, S., Toulmin, C. (2011), *The future of food and farming: challenges and choices for global sustainability*, London, The Government Office for Science (GOS).
- Green, R., Cornell, S., Scharlemann, J., Balmford, A. (2005), *Farming and the fate of wild nature*, *Science* 28(307):550-555.
- Hall, A., Bockett, G., Taylor, S., Sivamohan, M.V., Clark, N. (2001), *Why partnerships really matter: innovation theory, institutional arrangements and implications for developing new technology for the poor*, *World Development* 29 (5): 783-797.
- Haverkort, B., Reijntjes, C. (eds.) (2007), *Moving worldviews: reshaping sciences, policies and practices for endogenous sustainable development*, Lensden (Holanda), ETC / Compas.
- Hazell, P., Pouton, C., Wiggins, S., Dorward, A. (2010), The future of small farms: trajectories and policy priorities, *World Development* 38 (10) 1349-1361.
- IDA (2004), Programa de extensão e desenvolvimento rural, Luanda, *Instituto de Desenvolvimento Agrário / MADR*.
- Isabiriry, M., Ruyschaert, G., Vanlinden, L., Poesen, J., Magunda, M., Deckers, J. (2007) *Soil losses due to cassava and sweet potato harvesting: a case study from low input traditional agriculture*, *Soil & Tillage Research* 92:96-103.
- Jayne, T., Chamberlin, J., Heady, D. (2014), *Land pressures, the evolution of farming systems, and development strategies in Africa: a synthesis*, *Food Policy* 48:1-17.
- Jayne, T., Mather, D., Mghenyi, E. (2010), *Principal challenges confronting smallholder agriculture in Sub-Saharan Africa*, *World Development* 38 (10):1384-1398.
- Kassie, M., Teklewold, H., Jaleta, M., Marenya, P., Erenstein, O. (2015), *Understanding the adoption of a portfolio of sustainable intensification practices in eastern and southern Africa*, *Land Use Policy* 42:400-411.
- Klaveren, M., Tijdens, K., Hughie-Williams, M., Martin, N. (2009), *Visão geral do trabalho e emprego das mulheres em Angola*, Universidade de Amesterdão.
- Klerkx, L., van Mierlo, B., Leeuwis, C. (2012), Evolution of systems approaches to agricultural innovation: concepts, analysis and interventions, in I. Darnhofer, D. Gibbon e B. Didieu (eds.), *Farming Systems Research into the 21st century: the new dynamic*, Springer.
- Knowler, D., Bradshaw, B. (2007), *Farmers' adoption of conservation agriculture: a review and synthesis of recent research*, *Food Policy* 32:25-48.

- Landais, É., Lhoste, P. (1990), *L'association agriculture-élevage en Afrique intertropicale: un mythe techniciste confronté aux réalités du terrain*, Cahiers Sciences Humaines 26 (1-2): 217-235.
- Lima, M. (1970), *Reflexões sobre a agricultura tradicional angolana*, in Reordenamento, Luanda.
- Lowder, S., Skoet, J., Singh, S. 2014. *What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide?* Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. Rome, FAO.
- Mabuza, M., Sithole, M., Wale, E., Ortmann, G., Darroch, M. (2013), *Factors influencing the use of alternative land cultivation technologies in Swaziland: implications for smallholder farming on customary Swazi Nation Land*, Land Use Policy 33: 71-80.
- MADR (2004), Angola: A mulher e o desenvolvimento rural, in *Revisão do sector agrícola e da estratégia de segurança alimentar para a definição de prioridades de investimentos*, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural / FAO.
- Meijer, S., Catacutan, D., Ajayi, O., Sileshi, G., Nieuwenhuis, M. (2015), The role of knowledge, attitudes and perceptions in the uptake of agricultural and agroforestry innovations among smallholder farmers in sub-Saharan Africa, *International Journal of Agricultural Sustainability* 13(1):40-54.
- McIntyre, B., Herren, H., Wakhungu, J., Watson, R. (2008), *Agriculture at a crossroads: vol V Sub-Saharan Africa (SSA) Report*, Washington, International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development (IAASTD).
- Muondo, P. (2012), *Culturas intercalares e agricultura familiar em Angola. Caso: mandioca / cajanus; mandioca / leucaena*, Lisboa, ISA.
- Neves, A. (2012), *A agricultura tradicional em Angola nos anos 60 do século xx*, Castro Verde, 100LUZ.
- Nweke, F. (2004), *New challenges in the cassava transformation in Nigeria and Ghana*, International Food Policy Research Institute.
- Nweke, F., Spencer, D., Lynan, J. (2002), *The cassava transformation: Africa's best kept secret*, East Lansing (USA), State University Press.
- Pacheco, F. (2005), *Sistemas de uso da terra agrícola em Angola: estudos de caso nas províncias do Huambo, Lunda Sula e Uíje*, Cadernos de Estudos Sociais 1:45-95.
- Pacheco, F. (1991), *Agricultura e sociedade rural na Angola dos anos 60: o caso de Malanje, subsídios para a compreensão dos sistemas agrícolas em presença, Malanje*.
- Pereira, M. (2014), Dinâmicas espaciais: caso de estudo, município do Cacuso, Malanje, in *Seminário Angola. Pequena agricultura e desenvolvimento rural*, Lisboa, ISA.
- Pinto, H., Rio, P. (2012), *Mecanização na aldeia de Mutumbua (município de Caculama)*, Malanje, PAPDAR.
- Pinto, H., Rio, P. (2011a), *Acompanhamento a agricultores*, Malanje, PAPDAR.
- Pinto, H., Rio, P. (2011b), *Moinhos: processos de instalação e de implementação*, Malanje, PAPDAR.

- Ponte, A., Sousa, A., Simões, J., Silva, R., Alves, C., Vasconcelos, A., Silva, J., Silva, L. (1973), *Caracterização genérica do distrito de Malanje, Luanda, Gabinete de Estudos da Secretaria Provincial de Finanças e Planeamento*.
- Pretty, J., Toumin, C., Williams, S. (2011), Sustainable intensification in African agriculture, *International Journal of Agricultural Sustainability* 9(1): 5-24.
- Pritchard, J. (2010), *Animal traction and transport in the 21st century: getting the priorities right*, *The Veterinary Journal* 186: 271-274.
- Rai, M., Reeves, T. e Pandey, S. (2011), *Ahorrar para crecer: guía para los responsables de las políticas de intensificación sostenible de la producción agrícola en pequeña escala*, Roma, FAO.
- Reijntjes, C., Haverkort, B. e Waters-Bay, A. (1992), *Farming for the future: an introduction to low external input and sustainable agriculture*, Leusden/London, ILEA/MaMillan.
- Ringhofer, L., Singh, S., Fisher, M. (2104), Beyond Boserup: the role of working time in agricultural development, in M. Fischer-Kowalski *et al.* (eds.), *Ester Boserup's legacy on sustainability*, New York, Springer.
- Sanchez, P., Denning, G., Nziguheba, G. (2009), *The African Green Revolution moves forward*, *Food Security* 1: 37-44.
- Silva, D., Santos, J., Ferreira, E., Silva, A. França, A., Sedyama, T. (2012), *Manejo de plantas daninhas na cultura da mandioca, Planta Daninha Viçosa-MG* 30(4) 901-910.
- Sumberg, J. (2005), *Systems of innovation theory and the changing architecture of agricultural research in Africa*, *Food Policy* 30: 21-41.
- Sumberg, J. (2003), *Toward a dis-aggregated view of crop-livestock integration in Western Africa*, *Land Use Policy* 20: 253-364.
- Sumberg, J. (1998), *Mixed farming in Africa: the search for order, the search for sustainability*, *Land Use Policy* 15 (4): 293-317.
- Tchikanha, M. (2011), *Mulher, trabalho e agricultura: um estudo de caso no Planalto Central angolano*, Lisboa, ISA.
- Tittonell, P., Giller, K. (2013), *When yield gaps are poverty traps: the paradigm of ecological intensification in Africa smallholder agriculture*, *Field Crops Research* 143:76-90.
- Tripp, R. (2006a), *Self-sufficient agriculture: labour and knowledge in small-scale farming*, London, Earthscan.
- Tripp, R. (2006b), The performance of low external input technology in agricultural development: a summary of three case studies, *International Journal of Agricultural Sustainability* 3(3):143-153.
- Tscharntke, T., Clough, Y., Wanger, T., Jackson, L., Motzke, I., Perfecto, I., Vandermeer, J., Whitbread, A. (2012), *Global food security, biodiversity conservation and the future of agricultural intensification*, *Biological Conservation* 151:53-59.
- Unruh, J. (2012), *Eviction policy in postwar Angola*, *Land Use Policy* 29: 661-663.

Camponeses, tecnologia e inovação. Práticas e atitudes no cultivo da mandioca em Malanje, Angola

- Vall, E., Koutou, M., Blanchard, M., Coulibaly, K., Diallo, M., Andrieu, N. (2012), *Intégration agriculture-élevage et intensification écologique dans les systèmes agrosylvopastoraux de l'Ouest du Burkina Faso*, Actes du séminaire ASAP, Bobo-Dioulasso, Burkina Faso.
- Vanlauwe, B., Coyne, D., Gockowski, J., Hauser, S., Huising, J., Masso, C., Nziguheba, G., Schut, M., Van Asten, P. (2014), *Sustainable intensification and the African smallholder farmer*, *Current Opinion in Environmental Sustainability* 8:15-22.
- Vanloqueren, G., Baret, P. (2009), *How agricultural research systems shape a technological regime that develops genetic engineering but locks out agroecological innovations*, *Research Policy* 38: 971-983.
- Van Rijn, F., Bulte, E., Adekunle, A. (2012), *Social capital and agricultural innovation in Sub-Saharan Africa*, *Agricultural Systems* 108: 112-122.
- Veiga, J. (2005), *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*, Rio de Janeiro, Garamond.
- Wiggins, S., Kirsten, J., Llambi, L. (2010), *The future of small farms*, *World Development* 38(10): 1341-1348.



## REFLEXÕES EM TORNO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO MUNDIAL E DA CPLP. A COEXISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS GRANDES PROJECTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS

José Paulo Pimentel de Castro Coelho\*

*«Só a ciência pode resolver os problemas que trazem a fome e a pobreza, a insalubridade e o analfabetismo, a superstição e os costumes paralisantes, o desperdício dos recursos, o povoamento de um país rico por homens que morrem de fome... Portanto a quem hoje se permitiria ignorar a ciência? Em cada instante, devemos procurar a sua ajuda... O futuro pertence à ciência e aos amigos que se convertem!»*

Jawaharlal Nehru (1889-1964)

### INTRODUÇÃO: O PAPEL HISTÓRICO E SINGULAR DA AGRICULTURA NO MUNDO

Um sector agrícola pujante tem sido, ao longo da história, a base e o motor para o crescimento e a transformação de muitos países ditos, hoje, desenvolvidos<sup>92</sup>. Ele foi o precursor das revoluções industriais na Europa e nos

---

\* - Professor associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa  
92 - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utiliza o **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento



Estados Unidos da América e, mais recentemente, nas economias asiáticas em rápido crescimento, como a China, a República da Coreia, a Tailândia, o Vietname e outras.

Uma agricultura forte, não só é capaz de alimentar e gerar os rendimentos para os que nela vivem e trabalham, como, em consequência do seu crescimento e progresso, é capaz de gerar os excedentes materiais e humanos para aplicação noutros sectores (Johnston e Mellor, 1961; Schultz, 1964).

O papel singular da agricultura como iniciador e condutor deste processo virtuoso, que vai criando e espalhando o crescimento e o desenvolvimento económico e humano nas sociedades, implica que o seu peso económico vá diminuindo ao longo do tempo<sup>93</sup>. Este fenómeno, que é normalmente expresso pela redução do quinhão do PIB que provém da agricultura à medida que os países se vão desenvolvendo, não anula que, mesmo em países de desenvolvimento médio, alto e muito alto, o papel da agricultura, no emprego e na redução da pobreza e da fome, continue a ser significativo.

Todavia, a experiência dos países que têm conseguido reduzir a fome e a desnutrição mostra que o crescimento económico e a adopção de políticas de redução da pobreza, só por si, não garantem automaticamente aquele sucesso.

Com efeito, vários estudos demonstram que os crescimentos do PIB gerados na agricultura, por comparação com os que são gerados noutros sectores económicos, são, em média, pelo menos duas vezes mais eficazes nos benefícios que aportam aos mais pobres da população (Loayza e Raddatz, 2005; Christiaensen *et al.*, 2011). Isto não é surpreendente se atendermos ao simples facto de que 75% dos pobres dos países subdesenvolvidos vivem em áreas rurais e de que a maioria dos seus rendimentos e meios de subsistência provêm da agricultura e de actividades conexas (Dethier e Effenberger, 2012).

---

humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). O IDH combina três dimensões: i) uma vida longa e saudável: traduzida por um Índice de Expectativa de vida ao nascer; ii) o acesso ao conhecimento: traduzido por um Índice de Educação, que pondera o número de Anos Médios de Estudo e de Anos Esperados de Escolaridade; um padrão de vida decente: iii) traduzido por um Índice de Rendimento, avaliado pelo Produto Interno Bruto (em Paridade do Poder de Compra) *per capita*.

93 - A lei de Engel (Ernst Engel, 1821-1896) diz que “à medida que o rendimento das famílias vai aumentando, a procura de produtos agrícolas cresce a um ritmo mais lento do que o da procura de produtos não agrícolas, e, por consequência, o peso do produto agrícola no produto total da economia decresce”.

## A CRISE DA AGRICULTURA MODERNA E OS SEUS IMPACTES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Muitos são os que olham para a agricultura dos tempos modernos como um sector em crise, provocada pela coexistência de sistemas de exploração dos ecossistemas agrícolas muito distintos e, conseqüentemente, com desempenhos muito diferentes, sendo a fome o mais perverso dos seus impactes.

De um lado, existe uma minoria de agriculturas industrializadas, altamente mecanizadas e subsidiadas, em concorrência directa com a grande maioria das agriculturas tradicionais, praticadas com menos recursos, muitas vezes em condições ambientais desfavorecidas e por agricultores pouco instruídos e informados e mal equipados (Mazoyer e Roudart, 2008).

O resultado desta competição desigual entre sistemas agrários muito diferentes, que acontece no quadro de um mercado mundial crescentemente desregulado, é, como seria de esperar, muito desequilibrado. Na realidade, o que se observa é que os países desenvolvidos conseguem exportar para os países subdesenvolvidos alimentos a tão baixo custo, que acabam por desestruturar as pequenas agriculturas locais e por bloquear o desenvolvimento agrícola desses países.

A crise que actualmente atinge a maioria dos meios rurais nos países subdesenvolvidos e, mesmo, nos que estão em desenvolvimento, é a fonte essencial da fome e da pobreza crescente que afecta cerca de metade da população mundial.

As Nações Unidas declararam 2014 como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”, com o objetivo de reposicionar a agricultura familiar<sup>94</sup> no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais das agendas nacionais, dando visibilidade ao importante papel da agricultura familiar na sociedade e promovendo um alargado debate entre os governos, entidades públicas e sociedade civil que contribua para a valorização e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

A agricultura familiar sempre foi e continua a ser o modelo dominante na agricultura à escala mundial. A FAO estima existirem mais de 500 milhões de explorações agrícolas familiares no mundo, que garantem cerca de 70% da produção alimentar, asseguram emprego e rendimento a milhões de pessoas e gerem grande parte dos recursos naturais do planeta. É, também, o modelo

94 - Uma exploração agrícola é designada como sendo familiar se, permanente e predominantemente, utiliza a actividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excepcional ao trabalho assalariado; caso contrário, é designada como sendo empresarial.

base da agricultura multifuncional da agricultura europeia, contribuindo para a produção de bens alimentares, para a preservação das espécies autóctones e tradicionais, para a proteção da biodiversidade, para a preservação das paisagens rurais e desempenhando, ainda, um papel muito importante na sustentabilidade das economias dos territórios rurais, criando emprego, rendimentos familiares e fixando populações.

A agricultura familiar tem, pois, um importante papel socioeconómico, ambiental e cultural. A importância da agricultura familiar, contrariamente ao que muita gente julgará, é vital quer para o desenvolvimento dos países quer para assegurar a soberania e a segurança alimentar dos povos, com realce para as regiões onde a população rural ainda é muito significativa, como acontece para uma boa parte dos países subdesenvolvidos. No contexto destes países, a agricultura é responsável por cerca de 60% do emprego e 25% do PIB, por comparação com 9% e 1% do PIB nos países em desenvolvimento e desenvolvidos, respectivamente. Dos cerca de 5,5 mil milhões de pessoas que vivem nos países subdesenvolvidos, 3 mil milhões vivem em territórios rurais.

Por exemplo, em Portugal Continental, a agricultura familiar representa 93% do número total de explorações agrícolas e 81% das unidades totais de trabalho agrícola. Para além disso, é responsável pela exploração de 48% da superfície agrícola e florestal total e pela geração de 47% do Valor da Produção Agrícola total, com uma forte implantação no território, particularmente nas regiões norte e centro do país (Cordovil e Rolo, 2014).

Entre os inúmeros desafios comuns que a agricultura familiar enfrenta, destacam-se o acesso a recursos e fatores de produção (terra, crédito, mercados, tecnologias), a marginalização no processo de tomada de decisão, a ausência de serviços de comercialização, extensão, informação e capacitação profissional, bem como outros desafios de carácter transversal como a urbanização galopante, o envelhecimento da população rural ou as alterações climáticas, que acabam por representar ameaças constantes aos pequenos agricultores, dada a sua maior vulnerabilidade aos choques ambientais, sociais e económicos.

Existem, pelo menos, nove razões para estarmos preocupados com o futuro da agricultura, em geral, e das pequenas<sup>95</sup> explorações agrícolas familiares, em particular:

---

95 - Os termos pequenas, médias e grandes explorações agrícolas, pretendem traduzir a menor ou maior disponibilidade de terra e de outro capital produtivo (essencialmente, capital humano e máquinas) por unidade de trabalho, cujas relações são determinantes das enormes diferenças encontradas ao nível da produtividade e da rendibilidade do trabalho entre explorações.

- 1ª, os preços.** Os preços reais dos produtos agrícolas têm tido uma tendência de evolução decrescente desde 1960. Para quase todos os produtos isto teve muito pouco a ver com os subsídios nos países desenvolvidos, mas sim com a interacção entre a curva da oferta, que se expandiu muito rapidamente, e a curva da procura, relativamente inelástica e que se expandiu a um ritmo muito mais lento, em resposta ao crescimento demográfico e ao aumento do rendimento das pessoas. Se esta tendência permanecer no futuro, os agricultores terão de ser capazes de inovar a um ritmo suficientemente rápido, de forma a aumentar a produtividade, de modo a compensar a queda dos preços e a manterem-se competitivos. Contudo, a questão crítica que hoje se coloca é a de saber se será possível continuar a aumentar a produtividade, preservando o ambiente, e a trabalhar a metade do preço.
- 2ª, o mercado livre.** O mercado internacional, cada vez mais livre e global, é hoje um sério obstáculo, quando não mesmo uma barreira intransponível, para as agriculturas dos países em vias de desenvolvimento. O resultado desta competição entre sistemas agrícolas tão desiguais, cuja produtividade do trabalho pode variar de 1 para 2000 (Mazoyer e Roudart, 2008), só pode ser o de enfraquecer e desmobilizar os mais fracos. Este resultado não é novo, como o atestam as histórias dos países desenvolvidos, que, numa primeira fase, e antes de se abrirem ao mundo, se fortaleceram por via do proteccionismo. A PAC, por exemplo, numa primeira fase, dedicou-se a instalar, fortalecer e a consolidar uma estrutura produtiva moderna e competitiva (nomeadamente através de condições de crédito muito favoráveis ao investimento e, sobretudo, de garantias ao escoamento da produção comunitária a um preço superior ao do mercado mundial), para só depois, numa segunda fase, e de forma gradual e prudente, proceder a uma abertura ao mercado mundial.
- 3ª, os subsídios.** A primeira “Revolução Verde” beneficiou de grandes investimentos públicos realizados em infra-estruturas, como estradas e sistemas de irrigação. Estes investimentos foram, na maior parte dos casos, encarados como investimentos a fundo perdido, e foram acompanhados por outros investimentos (por exemplo, em equipamentos mecânicos e em estruturas de armazenagem) e subsídios numa escala sem precedentes, que chegaram, nalguns casos, como por exemplo na província do Punjab na Índia, a mais de 10% do Produto Agrícola Bruto. Se o futuro crescimento do sector agrícola está dependente em larga medida da continuidade dos subsídios às sementes, aos fertilizantes, à água e à electricidade, bem

como de grandes investimentos em infra-estruturas públicas – vai ter de competir muito arduamente com outras e muito importantes e poderosas reclamações de alocação da despesa pública.

- 4ª, as políticas agrícolas.** As actuais correntes mais significativas no domínio de ajudas e despesas públicas prestam poucos “favores” à agricultura. Em particular, a agricultura não parece encaixar como grande prioridade dentro das perspectivas de médio prazo dos planos de despesas públicas. Veja-se o caso das conclusões da conferência do “Millennium Development Goals” (UNDP, 2013), que dão, compreensível e justificadamente, grande ênfase aos sectores da saúde, da educação e da segurança social. Cumulativamente, dá-se o caso destes sectores serem, ainda hoje e em grande parte, maioritariamente dominados e financiados por dinheiros públicos, o que deixa muito poucos recursos para investir noutros sectores, nomeadamente na agricultura.
- 5ª, a sustentabilidade.** Historicamente, o crescimento da agricultura foi intensivo no uso de recursos, pelo que tem sido associado ao uso massivo de combustíveis fósseis, à depleção dos lençóis freáticos, à erosão, à salinização e compactação do solo, à perda de biodiversidade e a uma variedade de resíduos acumulados no ambiente e nos alimentos. Apesar dos muitos e significativos avanços registados nas últimas décadas, rumo a uma agricultura mais conservativa e amiga do ambiente, tudo aponta para que as restrições ambientais serão mais provavelmente capazes de travar do que de acelerar o crescimento agrícola.
- 6ª, as alterações climáticas.** Apesar de estarmos, hoje, já mais preparados para construir e adoptar uma agricultura mais resiliente a este tipo de desafios, tudo aponta para que as alterações climáticas serão, também e globalmente, mais provavelmente limitantes das produtividades agrícolas. O já confirmado aumento da temperatura global do planeta, a par com a provável redução da precipitação em vastas áreas do globo, pode conduzir a uma diminuição da produção agrícola, particularmente nos países tropicais e nas zonas de agricultura de sequeiro. Estas são preocupações especiais para toda a África subsahariana, onde os mais recentes cenários de previsão apontam para decréscimos da ordem dos 2-9% do Produto Agrícola Bruto. Mais investimentos em novas variedades resistentes ao défice hídrico e em sistemas de regadio são, pois, prioritários, devendo fazer parte das políticas estratégicas de desenvolvimento agrícola em África.
- 7ª, as mudanças na cadeia de oferta e distribuição.** Este poderá ser o

maior desafio de todos, à medida que a urbanização e a industrialização do sistema alimentar forem crescendo e transformando a forma como os alimentos são produzidos, transformados, distribuídos e comercializados nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Os pequenos agricultores, subcapitalizados e menos instruídos, terão muitas dificuldades em cumprir as exigências de quantidade, qualidade, prazo de entrega e traçabilidade, requeridas pelas agroindústrias e as novas cadeias de distribuição, ainda que possamos pensar em novas soluções institucionais, como por exemplo, associações de produtores e cooperativas. Note-se, para mais, que esta revolução na cadeia de oferta de alimentos afecta, muito em particular, os produtos de maior valor acrescentado, com elevadas elasticidades rendimento, ou seja, precisamente, aqueles que mais contribuem para a sustentabilidade e protegem a rendibilidade dos agricultores, como, por exemplo, os produtos animais.

**8ª, as economias de escala.** A tecnologia central da “Revolução Verde”, ou seja, as sementes, era relativamente neutra com respeito à escala da exploração agrícola. Por isso, ela teve tanta adesão e impacte junto dos pequenos agricultores. Todavia, as modernas tecnologias, sobretudo as associadas às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e à agricultura de precisão (AP), envolvem investimentos relativamente avultados (por exemplo, em equipamentos e sistemas de informação) e requerem altos níveis de instrução, o que as torna menos vantajosas (mais improváveis e difíceis de adoptar) para os pequenos agricultores.

**9ª, o financiamento e os juros.** Nesta matéria, historicamente, os agricultores formaram um poderoso lobby. No entanto, hoje, com a crescente urbanização das sociedades e com a diversificação das economias (crescimento dos sectores secundário e terciário), incluindo a do mundo rural, aquele poder está muito mitigado. No passado, o financiamento e o seu custo eram muito prudentes e pacientes, e assentavam em activos de propriedade ou de comércio solidamente estabelecido. Hoje, são muito mais imprudentes e impacientes, assentando, demasiadas vezes, em complexas engenharias financeiras e pura especulação, ou seja, em meras promessas de altos proveitos vindos não se sabe ao certo de onde e quando.

Obviamente que estes desafios não se manifestam igualmente em todo o globo, nem a agricultura familiar tem as mesmas características e enfrenta os mesmos problemas. Apesar das inúmeras similaridades e características comuns, as realidades específicas e os contextos diferenciados acabam

por ditar a necessidade de procurar equações e soluções específicas aos problemas de cada um.

Por exemplo, os agricultores em regime familiar nos países subdesenvolvidos são confrontados com um problema básico e recorrente: a fome. Pode parecer paradoxal que produtores de comida possam estar entre as pessoas que mais padecem da fome e malnutrição, mas é uma realidade comprovada pelas estatísticas da FAO, que nos dizem que cerca de 70%, dos 805 milhões de pessoas que passam fome no mundo, são agricultores (Muteia, 2014). A sua condição de pobreza extrema, e o tipo de agricultura de subsistência que praticam, particularmente na África Subsariana e no sul da Ásia, mantêm-nos prisioneiros, num ciclo de miséria, de baixa produtividade e de baixo desenvolvimento físico e humano. Esta realidade, representa um sério entrave à abordagem célere da problemática da produção alimentar, combate à pobreza e erradicação da fome.

É claro que a agricultura permanecerá como um grande negócio, bem como (ainda que seja mais problemático) um grande empregador. A questão prende-se, muito mais, com a estrutura do sector (pequenas vs. grandes explorações), o grau tecnológico, os arranjos institucionais e políticos, o mix de culturas e a evolução dos termos de troca entre a agricultura e os outros sectores económicos, em consequência do crescimento económico.

A meu ver, a solução para a actual crise internacional que afecta o sector, se quisermos realmente sair da crise e construir um mundo mais equitativo e inclusivo, passa, entre outras coisas, por:

1. um reconhecimento da existência de diferentes sistemas de agricultura, com graus de evolução e desempenho muito dispares, às quais é necessário atribuir “handicaps” diferenciados, para que entrem no jogo do comércio mundial livre com um mínimo de probabilidade de sucesso;
2. dar à agricultura familiar um destaque e uma voz condizentes com a sua real importância, em matéria de formulação de políticas que promovam o seu desenvolvimento de forma sustentável;
3. um apoio, discriminatório, ao fortalecimento e melhoria dos sistemas agrícolas menos eficientes e competitivos;
4. uma acumulação de capital produtivo nos países subdesenvolvidos;
5. uma reorganização equitativa e justa do comércio e do sistema monetário internacionais, visando o desenvolvimento equilibrado de todos os países.

As experiências vividas no meio rural demonstram que a agricultura familiar deve ser capacitada, não apenas para uma abordagem mais sustentável do

seu trabalho mas, também, da inovação e descoberta de novas oportunidades e novos nichos de mercado. Os pequenos e médios agricultores europeus que optaram por novas formas de organização, em forma de cooperativas, associações ou parcerias e contratos de trabalho, as mais das vezes apoiadas por políticas públicas inteligentes e inclusivas (como a PAC, o PDR, o QREN, etc.), conseguiram reforçar a sua competitividade e resiliência, e abriram-se a novas possibilidades e oportunidades de mercado. A crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental e social tem inspirado uma nova vaga de iniciativas tecnológicas de intensificação sustentável da produção agrícola, encorajando esquemas de economia solidária, promovendo as compras locais e os circuitos curtos, e valorizando os recursos biológicos locais (variedades vegetais e raças animais), que no conjunto podem contribuir para a preservação da biodiversidade e dinâmicas económicas no meio rural. Assim, a par do reconhecimento da importância do papel da agricultura familiar para a sustentabilidade dos sistemas alimentares modernos, é importante a adoção de novas políticas que promovam tecnologias mais produtivas e sustentáveis, reduzam o desperdício e as perdas no campo, e corrijam os efeitos das externalidades negativas.

## A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO DA CPLP

Como já antes afirmámos, ao nível nacional, existe uma série de factores que são fundamentais para o bom desenvolvimento da agricultura familiar, tais como: as condições agroecológicas e as características territoriais; o ambiente político-institucional; o acesso aos mercados; o acesso à terra e aos recursos naturais (particularmente, à água); o acesso às novas tecnologias e aos serviços de extensão rural; o acesso ao financiamento; as condições demográficas, económicas e socioculturais do país em geral e da região rural em particular; a disponibilidade de educação geral e especializada; etc.

O “Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional” realizou uma consulta electrónica sobre “Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional na CPLP”<sup>96</sup>, com o objectivo de proceder a um levantamento inicial sobre a situação e preocupações no domínio da agricultura, pecuária e pesca familiares e assim contribuir para futuras discussões relativas às prioridades de acção ao nível dos respectivos Estados-membros.

Esta consulta, que decorreu no final de 2013, saldou-se por um total de

---

96 - Disponível na página: <http://www.fao.org/fsnforum/cplp>



13 contribuições provenientes de todos os países da CPLP, com a excepção de Timor-Leste, e dirigiu-se a um grupo restrito de actores interessados e conhecedores da realidade da agricultura familiar nos respectivos países (essencialmente, membros e representantes de organismos e autoridades nacionais competentes, organizações da sociedade civil, ONGs e investigadores académicos). Do relatório final desta iniciativa destacam-se as seguintes considerações gerais:

## 1. Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- para a maior parte dos países, o grosso da produção agrícola é da responsabilidade dos agricultores familiares (mais de 80% nos casos de Angola e São Tomé e Príncipe; e mais de 90% em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique);
- igual preponderância assumem a pecuária familiar e a pesca tradicional (particularmente, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique);
- mesmo nos países onde o volume da produção agrícola familiar perde peso relativo (Brasil e Portugal), outros dados revelam a sua importância, como por exemplo a utilização predominante de mão-de-obra familiar: “no Brasil 84% dos estabelecimentos rurais são de natureza familiar” e “mais de 90% das explorações agrícolas portuguesas utilizam predominantemente mão-de-obra familiar”;
- no domínio da mão-de-obra familiar sobressai o papel da mulher rural e a sua contribuição decisiva para o sustento da família, sendo que em Moçambique e na Guiné-Bissau constituem 70% da população agrícola;
- é de destacar o papel fundamental desempenhado pela agricultura familiar como garante da subsistência do produtor e sua família (“na Guiné-Bissau cobre as necessidades alimentares de 8 meses por ano”), contribuindo de forma peremptória para a sua segurança alimentar e satisfação de necessidades básicas, bem como a geração de rendimentos no caso de venda de excedentes nos mercados. Efectivamente, tratando-se da forma primordial de abastecimento dos mercados locais e, mesmo, da população urbana na maior parte dos países da CPLP, ela funciona como uma caixa de poupança essencial na melhoria das suas condições de vida;
- importa, ainda, destacar a importância da agricultura familiar extensível a outros níveis, nomeadamente: o papel crucial na manutenção das

paisagens rurais, na conservação do património genético, na exploração sustentável dos recursos naturais e na defesa do património cultural das comunidades locais;

- no domínio dos obstáculos existentes, mereceram referência, entre outros, as questões relativas à prática da monocultura, as questões fundiárias ligadas ao acesso e ao uso da terra, assim como as dificuldades e limitações naturais à prática agrícola, próprias dos pequenos países insulares (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).

## 2. Políticas e Instrumentos

Ainda que cada estado seja um caso, em matéria de políticas económicas, normativas e regulamentares, tem-se assistido globalmente à implementação de políticas de protecção, valorização e promoção da agricultura familiar, sempre enquadradas na prossecução da segurança alimentar e nutricional como linha de orientação.

Verifica-se na maior parte dos países (em particular nos do continente africano) uma ampla referência às “Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional”, realizadas pela CPLP com o apoio da FAO e aprovadas pelos diferentes governos, e entre os instrumentos em vigor para incentivar, melhorar e aumentar a produção, destacam-se as menções aos programas de crédito. Com efeito, é sublinhada a importância do crédito (nas formas de micro-crédito, crédito de investimento, crédito subsidiado, entre outras) para o tecido agrícola familiar, na medida em que este se revela essencial para o financiamento das colheitas, no acesso aos factores de produção, aumento da produtividade, assistência técnica e apoio à comercialização.

Ainda assim, na generalidade dos Estados-membros do continente africano, existe ainda uma fraca implementação das políticas criadas, justificada, essencialmente, pela escassez de meios financeiros, quadros capacitados e deficiência organizativa institucional.

## 3. Organizações de Produtores

À excepção do Brasil e de Portugal, o nível de organização dos agricultores é relativamente baixo (ainda que se registem alguns progressos nos últimos anos), e na mesma medida é escassa a participação das organizações de agricultores na formulação de políticas públicas. Mesmo nos casos em que existe um grande número de organizações de produtores, verifica-se uma

fraca capacidade de influenciar as tomadas de decisão do poder político e de determinação das políticas públicas.

Esta realidade, justifica-se, não só, pelas características particulares dos trabalhadores rurais (elevado grau de individualismo e tradicionalismo, baixos índices de alfabetização, baixo nível técnico-cultural) mas, também, pelas dificuldades de estruturação, liderança e mobilização de recursos financeiros das suas associações representativas na maior parte dos países da CPLP.

Estas organizações, em muitos casos apoiadas por outras organizações similares da sociedade civil e ONGDs, desempenham um papel muito importante, nomeadamente, na identificação das necessidades locais, na promoção de projectos locais, na valorização dos recursos locais, na transferência de informação e tecnologias e na representação e defesa dos interesses das comunidades locais a vários níveis.

Em suma, o investimento nas organizações de produtores - apostando na formação e capacitação dos seus quadros dirigentes, pela melhoria das suas capacidades técnicas, organizacionais e de gestão - e o desenvolvimento de quadros de concertação que incluam as ONGDs e o sector privado, são prioritários para explorar todo o potencial de participação dos agricultores.

#### 4. Áreas Prioritárias de Actuação

Para além do apelo declarado por todos ao investimento na estruturação das organizações de produtores, e do acesso ao crédito em condições privilegiadas, destacamos as seguintes acções para o conjunto dos Estados-membros:

- criação de programas de abastecimento das cantinas escolares por produtores locais (circuitos curtos);
- estabelecimento de programas de aquisição de alimentos junto dos produtores familiares, tentando influenciar a formação de preços justos;
- desenvolvimento de melhores políticas ao nível do escoamento, comercialização e acesso aos mercados;
- procura do mercado externo de preço justo, apostando nas vertentes da diferenciação e qualidade como mais valias para os produtos locais;
- realização de encontros entre os técnicos extensionistas, as organizações de produtores e outras organizações da sociedade civil, para troca de experiências sobre técnicas de cultivo, novas tecnologias e partilha de boas práticas agrícolas;
- formação e capacitação contínuas dos agricultores familiares, incluindo questões de género, mudanças climáticas e transferência de tecnologia.

## TESTEMUNHO SOBRE A COEXISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS GRANDES PROJECTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS

Neste último ponto, vou tentar introduzir e discutir uma questão que, de antemão, sei ser controversa. O atrevimento do tratamento desta questão, deriva da minha colaboração, durante três anos, num grande projecto agrícola e industrial em Moçambique, concretamente nas províncias de Manica e Zambézia.

Os grandes projectos agrícolas e industriais procuram aproveitar as vantagens comparativas do local/país e do momento onde e em que são realizados. No caso dos que são realizados em países subdesenvolvidos, geralmente confrontam-se, desde logo, com algumas desvantagens comparativas devidas à falta de infra-estruturas básicas, tais como: estradas, pontes, caminhos-de-ferro, portos, aeroportos e acesso a electricidade e água.

De forma simples, podemos considerar que a taxa de retorno de um investimento depende da função de produção ( $f$ ), que considera a grandeza e a qualidade: do capital produtivo ( $c$ ) – afecto, a sementes, fertilizantes, máquinas, etc.; do volume e qualidade trabalho empregado - volume de mão-de-obra ( $t$ ) e salários ( $s$ ); e do capital público( $k$ ), que representa as infra-estruturas existentes. Num país com níveis adequados de capital público, um investidor escolhe os níveis de inputs de capital ( $c$ ) e de trabalho ( $t$ ) para maximizar a sua taxa de retorno do capital ( $r_1$ ).

$$r_1 = \max_{c,t} \frac{f_1(c,t,s_1,k_1)}{c}$$

Num país onde o nível de capital público é muito baixo, o investidor vai sentir a necessidade de contribuir com um certo montante de investimento para a melhoria das infra-estruturas. Neste caso a taxa de retorno ( $r_2$ ) seria:

$$r_2 = \max_{c,t} \frac{f_2(c,t,s_2,k_2)}{c + ak}$$

onde  $0 \leq a \leq 1$  é um parâmetro que mede a contribuição do investidor para o capital público.

Obviamente, que se tudo o resto for igual, a taxa de retorno do investimento realizado num país com fracas infra-estruturas ( $r_2$ ) será menor do que a de um outro, equivalente, realizado num país com boas infra-estruturas ( $r_1$ ), donde o projecto não seria competitivo num país com baixo capital público. Para que o projecto seja mais interessante, ou mais rentável, de executar num país com baixo capital público, uma ou mais das seguintes condições terão de ser satisfeitas:

- (1) a função de produção ( $f$ ) é significativamente mais eficiente no país ( $f_2 > f_1$ );
- (2) os custos do trabalho/salários ( $s$ ) são significativamente mais baixos no país ( $s_2 \ll s_1$ );
- (3) a produção em causa não é dependente das infra-estruturas públicas e, portanto, o projecto não precisa de investir nelas (a tende para 0);
- (4) o investimento global do projecto ( $c + ak$ ) é muito elevado e, por isso, o peso do investimento em infra-estruturas públicas ( $ak$ ) é desprezível ( $c \gg ak$ ).

No geral, a atractividade da concretização de grandes projectos agrícolas e industriais em países subdesenvolvidos, como é o caso de Moçambique (IMF, 2011), resulta da satisfação das condições (1), (2) e (4), ou seja: a produção visada é mais eficiente, normalmente por razões ecológicas; os custos salariais são substancialmente mais baixos; os projectos muito grandes e intensivos em capital tendem para grandes valores de investimento, sendo, por isso, a sua taxa de retorno pouco afectada por baixos níveis de investimento em capital público.

Para além destes aspectos, podem, ainda, ter decisiva importância os aspectos institucionais relacionados com o “cumprimento das promessas”. De facto, a minha experiência pessoal em Moçambique aponta para a elevada probabilidade de ocorrência de problemas relacionados com a obtenção do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) pretendida, ainda que inicialmente prometida pelas autoridades centrais, decorrentes ora da existência de aldeias e machambas, ora da complexidade e morosidade da aprovação dos sempre necessários estudos de impacte ambiental.

Mas a verdade é que os grandes projectos agrícolas são vistos por muitos como pouco impactantes, quando não mesmo como malfazejos, na melhoria das condições de vida das populações locais. Esta visão, deriva, as mais das vezes, dos conflitos que surgem em torno do acesso e do uso de grandes áreas de terra, da competição pela água, das limitações à circulação de pessoas e animais nas plantações, da inflação originada

nos salários e, por consequência, no custo de vida local e da grande captura da força de trabalho local, que passa a ficar indisponível, ou muito diminuída, para a agricultura familiar.

Sendo verdade que todos estes aspectos negativos podem acontecer, e infelizmente acontecem, não devemos deixar de ponderar o lado positivo dos grandes projectos agrícolas e industriais, que pode encerrar, entre outras, a seguinte série de contra-partidas:

- Impacte sobre o desenvolvimento económico local e nacional:
  - Criação de riqueza;
  - Melhoria da balança comercial do país, via exportações ou redução de importações;
  - Contribuição para o orçamento do Estado, via impostos e taxas;
  - Dinamização do mercado local/nacional/internacional, via relações com clientes, fornecedores e distribuidores de produtos e serviços;
  
- Melhoria das condições de vida das populações locais, via:
  - Criação de emprego e de rendimento/salário regular;
  - Realização de investimentos em infra-estruturas básicas, como por exemplo caminhos/estradas/pontes rurais, electrificação, etc.;
  - Apoio ao desenvolvimento das comunidades locais através da participação em investimentos em bombas de água, moinhos, painéis solares, equipamento escolar, equipamento médico, etc.;
  
- Incentivo da agricultura familiar, via:
  - Execução da preparação do solo, fornecimento de sementes e prestação de apoio técnico nas machambas;
  - Ajuda no escoamento da produção e no acesso a mercados relativamente longínquos e inacessíveis;
  
- Melhoria do capital humano, via:
  - Criação de empregos especializados, que requerem formação;
  - Oferta de estágios profissionais;
  - Desenvolvimento de actividades de investigação, desenvolvimento e inovação, envolvendo parceiros locais e internacionais.

Ponderando tudo isto, sou de opinião de que não só é possível como é mesmo desejável a coexistência da agricultura familiar e dos grandes projectos agrícolas

industriais. As vantagens que ambos transportam para o mundo rural são, ou podem ser, complementares e sinérgicas: a primeira, essencialmente, garantindo um patamar mínimo de ocupação e de segurança alimentar para muitos; os segundos, criando riqueza e forçando a abertura e as ligações ao mundo exterior; e, ambos, consolidando o desenvolvimento material e humano e forjando o progresso.

O busílis da questão não assenta, pois, na sua coexistência, mas sim no tratamento e dimensão atribuídos a cada uma delas. Não existe uma fórmula que nos prescreva as proporções ideais da mistura, pois cada caso, cada país, cada região, é único. Assim sendo, manda a prudência que a instalação dos grandes projectos agrícolas industriais em regiões de agricultura familiar seja feita numa forma gradual e monitorizada, de forma a poder verificar se os seus impactes são económica, social e ambientalmente positivos, justos, equitativos e sustentáveis.

Este juízo compete às instituições estatais competentes, que devem ser capazes de impor uma solução justa e equilibrada, quer quanto à rendibilidade do projecto quer às contra-partidas para a comunidade local e o país. Para alcançar uma boa solução para este tipo de problemas, recomendo que se siga a seguinte máxima de Almada Negreiros (1893-1970): “O homem comum é o único que interessa, os outros são por ele”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Christiaensen, Luc; Demery, Lionel; Kuhl, Jesper. (2011). The (envolving) role of agriculture in poverty reduction - an empirical perspective. *Journal of Development Economics*, 96: 239–254.
- Cordovil, Francisco e Joaquim Rolo (2104). Agricultura Familiar em Portugal: Esboço da sua importância e diversidade no limiar da década de 2010. Em rede. *Revista da Rede Rural Nacional*, nº 5: 13-21.
- Dethier, Jean-Jacques and Alexandra Effenberger (2012). Agriculture and development: A brief review of the Literature. *Economic Systems*, 36: 175–205.
- International Monetary Fund (2011). The Impact of Megaprojects on Growth in Mozambique. Country Report No. 11/350, Appendix II (IMF, Washington).
- Johnston, Bruce, and John Mellor (1961). The Role of Agricultural in Economic Development. *American Economic Review*, No 4: 566-93.
- Lewis, William Arthur (1954). Economic Development with Unlimited Supply of Labor. *Manchester School of Economic and Social Studies*, 22: 139-191.
- Lewis, P.; W. Martin, and C. Savage (1988) Capital and Investment in the Agricultural Economy. *Quarterly Review of the Rural Economy*, 10(1): 48-53.
- Loayza, Norman and Claudio Raddatz. (2005). The Composition of Growth Matters for Poverty Alleviation. World Bank (mimeo, September).
- Mazoyer, M., et L. Roudart (2008). *História das Agriculturas no Mundo - Do Neolítico à Crise Contemporânea*. São Paulo: UNESP, 539pp.
- Muteia, Hélder. (2014). Os Desafios da Agricultura Familiar na Europa e no Mundo. Em rede. *Revista da Rede Rural Nacional*, nº5: 8-9
- Schultz, Theodore W. (1964): *Transforming Traditional Agriculture*. New Haven, Conn., Yale University Press.





## A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Augusto Manuel Correia\*

*“Tal como a escravatura e o apartheid, a pobreza não é natural. É provocada pelos homens e pode ser erradicada pelas acções dos seres humanos (...). Combater a pobreza não é uma questão de caridade mas sim uma questão de justiça. É a protecção de um direito fundamental, o direito à dignidade e a uma vida decente. Enquanto a pobreza persistir não haverá uma verdadeira liberdade”*

Nelson Mandela, 2005

A agricultura depois de, nas décadas de 80 e 90 do século passado, ter visto a sua importância quase desaparecer das reuniões internacionais, voltou, com a crise dos preços dos produtos agrícolas em 2008, a ser tema central nos importantes fora internacionais e foi relegada para uma importância decisiva nas estratégias a definir para o combate à pobreza e para o desenvolvimento no mundo em geral e para os países menos desenvolvidos em particular. Desta forma, a cooperação internacional voltou, também, a recuperar o tema, mas desta vez, sob o chapéu da segurança alimentar ou do direito à alimentação. Será que na prática isso vai mesmo acontecer? Ou seja, o que se acorda nessas reuniões vai mesmo ser levado à prática? Ou, mais uma vez, vamos falar muito e fazer muito menos? Esperemos então.

---

\* - Professor Associado com Agregação do ISA/Universidade de Lisboa e Presidente do CENTROP

## 1 - A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A passagem da época da simples colecta para a agricultura sedentária, aconteceu no neolítico há cerca de dez mil anos atrás. Depois de uma primeira revolução, durante os Séc. XV e XVI, onde a primeira globalização, feita pelos “descobrimentos”, levou, em parte, à modificação das dietas alimentares das populações pela transferência de culturas produzidas nos diferentes continentes, seria preciso esperar mais alguns séculos para se assistir a uma nova e importante revolução no sector; o aparecimento da revolução industrial na Inglaterra no Séc. XIX a qual, nos países onde proliferou, teve impactos importantes quer na tecnologia que se passou a utilizar (muito mais produtiva) como nos aspectos ambientais em que se mostrou, quase sempre, muito menos sustentável e por vezes, delapidadora dos recursos naturais.

O entendimento da evolução que, desde o seu aparecimento, os sistemas agrários foram tendo ao longo da história e, fundamentalmente, da razão porque o seu desenvolvimento não foi mais ou menos homogêneo a nível do globo é uma das interrogações que mais tempo tem tomado a muitos investigadores da matéria.

Na realidade, hoje, ainda que de forma residual, é possível observarmos algumas populações que dependem essencialmente da colecta dos produtos da floresta, tal com acontecia há cerca de doze mil anos no Paleolítico, e muitas outras, que praticam uma agricultura sobre queimada sem instrumentos aratórios ou muito rudimentares e que por vezes é itinerante (agricultura de pousios). Trata-se de povos que vivem de sistemas que, com algumas variações, denominamos, genericamente, por “agriculturas de subsistência” e que, em tudo, são idênticas aos sistemas iniciais de agricultura mais ou menos sedentária. Em contraponto, deparamo-nos com povos que apresentam tipos de agricultura marcados pela revolução industrial e que, pela sua rápida e contínua evolução, levaram a agricultura para um patamar de “actividade económica” que os coloca na designada “agricultura empresarial”.

Embora Acemoglu e Robinson (2013)<sup>97</sup> tentem explicar o porquê daquelas evoluções diferenciadas com base no sistema político e económico

---

97 - Acemoglu, D. & Robinson (2013) – *As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Porque falham as Nações*. Círculo de Leitores

que cada sociedade foi capaz de construir, a verdade é que, ainda hoje, as diferenças existentes entre os vários sistemas agrícolas são abissais.

Em meados do Séc. XX começa a ganhar forma o sentimento e desejo de um mundo assente em valores igualitários para todos. Simultaneamente, embora ainda sem esse nome, a cooperação internacional dava os primeiros passos.

Para que a cooperação internacional assumisse o seu relevo e sistematização actual, foi preciso esperar pelo fim da II Guerra Mundial e que a Europa tivesse sentido o seu profundo efeito devastador, nomeadamente quanto à fome que assolou aquele continente, para se poder perceber a importância que ela poderia ter para o desenvolvimento dos países e, particularmente, na área agrícola.

Por aquela altura, grande parte das antigas colónias europeias chegavam à independência e pese embora algumas culturas fossem alvo de estudos muito avançados para o conhecimento agronómico da época, a maioria deles recaía sobre as famosas matérias-primas tropicais como o café, o cacau, o algodão, a cana do açúcar, o coqueiro, a palmeira do dendém, a borracha, entre muitas outras. As culturas alimentares, os sistemas agrícolas praticados pelas populações e as questões do desenvolvimento rural e da agricultura tradicional eram, então, muito pouco estudadas.

Assim, a cooperação internacional bilateral e multilateral começaram a dar os primeiros passos assumindo a agricultura, ou os aspectos com ela relacionados, alguma importância. A cooperação bilateral foi inicialmente realizada entre as antigas potências coloniais e os agora países independentes, com situações de sucesso ou insucesso de acordo com as diferentes realidades que se foram vivendo, onde o então estado da Guerra Fria que se vivia entre a União Soviética e os EUA, acabou também por ter uma influência quase sempre nefasta.

Em 1960 os países industrializados formaram um novo fórum consultivo no seio da OCDE, em Paris, que denominaram por Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD), e que passou a ser um dos principais fora para a discussão das formas como se processa a cooperação internacional e a disponibilizar, anualmente, os valores que os países doadores colocam verdadeiramente à disposição da cooperação internacional. Desde a sua criação, as discussões entre países com antecedentes coloniais e aqueles que nunca tiveram colónias foram sempre marcadas por posições diferenciadas que, ainda que assumidas nas discussões em Paris, tardam a ser implantadas no terreno. Ainda hoje, uma das críticas que se faz à

cooperação internacional deve-se ao facto de muitos acharem que aquilo que se aprova nos diferentes fora não é o que, na prática, cada um acaba por seguir no terreno.

No que à agricultura diz respeito, e no essencial, a preocupação da cooperação bilateral passou a ser então mais de fortalecimento dos serviços de investigação e extensão rural dos novos países independentes com diferentes variantes. Este é, ainda hoje, o modelo que Portugal foi adoptando desde que as suas antigas colónias assumiram a independência. Infelizmente, por diferentes razões, 40 anos depois os serviços de investigação da maioria daqueles países ou são incipientes ou pura e simplesmente não existem.

No que à cooperação multilateral diz respeito, as Nações Unidas criaram a FAO, que passou a tratar de questões directamente relacionadas com a agricultura (senso lato), e o Banco Mundial, que incentivou e promoveu a criação do sistema CGIAR (Consultative Group for International Agriculture Research), suportado economicamente por quase todos doadores internacionais. O CGIAR consiste numa série de Centros de Investigação, quase todos com existência física em países tropicais, que passaram a estudar não apenas as culturas mais importantes para a população de cada região (uma vez que estão espalhados por quase toda a região tropical da América, África e Ásia) assim como o levantamento dos diferentes sistemas agrícolas e de outras questões importantes para o desenvolvimento rural de cada uma das regiões. Alguns destes centros, como o CYMMIT no México e o IRRI nas Filipinas, foram fundamentais para o despoletar da revolução verde. Estes diferentes centros dedicam-se hoje, também, às questões transversais como as alterações climáticas, as questões da saúde pública e do género e juventude, e são o principal repositório de informação, de dados e de germoplasma para as realidades rurais das regiões em desenvolvimento. A crítica que vai sendo feita ao sistema reside no facto de ele não interagir mais e melhor com os sistemas nacionais de agricultura. Porém, perceber a razão para tal acontecer é muito importante mas não cai no âmbito deste trabalho.

Com a evolução dos tempos, passou a falar-se mais do combate à pobreza do que de agricultura. Porém, se assumirmos que dois terços dos pobres ainda vivem em zonas rurais, percebemos que falar de combate à pobreza é falar de desenvolvimento rural. Infelizmente, por vezes, não é esse o entendimento.

Para além do número de pobres que existem nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, devemos ter em conta alguns dados que nos ajudarão a entender a importância que o sector tem ou deveria ter naqueles países:

- a) Nos países em vias de desenvolvimento, 60 a 90% da população vive da e para a agricultura e esta é, muitas vezes, a responsável por grande parte das divisas que os países conseguem obter e pelos empregos existentes.
- b) Contrariamente ao que muita gente poderá pensar, 90% dos alimentos consumidos são produzidos localmente, pelo que as agriculturas nacionais e regionais são as principais responsáveis pela segurança alimentar das suas populações.
- c) O aumento demográfico estimado para a população mundial, que ocorrerá fundamentalmente nos países mais pobres, aumentará ainda mais a procura de bens alimentares. Aceita-se, hoje, que a população mundial possa estabilizar, em 2050, em torno dos 9 mil milhões de almas o que significa, em termos numéricos, que teremos de produzir mais 60% dos alimentos que hoje produzimos e, destes, cerca de 80% nos países em vias de desenvolvimento.
- d) A falta de terra que já se regista em algumas regiões levará os agricultores a explorar: ou os solos das poucas florestas ainda existentes; ou, solos cada vez mais marginais para a agricultura, com efeitos directos da depauperação dos ecossistemas onde se integram. Porém, e como grande parte do aumento de produção se tem feito através do aumento da área cultivada, espera-se que, até 2050, por falta de terra disponível, o incremento da produção venha essencialmente do aumento da produtividade (cerca de 90%) e apenas 10% do aumento de produção estará ligada à maior disponibilidade de área agrícola. Para piorar esta situação, o “land grabbing” começa a assumir proporções assustadoras em alguns países<sup>98</sup>.
- e) Contrariamente ao que acontece nos países desenvolvidos, a fuga da população das zonas rurais para as cidades que se regista nas regiões menos desenvolvidas, não conduz a uma melhoria do nível

---

98 - Correia, A. M.N.G. (2013) - *Desafios da investigação agrária em Angola, I Simpósio Científico da Assesca – PLP. Huambo, Angola*

de vida dessas pessoas mas, quase sempre, serve para aumentar o exército de desempregados que vivem na periferia dos grandes centros urbanos e cujas fileiras não param de engrossar e que, muitas vezes, vêem no banditismo ou na fuga para os países do Norte e da região a única forma de sobreviverem. Esta situação acaba por ter um impacto na disponibilidade de alimentos uma vez que sendo a agricultura tradicional a mais comum naquelas regiões, a fuga da mão-de-obra raramente é compensada por sistemas mecanizados do que resulta necessariamente uma menor quantidade de alimentos produzidos.

Todos estes dados sobre o sector levariam a supor que os próprios países lhes dariam uma relevante importância o que, infelizmente, não se verifica, pois, na maior parte desses países os serviços agrícolas e de investigação agrária estão desactivados ou são muito incipientes face às enormes tarefas que precisavam de desenvolver.

Por essa razão, ou por falta de resultados visíveis, ou pelas duas, a ajuda internacional ao sector, que já foi importante na década de 1970 e parte da de 1980, tem vindo, nos últimos anos, a reduzir-se a ponto de todos os relatórios internacionais referirem que no fim da década de 90 a ajuda directa ao sector tinha atingido os seus mais baixos valores de sempre, mostrando, desta forma, que também os doadores, pelas mais diversas razões, se retiravam do sector.

Para tentar contrariar essa tendência, as Nações Unidas, na sua Assembleia-geral em 2000, definiram os “8 objectivos do Milénio”, para tentarem materializar em metas concretas os desafios do desenvolvimento. O objectivo era não só o de recuperar os montantes financeiros da cooperação internacional para a ajuda ao desenvolvimento mas, também, o de incentivar o seu incremento, através da obrigatoriedade de os países doadores chegarem a disponibilizar 0,7 % do seu rendimento bruto nacional para as questões do desenvolvimento até 2015. A assinatura daqueles objectivos pelos Chefes de Estado dos 182 países presentes, que ficou conhecida como a Declaração do Milénio no quadro das Nações Unidas, trouxe uma renovada esperança para os destinos da cooperação internacional.

Não deixa de ser curioso que, dos 8 objectivos definidos, 3 digam respeito à saúde, 1 à educação e nenhum seja específico para a agricultura, embora o objectivo 1 fosse “Erradicar a pobreza extrema e a fome”. De

acordo com Ferreira (2013)<sup>99</sup> o nível da pobreza extrema a nível global terá caído de 47% para 22%, entre 1990-92 e 2010-12, respectivamente, sendo que, nos mesmos períodos, o número de famintos terá caído de 23,2% para 14,9%. Porém, independentemente destes êxitos, e de acordo com a mesma autora, uma em cada oito pessoas no mundo sofre de fome, e uma em cada quatro crianças vê o seu crescimento afectado devido à má nutrição.

A agricultura viria novamente a ser um protagonista efectivo na Cimeira de Joanesburgo em 2002 onde, já os documentos de preparação da conferência identificavam e isolavam a agricultura como um dos sectores chave para o desenvolvimento sustentável. Acreditamos, no entanto, que tal importância, embora genuína, continue a existir mais no discurso do que na prática corrente.

Como referia o representante das Nações Unidas no Brasil numa conferência que, em dezembro de 2004, proferiu em Lisboa, o NEPAD, a nova iniciativa africana para o desenvolvimento da agricultura, ainda não foi capaz de dar qualquer avanço significativo para o bem-estar dos agricultores africanos nomeadamente de conseguir que os governos passassem a disponibilizar 10% do PIB para o sector. Em 2014, e principalmente no que toca à África Subsaariana, e depois de algumas subidas, os valores percentuais do PIB dedicado à agricultura voltaram a diminuir, e em alguns países para mínimos históricos. E no que toca ao NEPAD, salvo melhor opinião, continuamos ainda mais no mundo da retórica do que em práticas portadoras de boas notícias para os agricultores mais pobres que, na maioria dos países, ascendem a mais de 90% dos agricultores.

---

99 - Ferreira, P.M. (2013) – *A agenda pós – 2015 para o desenvolvimento: Da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo*. Policy paper 1/2013. IMVF



## Angola: Pequena Agricultura e Desenvolvimento Rural

Quadro 1 - Evolução da Ajuda Pública dos doadores CAD aos Setores Agrícola, Florestal e das Pescas (MUSD)

Ano	Agricultura	Silvicultura	Pescas	Total
1995	2.155,0	267,5	222,1	2.644,6
1996	3.341,5	432,4	233,6	4.007,5
1997	2.291,0	560,1	237,7	3.088,7
1998	2.441,3	233,3	171,8	2.846,4
1999	1.812,0	172,6	142,0	2.126,6
2000	1.568,9	242,3	162,9	1.974,0
2001	2.202,5	374,1	246,9	2.823,5
2002	1.891,8	257,4	192,8	2.342,1
2003	1.434,9	544,1	160,4	2.139,4
2004	2.089,4	288,4	171,0	2.548,8
2005	2.586,6	501,1	225,9	3.313,6
2006	2.236,8	408,7	163,2	2.808,6
2007	3.625,9	540,9	189,0	4.355,7
2008	4.061,7	534,0	387,5	4.983,3
2009	4.076,6	422,1	436,1	4.934,9
2010	5.374,0	721,0	277,3	6.372,2
2011	4.199,4	1.139,1	215,2	5.553,7
2012	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: CAD/OCDE (2012)

Pelo quadro 1, é perceptível que a década de 90, foi uma década de desinvestimento dos doadores na área da Agricultura enquanto que na

década seguinte os valores dedicados ao sector tinham vindo a subir com alguma sustentabilidade até 2010, ano em que se terá atingido um máximo superior a cinco mil milhões de dólares americanos, ao que se seguiu um significativo recuo no ano seguinte. Veremos o que nos reserva o futuro, se um aumento da importância do sector na ajuda pública ao desenvolvimento se, pelo contrário, nova entrada na apatia por parte dos doadores.

Como dizia Alex Macalla em 2000, a fome e a pobreza só poderão ser minoradas nas regiões mais pobres se a agricultura conseguir produzir o suficiente, constituir-se num motor de alívio à pobreza e responder às necessidades da população sem pôr em causa uma adequada gestão dos recursos naturais.

Quais serão, então, as razões pelas quais, devemos enquadrar e mesmo reforçar o apoio ao sector agrícola nos países mais pobres. Sem querer ser exaustivo, ressaltaria os seguintes aspectos atendendo às recentes evoluções naquelas regiões:

- a) O desconhecimento das limitações técnicas, económicas e sociais que afectam as sociedades que se encontram nas regiões mais desfavorecidas. Como referia Correia (2013), uma das principais limitações ao planeamento de um desenvolvimento rural sustentável é, muitas vezes, a falta de dados adequados que por omissão ou deturpação, não nos permitem ter um adequado conhecimento das realidades o que, necessariamente, inviabilizará à partida, qualquer hipótese de um adequado planeamento.
- b) Os sistemas tradicionais de agricultura, na maioria dos casos, estão esgotados pelo que, nunca descorando a envolvente social e produtiva, é preciso caminhar para novos tipos de intervenção. O melhoramento e ou a transformação dos sistemas tradicionais parecem ser o desafio maior que hoje se coloca ao desenvolvimento rural tendo em conta as questões transversais em jogo.
- c) O aumento demográfico ou a necessidade de mais terra para cultivar leva as populações a migrar para zonas de florestas ainda não desbastadas (cada vez menos) ou para zonas marginais para a agricultura. Num e noutro caso, o desconhecimento dos novos ecossistemas e das novas técnicas a utilizar conduzem naturalmente a uma acentuada degradação dos mesmos. Como já se referiu, a questão do uso e da posse da terra em alguns locais, nomeadamente na África subsaariana, é hoje uma questão fundamental, a que se

veio juntar a nova realidade do land- grabbing para a qual o Director da FAO chamou atenção em novembro de 2012: “Comparo o land-grabbing em África com o antigo oeste selvagem – precisamos de um xerife para restaurar a ordem”<sup>100</sup>.

- d) A convicção, cada vez mais enraizada, de que o desenvolvimento rural dependerá mais de políticas transversais do que daquelas que tenham a ver directamente com a agricultura. Essa transversalidade, virá quer do próprio país, pela adopção de políticas transparentes e adequadas ao desenvolvimento rural, como da comunidade internacional, não apenas pelo apoio financeiro a tais programas mas, também, pelo assumir da famosa “CPD” (coerência das políticas para o desenvolvimento) que, muitas vezes, seriam mais importantes do que o dinheiro doado. Como exemplo desta situação, Ferreira (2013) aponta que, só para o continente africano, “as barreiras comerciais impostas aos produtos custam anualmente cerca de 500 mil milhões de dólares o que significa cerca de dez vezes o montante da ajuda internacional atribuída ao continente”. É verdade que poucos países doadores implementaram as políticas de coerência e, muitas vezes, os que já as conseguiram aprovar, como é o caso de Portugal, falham nos mecanismos da sua implementação pela pouca importância que a cooperação internacional tem para a maioria dos governantes.
- e) O incremento da comercialização rural. Se a ideia que o desenvolvimento das regiões rurais dos países em desenvolvimento passará por um incremento da comercialização pois, para muitos, ela tem sido ao longo dos tempos, uma das principais condicionantes ao desenvolvimento, a forma de intervenção é que ainda continua a dividir opiniões quanto à intervenção mais adequada pois parece ser consensual que se é verdade que, no curto prazo, as intervenções podem trazer alguma visibilidade, elas quase sempre acabam por se transformar em ineficazes e ter mesmo efeitos contrários aos desejados já que requerem o devido acompanhamento (OECD 2012)<sup>101</sup>.

Para esta organização, as intervenções que se têm praticado na comercialização podem dividir-se em três tipos, devendo ser ponderadas

100 - Entrevista do Director da FAO ao jornal Guardian em novembro de 2012

101 - OECD (2012) – Agricultural policy for poverty reduction, OECD Publishing

sobre o melhor modelo para cada uma das situações:

- a) Política de preços, que é já considerada muito nefasta para um desenvolvimento harmonioso.
- b) Política de estabilização de preços, que se bem acompanhada poderá dar bons resultados.
- c) Programas sociais (tipo bolsa família do Brasil), que permitirão aos mais pobres acesso aos mercados, aumentar a procura e intensificar a produção.

Por outro lado, em 2005, repetindo o que Macalla referia em 2000, o relatório encomendado por Kofi Annan “Investir no desenvolvimento” defendia: “o essencial é passar do compromisso à acção, aumentar a produtividade dos agricultores que produzem para a subsistência melhorando a qualidade dos solos e das sementes, a gestão da água e dos serviços paralelos à agricultura, apostar na melhoria da nutrição dos grupos mais vulneráveis, revigorar e conservar os recursos naturais”.

No entanto, atendendo aos sinais de pobreza cada vez mais evidentes em muitos países, é cada vez mais notório que o seu desenvolvimento sustentado está directamente ligado não só às políticas de desenvolvimento que os países forem capazes de definir como também à forma como a ajuda internacional vier a acontecer. Voltando novamente ao relatório “Investir no desenvolvimento”, que defende um aumento em massa da ajuda, acreditamos que, sem colocar em causa a necessidade de mais investimentos, ainda haverá muito a fazer para que aquela que já existe, se processe de forma mais eficiente ou seja, que a eficácia com que a ajuda se processa seja mais evidente para todos os intervenientes e principalmente para os contribuintes dos países doadores.

Acreditamos que tão importante como a quantidade de dinheiro, será a forma como ele venha a ser utilizado como referiam Acemoglu & Robinson (2013) “A ideia de que os países ricos devem conceder grandes montantes de “ajuda ao desenvolvimento”, a fim de resolver o problema da pobreza na África Subsariana, nas Caraíbas, na América Central e no Sul da Ásia, baseia-se numa compreensão incorrecta das causas da pobreza”. Que fique claro que esta posição não quer defender, naturalmente, os doadores que falham os seus compromissos. Nesse aspecto, acho que o cinismo tem sido reinante pois, muito pior do que não honrar os compromissos, é continuar, pelas mais variadas razões, a assumi-los, sabendo que nunca serão cumpridos.

Desta forma, os sucessos de intervenção resultarão muito da forma como as cooperações bilaterais e multilaterais se conseguirem complementar com as políticas e as práticas que os países receptores forem capazes de definir. Infelizmente, quem acompanha estas questões mais de perto percebe facilmente que se, por um lado, o diálogo entre as cooperações bilaterais e entre estas e as multilaterais muitas vezes não existe, por outro, as políticas dos países receptores têm quase sempre mais preocupações com questões que dizem respeito às realidades urbanas do que as referentes ao mundo rural onde, quase sempre, não existe qualquer forma de pressão sobre os decisores políticos.

É por isso que a cooperação agrícola aparece nos discursos como uma das prioridades juntamente com os sectores da educação e da saúde mas, na prática, quando quantificada, apercebemo-nos que a tal prioridade do discurso, não passa, de uma figura de retórica.

Não sendo possível nem desejável colocar em causa a importância dos sectores da educação e da saúde para o desenvolvimento harmonioso das populações, o pouco apoio dado à agricultura só se pode ficar a dever ao facto de as decisões serem tomadas por pessoas que não se conseguem aperceber da situação miserável em que vive a população rural e que, no limite, poderíamos defender que sem comida não haverá crianças para a escola e com uma alimentação racional, grande parte das doenças deixaria de ter incidência. Não estou naturalmente a fazer a apologia da cooperação agrícola em detrimento da saúde ou da educação ou de qualquer outra mas, tão só, a defender que “a ajuda ao desenvolvimento” deve chegar aos mais necessitados. O importante, é termos sempre a percepção de que cada país, cada região é um caso e que as formas de enfrentarmos as questões do desenvolvimento serão sempre diferenciadas pelo que os seus agentes, para além de boa vontade, deverão ser acima de tudo bons profissionais e conhecedores de todas as envolventes.

Desta forma, uma melhoria nos sistemas produtivos, dos sistemas de transformação dos produtos e dos circuitos comerciais, parecem ser a chave mestra para o desenvolvimento rural, para o combate à pobreza e à fome e naturalmente para um desenvolvimento que se pretende sustentável, pelo que serão áreas para as quais a cooperação internacional deve olhar.

Para alcançar tais melhorias também parece não haver grandes segredos. Um apoio directo aos sistemas de investigação agrária desses países, aos seus serviços agrícolas, às organizações da sociedade civil e aos circuitos comerciais aos mais diferentes níveis parece ser a via. Maior apoio

internacional obrigará naturalmente a avaliações eficazes para que, em cada instante se possível, possamos ajuizar da validade e pertinência das nossas intervenções. Todos sabemos disso, mas o certo é que as respostas, por este ou por aquele motivo, tardam a aparecer.

Com a crise financeira o discurso voltou a centrar-se na importância do sector privado para o desenvolvimento de cada país. Ninguém de bom senso poderá negar que a sustentabilidade do desenvolvimento dos países mais pobres só será possível pelo crescimento do tecido produtivo de cada um deles. Porém, a discussão não tem evoluído no melhor sentido e por ignorância (quase sempre) ou por cinismo, os discursos que confundem dinheiros privados e públicos vão acontecendo e lançando alguma confusão numa discussão que, mesmo sem entropia, não é nada fácil. 2015 será o ano para a discussão do pós-objectivos do milénio. Infelizmente, as reuniões vão sendo cada vez mais complicadas, a linguagem utilizada mais erudita pelo que é fácil de prever que serão aprovados vários objectivos por todos os chefes de estado com discursos muito bonitos mas com dificuldades óbvias de haver uma prática compaginável com a teoria aprovada por todos.

## 1.1 - O caso português

Em Portugal, no que à agricultura tropical diz respeito, e como a independência das suas colónias aconteceu bem mais tarde do que quaisquer outras, a ciência agronómica sofreu uma tal evolução - quer através do Instituto de Investigação Agrária de Angola, quer do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, como da Junta de Investigação Científica do Ultramar (JICU) para os outros territórios - que fizeram da escola de agricultura tropical portuguesa a mais avançada à época. Infelizmente, em Portugal continental, e principalmente depois do 25 de abril, tal nunca foi reconhecido e por vezes foi até esquecido, dando ideia de um certo complexo de culpa ou de vergonha pelo trabalho desenvolvido.

Tal verificação é, ainda hoje, fácil de se perceber pela falta da definição de estratégia sobre o que fazer à JICU, que entretanto se passou a denominar por Instituto de Investigação Científica Tropical, pelos mais diversos governos depois do 25 de abril. A falta de estratégia ou, quem sabe, o desconhecimento total das potencialidades daquela instituição, mergulharam-na numa agonia que hoje, mais do que nunca, se pode observar. Tudo isto para lá dos esforços feitos por muitos dos seus investigadores que trabalham naquela instituição.

Hoje, as ligações existentes com a investigação agrária quer de Angola quer de Moçambique são residuais e assentam, fundamentalmente, em relações pessoais e não institucionais. Portugal nunca mais definiu qualquer estratégia para o sector, como o comprovam todos os programas de investigação lançados pela tutela que nunca foram capazes de priorizar a agricultura como uma das áreas em que valeria a pena apostar em termos de futuro. Tal situação resulta naturalmente num marasmo total, independentemente de várias acções pontuais, e por vezes muito bem conseguidas, de alguns investigadores portugueses.

No que respeita ao ensino da Agricultura Tropical nas Universidades portuguesas, o Instituto Superior de Agronomia, onde aquele ensino existe há mais de cem anos, tem formado muitos quadros dos países africanos de língua portuguesa e tem levado a efeito, sempre com o apoio da cooperação portuguesa, vários cursos em Cabo Verde e Angola e, mais recentemente, um curso de mestrado em Timor Leste. Não podemos, no entanto, dizer que exista por parte da Universidade de Lisboa, ou de qualquer outra universidade portuguesa, qualquer estratégia para este tipo de ensino.

Também no que à cooperação agrícola diz respeito, e embora, sob o ponto de vista de cooperação bilateral, alguns projectos tenham obtido algum sucesso, em termos de valores da cooperação total (bilateral e multilateral) as percentagens atribuídas foram sempre pouco significativas e nem o facto de o signatário deste texto ter tido, durante algum tempo, responsabilidades no sector, conseguiu alterar significativamente a história.

A bem de todos, há então necessidade de definir se queremos, ou não, intervir nesta área da ajuda ao desenvolvimento em geral e ao desenvolvimento rural em particular, no intuito de se aproveitar uma nova geração de agrónomos tropicais que, contra tudo e contra todos, optaram por pautar a sua intervenção na sociedade nas áreas da ajuda ao desenvolvimento nas suas diferentes vertentes.

## 2 - O FUTURO DA COOPERAÇÃO E DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

### 2.1 - Financiamento

Numa época em que o país atravessa uma das suas piores crises económicas, é preciso saber se os portugueses são suficientemente solidários para aceitarem que parte dos seus impostos possam ir para a ajuda aos

povos mais pobres. Entre 2011 e 2013, o montante da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) portuguesa baixou de 509 M de euros para 367 M de euros, o que significa uma redução, em apenas dois anos, de 28%<sup>102</sup>. Em 2013, 66% da ajuda terá sido canalizada pela via bilateral e 34% pela via multilateral. É altura de nos consciencializarmos que este dinheiro deve ser encarado como um investimento de médio a longo prazo e não como uma despesa. Infelizmente esta última tem sido, salvo raras excepções, a visão da maior parte dos governantes deste país. Porém, como se disse anteriormente, muito pior do que não cumprir com o prometido, é fazer um discurso político a dizer que se vai cumprir e depois, esquecermo-nos de honrar os compromissos, como muitas vezes tem acontecido e não só a Portugal.

Como foi definido no México, os países ricos (onde Portugal se inclui) reafirmaram o seu velho compromisso de encaminhar 0,7 % do seu PNB para apoiar os mais desfavorecidos. Como muitos dos países, Portugal nunca foi capaz de disponibilizar para tal ajuda 0,7% do seu PNB e, como refere o relatório entregue a Kofi Annan (17 de janeiro de 2005) intitulado “Investir no Desenvolvimento: Um plano prático para alcançar os objectivos de desenvolvimento do milénio”, os principais doadores estarão a conceder em média cerca de 0,25% do seu PNB.

Para conseguir alcançar as oito metas do milénio (reduzir para metade a pobreza extrema e a fome, universalizar o ensino primário, promover a igualdade entre sexos, reduzir em dois terços a mortalidade infantil, reduzir em ¾ a taxa de mortalidade materna, combater o HIV/Sida, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade e criar uma parceria para o desenvolvimento) definidas em setembro de 2000 por a quase totalidade de dirigentes mundiais, aquele mesmo relatório previa que seria necessário aumentar o nível das ajudas para pelo menos 0,54% do PNB, até 2015.

Quem está dentro destas matérias sabe bem que a forma de se calcular a percentagem do PNB que cada país afecta à ajuda ao desenvolvimento merece alguns reparos pois há sempre a tentação de se tentar engrossar a participação na ajuda com verbas que, em boa verdade, não deveriam contar. No entanto, e embora o CAD tenha estabilizado a forma de contabilização da APD, prepara-se para introduzir alterações, nomeadamente à forma como se contabilizam as linhas de crédito que, no caso português, em 2013 representavam 61% da cooperação bilateral. Uma vez implementadas, tais alterações poderão ainda piorar o ranking já baixo em que Portugal se encontra actualmente.

102 - Correia, A.M.N.G. (2013) - Desafios à Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o caso Português lição integrada na disciplina de Cooperação para o Desenvolvimento, ISEG/UL, Lisboa.



## 2.2. Os mecanismos da cooperação

Embora a questão do financiamento seja uma limitação importante ao desenvolvimento da cooperação, além de chamarmos a atenção para o cada vez maior afastamento dos compromissos já assumidos, não podemos deixar de chamar igualmente a atenção para outro tipo de constrangimentos com igual impacto nas actividades de cooperação e, por isso mesmo, na cooperação agrária.

### 2.2.1 - Definição das prioridades e concentração das áreas de intervenção

Historicamente, atendendo aos laços que ligam Portugal aos seus principais parceiros receptores de ajuda (antigas colónias), os sectores de intervenção são ainda múltiplos e, muitas vezes, numa base de resolver problemas que aparecem e não de forma consolidada para fortalecer algum sector, o que, face às verbas em causa, diminui a possibilidade de uma intervenção estruturante. Por outro lado, nas reuniões entre doador e receptor para se estabelecerem os programas de cooperação, os sectores da agricultura dos países receptores raramente se fazem representar o que, sendo os programas de cooperação feitos, quase sempre, com base nas vontades e necessidades do receptor, praticamente coloca o sector fora dos programas de cooperação. O passado mostra que grande parte da cooperação na área agrícola tem sido na área de formação, nomeadamente pelos cursos que se vão fazendo, pelo facto de eles serem pedidos pelos Ministérios do Ensino Superior com quem normalmente existe uma muito maior cooperação.

### 2.2.2. Definição de estratégias para cada sector

Para os sectores que se considerarem prioritários, a cooperação portuguesa deverá ter o seu documento de estratégia onde devem aparecer claramente definidas as áreas de intervenção assim como os actores que podem facilitar a implementação dos diferentes projectos. No caso português já existe um documento para a estratégia da cooperação agrícola que pode naturalmente evoluir e adaptar-se às constantes mutações do mundo em desenvolvimento.

### 2.2.3. Coordenação da cooperação

A cooperação portuguesa é coordenada pelo Instituto Camões, que é o encarregado de implementar a política definida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Existem vários mecanismos de coordenação da APD portuguesa onde o mais importante será a Comissão Interministerial para a Cooperação que deveria fazer toda a coordenação das intervenções para cada um dos países alvo. Embora pareça fácil, na prática as coisas não acontecem propriamente assim. Quase todos os ministérios têm verbas para a cooperação e no caso do Ministério das Finanças, o seu orçamento em 2013 foi praticamente de 70% de todo o dinheiro canalizado para a cooperação o que faz com que, na realidade, este ministério se dispense de se coordenar com quem quer que seja pois assume o seu papel de agente mais importante. Mesmo para outros Ministérios, como por exemplo aconteceu já no passado com o Ministério da Agricultura, o órgão centralizador definiu, com as razões que achou por bem, que a agricultura não seria um sector de intervenção num determinado país e, mesmo assim, aquele ministério resolveu gastar o seu pouco dinheiro numa determinada intervenção nesse mesmo país. No essencial, embora em teoria se diga que haja coordenação, muitas vezes os diferentes ministérios apenas dão conta do que fazem e aquilo que deveria ser uma programação não passa, muitas vezes, de um somatório de actividades, muitas vezes, sem consequências. Parece ser fácil admitir que uma verdadeira programação permitiria obter intervenções mais profundas e mais sustentáveis, mas isso nem sempre acontece. Para o desenvolvimento da agricultura por exemplo, todos sabemos que ele não se compadece com actos isolados e de curto prazo. Parece ser fácil aceitar que uma real coordenação e programação traria benefícios a todos os que se encontram envolvidos e contribuiria, com certeza, para intervenções mais estruturantes.

### 2.2.4 - A importância da complementaridade entre a cooperação bilateral e a multilateral (a bi-multi)

O pouco interesse que a agronomia tropical foi merecendo desde o 25 abril teve naturalmente impacto no espectro que Portugal consegue oferecer ainda hoje, nomeadamente o bom conhecimento do terreno de praticamente todos os seus parceiros bilaterais, mas perdeu muito da excelência que deverá ir buscar a parcerias que, quando estabelecidas adequadamente,

poderão fornecer excelentes ferramentas e respostas para muitas das questões que hoje se levantam e que se prendem fundamentalmente com os processos de transição de uma agricultura tradicional para uma mais evoluída, capaz de responder aos crescentes desafios que são permanentemente colocados a um mundo em mudança e mais uma vez com vantagens evidentes para todos os parceiros. Pela acumulação de conhecimentos nos últimos anos, elegeu o sistema CGIAR e naturalmente alguns dos seus centros e a Embrapa, do Brasil, como os parceiros naturais. De acordo com as questões a abordar existe hoje uma panóplia de centros de investigação que nos podem ajudar a encontrar a resposta adequada para os diferentes problemas com que teremos de lidar.

### 2.2.5 - A Cooperação delegada como instrumento estratégico e financeiro para os programas de combate à pobreza e de segurança alimentar

A crise despoletada pelo aumento do preço dos alimentos fez, como já referimos, despertar vários fundos, fundações e organismos multilaterais para a importância do regresso à agricultura como mola do desenvolvimento e do combate à pobreza. Aconteceu o mesmo com o principal doador mundial que é a EU, através do seu Fundo Europeu para o Desenvolvimento, com o incremento da acção e abrangência da cooperação delegada, ou seja, a cooperação entre a UE e um país receptor da sua ajuda, onde a coordenação e implementação do programa é dada ao organismo coordenador da cooperação de um dos países membros da UE. Esta forma passou a ser uma das estratégias seguidas pela UE tentando não só diminuir os custos de uma intervenção directa, mas beneficiar também do conhecimento do terreno que naturalmente o estado membro deverá ter do país beneficiário. No caso português é ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, que cabe a competência da coordenação da cooperação delegada. Para os diferentes agentes a boa notícia é que cada vez mais verbas são canalizadas por esta via para o desenvolvimento rural ou segurança alimentar, embora, infelizmente, nem sempre da melhor maneira pois, muitas vezes, disponibilizam verbas substanciais para serem consumidas em horizontes temporais muito reduzidos para países que precisariam, nomeadamente no desenvolvimento rural, de intervenções longas para que a intervenção deixe acentuadas melhorias. A má notícia, porém, é que o país que recebe a delegação terá que disponibilizar cerca de 10 a 20% do montante global do projecto o que, em situações de

grande orçamento poderá ser um real problema para Portugal. Além do mais, as exigências burocráticas e os mecanismos para a implementação da cooperação delegada exigirão da agência portuguesa cada vez mais pessoal profissionalizado o que, dadas as opções feitas nos últimos anos, poderá não ser fácil de acontecer.

Embora a cooperação delegada possa ser um instrumento estratégico valioso para a cooperação portuguesa como forma da sua afirmação, é preciso ter a noção que ela nunca será o “eldorado” para se buscarem financiamentos e terá os seus limites. Além do mais, só com uma cooperação bilateral forte e assente numa intervenção estratégica com os diferentes países parceiros se poderá ganhar competências para se ser reconhecido pelos parceiros para a implementação da cooperação delegada.

### 2.2.6. Apoio à agricultura de subsistência ou à agricultura comercial

Sabendo que nas regiões menos desenvolvidas (Correia, 2013) 80% do aumento das disponibilidades alimentares virá do aumento da produtividade e não do aumento das áreas dedicadas à agricultura, é fácil perceber que nos próximos anos deverá acontecer uma verdadeira revolução nos sistemas agrários naquelas regiões em termos de práticas agrícolas. Não está em causa se a agricultura deve continuar familiar ou passar a ser comercial. O ano de 2014 foi mundialmente dedicado à agricultura familiar e alguns dos dados que foram chegando a público não deixam de ser verdadeiramente notáveis. Segundo Correia, 2014, a Agricultura Familiar (AF) representa 83% da ocupação das terras na América do Norte, 18% na América do Sul, 68% na Europa, 62% em África e 85% na Ásia. Além do mais, ainda de acordo com aquele autor, a AF será responsável por 70% da produção mundial de alimentos e por 40% dos empregos no mundo.

Em alguns países parceiros da cooperação portuguesa tem-se verificado um investimento, a nosso ver insustentável, na agricultura comercial através de grandes projectos que muitas vezes não têm qualquer enquadramento nem ligações a jusante e montante enquanto que o apoio à agricultura camponesa não passa, na maioria das vezes, de simples teoria. Não temos nada contra a agricultura comercial, muito antes pelo contrário. Quando devidamente enquadrada e entrosada com as agriculturas menos evoluídas, ela poderá ser motor de um desenvolvimento sustentável com benefícios evidentes para todos. Não nos podemos esquecer que, para todos os parceiros bilaterais da cooperação portuguesa, a população agrícola é pobre e desconhece quase

em absoluto as condicionantes de mercado e as novas técnicas culturais. Para um desenvolvimento sustentável do sector torna-se necessário, por isso, o envolvimento de todos e não apenas de uma pequena parte dos agricultores.

Assim, o apoio a uma ou a outra agricultura tem que assentar numa estratégia pré-definida, as ajudas a uma e a outra terão que ser transparentes e bem utilizadas nomeadamente no que toca à obtenção de crédito e no acesso à terra que, em África, continua a ser um problema, pesem embora as leis que sempre existem sobre a matéria. Para quem conhece o terreno, é fácil perceber que, para estas duas condicionantes, e pelas mais diversas razões, a agricultura comercial, quando existe, tem sido favorecida.

Como defende a ROPPA (Correia, 2014), “a agricultura familiar, quando apoiada por uma investigação adequada, por um investimento favorável e uma protecção adequada, pode ultrapassar a produção industrial”. Só esta razão poderá explicar a expressão que ela atinge em todos os continentes.

Devemos pôr definitivamente de lado a ideia de que a AF é para os pobres e a Agricultura Industrial é para os mais evoluídos, ou ainda que não será a evolução da agricultura familiar que trará um país para um bom índice de desenvolvimento. No entanto, é preciso ter em conta que, com os índices produtividade que ela apresenta nos países mais pobres, ela está condenada a ter que se desenvolver. Há por isso necessidade de se trabalhar nesse contexto e os programas de cooperação quer bilaterais quer multilaterais deverão ter em conta a especificidade de cada país receptor.

### 2.2.7. Área geográfica da intervenção portuguesa

A ajuda feita por Portugal tem-se destinado, quase a 100%, aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e agora também a Timor. Não sendo um particular adepto desta opção, também não lhe vejo grande mal, embora julgue que a abertura para outras regiões, nomeadamente na África Ocidental, poderia ser benéfica em termos de aprendizagem e internacionalização. Duma observação mais atenta percebe-se que as cooperações na área agrícola, não contanto com os cursos de formação desde o nível profissional ao universitário, apenas tiveram algum peso na Guiné-Bissau (primeiro com a Estação Frutícola do Quebo, sem grandes resultados; e, mais recentemente, com o PAIPA - Projecto de Apoio à Intensificação Alimentar, com resultados muito promissores) e, nos últimos 5 anos, em Angola com o PAPDAR (Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural), onde, aliás, se enquadra o livro onde este texto se reproduz.

### 2.2.8. A definição do sector como área privilegiada de intervenção

Não cabe ao autor definir quais as prioridades da cooperação portuguesa mas parece elementar que, se ao sector não for dado o devido realce, jamais virá a ter a importância que julgamos merecer.

A educação, a saúde e a agricultura são as áreas oficiais do discurso político mas, na prática, atendendo às inúmeras necessidades dos nossos parceiros, cai-se sempre na tentação, humanamente aceitável, de ajudar de diversas formas, mesmo que à partida as achemos ineficientes. A validação das áreas a apostar deve merecer, de tempos a tempos, a atenção de todos os agentes envolvidos mas não poderá estar ao sabor de modas de governos ou governantes que, muitas vezes sem qualquer fundamento, se acham sabedores para imprimir drásticas mudanças naquilo que vinha sendo feito.

No caso da agricultura, as acções uma vez definidas, deverão ter em conta uma intervenção em termos de média e longa duração sempre com o objectivo de se atingir a sustentabilidade o que, para a maioria dos casos, será sempre difícil de prever.

## 2.3. Aspectos transversais às acções de cooperação

Para além das questões específicas que se prendem com a estratégia do sector agrícola como um dos seus focos, a cooperação portuguesa, senso lato, sofre de algumas particularidades que seria preciso resolver. Uma herdadas da prática internacional, mas outras que apenas dizem respeito à forma nacional de actuar.

### 2.3.1. Flexibilidade

O financiamento das acções de cooperação deve ser flexível. Devem ser estudados mecanismos que, no estrito respeito da lei, permitam partir do princípio que os agentes da cooperação, pelo menos até prova em contrário, são pessoas de bem. Sem fazer a apologia do facilitismo e do dinheiro fácil, deverão existir mecanismos que facilitem as acções de cooperação e não que as impeçam. A avaliação deverá medir mais os impactos no desenvolvimento das comunidades onde os projectos são implantados do que verificar se a verba x foi excedida em detrimento da y. Só essa flexibilidade permitirá aos agentes no terreno (doadores e receptores) mudarem, se necessário, o rumo da sua

intervenção quando percebem que os resultados não vão ser aqueles que se pretendiam em vez de, cumprindo escrupulosamente o que estava determinado, continuarem com o projecto sabendo que os resultados a obter serão negativos. O cumprimento dos programas aprovados dependerá muito do que se conseguir obter para esta flexibilidade pelo que lhe deve ser dada uma atenção redobrada.

### 2.3.2. Falta de instrumentos para uma cooperação adequada e em tempo

Uma das dificuldades que, desde sempre, assola a cooperação portuguesa, é a falta de instrumentos e disposições legais com que se debate para concretizar a sua acção no terreno e que se prendem, no essencial, com o cerco e desadequação legal para a especificidade da missão da cooperação e da ajuda pública ao desenvolvimento.

Todas estas dificuldades se prendem, na minha opinião pessoal, com os entraves que o Ministério da Finanças sempre coloca e da vontade ou falta de força política que o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tutela o organismo coordenador, tem tido, ao longo dos sucessivos governos, para fazer pender as coisas para o lado do desenvolvimento. Entre muitos exemplos, e como demonstrativo disso mesmo, realçaria o facto de apenas aquele Ministério ter assento nas reuniões dos Bancos de Desenvolvimento, o que não deixa de ser relevante.

A dificuldade de compreenderem que as acções em países terceiros nem sempre se desenrolam de forma a cumprir os prazos definidos, a dificuldade em libertar o dinheiro em tempo útil, a dificuldade de perceber, ano após ano, o que é um agente de cooperação e reter (pelo menos até há pouco tempo) uma nova contratação ou uma renovação por vários meses, sem perceber o prejuízo que tal acto pode acarretar, são apenas alguns dos exemplos, mas muito poderíamos acrescentar. Claro que não se pretende que a cooperação portuguesa, nomeadamente a agrícola, funcione fora da lei mas tudo deverá ter um limite racional e um enquadramento legal que facilite o trabalho da cooperação.

Vai sendo tempo de o país decidir o que quer e o que entende por cooperação para o desenvolvimento. Se um investimento no médio e longo prazo e uma aposta no desenvolvimento sustentado dos parceiros, ou se uma mera oportunidade de negócio no curto prazo.

Aguardemos então os desenvolvimentos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D. & Robinson (2013) – As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Porque falham as Nações. Círculo de Leitores.
- Correia, A.M.N.G (2014) - “A agricultura familiar e o seu contributo para a segurança alimentar sustentável” onde, a convite, proferiu uma comunicação com o tema “Investigação, extensão rural e formação técnica profissional ao serviço da agricultura”, Ministério da Agricultura de Angola, Centro de Convenções de Talatona, Luanda, 4 de Novembro.
- Correia, A.M.N.G. (2013) - Desafios da investigação agrária em Angola, I Simpósio Científico da Assesca – PLP. Huambo, Angola.
- Correia, A.M.N.G. (2013) - Desafios à Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o caso Português, lição integrada na disciplina de Cooperação para o Desenvolvimento, ISEG/UL, Lisboa.
- Correia, A.M.N.G (2013) - Mecanismos de Acesso ao financiamento de projectos de investigação, I Simpósio Científico da Assesca – PLP. Huambo, Angola.
- Ferreira, P.M. (2013) – A agenda pós – 2015 para o desenvolvimento: Da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo. Policy paper 1/2013. IMVF.
- Grazianano da Silva - Entrevista do Director da FAO ao jornal Guardian em novembro de 2012.
- McCalla, A. F. (2000) – Agricultural and environment partnership for a sustainable future. CGIAR-GEF. Washington DC, 12 pg.
- OECD (2012) – Agricultural policy for poverty reduction, OECD Publishing.





# ANGOLA – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM ESBOÇO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

Joaquim Cabral Rolo\*

## INTRODUÇÃO

Neste texto visa-se a indagação das fontes que coadjuvem a percepção, por um lado, do enquadramento do sector agrorrrural e, em particular, do sector camponês, na economia angolana e, por outro, dos vetores relevantes a reter nas políticas públicas, em especial na de desenvolvimento rural. Sob este pano de fundo elegem-se como roteiros fundamentais de pesquisa: a economia (componentes da riqueza gerada, comércio/balanços de aprovisionamento, nível de vida/alimentação) e o seu contexto geográfico; a questão de género; as tecnologias; o meio físico/recursos naturais. E assumem-se as escalas de referência territorial macro (nacional) e meso/micro (regional/local, no caso: a província e o município-comuna).

A importância da informação, mormente a que se reúne sob o apelativo de estatística<sup>103</sup>, é inquestionável: não “se consegue mudar intencionalmente o que

\* - Instituto Nacional de Investigação Agrária, Oeiras/INRB, I. P. /INRB, I.P.. Atualmente, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV, I.P. ; (Quinta do Marquês, Av. da República, Nova Oeiras, 2784-505 Oeiras); joaquim.rol@iniav.pt 1.ª versão concluída em jan. 2012.

103 - Em termos etimológicos, “*estatística* deriva do neolatim *statisticum collegium* (“conselho de Estado”) e do Italiano *statista* (“estadista” ou “político”). O alemão *Statistik*, introduzido pela primeira vez por Gottfried Achenwall (1749), designava originalmente a análise de dados sobre o Estado, significando a “ciência do Estado” (então chamada aritmética política - *political arithmetic*). A palavra adquiriu o significado de coleta e classificação de dados em geral através de Sir John Sinclair. Assim, o propósito

não se conhece.” (J. Portela, 1993: 263) e, para tanto, é essencial a existência de informação. Este é, evidentemente, o posicionamento das instâncias angolanas com maiores responsabilidades na matéria<sup>104</sup>. Como se lê no Relatório de fundamentação do Orçamento do Estado 2011, o sistema nacional de estatística terá “como objetivo fundamental aumentar a quantidade e a qualidade de dados e informações disponíveis sobre a realidade socioeconómica de Angola, difundindo a importância do uso de estatísticas para o planeamento e desenvolvimento do país”. E aponta-se o papel transversal do Instituto Nacional de Estatística (INE) “pela enorme gama de informações e de dados

---

original da *Statistik* era fornecer os dados a serem usados pelo governo e outras organizações. A coleta de dados sobre estados e localidades [está a cargo], em grande parte, de órgãos estatísticos nacionais e internacionais”

([http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_estat%C3%ADstica#Etimologia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_estat%C3%ADstica#Etimologia)).

104 - Vd., por ex., as notícias (em [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/economia](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/economia)) sob os títulos:

- “Estatística é imprescindível na vida socioeconómica” [Vera Daves, do Banco Privado do Atlântico, 11-09-2009, que referiu: “não ser possível conceber políticas coerentes sem análises estatísticas. (...) As análises de fenómenos (...) passam necessariamente pela existência de estatísticas, avaliação quantitativa e qualitativa de dados, que permitem comparar frequências dos factos, para possíveis mudanças, tomada de decisões, em função dos resultados obtidos”];
- “País contribui para melhoria da estatística africana” [Job Graça, vice-ministro do Planeamento, 18.11.2010, no encontro que assinalou o Dia Africano de Estatística – regista-se que o dia africano de estatística foi institucionalizado em 1990 pelo órgão Subsidiário das Nações Unidas da Comissão Económica para África (UNECA) (cf. [www.ine.gv.go](http://www.ine.gv.go); vd., sobre o 6.º Simpósio Africano do Desenvolvimento, Egipto, 31.10 a 2.11 de 2010, <http://www.statssa.gov.za/assd2010/presentations.asp>) - Job Graça mencionou: “ser importante ter um sistema estatístico eficiente e eficaz, por ser um instrumento de suporte ao sistema de planeamento nacional e de provedor de dados estatísticos, imprescindíveis a um processo competente de tomada de decisão, tanto pública, quanto privada. (...) Por isso (...) o Executivo inscreveu no Plano Nacional 2011/2012 o projeto que trata do sistema estatístico nacional, de modo a promover a produção e difusão de informação estatística oficial, de acordo com os padrões internacionalmente consagrados”];
- “Ministra do Planeamento traça metas para 2011 [: trabalhar na estruturação dos sistemas de planeamento e estatística]” [Ana Dias Lourenço, 30.12.2010];
- “Prioridades do país em termos de estatística dependem de uma estratégia nacional” [diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento, do Ministério do Planeamento, Flávio Couto, 11.02.2011, que «reconheceu a existência de um défice muito grande de estatísticas no país, mas disse que “não é fácil cobrir-se essa lacuna de um dia para o outro, por ser a estatística uma atividade que exige muitos recursos humanos e financeiros, daí a importância de elaboração da estratégia nacional de desenvolvimento da estatístico”»].

que pode gerar visando o funcionamento dos demais sectores. Para os agentes privados provê diversas informações indispensáveis às decisões empresariais. Aos sectores económicos e sociais orienta no sentido da intensidade de suas intervenções e também na precisão dos seus diagnósticos” (GoA, 2010: 46).

De resto, no domínio da estatística (da uniformização de conceitos à de metodologias de recolha e tratamento de informação) o INE de Angola tem estado envolvido em diversas cooperações com instituições congéneres, a nível bilateral ou de organizações internacionais. Refira-se, como exemplo, o “Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas” (SINE), Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP (PIR PALOP II), com o apoio financeiro da União Europeia e da Cooperação Portuguesa (IPAD)<sup>105</sup>.

Mas as lacunas de informação persistem e são generalizadamente reconhecidas. É isso que o documento sobre o PEDR sublinha: “Actualmente, por falta de dados de base com alguma fiabilidade, começando pelos das estatísticas da população rural, todas as estimativas sobre a produção e os outros indicadores da actividade agrária não passam de um exercício hipotético. A obtenção de indicadores com o mínimo de fiabilidade deve ser estabelecida a partir da montagem de um sistema de recolha sistemática e objectiva de informações e de dados de terreno para cada uma das regiões, a partir dos quais se poderá calcular com mais objectividade os indicadores referentes à actividade agrária e às respectivas produções. Por essa razão, o Programa aponta como um dos projectos executivos a serem executados para o reforço institucional a implantar pelo IDA [Instituto de Desenvolvimento Agrário], o da montagem do sistema de recolha e tratamento dos dados para as estatísticas agrícolas correntes na área de intervenção (...)” (AAVV. 2004: 108-9). Vale recordar que Angola “não realiza [o] Recenseamento Geral da População e Habitação desde 1970 (época colonial), mas as Nações Unidas recomendam que os países devem fazê-lo, pelo menos, de 10 em 10 anos”<sup>106</sup>. Tão importante lacuna virá a ser colmatada em 2013 (cf. o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/11, de 23 de Junho – in DR IS. n.º 118 – e a Lei n.º 19/11, de 20 de maio da Assembleia Nacional<sup>107</sup> – in DR IS. n.º 94).

105 - [www.ine.cv/ForumSine/index.asp](http://www.ine.cv/ForumSine/index.asp). Sobre o INE dos PALOP e a cooperação CE – PALOP – INE de Angola, cf., respetivamente, <http://stat-palop.org/spip.php?article39> e [www.stat-palop.org/docs/doc-legais/ocamento-programa/op1/angola/op1lang.pdf](http://www.stat-palop.org/docs/doc-legais/ocamento-programa/op1/angola/op1lang.pdf). Ver, ainda: NORAD, 2009. *Final Review of AFO 2491: Technical Support to the National Institute of Statistics (INE) in Angola*. Norwegian Agency for Development Cooperation [NORAD] (em [www.norad.no](http://www.norad.no)).

106 - [www.portalangop.co.ao/motix/pt/noticias/economia](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt/noticias/economia), 19-04-2011.

107 - Lei relativa à “Autorização Legislativa sobre as Bases Gerais para o Recensea-

Todavia, o que também ocorre não é tanto a inexistência de informação, mas sim o desconhecimento dos elementos informativos já recolhidos, derivado, amiúde, da sua dispersão por diferentes entidades. Deste modo, o que se impõe é o trabalho de compilação e coordenação da informação. Daí, também, a importância que se atribui à montagem de sistemas de recolha e tratamento dos dados ao nível dos organismos do Estado (é primordial a compilação e tratamento da informação de natureza administrativa), mas com fortes sinergias entre si e sob a coordenação do INE.

De aludir à relevância do cruzamento de diferentes fontes de informação com vista à “construção deliberada de variáveis”; ou seja, a “reelaboração de variáveis já obtidas e disponíveis” a partir de “análise secundária da informação”, proporcionando, assim, a “produção de conhecimento concreto” (J. F. Almeida *et al.*, 1990: 132; cf. J. C. Rolo, 2006: 107-8) em correspondência com o objeto ou a ocorrência que se pretende estudar.

O que se segue pretende contribuir, como se aludiu, para a sistematização de fontes que, em processo dinâmico, venham a suprir as deficiências e lacunas de informação no campo que acima ficou explicitado.

Assim, adotando a classificação das “técnicas de pesquisa em ciências sociais” formalizada por J. F. Almeida *et al.* (1990: 94) – “predominantemente centrada no problema da recolha da informação” – o que se vai adiantar centraliza-se em técnicas documentais (fontes secundárias de informação) e em técnicas não documentais, em concreto a observação não participante (a entrevista e, sobretudo, o inquérito por questionário). Estas últimas emergem com especial pertinência à escala territorial local (município/comuna). Quanto às técnicas documentais, de par com documentos oficiais do país, apela-se, sobretudo, às fontes bibliográficas e de índole estatística de organismos internacionais. Esclarece-se que a Web constitui o espaço determinante de pesquisa.

---

mento Geral da População e Habitação”. Como informou, na Assembleia Nacional, a ministra do Planeamento, Ana D. Lourenço, o “*Censo da População de Angola será realizado em 2013, no período entre 16 de Julho a 18 de Agosto. (...) Na ocasião, a titular da pasta do Planeamento explicou aos deputados que o recenseamento não visa apenas saber quantos somos, mas também quem somos, em termos de idade, sexo, educação, ocupação, actividade económica e outras características e onde e como vivemos no que se refere à qualidade das habitações, disponibilidade de água, esgoto, energia e equipamentos da vida moderna.*

*Disse ainda que as respostas a estas questões produzirão o perfil numérico completo do país, propiciando informações fidedignas e precisas que são a condição necessária para a tomada de decisões coerentes e sustentadas, a todos os níveis”* (www.portalangop.co.ao/motix/pt\_pt/noticias/economia, 19-04-2011).

## 1 - METODOLOGIAS DE QUANTIFICAÇÃO DE VARIÁVEIS E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Fixam-se como fontes elucidativas da matéria desta secção:

- Os glossários
  - (i) De termos estatísticos da OCDE ([stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=399](http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=399)).
  - (ii) Incluído na obra Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2008. Précis de mesure du développement humain [Measuring Human Development: A Primer]. Lignes directrices et outils pour la recherche statistique, l'analyse et les actions de sensibilisation<sup>108</sup>  
[http://hdr.undp.org/en/media/Primer\\_FR.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/Primer_FR.pdf).
  - (iii) Da “pobreza rural” do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola [FIDA/IFAD, International Fund for Agricultural Development]  
([www.ruralpovertyportal.org/web/guest/glossary](http://www.ruralpovertyportal.org/web/guest/glossary)):  
IFAD: Gender glossary; IFAD: Livestock and rangeland glossary; IFAD: Monitoring and evaluation glossary; IFAD: Organizational acronyms; Land definitions.
  - (iv) Compilados em FAO, 2004 (vd. infra) e que, em parte, se reproduzem<sup>109</sup> (cx. 1). Destacam-se:

Glossário das bases de dados e dos sistemas de informação da FAO

- WAICENT Portal, Centro mundial de informação agrícola ([www.fao.org/waicent/portal/glossary\\_en.asp?lang=en](http://www.fao.org/waicent/portal/glossary_en.asp?lang=en)); e terminologia da FAO, FAOTERM (em [www.fao.org/termportal/en/](http://www.fao.org/termportal/en/)).

---

108 - *Glossário adaptado do Relatório mundial sobre o Desenvolvimento Humano 2006 e 1991, de Kendall et Buckland (1960)* [Kendall, M. G. et W. R. Buckland. 1960. *A Dictionary of Statistical Terms*. Oliver and Boyd, Édimbourg et Londres.] e do glossário dos termos estatísticos da OCDE. ([http://hdr.undp.org/en/media/Primer\\_FR.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/Primer_FR.pdf)).

109 - Reprodução parcial de “List of Existing Knowledge Organization Systems used for Management of Agricultural Information” in FAO, 2004. *Improving Coherence...* [[www.fao.org/aims/](http://www.fao.org/aims/)].

Cx. 1 - Lista dos sistemas de organização do conhecimento existente usados na gestão da informação sobre a agricultura

- FAO Terminology –FAOTERM - Agriculture, ... economics, statistics, nutrition, etc. – FAO  
[www.fao.org/faoterm/main-e.htm](http://www.fao.org/faoterm/main-e.htm)
- AGRIS/CARIS – Agriculture – FAO  
[www.fao.org/agris/IP/code.asp?InfoT=Subject&Language=EN](http://www.fao.org/agris/IP/code.asp?InfoT=Subject&Language=EN)
- WAICENT Information Finder – Agriculture – FAO  
[www.fao.org/waicent/search/default.asp](http://www.fao.org/waicent/search/default.asp)
- CABI codes – Agriculture  
[www.silverplatter.com/catalog/out/CABI/other/CABICODES.html](http://www.silverplatter.com/catalog/out/CABI/other/CABICODES.html)
- On-line Land and Water Glossary - Land and water management/ Agriculture -FAO/AGL  
<http://faoextt1:8080/test/waicent/FAOINFO/AGRICULT/AGL/glossary/glos2.jsp>
- Glossary of Forestry Terms – Forestry - Ministry of Forestry, British Columbia/Canada [www.for.gov.bc.ca/pab/publctns/glossary/glossary.htm](http://www.for.gov.bc.ca/pab/publctns/glossary/glossary.htm)
- Glossary of Terms Used in Timber Harvesting and Forest Engineering - Forest Engineering - The Private Forest Management Team, Alabama, USA  
[www.pfmt.org/glossary/publication/default.htm](http://www.pfmt.org/glossary/publication/default.htm)
- Terminology for integrated resources planning and management - Land use management - FAO/UNEP [www.fao.org/sd/eidirect/land/EPland.htm](http://www.fao.org/sd/eidirect/land/EPland.htm)
- Glossary of biotechnology for food and agriculture - Biotechnology, genetic engineering - FAO/SDRR [www.fao.org/biotech/index\\_glossary.asp?lang=en](http://www.fao.org/biotech/index_glossary.asp?lang=en)
- UCMP Glossary, multi-volume glossary of biological terms - Phylogenetics, Geology, Biochemistry, ... Life History ... - University of California, Berkeley, Museum of Paleontology  
[www.ucmp.berkeley.edu/glossary/glossary.html](http://www.ucmp.berkeley.edu/glossary/glossary.html)
- Plant Pathology - Plant Pathology - <http://arneson.cornell.edu/Glossary/Glossary.htm>
- Ecology Reference – Ecology –  
[http://ceres.ca.gov/help.desk/thesaurus/words\\_from\\_indexes.txt](http://ceres.ca.gov/help.desk/thesaurus/words_from_indexes.txt)
- Agricultural Metadata Element Set – AgMES – Agriculture – FAO

[www.fao.org/agris/agmes](http://www.fao.org/agris/agmes)

- Sustainable Development Themes - Agriculture, Sustainable development -FAO/SD  
[www.fao.org/sd/BRthm\\_en.htm](http://www.fao.org/sd/BRthm_en.htm)
- Agriculture Network Information Centre-AGNIC-Agriculture - [www.agnic.org/](http://www.agnic.org/)
- AGROVOC Multilingual agricultural thesaurus – AGROVOC – Agriculture – FAO  
[www.fao.org/agrovoc](http://www.fao.org/agrovoc)
- CABI thesaurus - CABI Thesaurus – Agriculture – CABI  
<http://search.vetmed.fu-berlin.de/cab/Thesaurus.html>
- National Agricultural Library Thesaurus - NAL Thesaurus – Agriculture - National Agricultural Library, US depart. of Agricult. - <http://agclass.nal.usda.gov/agt/agt.htm>
- General Multilingual Environmental Thesaurus – Environment - European Environment Agency (EEA) and the ETC/CDS - [www.eionet.eu.int/GEMET](http://www.eionet.eu.int/GEMET)
- Biodiversity vocabulary – Biodiversity – International Biodiversity Convention  
<http://ceres.ca.gov/help.desk/thesaurus/G7.txt>

- Documentos metodológicos sobre a quantificação de variáveis Arrolam-se como exemplo (FAO, 2000, Anexo II, vd. infra):
  - (i) Doc. CFS/99/inf 6, 1999. Rapport sur l'état d'avancement de l'identification des groupes vulnérables. FAO/CFS; [www.fao.org/DOCREP/MEETING/006/Y8754f.HTM](http://www.fao.org/DOCREP/MEETING/006/Y8754f.HTM).
  - (ii) Chiara, C. di *et al.*, 1995. Manuel de suivi de la campagne agricole *et* alerte précoce au Niger. CESIA & CNR/IATA, Florence (It.).
  - (iii) Shepherd, Andrew W., 1998. Les services d'information sur les marchés – théorie et pratique. FAO – Bulletin des services agricoles n. ° 125.
  - (iv) Doc. CFS/98/inf 8, 1998. Note d'information sur l'estimation du nombre des personnes sous-alimentées. FAO/CFS.



- Documentos sobre indicadores:

Para além dos descritivos que acompanham a informação das fontes de índole analítica que se relatam na secção seguinte (“Fontes à escala macro ...”), inventariam-se:

(i) Sibrian, Ricardo, 2009. Indicators on undernourishment and critical food poverty at national and sub-national levels. FAO Statistics Division. Working Paper Series N.º ESS/ESSG/014e.

[www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food\\_security\\_statistics/working\\_paper\\_series/WP013e.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/working_paper_series/WP013e.pdf).

(ii) Banco Mundial [BM], 2009. World development report 2009. Reshaping Economic Geography. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. (em [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)).

Vd. no WDR09\_bookweb\_2 pdf, Parte 2 do Relatório, os indicadores selecionados por países (Angola), as fontes e as definições. Retêm-se os títulos das tabelas: 1. Indicadores chave do desenvolvimento; 2. Os objectivos de desenvolvimento do milénio: erradicação da pobreza e melhoria do nível de vida; 3. Actividade económica; e 4. Comércio, ajuda e finanças. E, também, em <http://search.worldbank.org/all?qterm=Document%20de%20travail%20No%20122%20LSMS>:

Ravallion, Martin, 1996. Comparaisons de la Pauvreté. Concepts et méthodes. Étude sur la mesure des niveaux de vie. LSMS [Living Standards Measurement Study] Document de travail N.º 122. Banque Internationale pour la Reconstruction et le Développement/ Banque Mondiale.

(iii) BM, 2011. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2011 Conflito, Segurança e Desenvolvimento. [http://wdr2011.worldbank.org/sites/default/files/WDR2011\\_Indicators.pdf](http://wdr2011.worldbank.org/sites/default/files/WDR2011_Indicators.pdf)

(iv) PNUD. Lista dos principais Relatórios que focam a medição do Desenvolvimento Humano:

1990. Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano

1992. Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano

1993. Participação das Pessoas

1995. Género e Desenvolvimento Humano

- 1996. Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
- 1998. Padrões de Consumo para o Desenvolvimento
- 1999. Globalização com Uma Face Humana
- 2000. Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
- 2002. Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
- 2004. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
- 2010. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano  
(em [http://hdr.undp.org/docs/NHDR-maps/HDRs\\_HumanDevelopment-and-Measurement.pdf](http://hdr.undp.org/docs/NHDR-maps/HDRs_HumanDevelopment-and-Measurement.pdf)).
- (v) PNUD, 2008. Précis de mesure du développement humain, op. cit.,  
(em [http://hdr.undp.org/en/media/Primer\\_FR.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/Primer_FR.pdf)).

- Uma anotação de fontes sobre a organização de informação:
  - (i) FAO, 2000. Manuel de détermination et de mise en place d'un Système d'information pour la sécurité alimentaire et l'alerte rapide (SISAAR). Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture. Rome.110  
[<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/003/X8622f/X8622f00.pdf>; cf. o Anexo II acima citado. Para o SISAAR: [www.fao.org/Participation/ft\\_prjs.jsp?ID=960](http://www.fao.org/Participation/ft_prjs.jsp?ID=960)].
  - (ii) FAO, 2004. Improving Coherence in Agricultural Information Systems. A proposal to improve coherence through information sharing and community building. FAO. Rome, Italy. [[www.fao.org/aims/](http://www.fao.org/aims/)] (cx. 2).

#### Cx. 2. Sumário de FAO, 2004. Improving Coherence...

The amount of digitally available information is growing exponentially and appropriate steps need to be undertaken to facilitate sharing and consequently reduce costs. These information resources, sometimes located in proprietary applications and using dissimilar data models, hamper information sharing. Additionally, information system designers are sometimes unaware of existing design methodologies, data description standards or freely available tools or applications. The goal

110 - Versão em inglês: *Handbook for Defining and Setting up a Food Security Information and Early Warning System (FSIEWS)*.

of this project is to bring these new implementers together, thus providing both for existing standards and allowing them to contribute to the creation of new ones.

The information system designers, managers and owners will have access not only to a website that brings together different resource types, but also to mechanisms that facilitate information sharing, consensus building and awareness raising. The aim is to provide all the tools necessary to facilitate interoperability between existing datasets and the creation of new systems using consistent and commonly accepted standards.

Efforts in the development of methodologies, standards and application development in the areas of Agriculture and Rural Development are at present widely dispersed. The goal of this project is to create a Clearinghouse for Information Management Standards, to allow sharing and promoting the uptake of common methodologies, standards and applications. The expected benefits are reduction in the costs for creation of new systems and increase in the quality of services provided to the users.

The main objectives of the initiative are:

- to facilitate collaboration, partnership and networking among partners by promoting information exchange and knowledge sharing;
- to harmonize the decentralized efforts currently taking place in the development of methodologies, standards and applications for management of agricultural information systems; consequently, providing a 'one-stop' access to system designers and implementers.

Information services can participate as stakeholders in this initiative, with clearance from their parent organization, by sending a letter of intent with explicit mention of adherence to this document. Each stakeholder should also be willing to commit themselves to contribute staff time to support the activities of the project.

(iii) INE, 2005. Sistema Integrado de Metainformação. Documentação das operações estatísticas. Documento Metodológico. INE de Portugal. Departamento de Metodologia Estatística. DOCT/1634/

CSE/PCD.

(iv) FAO. Em [www.fao.org/corp/topics/topics\\_result/fr/?lang=fr&main\\_id=11111](http://www.fao.org/corp/topics/topics_result/fr/?lang=fr&main_id=11111) vd.:

- Consultation sur la gestion de l'information agricole – COAIM ([www.fao.org/gil/coaim/index\\_fr.asp](http://www.fao.org/gil/coaim/index_fr.asp));
- Division de l'échange des connaissances et du renforcement des capacités (KCE) - [www.fao.org/gil/index\\_fr.asp](http://www.fao.org/gil/index_fr.asp);
- Normes pour la gestion d'information agricole ([www.fao.org/aims/index.jsp](http://www.fao.org/aims/index.jsp));
- De salientar que a Divisão de Estatística da FAO, para além de gerir a base de dados FAOSTAT (vd. infra), elabora metodologias e critérios de colheita de dados;
- Imma Subirats *et al.*, s/d. Vers une architecture de réseaux d'archives en libre accès (archives ouvertes) dans le domaine des sciences et de la technologie agricoles<sup>112</sup> (<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/ah766f/ah766f00.pdf>). Trata-se de texto com especial incidência na Rede AGRIS (Système international d'information pour les sciences et la technologie).

(v) BM, 2011. Global strategy to improve agricultural and rural statistics. Report N.º 56719-GLB113, [www.worldbank.org/ard](http://www.worldbank.org/ard) (cx. 3).

Cx. 3 - Sumário de WB, 2011. Global strategy to improve ...

(...) The Global Strategy is the result of an extensive consultation process (...). Considerable input came from the United Nations Statistical Commission Friends of Chair working group and the 2009 meetings of the International Statistical Institute in Maputo and Durban. Other collaboration involved the FAO Biannual Conference and discussions at the Regional Commissions on Agricultural Statistics attended by national directors of agricultural statistics, the World Bank peer review process, and the development of a Wikipedia Web page to collect inputs from the statistical community ([wiki.asfoc.ibge.gov.br](http://wiki.asfoc.ibge.gov.br)).

111 - Também em inglês e outras línguas.

112 - Versões também em inglês e em espanhol.

113 - The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank in collaboration with the FAO and Friends of the Chair working groups of the UNSC (United Nations Statistical Commission).

The purpose of the Global Strategy is to provide a framework for national and international statistical systems that enables them to produce and to apply the basic data and information needed to guide decision making in the twenty-first century. This Strategy is based on three pillars.

- The first pillar is the establishment of a minimum set of core data that countries will collect to meet current and emerging demands.
- The second pillar is the integration of agriculture into national statistical systems in order to satisfy the demands of policy makers and other users who rely on comparable data across locations and over time. The integration will be achieved by implementing a set of methodologies that includes the development of a master sample frame for agriculture, the implementation of an integrated survey framework, and with results available in a data management system.
- The third pillar is the foundation that will provide the sustainability of the agricultural statistics system through governance and statistical capacity building.

The Strategy is based on an assessment of the data that users need and that are currently available. The assessment, (...) not only found a serious decline in the quantity and quality of agricultural statistics, but one that is occurring at the same time that many new data requirements are emerging. Among these emerging data requirements are those relating to global warming, land and water use, and the increasing use of food and feed commodities to produce biofuels—in addition to a number of requirements that relate to poverty and food security.

The assessment of data that users need led to the formulation of a conceptual framework that relates the economic, social, and environmental dimensions of agriculture. This framework incorporates forestry, fisheries, and land and water use in addition to the narrower, more conventional treatment of agricultural production. It recognizes linkages between rural households, agricultural holdings, and the land and other natural resources that they use and that they impact.

Applying this conceptual framework, an evaluation of national agricultural statistical systems points to an urgent need to improve their

capacity to systematically collect and report reliable data. The evaluation also found a need to improve the coordination between national statistical organizations and the other national agencies that produce agricultural statistics.

In 2008, the Global Donor Platform for Rural Development, with support from the (...) FAO and the World Bank, published a sourcebook of indicators for monitoring and evaluating results in agriculture and rural development. This set of indicators was used as the starting point to develop a full menu of indicators that meets both current and emerging information requirements. From this menu of indicators, a set of core data or statistics is defined that will provide the input to estimate the indicators. The minimum set of core data is intended to be used as a starting point in building agricultural statistics systems for the twenty-first century. A strategy to determine the content, coverage, and frequency of the national system that goes beyond the core set of data is also provided. The emerging data requirements, the conceptual framework, the assessment of the national agricultural statistics systems, and the choice of a core set of indicators all point to the need to integrate agriculture into the national statistical systems.

The Strategy identifies the main elements with which the integration will be achieved. The integration of agriculture into a country's national statistical system will begin with the development of a master sample frame for agriculture. This will be the foundation for all data collection based on sample surveys or censuses. The master sample frame is to be constructed based on the requirements to include both households and farms as statistical units. It provides a link between the census framework and land use. An integrated survey framework will be established to provide data measured consistently across time and comparable across countries using an annual survey of selected core items and periodic data from a set of rotating panels covering economic and environmental issues. The concept of a master sample frame will be extended to include a data management system for all official statistics related to agriculture.

All data collection is to be based on sample units selected from the master sample frame and integrated into the survey framework. The survey framework also takes into account the additional data sources that need to be included in the integrated statistical system, including administrative data, agribusiness and market information systems, community surveys, remote sensing, and consistent input from expert

data collections. The official statistics that are gathered are to reside in a data management system. These are the basic principles of the Strategy. Their implementation will require improved governance across the national statistical system.

The integration of agriculture into national statistical systems will also affect the roles and the divisions of responsibility between national statistical offices, ministries of agriculture, and institutions that govern other sectors. The Strategy suggests that each country establish a national statistical council to coordinate the integration of agriculture when the country designs its National Strategy for the Development of Statistics (NSDS). However, the Strategy leaves the respective roles of the organizations to the countries themselves to decide.

The steps to implement the strategic plan will depend upon the statistical capacity of each country. Those needing to reform their statistical systems will begin with the core data items and build the rest over time. In countries in which national strategies for the development of statistics are being undertaken, they should be reviewed in light of the Global Strategy and revised accordingly. Many countries that have already developed statistical systems, but that have not integrated agricultural statistics into those systems will need to develop a master sample frame for agriculture and an integrated database.

The Strategy is a long-term effort, with its implementation proceeding in stages that depend on each country's initial statistical capacity. Given the dynamic nature of agriculture and its accompanying issues, the Strategy should be considered a living document to be updated when needed to reflect current situations. (...) The implementation plans will be flexible enough to consider the specific country situations. (...). (in [www.worldbank.org/ard](http://www.worldbank.org/ard)) . Cf., em especial, o Anexo A – “Lista de indicadores para as estatísticas agrícolas”.

## 2. FONTES À ESCALA MACRO: ANGOLA E CONTEXTO

Para o que se segue recordam-se os elos fulcrais de pesquisa acima explicitados: a economia (componentes da riqueza gerada, comércio/balanços de aprovisionamento, nível de vida/alimentação – vd. cx. 4) e o seu contexto geográfico; a questão de género; as tecnologias; o meio físico/recursos naturais.

É com este referencial que se passa a uma indicação de guia de fontes: em primeiro lugar, de fontes secundárias analíticas - que, em geral, integram anexos de dados estatísticos relevantes – e, depois, de fontes base de dados estatísticos.

Cx. 4 – Uma indicação de variáveis e indicadores possíveis de congregar a partir de fontes secundárias de informação

Especifica-se, a título de exemplo, e no que respeita à economia, algumas variáveis e indicadores possíveis de congregar numa “base de dados” (séries anuais, com início, por ex., em 2001) construída a partir das fontes que se irão inventariar (cf. Anexo). Assim, e por domínios a contemplar:

- Riqueza gerada (PIB) e respetiva composição, índices de rendimento: pobreza/subalimentação, PIB por habitante, PIB ou VAB por trabalhador, VAB agrícola por trabalhador na agricultura;
- Preços (no consumidor/inflação, bens e serviços, produtos e fatores de produção agrícolas) e taxas de câmbio;
- Despesas da Administração nas “funções” “agricultura”, “saúde”, “educação” e “segurança e assistência social”;
- Segurança alimentar e nutrição (produção vegetal e animal, produção alimentar por habitante);
- População (total, rural, agrícola, ativa total e agrícola);
- Utilização das terras (agricultura – terras aráveis, culturas permanentes, pastagens, terras irrigáveis – floresta), gados e usos de fatores de produção (sementes, adubos) –
- Comércio de bens agrícolas (exportações/importações, importações alimentares; exportações agrícolas/PIB agrícola);
- Educação e saúde (esperança de vida, mortalidade infantil).

Para as fontes secundárias<sup>114</sup> individualizam-se três pontos: um que fornece

114 - Cf., também, os sítios na web de: (a) IAASTD - International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development / Évaluation internationale des connaissances, des sciences et des technologies agricoles pour le développement ([www.agassessment.org/](http://www.agassessment.org/)). De onde se cita: AAVV (IAASTD), 2009. Agriculture Crossroads. Sub-Saharan Africa (SSA), Vol. V. Report / edited by Beverly D. McIntyre,



informação/conhecimento sobre a globalidade daqueles tópicos de pesquisa (fontes de índole geral); outro mais focado nas questões de género e das tecnologias; e um terceiro com maior incidência na temática do meio físico / recursos naturais-ambiente.

## 2.1. Fontes de índole geral

### 2.1.1. De organismos internacionais

Neste ponto incluem-se um itinerário de fontes secundárias analíticas<sup>115</sup> e,

Hans R. Herren, Judi Wakhungu and Robert T. Watson. Island Press, [www.agassessment.org/reports/subglobal/Agriculture\\_at\\_a\\_Crossroads\\_Volume%20V\\_SubSaharan%20Africa\\_Subglobal\\_Report.pdf](http://www.agassessment.org/reports/subglobal/Agriculture_at_a_Crossroads_Volume%20V_SubSaharan%20Africa_Subglobal_Report.pdf); e

(b) IFPRI - International Food Policy Research Institute / Institut international de recherche sur les politiques alimentaires (Consultative Group for International Agricultural Research, CGIAR; [www.ifpri.org/](http://www.ifpri.org/)).

115 - Como promotoras de recolha e compilação de informação, retêm-se as instâncias de inserção de África no sistema das Nações Unidas:

L'Afrique au sein des Nations Unies	Organisations intergouvernementales africaines
Centre des nouvelles de l'ONU	Banque africaine de développement
PNUD, Bureau Afrique	Union Africaine
Objectifs du millénaire pour le développement	Africa Commission
Commission économique pour l'Afrique	Africa Progress Panel
Financement du développement	African Monitor
Département des affaires économiques et sociales	Communauté de développement d'Afrique australe
Africa Governance Inventory Portal	Marché commun d'Afrique orientale et australe
Africa Health Infoway	Communauté économique des Etats d'Afrique de l'Ouest
Conférence internationale de Tokyo sur le développement de l'Afrique	Communauté économique des Etats d'Afrique centrale
Réseau d'Information Régional Intégré	Communauté d'Afrique de l'est
	Union du Magreb Arabe

Fonte: "Afrique Renouveau, ONU" em [www.un.org/french/ecosocdev/geninfo/afrec/ressources.html](http://www.un.org/french/ecosocdev/geninfo/afrec/ressources.html).

na sua parte final, um inventário de fontes base de dados estatísticos:

(i) Os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH).

Os RDH “globais anuais são publicados pelo PNUD desde 1990 (...). Os recursos relacionados com o RDH de 2011 e Relatórios anteriores estão disponíveis em [hdr.undp.org](http://hdr.undp.org), incluindo textos completos e resumos nos principais idiomas da ONU, resumos de consultas e discussões em rede, a Série de Documentos de Investigação do Desenvolvimento Humano, boletins informativos do RDH e outros materiais de informação pública. Indicadores estatísticos, outras ferramentas de dados, mapas interativos, fichas informativas dos países e recursos informativos adicionais associados aos Relatórios estão também disponíveis de forma gratuita no sítio web do RDH do PNUD. (RDH, 2011<sup>116</sup>). Enunciam-se alguns dos títulos<sup>117</sup>:

- 1991. Financiamento do Desenvolvimento Humano
- 1994. Novas Dimensões da Segurança Humana
- 1997. Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
- 2003. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
- 2005. Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
- 2009. Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos Para os RDH ao nível regional, nacional e local citam-se:  
(vd. <http://hdr.undp.org/en/nhdr/about/>)  
Regional Reports  
Africa
- 2000. SADC Regional Human Development Report  
Angola
- 1998. Governance and Human Development
- 1999. Civil Society and Human Development
- 2005. Relatório de Desenvolvimento Humano: Construindo uma paz social. Angola 2004<sup>118</sup>.

116 - A edição portuguesa teve o apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

117 - Omitem-se aqui os listados acima, a propósito dos indicadores, e os segregados nos pontos relativos ao género e tecnologias e ambiente e recursos naturais.

118 - Referenciado em <http://mirror.undp.org/angola/nhdr2004.htm> como “Relatório de

Vd. a observação sobre “Tendência do IDH de Angola” no documento Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Edição do 20.º Aniversário. A verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Luanda, 15 de Março de 2011, em <http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-RDH-2010.pdf>

(ii) OCDE e outros. Perspectives économiques en Afrique 2011. L’Afrique et ses partenaires émergents. OCDE, Banque Africaine de Développement, Commission Economique pour l’Afrique (CEA), United Nations Développement Programme. Éditions OCDE<sup>119</sup>.

(iii) FAO, vários anos. The state of food and agriculture<sup>120</sup>  
(em <http://www.fao.org/publications/sofa/en/>).

Ver, também, sobre o Comité da Segurança Alimentar Mundial (CSA/ Committee on World Food Security , CFS) o sítio da Divisão da Economia do Desenvolvimento Agrícola em [www.fao.org/es/ESA/fr/fs.htm](http://www.fao.org/es/ESA/fr/fs.htm).

Cabe explicitar algumas das publicações fundamentais da FAO. Assim,

- A publicação A situação mundial da alimentação e da agricultura ([www.fao.org/publications/sofa/fr/](http://www.fao.org/publications/sofa/fr/)), editada anualmente desde 1957, inclui a abordagem de temas relevantes. Destacam-se os Relatórios<sup>121</sup>:
  - 1990. Ajustement structurel et agriculture
  - 1991. Politiques et problèmes agricoles: leçons des années 80 et perspectives pour les années 90
  - 1995. Le commerce agricole: à l’aube d’une ère nouvelle?
  - 1996. Les dimensions macroéconomiques de la sécurité alimentaire
  - 1998. Les revenus ruraux non agricoles dans les pays en développement

---

Desenvolvimento Humano: Angola 2005” mas com inscrição na capa do ano 2004 (vd.: [http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/nhdr2004\\_capa.pdf](http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/nhdr2004_capa.pdf)).

119 - Livro de que é possível a leitura na web do PDF. Publicação de periodicidade anual (cf. Centre de Développement de l’OCDE, [www.oecdbookshop.org/oecd/display.asp?k=5KGF0RMR7SXN&lang=fr](http://www.oecdbookshop.org/oecd/display.asp?k=5KGF0RMR7SXN&lang=fr)).

120 - Versões também em francês (*La situation mondiale de l’alimentation et de l’agriculture*) e outras línguas.

121 - Outros indicam-se adiante nos pontos relativos a “género e tecnologias” e “ambiente/recursos naturais”.

2000. L'alimentation et l'agriculture dans le monde: enseignements des 50 dernières années

2005. Le commerce agricole et la pauvreté – le commerce peut-il être au service des pauvres?

- O estado da insegurança alimentar no mundo (SOFI). <http://www.fao.org/publications/sofi/en/>

A primeira edição desta publicação data de 1999 e as três últimas titulam-se: 2010, A insegurança alimentar em crises prolongadas; 2009, Crises económicas – repercussões e ensinamentos extraídos; 2008, Os preços elevados dos alimentos e a segurança alimentar – ameaças e oportunidades (cx. 5).

#### Cx. 5 – (In) segurança alimentar e alta dos preços dos alimentos

- Mensagens chave do Relatório sobre o estado da insegurança alimentar de 2011:

Os pequenos países dependentes das importações, particularmente na África, têm sido duramente atingidos pela crise alimentar e económica;

Os preços dos bens alimentares vão provavelmente manter-se elevados e voláteis;

A volatilidade dos preços favorece o recrudescimento da pobreza dos pequenos agricultores e dos consumidores pobres;

Fortes oscilações dos preços num curto período podem ter efeitos duráveis no desenvolvimento;

A alta dos preços dos alimentos agrava a insegurança alimentar a curto prazo;

A alta dos preços abre a via ao investimento duradouro no sector agrícola, o que contribui para a melhoria da segurança alimentar a longo prazo;

Os mecanismos de proteção social desempenham um papel crucial porque atenuam a insegurança alimentar a curto prazo e estabelecem as bases do desenvolvimento a longo prazo;

Para garantir a segurança alimentar, uma estratégia centrada tanto na melhoria da produtividade agrícola como na maior previsibilidade das políticas e da abertura generalizada à concorrência comercial será mais eficaz do que qualquer outra;

O investimento na agricultura desempenha um papel decisivo na

instauração da segurança alimentar a longo prazo (<http://www.fao.org/docrep/014/i2330f/i2330f00.htm>).

- A propósito da alta dos preços dos alimentos e as implicações na (in) segurança alimentar, vd.:
  - (a) HLPE, 2011. Volatilité des prix et sécurité alimentaire. Rapport du Groupe d'experts de haut niveau sur la sécurité alimentaire et la nutrition [HLPE], Comité de la sécurité alimentaire mondiale, Rome, 2011 (em [www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/en/](http://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/en/)).
  - (b) Janvry, Alain de, 2010. Agriculture for development: new paradigm and options for success. *Agricultural Economics*, 41: 17–36. doi: 10.1111/j.1574-0862.2010.00485.x. International Association of Agricultural Economists.
  - (c) Assembleia Geral das Nações Unidas, 2010. Rapport du Rapporteur spécial sur le droit à l'alimentation, Olivier De Schutter. Nations Unies A/HRC/16/49, 20 déc. 2010. ([www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308\\_a-hrc-1649\\_agroecology\\_fr.pdf](http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-1649_agroecology_fr.pdf))
- Resumo de O. De Schutter, 2010:

Le réinvestissement dans l'agriculture, suscité par la crise des prix alimentaires de 2008, est essentiel pour la réalisation concrète du droit à l'alimentation. Cela étant, dans un contexte de crise écologique, alimentaire et énergétique, la question la plus urgente aujourd'hui, lorsqu'il s'agit de réinvestir dans l'agriculture, n'est pas de savoir combien mais comment. Le présent rapport étudie la manière dont les États peuvent et doivent réorienter leurs systèmes agricoles vers des modes de production hautement productifs, hautement durables et qui contribuent à la réalisation progressive du droit fondamental à une alimentation suffisante.

S'appuyant sur un examen approfondi des publications scientifiques qui ont vu le jour au cours des cinq dernières années, le Rapporteur spécial présente l'agroécologie comme un mode de développement agricole qui n'entretient pas seulement des liens conceptuels solides avec le droit à l'alimentation mais qui a aussi produit des résultats avérés, permettant d'accomplir des progrès rapides dans la concrétisation de ce droit fondamental pour de nombreux groupes vulnérables dans différents pays et environnements. (...)

Des politiques publiques adéquates peuvent créer des conditions propices à de tels modes de production durables. Il s'agit notamment,

en matière de dépenses publiques, de donner la priorité à l'acquisition de biens publics plutôt que de se borner à subventionner les intrants, d'investir dans les connaissances en réinvestissant dans la recherche agricole et les services de vulgarisation, d'investir dans des formes d'organisation sociale qui encouragent les partenariats, notamment la création de réseaux d'innovation reliant des fermes-écoles et des organisations d'agriculteurs, d'autonomiser les femmes et de créer un environnement macroéconomique favorable, notamment en reliant les exploitations agricoles durables à des marchés équitables.

([www.stumbleupon.com/su/1Qp4P1/www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308\\_a-hrc-16\\_49\\_agroecology\\_fr.pdf](http://www.stumbleupon.com/su/1Qp4P1/www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-16_49_agroecology_fr.pdf))

- A situação das florestas do mundo (SOF0)

<http://www.fao.org/docrep/013/i2000f/i2000f00.htm>

Veja-se o índice da publicação de 2011:

Chapitre 1: L'état des ressources forestières – Analyse régionale

Chapitre 2: Le développement des industries forestières durable

Chapitre 3: Adaptation aux changements climatiques et atténuation de leurs effets

Chapitre 4: La valeur locale des forêts

Annexe

Tableau 1: Données de base sur les pays et les superficies

Tableau 2: Superficie et variation du couvert forestier

Tableau 3: Stocks de carbone et évolution de ceux-ci dans la biomasse forestière vivante

Tableau 4: Production, commerce et consommation de bois de feu, de bois rond et de sciages, 2008

Tableau 5: Production, commerce et consommation de panneaux dérivés du bois, de pâte et de papier, 2008

Tableau 6: Contribution du secteur forestier à l'emploi et au produit intérieur brut, 2006.

Em articulação com esta publicação, vd : REDD, Réduction des émissions dues à la déforestation et la dégradation des forêts ([www.redd-oar.org/links/REDD\\_OAR\\_fr.pdf](http://www.redd-oar.org/links/REDD_OAR_fr.pdf) (cf. [www.redd-oar.org/](http://www.redd-oar.org/); suporte do Governo Norueguês).

- A situação dos mercados dos produtos agrícolas (SOCO).

<http://www.fao.org/publications/soco/en/>

Três números editados desta publicação bianual: 2009, 2006 e 2004.

Do Relatório de 2009 são de reter as tabelas do Anexo: 1. Medidas de

política visando responder à alta dos preços dos produtos de base em alguns países; 2. Tendências dos preços reais dos produtos alimentares; 3. Preços mensais dos produtos alimentares, valor nominal.

(iv) Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola [FIDA/IFAD, International Fund for Agricultural Development] ([www.ifad.org/](http://www.ifad.org/)).

Ver:

(a) em <http://www.ifad.org/pub/thematic/index.htm> as publicações temáticas.

(b) FIDA, 2011. Le Rapport 2011 sur la pauvreté rurale – Nouvelles réalités, nouveaux défis: de nouvelles chances pour la prochaine génération. Rome. [também em inglês: IFAD, Rural Poverty Report 2011 – New realities, new challenges: new opportunities for tomorrow's generation, in [www.ifad.org/rpr2011/report/e/rp2011.pdf](http://www.ifad.org/rpr2011/report/e/rp2011.pdf)].

(c) em <http://www.ifad.org/pub/ar/2010/f/10.pdf> as publicações editadas em 2010, de que se apartam:

Les agriculteurs prennent la parole: vision et recommandations des organisations paysannes africaines pour le Programme détaillé pour le développement de l'agriculture africaine (anglais et français)<sup>122</sup>.

La Nouvelle Ruralité (InnoWat)

Alternatives to Land Acquisitions: Agricultural Investment and Collaborative Business Models.

Making the Most of Agricultural Investment: A Survey of Business Models that Provide Opportunities for Smallholders.

Valeur ajoutée et création de synergies entre les secteurs socioéconomique et productif (anglais et français).

Introducing the Multidimensional Poverty Assessment Tool (MPAT): A New Framework for Measuring Rural Poverty.

Nº 1: Changer l'Afrique de l'intérieur (anglais, arabe, espagnol et français)<sup>123</sup>.

Liversage, H. 2010. Land Access for Rural Development and Poverty Alleviation: An IFAD Perspective. Document préparé pour la réunion de la Plateforme mondiale des donateurs pour le développement rural, 24 janvier, Rome.

122 - Esta e as cinco seguintes publicações incluem-se na série do FIDA “Publications et documents techniques”.

123 - Esta e as duas seguintes publicações incluem-se na série do FIDA “Documents occasionnels du FIDA”.

\_\_\_\_\_. 2010. IFAD's Perspective on Impacts of Land Issues on Agriculture Productivity, Viability and Sustainability in Africa. Rapport établi pour la Southern African Confederation of Agricultural Unions (SACAU) 2010 Policy Conference: Land in Southern Africa – Key Issues for Farmers, 29-30 mars, Muldersdrift, Afrique du Sud.

**(v) Banco Africano de Desenvolvimento / African Development Bank  
(www.afdb.org/en/)**

Referência à publicação: ADB/ADF, 2011. Angola 2011-2015. Country Strategy Paper & 2010 Country Portfolio Performance Review. African Development Bank [ADB]/African Development Fund [ADF], Country and Regional Department – South B (ORSB), de que se relevam os Anexos:

8: Selected macro economic indicators (anos 2000 a 2009)

9: Development indicators (anos 2000 a 2009)

10: Millenium development goals (1990, 2000 e 2010)

11: Comparative socio-economic indicators (Angola, África, Países em Desenvolvimento e Países Desenvolvidos – ano mais recente: entre 2005 e 2009 conforme o indicador).

**(vi) Diversos**

Banco Mundial, 2006. Angola Country Economic Memorandum – Oil, Broad-Based Growth, and Equity. Africa Region Macroeconomics I. Document of the World Bank, Report No. 35362-AO (<http://web.worldbank.org/>).

Marques, Walter, 2007. “Relacionamento Económico com Angola”. Boletim Mensal do Comércio Internacional – Setembro de 2007. Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação de Portugal (<http://www.gee.min-economia.pt/>).

Lukombo Nzatzola, João Baptista, 2011. “Crescimento da População em Angola. Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda” in Revista de Estudos Demográficos (do INE de Portugal), N.º 49, Julho, pp. 53-67 (cx. 6).

**Cx. 6 - Resumo de J. B. Lukombo Nzatzola, 2011**

“Angola regista um grande deficit de dados demográficos recentes. Desde a independência, em 1975, nunca mais se realizou um censo da população, estando o próximo previsto para 2013. A situação de guerra



em que o país mergulhou até 2002 não permitiu a realização desta operação estatística. A julgar pelos resultados dos diferentes censos populacionais, desde 1940 que Luanda duplica a sua população todos os 10 anos. No entanto, projecções da população provenientes de várias fontes, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) e da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU) calculadas com base nas de taxas de crescimento dos censos realizados na época colonial permitem mostrar a tendência dos efectivos populacionais do país. Dados recentes do Luís Filipe Colaço, um demógrafo angolano, apontam como projecções da população de Angola 20 785 milhares de indivíduos em 2015, valores que sobem para 24 225 e 28 213 milhares de indivíduos respectivamente em 2020 e em 2025. No entanto, de acordo com a revisão das projecções efectuada em 2010 pela Divisão de População da ONU, as últimas projecções atingem os 21 842,4 milhares de indivíduos em 2015, os 24 780,2 em 2020, e em 2025, ascendem a 27 766,5 milhares de indivíduos. Constatase, assim uma ligeira diferença para menos entre os dados calculados pelo investigador angolano e os da ONU no que se reporta aos anos de 2015 e 2020, observando-se o inverso em 2025” ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

Apontam-se agora algumas fontes base de dados estatísticos (cf. Anexo):

Da FAO ([www.fao.org/corp/statistics/en/](http://www.fao.org/corp/statistics/en/)):

- CountrySTAT ([www.fao.org/economic/ess/countrystat/en/](http://www.fao.org/economic/ess/countrystat/en/)<sup>124</sup>)  
Sistema que harmoniza e integra os dados sobre a alimentação e a agricultura provenientes de diversas fontes. A partir de uma base de dados central pode-se reagrupar a informação segundo domínios temáticos, como a produção, o comércio e o consumo.
- FAOSTAT ([faostat.fao.org/site/291/default.aspx](http://faostat.fao.org/site/291/default.aspx))  
Dados cronológicos, sobre países e territórios, relativos a: agricultura, alimentação, pescas, florestas, ajuda alimentar, utilização dos solos e população.
- FAOSTAT-Agriculture ([faostat.fao.org/site/565/default.aspx](http://faostat.fao.org/site/565/default.aspx))  
Estatísticas sobre: culturas, gados, irrigação, utilização das terras, consumo de adubos e de fitofármacos, máquinas agrícolas.

---

124 - Vd., para Angola: [www.countrystat.org/ago](http://www.countrystat.org/ago); [www.fao.org/giews/countrybrief/country.jsp?code=AGO](http://www.fao.org/giews/countrybrief/country.jsp?code=AGO).

- FAOSTAT-Forêts ([faostat.fao.org/site/630/default.aspx](http://faostat.fao.org/site/630/default.aspx))  
Informação sobre importações e exportação de madeira e papel.
- GLIPHA (The Global Livestock Production and Health Atlas; <http://kids.fao.org/glipha/>)  
Atlas mundial interativo sobre a produção e saúde animal.
- RIGA, Rural Income Generating Activities ([www.fao.org/economic/riga/rural-income-generating-activities/en/](http://www.fao.org/economic/riga/rural-income-generating-activities/en/)) [vd. Carletto, Gero; Covarrubias, K.; Davis, B.; Krausova, M. and Winters, P., s/d. Rural Income Generating Activities Study: Methodological note on the construction of income aggregates ([ftp://ftp.fao.org/es/esa/riga/RIGA\\_Methodology.pdf](http://ftp.fao.org/es/esa/riga/RIGA_Methodology.pdf))].

Do Banco Mundial World Development Indicators 2011, a 15.ª edição de WDI, disponibiliza dados de 2009 ou 2010 para muitos indicadores (<http://data.worldbank.org/>).

Vd., também, GeoHive ([www.geohive.com/](http://www.geohive.com/)). Um sítio com informação global e por países (população e dados económicos)

### 2.2.2. De organismos nacionais

Uma primeira observação para focar a importância da consulta da legislação relevante do país atinente às temáticas em estudo. Destaquem-se alguns dos instrumentos legislativos: Lei de Bases da Protecção Social; Lei de Base do Desenvolvimento Agrário; Anteprojecto de Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres; Regulamento do crédito agrícola; Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, Relativo aos Direitos da Mulher em África; Lei de Bases do Ambiente; Lei das Actividades Comerciais; Projecto de Regulamento sobre Organização, Exercício e Funcionamento da Actividade Comercial a Retalho; Regulamento sobre definição, classificação da rede e organização do cadastro comercial; Mercados Rurais; Regulamento Geral dos Planos Territoriais, Urbanísticos e Rurais; Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo; Lei de Terras<sup>125</sup>.

125 - Cf. Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola. *Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro*,

em [www.padoca.org/pag/Docs/lei\\_terras\\_04.pdf](http://www.padoca.org/pag/Docs/lei_terras_04.pdf). Vd., também, sobre a legislação chave que molda a governança em Angola, WB, 2010. *Project appraisal document on a proposed credit in the amount of sdr 52.2 million (us\$8 1.7 million equivalent) to the Republic of Angola for a Local Development Project*. Document of The World Bank [WB]. Report N.º 47.557-A0. Human Development Sector. Africa Technical Families, Social Protection (AFTSP). Country Department AFCS2. Africa Region. February 22, 2010, p. 31 (no

E captem-se como fontes: (a) os sítios na web dos Ministérios do Governo de Angola ([www.governo.gov.ao/](http://www.governo.gov.ao/)); (b) LEGIS-PALOP. Base de dados oficial dos PALOP ([www.legis-palop.org/bd](http://www.legis-palop.org/bd)).

Arrolam-se agora documentos elaborados por instituições angolanas<sup>126</sup>, alguns dos quais constam da bibliografia de publicações já citadas<sup>127</sup>.

Banco Nacional de Angola, Relatório Anual e Contas. Vd. os Relatórios 2001-04, 2005 a 2010 em <http://www.bna.ao/>; interesse na informação, por ex., sobre a evolução e composição do PIB (Vd. quadro 1 em Anexo) e outros indicadores macroeconómicos ou, para os anos mais próximos, sobre a afetação do crédito por setores de actividade.

BPI, Estudos Económicos e Financeiros – Angola, em [www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=10](http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=10);

CEIC-UCAN, 2003. Relatório Económico de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola [CEIC-UCAN; [www.ceic-ucan.org/](http://www.ceic-ucan.org/)]. Luanda.

\_\_\_\_\_, 2010. Relatório Económico de 2009. Junho 2010.

\_\_\_\_\_, 2011. Relatório Económico de 2010. Junho 2011.

INE, 1996. Perfil da Pobreza em Angola. Instituto Nacional de Estatística (INE). Luanda. Para um panorama da informação disponível, vd: [www.ine.gov.ao/index.html](http://www.ine.gov.ao/index.html); de onde se destaca (em Jan. 2012): Principais Indicadores de Angola por Províncias; Projecção da População [do país e das províncias, por sexo e grupos etários, para o período de 2011 a 2015]; Recenseamento Geral da População e Habitação 2013 e o acervo de Publicações.

\_\_\_\_\_, 2007. Perfil da Pobreza em Angola 2007. Resultados do IDR (200-2001). Luanda.

\_\_\_\_\_, 2009. Inquérito Integrado sobre o bem-estar da população IBEP (2008-2009) Resultados preliminar. Luanda, Angola. [vd. Id., 2011. Relatório Analítico - Vol. I e Relatório de Tabelas - Vol. II - [www.ine.gov.ao/index.html](http://www.ine.gov.ao/index.html)]; e ainda sobre o IBEP, também no sítio do INE na web, para além da página relativa a documentos metodológicos ([http://ineangola-ibep.com/amostragem\\_texto.htm#](http://ineangola-ibep.com/amostragem_texto.htm#)): INE/BM/UNICEF, 2008. Manual de instruções do inquiridor. Luanda; INE, 2008. Manual de instruções do Inquiridor (Refrescamento). Luanda, Setembro 2008; INE/BM/UNICEF, 2008. Lista de indicadores chave

sítio na web do Banco Mundial).

126 - Ainda que alguns dos documentos tenham resultado da colaboração com organismos não angolanos.

127 - Casos, por exemplo, de PNUD, RDH Angola 2005 ([http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/nhdr2004\\_bibliography.pdf](http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/nhdr2004_bibliography.pdf))

e Lukombo Nzatuzola, J. B., 2011.

a serem produzidos pelo IBEP 2008 – 09; INE, 2008. Classificação internacional uniforme das ocupações; INE/BM/UNICEF, s/d. Classificação das actividades económicas de Angola CAE-Ver.1; INE, 2010. Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09. Principais Resultados. Grelha de Indicadores; Id., 2010. Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09. Principais Resultados Definitivos. Versão Resumida. Luanda; Id., 2010. Guião para elaboração do relatório analítico. Volume I. Luanda<sup>128</sup>].

\_\_\_\_\_, 2009 e 2010. Estatísticas do Comércio Externo [respetivamente, para os anos 2004 e 2005 e 2008 e 2009]. Luanda (no sítio na web do INE Angola).

\_\_\_\_\_, 2009 e 2010. Boletim de Estatísticas Sociais [respetivamente, para os anos 2000-2007 e 2005-2008]. Luanda (no sítio na web do INE Angola).

INE/UNICEF, 1997. Relatório de Resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS). Luanda.

\_\_\_\_\_, 1999. Relatório de Resultados do Inquérito sobre Disposição e Capacidade da População em Pagar pelos Serviços Sociais Básicos (IDCP). Luanda.

\_\_\_\_\_, 2002. Relatório de Resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS). Luanda.

IRI/AIP, 2004. Percepção dos Angolanos em Relação as Próximas Eleições. Instituto Republicano Internacional/Angola - Instituto de Pesquisa Económica e Social (IRI/AIP). Luanda.

MAT/PNUD, 2002. A Descentralização em Angola. Ministério da Administração do Território (MAT) do Governo de Angola/PNUD. Luanda.

MAT/PNUD, 2003. Descentralização e Desconcentração em Angola. Volume II. Luanda.

MINADER/FAO, 2004. Revisão do sector agrário e da estratégia de segurança alimentar para definição de prioridades de investimentos (TCP/ANG/2907) – maquinaria e mecanização agrícola. Documento de trabalho nº 16 versão preliminar para comentários. Março.

MINADERP, 2009 e 2010. Inquéritos Agrícolas. Resultados da 1ª Época e Estimativas da Campanha Agrícola 2008/2009 e Resultados da Campanha Agrícola 2007/2008 (cx. 7) - [www.minaderp.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx](http://www.minaderp.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx). Cf., ainda naquele sítio, Ministério da Agricultura, 2009. Plano bienal do sector agrário (2010/2011). Luanda. Setembro.

128 - Vd. a “Lista de bibliografia seleccionada para referência na elaboração do relatório analítico - volume I”

em [http://ineangola-ibep.com/questionario\\_manual/outras\\_apresentacoes/guiao\\_elaboracao\\_relatorio\\_analitico\\_ibep.pdf](http://ineangola-ibep.com/questionario_manual/outras_apresentacoes/guiao_elaboracao_relatorio_analitico_ibep.pdf).

Cx. 7 – Inquérito para a monitoria das campanhas agrícolas

Como se lê no documento relativo à Campanha Agrícola 2007/2008, “Este trabalho é a continuidade das acções que visam a melhoria da implementação do sistema de recolha, processamento e análise de dados sobre os indicadores de estatística agrícola, iniciada na campanha agrícola 2006/2007. Esta publicação, como outras que surgirão nas campanhas futuras, deve ser considerada como treino e preparação do pessoal para o futuro censo agro-pecuário e florestal em Angola” (vd., infra, as anotações sobre o Recenseamento Mundial da Agricultura).

Por sua vez, o Manual de Instruções para a Elaboração dos Relatórios dos Serviços Provinciais do IDA. Monitoria da Campanha Agrícola (IDA/MINADER, nov. 2004) esclarece: “O questionário para a Monitoria da Campanha Agrícola – Relatório da Província, destina-se a captar informação trimestral/época sobre a situação das culturas alimentares ao nível da totalidade da província. Com este questionário pretende-se atingir dois objectivos: a) Obter informação que permita o acompanhamento da situação da produção agro-alimentar do país, (...). b) Obter informação agronómica e de carácter organizacional, (...).

O questionário deverá ser preenchido conjuntamente por técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e da Direcção Provincial de Agricultura (DPA), (...). O preenchimento deverá ser feito “por julgamento da situação” pelos técnicos, (...). (...) [Estes] utilizarão os procedimentos do estudo de casos para realizar o julgamento. (...) O questionário, que será o mesmo para todos os meses, está delineado segundo uma sequência que pretende estar de acordo com a sequência das operações e acontecimentos do processo produtivo agrícola. O período de referência da informação é mensal, portanto os questionários serão preenchidos cada mês (...).”

MF, 2006, 2007 e 2008. Boletim Anual de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado. Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais (GEREI)/Ministério das Finanças [MF] de Angola [Vd., também em [www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao), A economia de Angola. Evolução recente e perspectivas (dados para os anos pós 2002); Id., 2006. Boletim de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado. Séries anuais, 1991-2005. GEREI/MF – cf., em especial,

“Síntese de indicadores económicos (1997-2005)”].

MINEC, 2011. Estatísticas do Crédito Agrícola de Campanha, 25-11-2011. Ministério da Economia [MINEC]/ Comité de Coordenação do Crédito Agrícola/ Comissão Técnica de Acompanhamento ([www.minec.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=806](http://www.minec.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=806)) [Mostra informação sobre a Concessão de Crédito por Províncias e Municípios; vd., também no mesmo sítio, “Apresentação sobre o Crédito agrícola de Campanha”: O programa de crédito para os pequenos camponeses e pescadores artesanais<sup>129</sup>; e ainda o Decreto executivo conjunto n.º 16/10, in DR IS n.º 68 que “Aprova o regulamento do crédito agrícola”].

MINPLAN, 2003. Relatório de Progresso sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG/NEPAD). Ministério do Planeamento [MINPLAN, vd. [www.minplan.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx](http://www.minplan.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx)] do Governo de Angola/Sistema das Nações Unidas. Luanda.

\_\_\_\_\_, 2003. Estratégia de Combate à Pobreza. Luanda.

\_\_\_\_\_, 2004. Estratégia de Combate à Pobreza. Reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica. Direcção de Estudos e Planeamento/ MINPLAN. Luanda.

República de Angola, 2009. Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN). Luanda, Março ([www.cidadao.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=541](http://www.cidadao.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=541)).

República de Angola, 2011. Memorando sobre a actividade do executivo referente ao II trimestre de 2011. 30 de Junho 2011 ([www.cidadao.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=800](http://www.cidadao.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=800)).

\_\_\_\_\_/Conselho de Ministros, 2010. Relatório de Fundamentação Orçamento Geral do Estado (OGE 2011). Luanda, Outubro

---

129 - Vd., a propósito, a notícia ([www.minec.gov.ao/NoticiaD.aspx?Codigo=11434](http://www.minec.gov.ao/NoticiaD.aspx?Codigo=11434)) de 25.5.2011: “*Membros do comité técnico de acompanhamento do crédito agrícola estiveram em Malange para constatar o grau de implementação do referido programa.*”

*O crédito agrícola de campanha já atingiu um volume de trinta e oito milhões de dólares americanos, tendo beneficiado um universo de vinte mil, trezentos e vinte e seis camponeses de 14 das 18 províncias do país.*

*Em Malange, os técnicos trabalharam com os camponeses das regiões de Cangandala, Caculama e de Cacuso, beneficiários do crédito agrícola de campanha, que no final consideraram positivo o trabalho desenvolvido pelos homens do campo. Com estes encontros, o Comité pretende constatar o grau de implementação do regulamento do crédito agrícola de campanha e analisar os constrangimentos verificados na operacionalização do referido programa em algumas regiões do país. (...).”*

de 2010 ([www.minfin.gov.ao/fsys/Relat\\_de\\_Fundam\\_do\\_OGE\\_11.pdf](http://www.minfin.gov.ao/fsys/Relat_de_Fundam_do_OGE_11.pdf)).

MINPLAN, 2003. Perfis Socio-económicos Provinciais. Luanda.

\_\_\_\_\_, s/d (2008?). Indicadores Estatísticos [informação, alguma ao nível provincial, para os anos 2000 a 2004 e outra para o período 2005 a 2008; em [www.minplan.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=514](http://www.minplan.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=514)]

## 2.2. Sobre as temáticas género e tecnologias

### 2.2.1. De organismos internacionais

Enunciam-se fontes secundárias analíticas.

(i) Do Consultative Group on International Agricultural Research (CGIAR)

Começa-se por uma alusão ao Programa de Pesquisa Participativa e Análise de Género para o Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação Institucional (Programa PRGA<sup>130</sup>- [www.prgaprogram.org/](http://www.prgaprogram.org/)), para deixar o registo do documento<sup>131</sup>:

PRGA Program (CGIAR System Wide Program on Participatory Research and Gender Analysis). 2000. Women and agricultural technology: Report of a preliminary search for nodes of information and literature. Cali, Colombia.

Documento acedido a partir da Bibliografia de Biermayr Jenzano, Patricia; García, Claudia Ximena & Manners, Guy, 2011. Final Report of the PRGA Program 1997-2011 / Program on Participatory Research and Gender Analysis. Cali, CO: CGIAR; International Center for Tropical Agriculture (CIAT), 58 p. (CIAT Working Document N.º. 220)

[www.ciat.cgiar.org/ourprograms/Climate\\_Capacity/prga/Documents/prga\\_final\\_report\\_1997\\_2011.pdf](http://www.ciat.cgiar.org/ourprograms/Climate_Capacity/prga/Documents/prga_final_report_1997_2011.pdf).

(ii) Do PNUD – Os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH):

2001. Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano

2011. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos (Cx. 8).

---

130 - *The Program on Participatory Research and Gender Analysis develops and promotes methods and organizational approaches for gender-sensitive participatory research on plant breeding and on management of crops and natural resources* ([www.prgaprogram.org/](http://www.prgaprogram.org/)).

131 - Documento de índole similar ao que aqui se desenvolve.

Cx. 8 - Excerto do RDH 2011

É provável que o fardo da degradação ambiental e das alterações climáticas esteja a tornar-se desigual entre os vários grupos – por vários motivos:

(...) Hoje, cerca de 350 milhões de pessoas, muitas delas pobres, vivem em florestas ou nas suas proximidades, dependendo destas para a sua subsistência e rendimento. Tanto a desflorestação como as restrições ao acesso a recursos naturais podem prejudicar os mais pobres.

Dados relativos a um leque de países sugerem que as mulheres dependem geralmente mais das florestas do que os homens, pois costumam ter menos opções profissionais, menos mobilidade e suportam a maioria da responsabilidade pela recolha de madeira para combustível.

(...) Na medida em que as mulheres dos países pobres se encontram desproporcionadamente envolvidas na agricultura de subsistência e recolha de água, enfrentam consequências adversas mais significativas de degradação ambiental (RDH, 2011: 3-4).

(iii) Da FAO

Da publicação A situação mundial da alimentação e da agricultura os Relatórios:

1983. La femme dans le développement agricole

1985. Consommation d'énergie en agriculture. Aspects écologiques de la production alimentaire et agricole. Commercialisation

2011. Le rôle des femmes dans l'agriculture. Comblar le fossé entre les hommes et les femmes pour soutenir le développement [Women in Agriculture. Closing the gender gap for development] [www.fao.org/docrep/014/i2330e/i2330e00.htm](http://www.fao.org/docrep/014/i2330e/i2330e00.htm) (cx. 9).

Em [www.fao.org/docrep/015/i1688e/i1688e00.pdf](http://www.fao.org/docrep/015/i1688e/i1688e00.pdf) está disponível o Resumo de FAO. 2011.

Cx. 9 - Índice da Parte 1 de FAO, 2011. A situação mundial da ...

Women in agriculture: closing the gender gap for development

1. The gender gap in agriculture. Structure of the report and key messages
2. Women's work: Women in agriculture; Women in rural labour markets



3. Documenting the gender gap in agriculture: Land; Livestock; Farm labour; Education; Information and extension; Financial services; Technology
4. Gains from closing the gender gap: Productivity of male and female farmers; Production gains from closing the gender gap; Other social and economic benefits of closing the gender gap
5. Closing the gender gap in agriculture and rural employment: Closing the gap in access to land; Closing the gap in rural labour markets; Closing the financial services gap; Closing the gap in social capital through women's groups; Closing the technology gap
6. Closing the gender gap for development

De reter o sítio (FAO) [www.fao.org/gender/seaga/seaga-home/en/](http://www.fao.org/gender/seaga/seaga-home/en/) dedicado à análise socioeconómica e do género (Socio-economic and Gender Analysis, SEAGA)<sup>132</sup>.

Outras:

FAO, 2009. Bridging the gap. FAO's programme for gender equality in agriculture and rural development. Gender, Equity and Rural Employment Division / Economic and Social Development Department ([www.fao.org/gender/](http://www.fao.org/gender/)).

Kay, Melvyn, 2001. Smallholder irrigation technology: prospects for sub-Saharan Africa. FAO/International Programme for Technology and Research in Irrigation and Drainage [IPTRID]. Knowledge Synthesis Report, N.º 3 – March. [www.fao.org/docrep/004/Y0969E/y0969e00.HTM](http://www.fao.org/docrep/004/Y0969E/y0969e00.HTM).

(iv) Do FIDA evidenciam-se as publicações: (em [www.ifad.org/pub/ar/2010/f/10.pdf](http://www.ifad.org/pub/ar/2010/f/10.pdf))

- Promouvoir la participation des femmes aux instances dirigeantes des organisations de producteurs agricoles et ruraux (anglais, arabe, espagnol et français) ;
- Apprentissage et connaissance des innovations autour de l'eau et de la pauvreté rurale (InnoWat) ;
- El Poder de Ser Mujer;
- Gender Dimensions of Agricultural and Rural Employment: Differentiated Pathways Out of Poverty. Status, Trends and Gaps (avec la FAO/OIT) ;
- IFAD's Capacity to Promote Innovation and Scaling Up;

132 - Com diversas publicações em português (para além do espanhol e francês).

- IFAD's Performance with Regard to Gender Equality and Women's Empowerment<sup>133</sup>;
- Carr, M. & M. Hartl, 2010. Lightening the Load: Labour-saving Technologies and Practices for Rural Women. Rome: FIDA; Rugby, Royaume-Uni: Practical Action<sup>134</sup> (cx. 10) (<http://www.ifad.org/gender/pub/load.pdf>).

Cx. 10 – Referências no trabalho de Carr, M. & M. Hartl. 2010

Muitas das referências mencionadas nesta publicação podem ser acedidas, para além de outros já indicados, nos seguintes sítios na web:

- African Conservation Tillage Network: [www.act.org.zw](http://www.act.org.zw)
- Bill & Melinda Gates Foundation: [www.gatesfoundation.org](http://www.gatesfoundation.org)
- Boiling Point: [www.hedon.info](http://www.hedon.info)
- Energy Sector Management Assistance Programme: [www.esmap.org](http://www.esmap.org)
- Energy and Gender Network: [www.energia.org](http://www.energia.org)
- Institute of Development Studies: [www.ids.ac.uk](http://www.ids.ac.uk)
- International Food Policy Research Institute: [www.ifpri.org](http://www.ifpri.org)
- International Forum for Rural Transport and Development: [www.ifrtd.org](http://www.ifrtd.org)
- International Telecommunications Union: [www.itu.int/net/home/index.aspx](http://www.itu.int/net/home/index.aspx)
- Practical Action (formerly ITDG): [www.practicalaction.org](http://www.practicalaction.org)
- Practical Action Publications (formerly IT Publications): [www.practicalactionpublishing.org](http://www.practicalactionpublishing.org)
- Shell Foundation: [www.shellfoundation.org](http://www.shellfoundation.org)
- United Nations Development Programme: [www.undp.org](http://www.undp.org)
- Water Aid: [www.wateraid.org/uk](http://www.wateraid.org/uk)
- Women of Uganda Network: [www.wougnet.org](http://www.wougnet.org)
- Women, Knowledge, Technology (WIGSAT): [www.wigsat.org](http://www.wigsat.org)

(v) Do Banco Africano de Desenvolvimento

ADB, 2011. Gender, Poverty and Environmental Indicators on African Countries. Vol. XII. African Development Bank [ADB]. Tunis (ed. em inglês e em francês) ([www.afdb.org/statistics](http://www.afdb.org/statistics)). Vd., por países e regiões

133 - Publications du Bureau de l'évaluation du FIDA.

134 - Documents publiés en dehors du FIDA.

africanas<sup>135</sup>: (a) os indicadores relativos aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (pp. 29 e segs.); (b) os indicadores sobre o género, a pobreza e o ambiente (pp. 35 e segs – incluem: (b1) os índices de desenvolvimento humano nos anos de 1995/1998, 2005, 2007/2009/2010, (b2) situação nutricional, (b3) indicadores sobre o ambiente – perfil da urbanização, extensão e estrutura da floresta, uso das terras, recursos hídricos e extrações, utilização de energia, população e recursos florestais).

(vi) Do African Centre for Technology Studies (ACTS)

Elvin Nyukuri, 2006. Women, land, and resource conflicts. Policy Implications and Interventions in Kenya. ACTS. Nairobi, Kenya. ACTS Press ([www.acts.or.ke/dmdocuments/GenderBook.pdf](http://www.acts.or.ke/dmdocuments/GenderBook.pdf)).

(vii) De United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)

UNCTAD, 2010. UNCTAD'S Technology and Innovation Report 2010. Enhancing food security in Africa through science, technology and innovation. UNCTAD. United Nations Publication. UNCTAD/TIR/2009. ISSN 2076-2917 [www.unctad.org/templates/webflyer.asp?docid=13159&intItemID=1528&lang=1](http://www.unctad.org/templates/webflyer.asp?docid=13159&intItemID=1528&lang=1)

Salientam-se os capítulos: 2. Building Innovation Capabilities in African Agriculture; 5. Transfer and Diffusion of Agricultural Technology; 6. Technology Mixes for Small-Scale Farming.

## 2.3. Fontes sobre ambiente e recursos naturais

### 2.3.1. De organismos internacionais

Em primeiro lugar as obras de natureza analítica:

(i) Do PNUD - Os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH):

---

135 - Country Classification by Region/Grouping: Southern Africa - Afrique austral: Angola, Botswana, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia – Namíbie, South Africa - Afrique du Sud, Swaziland, Zambia – Zâmbie, Zimbabwe. Sadc - Southern African Development Community: Angola, Botswana, Congo, DRC - Congo, RDC, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius – Maurice, Mozambique, Namibia – Namíbie, Seychelles, South Africa - Afrique du Sud, Swaziland, Tanzania – Tanzânie, Zambia – Zâmbie, Zimbabwe.

2006. A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água

2007/2008. Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido.

(ii) Da FAO

- O Relatório sobre A situação mundial da alimentação... (www.fao.org/publications/sofa/fr/):

1989. Développement durable et aménagement des ressources naturelles

- O estado dos recursos mundiais em terras e em água (SOLAW)

(www.fao.org/nr/solaw/solaw-home/en/)

FAO, 2011. The state of the world's land and water resources for food and agriculture (SOLAW) - Managing systems at risk. FAO, Rome and Earthscan, London <http://www.fao.org/nr/solaw/the-book/en/>

Em articulação com esta referência, vd.: HLPE, 2011. Régimes fonciers et investissements internationaux en agriculture. Rapport du Groupe d'experts de haut niveau sur la sécurité alimentaire et la nutrition, Comité de la sécurité alimentaire mondiale, Rome ([www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/hlpe/hlpe\\_documents/HLPE-Land-tenure-and-international-investments-in-agriculture-2011.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE-Land-tenure-and-international-investments-in-agriculture-2011.pdf)).

(iii) Do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)  
(<http://www.ifad.org/>).

Ver em [www.ifad.org/pub/ar/2010/f/10.pdf](http://www.ifad.org/pub/ar/2010/f/10.pdf):

From Summit Resolutions to Farmers' Fields: Climate Change, Food Security and Smallholder Agriculture. Comptes rendus des débats du groupe de haut niveau et des événements parallèles du Conseil des gouverneurs;

The Potential for Scale and Sustainability in Weather Index Insurance for Agriculture and Rural Livelihoods;

Cooke, R. 2010. How Do We Ensure Poverty, Food Security and Climate Change are Better Linked? Document de synthèse du groupe de travail, préparé pour l'Assemblée générale annuelle de la Plateforme mondiale des donateurs pour le développement rural, 26-27 janvier, FIDA, Rome ;

\_\_\_\_\_. 2010. Biodiversity and Sustainable Livelihoods in an Era of Climate Change. International Conference on Biodiversity in Relation to Food and Human Security in a Warming Planet, 15-17 février, Chennai, Inde.

Apontam-se, por fim, sobre a temática "ambiente/recursos naturais" as seguintes fontes base de dados estatísticos (vd. FAO - [www.fao.org/corp/](http://www.fao.org/corp/)

statistics/en/) e de cartografia:

- Agro-MAPS (<http://kids.fao.org/agromaps/>)  
Base de dados geográficos das estatísticas sub-nacionais da utilização das terras agrícolas ao nível mundial. Ver, também, a cartografia existente no Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal; por ex. Carta Geral dos Solos de Angola. VIII – Província de Malange. 1/750.000. IICT. Lisboa, 1995<sup>136</sup> (Ver: [www2.iict.pt/?idc=86](http://www2.iict.pt/?idc=86); e [www2.iict.pt/index.php?idc=100&idl=1](http://www2.iict.pt/index.php?idc=100&idl=1));
- AQUASTAT ([www.fao.org/nr/water/aquastat/main/index.stm](http://www.fao.org/nr/water/aquastat/main/index.stm))  
Informação sobre a situação da gestão da água na agricultura;
- TERRASTAT ([www.fao.org/ag/agl/agll/terrastat/](http://www.fao.org/ag/agl/agll/terrastat/));  
Informação sobre os principais problemas do solo: gravidade da degradação e devastação das terras induzidas pelas actividades agrícolas.
- Ver sobre Angola: [www.fao.org/ag/agl/agll/terrastat/wsrou1.asp?country=AGO&search2=Show+all+statistics+%21](http://www.fao.org/ag/agl/agll/terrastat/wsrou1.asp?country=AGO&search2=Show+all+statistics+%21).
- Em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/a0510s/a0510s00.pdf>, ver: “Base Referencial Mundial del Recurso Suelo. Un marco conceptual para clasificación, correlación y comunicación internacional”<sup>137</sup>.

### 2.3.2. De organismos nacionais

Vd. o sítio do MINADERP ([www.minaderp.gov.ao/TodasPublicaciones.aspx](http://www.minaderp.gov.ao/TodasPublicaciones.aspx)); de onde avulta:

MINADER/MINUA, 2007. Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação. Documento de Discussão (Segunda Versão). Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural [MINADER] e Ministério do Urbanismo e Ambiente [MINUA].

MINADERP/IDF, 2010. Actualização sobre o sector florestal em Angola. Relatório apresentado ao Comité de Directores de Florestas da SADC. Gaborone, Botswana, 6-7 de Maio de 2010. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Pescas [MINADERP]/Instituto de Desenvolvimento Florestal [IDF].

---

136 - Cf. A. I. Rosa Cabral; M. J. Vasconcelos e L. Veríssimo 2006. Cartografia de Coberto do Solo em África – Angola. In *Angola. Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*. I Vol. ISAPress. Lisboa: 79-95.

137 - Primera Actualización 2007. Traducido al español por Mabel Susana Pazos.

Vd. o sítio do Ministério do Ambiente ([www.minamb.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx](http://www.minamb.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx)) de onde se salienta:

MINUA, 2006. Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola. Programa de Investimento Ambiental. Governo de Angola. ([www.angolanainternet.ao/documentos/minua\\_rel.pdf](http://www.angolanainternet.ao/documentos/minua_rel.pdf)).

### 3. FONTES À ESCALA REGIONAL/LOCAL

Como se escreveu na Introdução, sem perda do que se pode acolher, na recolha da informação, em fontes secundárias, no trabalho à escala regional/local surge como determinante o recurso às técnicas não documentais (a entrevista e o inquérito por questionário).

Nesta perspetiva, o que neste ponto se vai adiantar respeita, sobretudo, a algumas referências sobre as técnicas e os instrumentos de inquirição. Claro que se anotam, ainda que poucos, documentos propiciadores de dados, de âmbito regional/local, respigados de fontes secundárias a que se acedeu – e, por certo, muitos outros poderão ser acrescentados por quem, eventualmente, entenda prosseguir o trilho que neste texto fica esboçado.

Em linha com o que também se objetiva para os inquéritos de “monitoria de campanha” que vêm sendo realizados pelo IDA de Angola (vd. cx. 7) – o “treino e preparação do pessoal para o futuro censo agro-pecuário e florestal em Angola” – sobressai, nesta circunstância, uma menção ao “Programa do Recenseamento Mundial da Agricultura de 2010”; o qual se presume venha a ser realizado em Angola na sequência do Recenseamento Geral da População e Habitação que, como se referiu, terá lugar em 2013.

Assim, é relevante a consulta de [www.fao.org/economic/ess/ess-wca/en/](http://www.fao.org/economic/ess/ess-wca/en/)<sup>138</sup> de 138 - Também em espanhol e francês. Fica o registo sobre o Programa Mundial para o Recenseamento da Agricultura:

*“Beginning with 1950, the FAO World Programme for the Census of Agriculture (WCA) has been helping countries to carry out their national agricultural census at least once every decade using standard international concepts, definitions and methodology.*

*The programme assists countries by providing concepts, definitions, standards and guidelines for the censuses in order to generate internationally comparable figures on structure of agriculture, such as, number of farms by size, number of livestock by type and age/sex classification, land tenure and land use, crops grown and agricultural inputs. The latest programme (WCA 2010) provides countries with a flexible approach to the collection of agricultural data on a variety of subjects in an integrated manner. FAO encourages countries to develop their programme of census and surveys, keeping in view their priorities, practices and resource availability.*

[Vd.] *Countries conducting agricultural census during WCA 2010 round (2006-2015)*”.

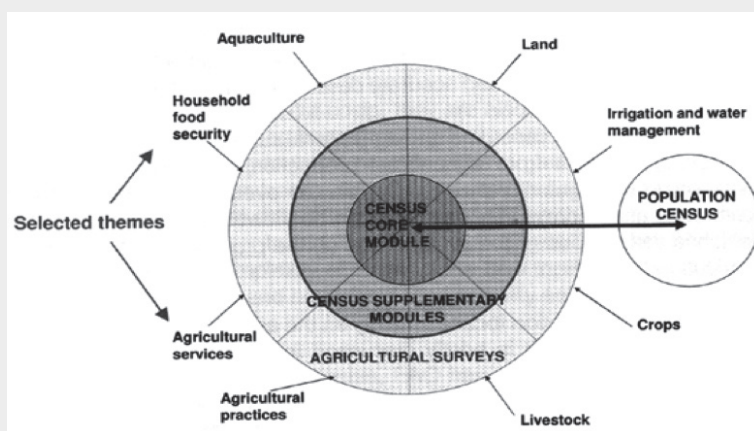
onde se sobrepõem as publicações:

FAO, 1996 [2002]. Conducting agricultural censuses and surveys. FAO Statistical Development Series 6.

\_\_\_\_\_, 2010. 2000 World Census of Agriculture [WCA]. Main Results and Metadata by Country (1996-2005). FAO Statistical Development Series 12 [vd. neste título o Apêndice 1, p. 233: Publicações do Programa Mundial para o Recenseamento da Agricultura: do WCA 1930 ROUND (1939) ao WCA 2000 ROUND].

\_\_\_\_\_, 2005 [2007]. WCA 2010 ROUND. A system of integrated agricultural censuses and surveys. Volume 1 – Revised reprint. FAO Statistical Development Series 11. (cx. 11).

Cx. 11 – Destaques de A system of integrated agricultural censuses...



Salientam-se as matérias relativas a: articulação do Censo da Agricultura no sistema estatístico integrado da agricultura; importância do Recenseamento no respeitante à recolha de informação sobre os “Objetivos do Milénio”, a monitorização da pobreza e da segurança alimentar, a medição do papel da mulher e a elaboração de projetos de desenvolvimento; as questões metodológicas (da unidade estatística aos métodos de amostragem); a lista de variáveis de inquirição; a informação ao nível da comunidade (matéria introduzida no WCA 2010: conceitos e definições); os conceitos e definições no âmbito dos diversos temas do Censo. Ver, ainda, as especificações que integram os Apêndices da publicação (classificação das culturas – lista com os nomes botânicos – dos gados e das máquinas e equipamentos), assim como o glossário de termos.

Vd., ainda: Colwell, Jack & Som, Hiek, s/d. The World Census of Agriculture 2010 Programme: a Modular Approach (em [www.nass.usda.gov/mexsai/Papers/worldcensusp.pdf](http://www.nass.usda.gov/mexsai/Papers/worldcensusp.pdf)).

Sobre outras fontes com incidência nos procedimentos de inquirição e de construção dos respetivos instrumentos, para além das já destacadas, nomeadamente no ponto 1 e no que se relaciona, por ex., com o Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) (INE de Angola), individualizam-se (nos respetivos sítios na web):

(i) FAO

Galmés, Miguel, 2011. Metodos de Muestreo. Taller Regional sobre el uso de Muestreo en las Encuestas Agrícolas. Montevideo, 20-24 de Junio. [www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess\\_test\\_folder/Workshops\\_Events/Workshop\\_Montevideo/Metodos\\_de\\_muestroMG\\_2.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/Workshops_Events/Workshop_Montevideo/Metodos_de_muestroMG_2.pdf)

(ii) SEAGA (ASEG, Análise Socioeconómica e de género), [www.fao.org/gender/seaga/seaga-home/en/](http://www.fao.org/gender/seaga/seaga-home/en/), as publicações:

FAO, 2007. ASEG para os programas de emergência e de reabilitação;  
\_\_\_\_, 2003. ASEG Manual de Nível Macro;  
\_\_\_\_, 2002. ASEG Manual de Nível Intermédio;  
\_\_\_\_, 2001. ASEG Manual de Trabalho de Campo.

(iii) Banco Mundial,

Grosh, Margaret E., Muñoz, J., 1999. Manual de Diseño y Ejecución de Encuestas Sobre Condiciones de Vida (LSMS). Documento de trab. del estudio LSMS n.º 126S. Banco Internacional para Reconstrucción y Desarrollo / B. Mundial ([www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2006/09/14/000160016\\_20060914174627/Rendered/PDF/LSM012610SPANISH.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2006/09/14/000160016_20060914174627/Rendered/PDF/LSM012610SPANISH.pdf)).

Ainda na matéria em causa importa anotar as bases de trabalho desenvolvidas no âmbito do Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola Rural de Angola (PAPDAR). Salientam-se os documentos<sup>139</sup>: - “Caracterização e Diagnóstico do Município ...”; - Doc. n.º 115/05-09 “Inquérito às famílias – Inquiridos (amostra)”; Doc. n.º 130/05-10 “Ficha de Inquérito às famílias – Questionário às famílias” (cx. 12); - Doc. n.º 102/03-09 “Ficha de Inquérito da introdução da tracção animal”; - Doc. n.º 108/04-09 “Ficha de Inquérito à tracção mecânica”.

### Cx. 12 – Os temas do Questionário às famílias

Agregado familiar (composição e atividades); terra trabalhada pela família; gados; produção vegetal; comercialização e armazenamento; energia utilizada na exploração; meios de produção (equipamentos, adubos); sementes e outros meios de produção recebidos; economia doméstica (do

139 - Cf. Os Anexos ao Relatório anual do PAPDAR submetido ao IPAD. Lisboa: 31 março 2011.



combustível usado para cozinhar à fonte de iluminação, da apanha de lenha ao abastecimento de água); escola e posto de saúde; relações na comunidade/conflitos; rendimentos da família; despesas monetárias da família (Doc. n.º 130/05-10 do PAPDAR).

Por fim, algumas referências com indicações sobre informação reportada ao patamar regional/local:

Em primeira aproximação<sup>140</sup> o sítio de Info-Angola, a Biblioteca virtual de Angola, em <http://info-angola.org>. Depois, remissão, para o

Atlas dos Municípios de Angola ([http://dwms.fao.org/atlases/angola/index\\_pt.htm](http://dwms.fao.org/atlases/angola/index_pt.htm)). Trata-se de “uma coleção de mapas geográficos, de dados tabular e documentos relacionados, do nível nacional até o nível municipal, descrevendo a agricultura, os animais domésticos, a segurança alimentar ao nível da família e a informação geral. Os dados foram recolhidos durante missões de terreno entre Dezembro 2004 e Maio 2006” (cx. 13).

#### Cx. 13 - A origem do Atlas dos Municípios de Angola

“Após a assinatura dos acordos de paz em 2002, o desafio centraliza-se na reabilitação do país. Nesta óptica, a disponibilidade de dados actualizados é de enorme importância. (...)

O MINADER com o apoio da FAO-UCPER (Unidade de Coordenação dos Programas de Emergência e Reabilitação da FAO em Angola) realizou um levantamento de diferentes dados básicos sobre o meio rural em geral. A unidade administrativa de referência é o município.

Assim sendo, de forma a preparar um futuro censo agro-pecuário nacional, esse levantamento de base visa proporcionar uma imagem mais actualizada do contexto realístico de cada município (...). O primeiro passo deste levantamento foi o preenchimento dum questionário municipal pelas EDA's [Estações de Desenvolvimento Agrário] ou pelas Administrações Municipais e a seguir a validação dos dados recolhidos pela equipa da FAO-UCPER durante as missões de terreno. Essas missões decorreram de Dezembro 2004 até Maio 2006. Os resultados

140 - A ter também em consideração os sítios na web das organizações internacionais, e que acima se mencionaram, para a vista do apoio a projetos de desenvolvimento a nível provincial/local. Cite-se, como ex., WB, 2010. *Project appraisal document on a proposed credit... to the Republic of Angola for a Local Development Project*. Document of The World Bank [WB]. Report N.º 47.557-A0. ... (vd. nota de rodapé 125).

desse exercício de recolha de dados foram digitalizados e apresentados neste Atlas Dinâmico dos Municípios Angolanos em mapas facilmente acessíveis. Os dados nas tabelas Excel são exportáveis; os mapas podem também ser exportados para apresentações PowerPoint.

A digitalização dos mapas topográficos foi feita pelo Instituto de Geografia e Cadastro de Angola (IGCA) com o apoio técnico da FAO.

As informações relativas às minas foram recolhidas pela Comissão Nacional Intersectoral de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH) e outros operadores de desminagem durante o Levantamento do Impacto das Minas (LIS).

Este apoio da FAO ao IDA foi garantido através dos projectos OSRO/ANG/401/SWE e OSRO/ANG/503/SWE financiados pelo Governo da Suécia. (...)

Os dados e mapas neste Atlas não implicam a aprovação oficial do Governo de Angola e da O.N.U.“ (ext. da Nota Explicativa que consta em: <http://dwms.fao.org/atlases/angola/downs/introdução.pdf>).

E para os “Diagnósticos Rurais Participativos”. Como se lê no Relatório de Fundamentação ... (OGE 2011) - [www.minfin.gv.aofsys/Relat\\_de\\_Fundam\\_do\\_OGE\\_11.pdf](http://www.minfin.gv.aofsys/Relat_de_Fundam_do_OGE_11.pdf) -

“Uma das principais fontes de informação para os diagnósticos [Diagnósticos Integrados] consiste na actualização do trabalho desenvolvido por ocasião dos “Diagnósticos Rurais Participativos”. Um dos aspectos mais importantes da opção por esta ferramenta é que se encontra em perfeita sintonia com o trabalho que já vem sendo desenvolvido, no âmbito dos Programas Municipais de Combate à Pobreza, no sentido da maior recolha possível de subsídios que possam adequar, orientar e harmonizar as acções” (p. 50)].

Uma última anotação: para uma percepção das condicionantes edafo-climáticas (o meio físico), à escala municipal, considere-se a associação dos municípios (com a indicação dos municípios representativos), estabelecida em trabalho do IDA (2004. Manual de Instruções .... Monitoria da Campanha, pp. 3-7), às “zonas agrícolas” delimitadas e caracterizadas por A. Castanheira Diniz (2006. Características Mesológicas de Angola <sup>141</sup>).

---

141 - A. Castanheira Diniz, *Características Mesológicas de Angola. Descrição e correlação dos aspectos fisiográficos, dos solos e da vegetação das zonas agrícolas angolanas*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento [IPAD], 2006, (“2.ª ed. revista pelo autor de acordo com o texto original publicado pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola [MIAA] em 1973”).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV, 2004. Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural. PEDR (2002-2008). Gabinete de Estudos, Projectos e Consultoria Lda. Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDA/MINADER. Luanda.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto, 1990. A Investigação nas Ciências Sociais. Estudo elaborado no Gabinete de Investigações Sociais. Lisboa: Editorial Presença, L. da, 4.ª ed. 163 p.
- GoA, 2010. Relatório de fundamentação orçamento geral do estado (OGE-2011). Governo de Angola [GoA]. Luanda, outubro de 2010.
- [http://www.minfin.gv.ao/fsys/Relat\\_de\\_Fundam\\_do\\_OGE\\_11.pdf](http://www.minfin.gv.ao/fsys/Relat_de_Fundam_do_OGE_11.pdf)
- PAPDAR, 2006. 'Instrumento programático' do Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola [PAPDAR]. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, IPAD – Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento, CENTROP/Instituto Superior de Agronomia, ISA – Instituto de Desenvolvimento Agrário [de Angola], IDA.
- Id., 2011. Relatório anual do PAPDAR submetido ao IPAD. Lisboa: 31 março 2011.
- Portela, José, 1993. "Agricultores e Agriculturas: Que Futuros? – Memória para um debate urgente" in Ministério da Agricultura, dois contributos para um livro branco sobre a agricultura e o meio rural. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, pp. 110-313.
- Rolo, Joaquim Cabral, 2006. Rendimentos: terra e valores acrescentados das actividades agro-rurais – quantificações e dinâmicas espaciais. Oeiras: INIAP/EAN/ Departamento de Estatística Experimental, Economia e Sociologia Agrárias (DEEESA), 328 p.

## ANEXO – Alguns indicadores macroeconómicos (séries temporais)

Quadro 1 - Angola - Evolução da composição do Produto Interno Bruto 1997-2010 (%)														
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura, Silvicultura e Pescas	9,0	13,0	6,4	5,7	8,5	7,9	8,4	8,6	7,2	7,6	8,0	6,8	10,4	10,1
Indústrias Extrativas	52,3	43,3	67,1	67,4	57,6	61,0	59,8	59,9	67,4	58,0	57,6	59,0	46,5	46,9
Petróleo Bruto e Gás	47,9	37,7	58,8	60,9	51,4	56,0	54,2	54,7	63,0	55,7	55,8	57,9	45,6	45,9
Outras	4,4	5,4	8,3	6,5	6,2	5,0	5,7	5,2	4,3	2,3	1,8	1,1	0,9	1,0
Indústria Transformadora	4,4	6,3	3,3	2,9	4,0	3,7	3,9	4,0	3,6	4,8	5,3	4,9	6,2	6,3
Energia Elétrica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Construção	4,1	6,2	3,1	2,8	3,8	3,5	3,6	3,8	3,1	4,3	4,9	5,2	7,7	8,1
Serviços Mercantis	16,1	19,3	15,0	14,5	15,8	15,3	15,9	15,9	12,4	16,8	16,9	17,9	21,2	21,0
Serviços Não-Mercantis	11,7	10,6	4,9	6,7	10,2	8,6	8,3	7,7	6,3	8,3	7,2	6,1	7,8	7,4
Direitos e Taxas de Importação	2,4	1,4	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério do Planeamento (INE) in BNA, Relatório e Contas 2005 e 2010, ac. em Dez. 2011 em [www.bna.ac](http://www.bna.ac)

Angola: Pequena Agricultura e Desenvolvimento Rural

Quadro 2 - Indicadores demográficos (1970-2010)

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2007	2008	2009	2010
População Total (1000)	6 083,2	6 815,1	7 864,0	9 331,3	10 661,5	12 539,1	14 279,5	16 617,6	17 554,6	18 020,7	18 497,6	18 992,7
População M (1000)	3 098,5	3 467,9	3 991,7	4 737,7	5 410,3	6 360,2	7 242,0	8 425,7	8 900,8	9 137,4	9 379,4	9 630,6
0-14 anos	1 409,0	1 583,8	1 834,8	2 198,7	2 542,3	3 001,0	3 372,1	3 855,3	4 019,2	4 095,0	4 173,2	4 257,2
15-49 anos	1 359,9	1 522,0	1 751,2	2 074,4	2 368,8	2 794,3	3 233,2	3 823,9	4 083,9	4 217,5	4 333,2	4 490,6
50-64 anos	237,5	286,3	286,3	324,9	362,0	393,9	431,9	504,5	536,9	553,7	571,2	589,9
65 e + anos	92,1	103,8	119,4	139,8	157,1	181,0	204,8	242,0	260,9	271,1	281,8	292,9
População H (1000)	2 984,7	3 347,2	3 862,3	4 593,6	5 251,2	6 178,9	7 037,5	8 191,9	8 653,7	8 883,3	9 118,2	9 362,1
0-14 anos	1 389,3	1 566,9	1 821,0	2 186,0	2 526,9	2 981,1	3 347,9	3 828,6	3 990,7	4 065,5	4 142,6	4 225,5
15-49 anos	1 315,5	1 471,3	1 693,4	2 007,5	2 285,1	2 701,2	3 139,4	3 719,4	3 975,2	4 106,7	4 240,2	4 375,5
50-64 anos	209,7	229,4	255,2	290,6	315,5	353,0	384,5	441,5	467,9	482,0	496,9	512,9
65 e + anos	70,2	79,6	92,7	109,4	123,7	143,5	165,7	202,5	219,9	229,1	238,5	248,1
Tx. cresc. da população (%)	2,1	2,5	3,2	3,2	2,9	3,0	2,7	2,9	2,7	2,6	2,6	2,6
Tx. de cresc. natural (%)	2,5	2,7	2,9	2,9	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6
Índice sint. de fertilidade (por mulher)	7,3	7,2	7,2	7,2	7,2	7,0	6,8	6,2	5,9	5,8	5,6	5,5
Tx. mort. infantil total (por 1000)	179,3	166,2	156,3	151,9	147,6	143,7	138,5	125,4	119,3	116,3	113,5	110,9
Fem. (por 1000)	159,2	154,8	148,7	146,4	142,2	136,2	131,8	126,7	124,1	122,4	120,6	118,9
Masc. (por 1000)	197,5	180,0	173,6	173,3	171,7	165,3	155,4	144,3	139,8	137,6	135,5	133,3
Esperança de vida à nasc. - Total (anos)	37,0	39,1	40,5	41,2	42,0	42,7	43,6	45,5	46,5	47,1	47,6	48,1
Fem. (anos)	38,6	40,7	42,2	42,9	43,8	44,5	45,4	47,5	48,5	49,1	49,6	50,1
Masc. (anos)	35,5	37,5	39,0	39,5	40,2	40,9	41,7	43,6	44,6	45,1	45,6	46,1
Pop. econ. ativa (1000)	...	...	3 439,5	4 056,7	4 577,7	5 422,4	6 238,5	7 325,8	7 773,2	8 010,9	8 275,4	8 532,5
Fem. (% do total)	...	...	46,8	46,6	46,4	46,6	46,6	46,7	46,7	46,8	46,8	46,9
Pop. econ. ativa na agric. (em % do Total)	...	...	75,7	75,1	74,9	72,7	71,3	69,9	69,6	69,3	68,9	68,6
Fem. (%)	...	...	39,7	39,6	39,9	38,3	37,9	37,6	37,8	37,8	37,8	37,8
Masc. (%)	...	...	36,0	35,5	35,0	34,4	33,4	32,3	31,8	31,5	31,1	30,8

Fonte: ADB, 2011. Gender, Poverty and Environmental Indicators on African Countries. Vol. 11. African Development Bank [ADB]. Tunis (ed. em inglês e em francês) (<http://www.afdb.org/statistics>). Vd. nesta publicação (pp. 284 e seqs.) as definições dos termos estatísticos (conceitos e métodos de determinação dos valores das variáveis e indicadores).

Quadro 3 - Outros indicadores demográficos, de pobreza e segurança alimentar (anos 1970-2010)												
	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-94	1995	2000	2005	2007	2008	2009	2010
RNB por hab. (US\$)	...	...	...	728	189	314	410	1.320	2.590	3.330	3.750	...
Valor do Índice de Des. Hum. (IDH = 0 a 1)	...	...	...	...	...	...	0,349	0,376	0,392	0,397	0,399	0,399
Classif. (entre 169 países) do IDH	...	...	...	...	...	...	119	147	150	149	149	146
<b>Índice de Pobreza Humana (HPI-1: %)</b>	...	...	...	...	...	...	...	40,3	37,2	...	...	...
Abaixo do limiar da linha de pobreza (\$2 /dia) (%)	...	...	...	...	...	...	70,2	...	...	...	...	...
% da Agric. no PIB	...	...	11,7	19,1	6,6	7,3	5,7	8,6	8,9	8,2	8,1	8,2
Crescimento do VAB agrícola (%)	...	...	8,3	3,8	...	21,1	18,8	14,1	9,8	28,0	13,0	11,0
Ingestão diária de calorias por hab.	1.831,9	1.918,2	1.628,0	1.540,6	1.589,5	1.634,1	1.763,1	1.915,7	1.973,3	...	...	...
Ingestão diária de proteínas (g/hab.)	38,5	44,2	41,9	37,1	34,4	34,3	38,7	41,8	44,0	...	...	...
Ingestão diária de lípidos (g/hab.)	32,0	46,0	38,1	41,4	33,1	35,0	37,6	45,6	47,0	...	...	...
Tx. de mortalidade até aos 5 anos (por 1000)	...	...	266,9	259,0	251,1	249,7	240,0	218,9	208,1	202,7	197,5	192,5
Tx. bruta de natalidade (por 1000)	51,9	52,4	52,8	52,8	51,1	50,5	48,4	45,3	43,6	42,9	42,3	41,8
Tx. bruta de mortalidade (por 1000)	25,7	24,2	23,6	22,9	21,9	21,7	20,5	18,4	17,4	16,9	16,5	16,1

Fonte: Id. Quadro 2.

Quadro 4 - Uso das terras e indicadores ambientais (anos 1970-2010)

	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-94	1995	2000	2005	2007	2008	2009	2010
Sup. Territ. (1000 ha)	...	...	124.670	124.670	124.670	124.670	124.670	124.670	124.670	124.670	124.670	124.670
Terras aráveis (% da ST)	...	...	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4	2,7	2,7	2,7	...	...
Cult. perm. (% da ST)	...	...	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	...	...
Terras irrig. (% da ST)	...	...	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
Past. perm. (% da ST)	...	...	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	...	...
O. Usos da ST (% da ST)	5,1	5,1	5,2	5,3	5,4	5,5	6,1	6,4	6,6	...	...	...
Sup. Florestal (1000 ha)	...	...	...	...	60.477	60.352	59.728	59.728	59.728	59.728	59.728	59.728
Acesso a água potável (% da pop. total)	...	...	...	28,0	32,0	40,0	44	...	...	50	...	...
% Pop. Rural	...	...	...	18,0	15,0	40,0	39	...	...	38	...	...
% Pop. Urb.	...	...	...	75,0	69,0	39,0	49	...	...	60	...	...

Fonte: Id. Quadro 2.

## ANEXO – Listagem de alguns dos mais relevantes relatórios técnicos do Projeto<sup>1</sup>

- I. **Moinhos, Tração animal e Tração mecânica**
  1. Moinhos: processos de instalação e de implementação, Helena Pinto e Pedro Rio (2011)
  2. Regulamento interno de funcionamento dos moinhos de bombó, PAPDAR (2010)
  3. Relatório sobre a utilização de tração animal na comuna de Cota, município de Kalandula, Ana Paula Nogueira e Isaac Fernando Curijiquila (2010)
  4. Relatório sobre tração animal na comuna de Soqueco, município de Cacuso, Helena Pinto (2010)
  5. Mecanização na aldeia de Mutumbua, município de Caculama, Helena Pinto e Pedro Rio (2012)
  6. Breve nota sobre a imobilização do tractor existente na aldeia de Kafundanga, município de Cacuso, Domingos José (2012)
  7. Breve nota sobre a imobilização do tractor existente na aldeia de Mucondo, município de Caculama, Dias Domingos Zua (2012)
  8. Nota sobre a prestação de serviços de mecanização de terras, pela Mecanagro-EP e por operadores privados, na comuna de Cota, município de Kalandula, Ana Paula Nogueira (2009)
- II. **Acompanhamento de agricultores**
  9. Atividades agrícolas e itinerários tecnológicos de cinco agricultores familiares da região de Malanje, Helena Pinto e Pedro Rio (2011)
- III. **Comercialização**
  10. Breve nota sobre os circuitos de comercialização dos produtos agrícolas no município de Malange, Helena Pinto e Pedro Rio (2011)
  11. Associação de Camponeses de Deia – experiência em torno da comercialização 2007/2008, Helena Pinto (2009)
  12. Nota sobre o quesito “Produção Vegetal”, Pedro Rio (2010)
- IV. **Material vegetal e Extensão**
  13. Nota sobre a produção e comercialização de estacas de mandioca na comuna de Cota, município de Kalandula, Ana Paula Nogueira (2010)
  14. Nota sobre o quesito “Sementes e outros meios de produção recebidos”, Helena Pinto e Pedro Rio (2010)
  15. Nota sobre “Extensão para o Desenvolvimento Rural”, Helena Pinto e Pedro Rio (2012)
- V. **Cooperativas e Associações**
  16. Projecto “Cooperativa de Marimba”, Pedro Rio (2009)
  17. Levantamento inicial da Associação Palanca Negra, Pedro Rio (2011)



1 - Estes relatórios estão acessíveis e podem ser descarregados em (*link* abreviado):

<https://bit.ly/2KlKzvy>

ou em (*link* completo):

<http://centrop.org/index.php/17-projectos-e-estudos/55-projecto-de-apoio-ao-programa-de-desenvolvimento-agricola-e-rural-de-angola-2008-2014-papdar#>

ou através do *QR Code*:



Este livro é um resultado do PAPDAR – Projeto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural, desenvolvido entre 2008 e 2014, na província de Malanje, numa parceria entre o IDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola (MINADER) e o CENTROP – Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento, do Instituto Superior de Agronomia, com financiamento do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

O PAPDAR tinha como objetivo global “contribuir para dar à população camponesa um lugar adequado no desenho e execução das políticas públicas de Angola, nomeadamente através da formação de técnicos, da divulgação e ensaio de metodologias de intervenção e de acompanhamento de avaliação, e ainda da reflexão sobre temas relevantes para o desenvolvimento rural”. Desta forma pretendia-se que as ações que viessem a ser desenvolvidas “tivessem um desenho adequado nos planos económico, tecnológico, das questões do género e da sustentabilidade ambiental e institucional”. Procurava-se também “contribuir para que as políticas fossem executadas por um corpo técnico sensibilizado à questão camponesa”.

Este projeto encerrou as suas atividades com um Seminário que teve lugar no ISA em 23 de outubro de 2014, sobre o tema que dá o título a este livro, e do qual resultou a maioria dos textos que agora se publicam.

